

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E A
“POLÍTICA SOCIAL DE RENDA” NOS TERRITÓRIOS SERTANEJOS DE
ÁGUA BRANCA EM ALAGOAS

Eugênio Dantas Gomes Lima

Maceió
2010

EUGÊNIO DANTAS GOMES LIMA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: POBREZA, CIDADANIA E A
“POLÍTICA SOCIAL DE RENDA” NOS TERRITÓRIOS SERTANEJOS DE
ÁGUA BRANCA EM ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Walter Matias Lima.

**Maceió
2010**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

L732p Lima, Eugênio Dantas Gomes.
Pobreza, cidadania e a política social de renda nos territórios sertanejos de
Água Branca em Alagoas / Eugênio Dantas Gomes Lima. – 2010.
196 f. : graf., tabs.

Orientador: Walter Matias Lima.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Faculdade de Sociologia. Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 184-191.
Apêndices: f. 192-196.

1. Programas de sustentação de renda. 2. Programa Bolsa Família – Água
Branca (AL). 3. Política social (Brasil). 4. Pobreza. 5. Cidadania. 6. Moderni-
dade. I. Título.

CDU: 316.334.3




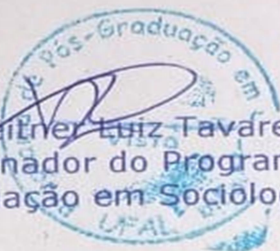
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que **EUGÊNIO DANTAS GOMES LIMA**, cumpriu todas as exigências para obtenção do título e apresentou sua dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS no dia 20/12/2010, tendo sido aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos professores: WALTER MATIAS LIMA (Orientador), LORE FORTES (Membro Externo) e ARIM SOARES DO BEM (Membro Interno).

Maceió, 07 de fevereiro de 2011.


Breitner Luiz Tavares
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia/UFAL



DEDICATÓRIA

*A minha esposa Ana Maria por
sua paciência e Amor dedicado
o que me fez chegar até aqui.
Aos meus pais Maria da Conceição e
José Gomes Lima (in memoriam),
pela inspiração e ideal
de vida semeado.*

Agradecimentos

A tarefa de agradecer não é fácil, pois são tantos que, direta e indiretamente, contribuíram com o processo de construção do nosso conhecimento que corremos o risco de esquecer as instituições e pessoas importantes. Mesmo assim, nos sentimos desejosos de agradecer:

Primeiramente a Deus, pela minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS pela confiança em mim depositada através de professores, que em sua maioria, sempre buscaram impulsionar-nos para cada vez mais estarmos aptos à construção de novos conhecimentos que culminem na construção de uma sociedade melhor.

À Fundação de Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL, pelo apoio financeiro concedido ao longo de dois anos sem o qual não poderia ter realizado a pesquisa.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL por me permitir acesso e pela orientação ao encontro de materiais de pesquisa de seu rico acervo.

Ao professor Dr. Walter Matias Lima, meu orientador, que além, das suas qualidades intelectuais, soube, de maneira sábia, escutar-me e conduzir-me para que eu pudesse chegar até aqui e apresentar tais conclusões.

Ao professor Dr. Arim Soares do Bem pelas críticas valiosas fornecidas no exame de qualificação, o que proporcionou uma reflexão profunda sobre minha visão de mundo.

Ao professor Dr. Ciro Bezerra pelas valiosas dicas e críticas, após ter parado e cuidadosamente ter-me escutado.

À professora Dra. Ruth Vasconcelos por sua tranqüilidade e sabedoria em conduzir o conhecimento sociológico, soube receber-me dando-me confiança para prosseguir o mestrado.

Ao professor Dr. Cícero Péricles de Carvalho pelo enorme incentivo e orientação para que eu fizesse o mestrado.

À professora Dra. Maria do Carmo, por sua conduta especial ao encontro do conhecimento do que seja a cidadania e a participação.

Ao professor Dr. Paulo Décio pelas brilhantes sacadas sociológicas sobre a história.

À professora Dra. Lore Fortes pela forma singular e construtiva com a qual avaliou e fez suas críticas, ao nosso trabalho, contribuindo para o seu amadurecimento e desenvolvimento.

A toda turma 2007-2008 que compartilhou comigo os avanços no pensamento social em especial, aos mestres José Oliveira, Sérgio Lima, Maria Amélia, Maricélia Schempler, Cássia Pimentel, Cosme Rogério, Vagner Gomes Bijago, Lucy Oliveira, Ariana Mello, Anna Júlia e Rossina Menafrá.

Um agradecimento muito especial à companheira de mestrado e mestra Giovanna Araújo que em nossas constantes conversas dirimiu muitas dúvidas e enriqueceu conceitos. Com ela dividi muitas ideias, dúvidas, angústias e as alegrias das descobertas coletivas.

Ao grupo de professores, técnicos e tutores do curso de Administração Pública pela oportunidade concedida de exercitar a docência, indispensável a um mestre, em especial a profa. Dra. Maria Aparecida, ao Prof. Dr. Rodrigo Gameiro, ao Prof. Dr. Gustavo Madeiro e ao Prof. José Emílio coordenador de tutoria.

A todos os alunos do curso de Administração Pública, principalmente, àqueles que mais interagiram comigo nas matérias de Metodologia Científica, Seminário Integrador, Gestão Pública, Ciência Política, Filosofia e Redação.

Ao Sr. Pedro Verdino presidente do Banco do Cidadão, pelo apoio, confiança e parceria nos inúmeros trabalhos realizados.

Ao casal, Dra. Audinei Loureiro e Dr. Robson Feitosa, por terem me ensinado o poder da meditação e da respiração o que facilitou o melhor desenvolvimento do trabalho.

Ao casal amigo Valéria Lima e Daniel Batista, pelo apoio, dedicação e o compartilhar de ideias e a ajuda nos momentos de insegurança e dúvidas.

Ao casal amigo Kerlyne e Hélder Paiva pelo intercambio de ideias nem sempre concordantes, mas sempre enriquecedoras. Ao facilitar o meu contato com técnicos em Água Branca.

Aos amigos e conhecidos que em algum momento me ajudaram e pararam para me escutar, como foi o caso de, Fabíola Barboza, Christophe, Talvanes, Reginaldo, André Luiz e seu companheiro Beto, Andressa Pontes, Maria Helena (Lena), Paulo Nascimento, Miranda, Dona Vera, Rossana Silvestre, Ana Paula, Gilnison e Liliane (PPGS),...

À amiga carioca Janaina Clemon, por seus maravilhosos diálogos na cidade maravilhosa.

Aos Administradores e professores amigos, Rosário Feitosa, André Carneiro, Armando Lobo, André Marsiglia, Rubistein Leite, Edson Alcântara, Wellington Balbino,...

A todo povo do município de Água Branca, em especial aos professores municipais e Agentes de Saúde da Família que me receberam e me apoiaram.

Ao Sr. José Rufino, Dra. Quitéria Melo, prof. Edvaldo de Araújo, pelas “aulas” de história sobre Água Branca.

Às 17 famílias que confiaram em mim e falaram “abertamente” sobre o que pensam e como pensam do PBF ao responderem as questões formuladas.

À minha mãe pelo seu zelo e constante confiança em mim.

Aos meus irmãos Edgar e Eduardo pelo estímulo e informações concedidas sobre a localidade.

Aos demais membros de minha família, em especial, Andréa Gomes e seu esposo Sirrez, Lúcia (Lucinha), Raimundo Nonato, Everaldo (Vevé), Clarice Nóia, Cleide Lima e seu esposo Felipe Torres, Raquel Barbosa, Deliane Dantas e toda sua família, ...

Por último, mas não menos importante, ao amigo Dr. Rostan Silvestre, que dados seus conhecimentos sobre a psicologia individual e grupal, ajudou-me, sem o saber, para uma melhor compressão do indivíduo e a sua conseqüente relação com os demais.

Conhecer é viver e viver é conhecer...

Tudo é dito por um observador.

Humberto Maturana, 1999.

RESUMO

O Programa Bolsa Família – PBF tem sido alvo de diferentes interpretações. Nesse trabalho, analisamos os efeitos sociais desta política pública, tomando a pobreza e a cidadania como categorias de análise, considerando-as multidimensionais, e que sofrem influência das características assumidas pela modernidade e pelas demarcações das territorialidades. Assim, este trabalho objetivou o esclarecimento das questões da “política social de renda” no contexto que estamos nomeando, baseado em Bauman, como Modernidade Líquida. A hipótese que norteou nosso trabalho focaliza-se na possibilidade de o PBF constituir-se uma política de reprodução de pobreza, tornando-se um obstáculo à conquista de uma cidadania ampla e, conseqüentemente, se posicionando como um instrumento de manutenção das relações de dependência entre beneficiários e promotores do PBF, em nível do poder municipal. Tomamos como suporte metodológico alguns pressupostos apresentados pela etnometodologia. A amostragem de nossa pesquisa, visando uma resposta à pergunta norteadora de nossa dissertação, foram 17 famílias contempladas pelo PBF no município de Água Branca, território do sertão de Alagoas. Nosso trabalho propõe uma discussão sobre a noção de pobreza, numa tentativa de mostrar a necessidade de uma abordagem que ultrapasse sua dimensão meramente material; da mesma forma, problematizamos o conceito de cidadania, apontando que esta não pode limitar-se a questões relacionadas aos direitos sociais, mas também precisa incluir a dimensão da formação do sujeito. Consideramos que esta questão interfere nos avanços proporcionados pelo acesso à renda que deveria ser um instrumento de liberdade material e existencial, mas tem agido numa direção inversa, dificultando a construção de um sujeito político, numa perspectiva da autonomia e da autodeterminação. Concluimos que a maior pobreza vivenciada pela população de Água Branca é pobreza imaterial, aquela que se revela deturpada da construção do sujeito de interesse público – o cidadão. Nesta perspectiva, mesmo com os reais ganhos do PBF, consideramos que se mantém uma pobreza de caráter material e imaterial, favorecendo, assim, à reprodução do poder tradicional, onde a sociedade permanece tutelada pelo Estado.

Palavras-chaves: Pobreza, Cidadania, Política Social, Bolsa Família, Transferência de Renda, Modernidade Líquida, Territorialidade.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program – PBF has been subject of different interpretations. In this paper we analyze the social effects of this public policy, thinking poverty and citizenship as categories of analysis and considering them as multidimensional and influenced by the characteristics of the modernity and the territoriality demarcation. This study aimed to clarify the issues of "social income policy" in the context we are naming, based in Bauman, Liquid Modernity. The hypothesis that guided our work focuses on the possibility of the PBF to be a policy of reproduction of poverty, becoming an obstacle to the achievement of full citizenship and, consequently, positioning itself as an instrument for maintaining the relations of dependency among beneficiaries and promoters of PBF in the municipal power. We've used as methodological support some assumptions of ethnomethodology. The sampling of our research aiming an answer to our essay guiding question, was made up of 17 families beneficiary of the PBF in the municipality of Água Branca, territory of the interior of the State of Alagoas. Our work proposes a discussion of the notion of poverty in an attempt to show the need for an approach that goes beyond its purely material dimension, as well as it discusses the concept of citizenship, pointing out that it should not be limited to issues of social rights, but must also include the the subject formation dimension. We believe that this issue touches the advancements reached by the access to income that should be an instrument of freedom and material existence but that has has just the opposite direction, hampering the construction of a political subject, in a perspective of autonomy and self-determination. We conclude that the highest poverty of the population of Água Branca is the immaterial one, that makes difficult the construction of the subject of public interest - the citizen. From this viwepoint, even with the real gains of PBF, we believe that such poverty has a material and immaterial character thus furthering the reproduction of traditional power, while the society remains under the protection of the State.

Keywords: Poverty, Citizenship, Social Policy, Bolsa Família, Income, Liquid Modernity, Territoriality.

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, E FOTOS

TABELAS

1, 2 e 3 – CALCULO DE VALORES PARA O PBF.....	87
4 – ÁGUA BRANCA: PROGRAMAS SOCIAIS – Bolsa Família – 2008.....	95
5 - NÚMEROS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NOS 8 MUNICIPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO – 2008.....	95
6 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO.....	129
7 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO.....	131
8 – IDH – AGUA BRANCA.....	134
9 – IDH DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO.....	134
10 – PRINCIPAIS ITENS DAS FINANÇAS MUNICIPAIS - AGUA BRANCA.....	134
11 – PREVIDÊNCIA DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO.....	135
12 – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS – FPM – DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO – 2007.....	135

QUADROS

I – Comparação da classificação das famílias pelos valores iniciais <i>per capita</i> do programa (2003) e a modificação feita em 2006.....	85
II – Resumo com o método de calculo dos valores pagos – 2006.....	86
III – RESUMO PANORÂMICO DO PERFIL E PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DAS RECEBEDORAS DO PBF.....	155

GRÁFICOS

1 – PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS QUE RECEBERAM DINHEIRO DO PROGRAMA SOCIAL BOLSA-FAMÍLIA, NO MÊS DE REFERÊNCIA, POR GRANDES REGIÕES - 2006.....	94
2 – PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS QUE RECEBERAM DINHEIRO DE PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO, NO MÊS DE REFERÊNCIA, NO TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR GRANDES REGIÕES - 2004/2006.....	94
3 – PERFIL EDUCACIONAL DO ELEITORADO DE AGUA BRANCA – 2007.....	136
4 – PERFIL EDUCACIONAL DO ELEITORADO – ALAGOAS.....	136
5 – IDADE DAS ENTREVISTADAS.....	146
6 e 7 – ESCOLARIDADE DAS ENTREVISTADAS E DE SEUS ESPOSOS.....	146
8 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE FILHOS DO CASAL.....	148
9 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE FILHOS DO CASAL EM IDADE ESCOLAR.....	148
10 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR QUE FREQUÊNTAM A ESCOLA.....	150
11 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE PESSOAS POR RESIDÊNCIA.....	150
12 – VALORES PAGOS PELO PBF EM ÁGUA BRANCA.....	151
13 – NÚMERO DE ENTREVISTADOS E O TEMPO DE RECEBIMENTO DO PBF.....	151
14 – RENDA DA AGRICULTURA.....	152
15 e 16 – POSSE E TAMANHO DA TERRA EM QUE TRABALHAM.....	152

FOTOS

1 – Casa do Barão de Água Branca.....	125
2 – Igreja Matriz (vista frontal).....	125
3 – Praça principal do centro urbano.....	125
4 – Engenho Planalto – Alto da Boa Vista – 2009.....	133
5 – Engenho São Lourenço – 2009.....	133
6 – Sítio Alto da Boa Vista.....	153
7 – Plantio de Mandioca.....	153
8 – Plantio de Palma.....	154
9 – Escola Infantil.....	161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
1 POBREZA E CIDADANIA: CATEGORIAS ANTINÔMICAS QUE OCULTAM O ENIGMA EXISTENTE NA “POLÍTICA SOCIAL DE RENDA” - CASO DO PBF	
1.1 Introdução.....	43
1.2 Origens da Pobreza e do Capitalismo: historicidade de categorias intrínsecas.....	45
1.3 A multidimensionalidade da pobreza sua relação com a cidadania e o capitalismo na modernidade líquida.....	55
1.4 Entre o espaço público e o privado – a prevalência da “cordialidade” e da “individualização” nas relações atuais.....	66
1.5 A exclusão cidadã e o fetiche da cidadania.....	72
CAPÍTULO II	
2 DO “FOME ZERO” AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF: FORMAÇÃO E AÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL DE “RENDA MÍNIMA” NO BRASIL	
2.1 Introdução.....	81
2.2 Entendendo o Programa Bolsa Família – PBF.....	83
2.3 Sistema de proteção social, renda mínima e o PBF no Brasil.....	96
2.4 Programa Bolsa Família - PBF: O debate.....	104
CAPÍTULO III	
3 ÁGUA BRANCA – HISTORICIDADE DO LUGAR E SUAS RAÍZES: RIQUEZA TERRITORIAL <i>VERSUS</i> UMA PERSISTENTE POBREZA IMATERIAL	
3.1 Introdução.....	111
3.2 A influência histórica do modelo de sesmarias portuguesa na formação do território brasileiro, alagoano e de seus municípios e o modo de reprodução na contemporaneidade.....	113
3.3 A formação do município de Água Branca: Os colonizadores.....	120
3.4 Economia e Indicadores Sociais de Água Branca e Alto Sertão Alagoano.....	129

3.5 O “velho” e o “novo” no sertão alagoano: A reprodução dos arcaísmos estamental, coronelista e cordial travestido e sua interação com a modernidade líquida local.....138

CAPÍTULO IV

4 O PBF E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E A CIDADANIA ATRAVÉS DOS SIGNIFICADOS DADOS PELOS SUJEITOS QUE O VIVENCIAM: *DESAFIOS E (IM) POSSIBILIDADES.*

4.1 Introdução.....144

4.2 Perfil das famílias entrevistadas.....146

4.3 O que pensam e como agem os sujeitos recebedores do PBF que vivenciam a problemática: a fala das “Marias” e seus familiares.....159

CONCLUSÕES.....172

REFERÊNCIAS.....184

APÊNDICES.....192

Roteiro de Entrevista

INTRODUÇÃO

Quais descobertas nos traz a pesquisa? A resposta ou as respostas a esta pergunta é o que pretendemos apresentar paulatinamente em cada capítulo deste trabalho. No entanto, antes de respondê-la é conveniente apontarmos as motivações para o tema, como se deu a formação da problemática e como surgiram os elementos do debate que culminaram nas questões de pesquisa, no problema central e nas suas hipóteses.

A temática e a problemática escolhidas originam-se, de certa forma, da nossa própria formação subjetiva, pois constituem parte das nossas origens por meio do lugar escolhido para a feitura da pesquisa e da conseqüente interação com a cultura local, resultando no desejo de descobrir as raízes do conjunto de forças que interferem na produção dos territórios sertanejos estudados. Passamos a conhecer melhor a influência do processo histórico na vida de seu povo e o que a realidade de Água Branca¹ possui de comum com a formação do Brasil e vice-versa. Por isso o lugar escolhido para realizar a pesquisa de campo é o mesmo onde nascemos, tornando-se, por isso, uma das categorias de análise, mas escolhido principalmente, devido ao rico conjunto de fatos e acontecimentos históricos ali encontrados que nos apresentam indícios para explicação de parte da problemática a ser apresentada. Ao mesmo tempo em que tais particularidades fazem do lugar algo único o que parece ser uma das características dos lugares, é ao, mesmo tempo, plural e global e, por isso, também contém elementos contemporâneos que serão devidamente apresentados junto aos elementos pretéritos, tanto locais como globais, na tentativa de se descobrirem pontos de convergência e divergência que ajudarão a explicar e compreender os fenômenos.

Nestas reflexões, percebemos que alguns aspectos do passado podem-se reproduzir ao longo do tempo. Isso faria com que o “velho” ainda esteja presente no “novo”? Em nossa viagem ao passado encontramos um elemento principal: o sujeito histórico que ora reproduz as “velhas” práticas, mas que também é mutável. Nesta viagem, sentimos a importância do fato de fazermos parte da realidade que ajudamos a revelar, do contexto, do modelo de estrutura estabelecida. Isso, aparentemente, pode significar uma maior capacidade de apreensão da realidade local, ou não, pelo fato de estarmos tão próximos dela, podendo não sermos capazes de decifrar os enigmas, pois, guiados pela emoção, podemos embaçar a razão científica. Entretanto, assumimos o desafio que se mostrou útil. Paulatinamente apontaremos como fizemos para que alcançássemos ao menos parte dos objetivos a que nos propomos.

¹ O município de Água Branca em Alagoas é apresentado com seus detalhes históricos e formação territorial no capítulo 3. Para visualizar suas divisões geográficas, formação e economia ver página 130 - mapa da cidade.

Da interferência do indivíduo na realidade e da influência desta sobre os mesmos nascem as identidades individuais e territoriais, e é nessa interação, acreditamos, que se encontram as respostas ao enigma, às questões e às hipóteses desta pesquisa. Por que agem os indivíduos como o fazem? Por que seguem os mesmos determinados caminho em detrimento de outros? Por que formam grupos? Como se interinfluem estes?

O que separa essas histórias de vida de ontem e de hoje e a mudança de rumo que algumas tomaram, e ainda tomam, para melhor ou para pior? Certamente, os que, em algum momento, ultrapassaram a pobreza material tiveram acesso a algo imaterial que mudou o rumo de suas vidas, o que, no entanto, não mudou a vida de todos que pertenciam ao mesmo lugar. O acesso à educação pode ser um exemplo. Nossos antepassados criaram, de algum modo, uma estrutura que despertou em alguns dos sujeitos o interesse pelo novo, o que prova que a escola não pode, sozinha, efetuar transformações, devendo, para tanto, haver um sujeito desperto e interessado, além, naturalmente, de condições materiais adequadas para que isso se estabeleça com qualidade.

Definitivamente, o sujeito de interesse público não pode ser deixado sozinho, nem ser fruto de uma determinada estrutura ou de si próprio. Há uma inevitável interação entre estrutura e ação e disso fizemos nosso ponto de partida para estabelecer o debate em torno da pobreza e da política social em questão.

Sem dúvida, a pobreza material é algo degradante, mas para compreendê-la, é necessário, antes, investigar as suas raízes históricas, tanto no plano local, como no global e, assim todas as suas facetas e/ou fontes de manutenção. Apesar de tudo acontecer nos lugares junto às suas especificidades, tais acontecimentos são também influenciados pelo contexto global, permeado por um “*globalitarismo*” que parece tentar anular as territorialidades, o que faz urgente enxergarmos as demais dimensões da pobreza, pois estas são as bases que sustentam o baixo acesso às necessidades básicas pelos indivíduos vítimas da pobreza material.

Como visto, a motivação para pesquisar a problemática é fruto de um conjunto de fatores que direta e indiretamente estão ligados também à nossa formação pessoal e profissional. A metodologia adotada não poderia seguir outro caminho, pois já tínhamos a consciência que somente a convivência e a observação favoreceriam a construção do conhecimento.

No período em que fazíamos a graduação em Administração, surgiram os primeiros questionamentos que se aprofundaram quando passamos a trabalhar no microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que reforçou nosso desejo de esclarecimento, pois nos

indagávamos sobre qual o real alcance dos objetivos propostos por parte destes programas de redução da pobreza. Após vieram várias outras experiências que deram mais vigor as inquietações. Por fim, nos deparemos com a problemática, tendo como inquietações iniciais, motivadoras da produção de um projeto de pesquisa, as seguintes perguntas: Qual a dimensão e significados da pobreza? Quais as possibilidades de programas governamentais ou não-governamentais que objetivam reduzir e/ou erradicar a pobreza, alcançarem o que prometem?

Somente a sociologia, através dos métodos qualitativos e de metodologias adequadas, aliada às ricas teorias sociais, nos proporcionou um pensar mais profundo sobre as variadas facetas do problema e, assim, reformularíamos o projeto atendendo a um novo objeto com um amplo espectro de questões.

Entretanto, somos cuidadosos com o caminho que adotamos, pois queremos ajudar, mas sabemos que o terreno é tortuoso e árido. A temática requer um tratamento e um olhar especiais não podendo ser pobre em seus argumentos. Sabendo das nossas limitações, colocamo-nos abertos a críticas, pois o que mais desejamos é contribuir de alguma forma com algo que venha lançar mais luz sobre o pensamento existente em torno de tão delicada temática.

A primeira questão que colocamos é sobre o que mantém a pobreza, a despeito do alarido feito em torno do progresso econômico e de uma cadeia de técnicas que fazem o mundo de hoje algo único, quase excepcional, “moderno”, mas que convive lado a lado com a pobreza, a miséria e as desigualdades.

Ao menos em nosso imaginário, convivemos numa democracia, em um estado de direito que concretamente possui uma economia pujante, indicadora de progressos. Mas quais as características desses progressos e como o mesmo se dá em sua relação com o indivíduo? De uma coisa estamos certos: a inquestionável presença da desumana iniquidade forjadora de todo tipo de pobreza e exclusão, que, apoiada nas evidentes barreiras de classe, desigualdades sociais e territoriais, nega o global e amplamente difundido conceito de cidadania, em suas variadas dimensões, transformando nosso espaço social, não num espaço de conflito social saudável e regenerador, mas num espaço de violência nas suas diversas formas, em face do que levantamos a tese de que a cidadania, nas dimensões aqui propostas – ampla e restrita, particularmente no Brasil, ainda precisam ser construídas, por isso perguntamos: Quais os objetivos dos direitos de cidadania? Promover a igualdade ou criar uma barreira para o debate aberto em torno da pobreza e de seus verdadeiros limites e interesses? Indagações que, a nosso ver, levariam a respostas úteis para a avaliação do enigma da política social de que

tratamos aqui, sobretudo se levamos em conta o pensamento da socióloga Vera da Silva Telles.

Antes, é preciso esclarecer que, a modernidade² aparece-nos de maneira ambígua. A certeza é que as noções de liberdade e igualdade se mostram contraditórias e incertas, prevalecendo nos indivíduos o medo, material e existencial, símbolos da insegurança marcas desse momento da modernidade, na profunda e lúcida avaliação do sociólogo Zygmunt Bauman que nos alerta: “*A liberdade sem precedentes que nossa sociedade oferece a seus membros chegou, como há tempo nos advertia Leo Strauss, e com ela também uma impotência sem precedentes*” (BAUMAN, 2001, p. 31). Por isso, para o sociólogo vivemos a era da modernidade líquida devido à dissolução das estruturas que limitam as escolhas individuais, preponderando uma forte individualização das ações humanas o que faz com que as relações sociais atuais sejam encobertas por uma falsa noção de cidadania em que o privado é que coloniza o espaço público (perda da ágora) e todas as mazelas sociais produzidas por meio deste processo recaem sobre os indivíduos e por isso presenciamos um indivíduo fortemente inimigo do cidadão (BAUMAN, 2001).

Assim sendo, consideramos a pobreza não como uma categoria isoladamente enigmática, mas como um dos elementos do enigma, presente na política social, caso do Programa Bolsa Família – PBF que propõe entre, outras coisas, a ampliação da cidadania. É certo que a pobreza aparece numa forte contradição ao confrontarmos os inegáveis saldos positivos da economia capitalista que paradoxalmente, a despeito do que sempre se apregoa, principalmente, em torno da ideia de cidadania, vem mantendo a sociedade permeada pela pobreza. Daí o mistério em torno da ação da política pública social de renda - PBF, que aparentemente não muda o quadro. O pior do estado atual (modernidade líquida) é que a realidade é apresentada como natural, pois a cidadania aparece como redentora, deixando a pobreza invisível tanto aos olhos da sociedade como dela própria, o que não abre espaço para a cidadania.

No Brasil isso se torna mais evidente após a redemocratização com a construção da nova constituição em 1988, aliada à entrada definitiva do país no capitalismo global. E é deste importante ponto de vista que Silva Telles afirma: “*se em algum momento o Brasil se quis moderno de fato se fez e é moderno*”³. Mas a despeito de tantas e importantes mudanças a pobreza muda pouco no sentido de uma redução real. O que muda, possivelmente, e é o que nos parece, é à embalagem das formas de enfrentamento. Por isso seria possível termos no

² Referimo-nos, aqui, ao conceito baumaniano de Modernidade Líquida.

³ Referimo-nos, aqui, a modernidade no sentido do progresso econômico, institucional e legal.

PBF uma forma velada de “dádiva” estatal aos pobres como moeda de troca para a manutenção do *status quo*? Se isso for possível, tais políticas sociais atuais aparecem travestidas numa ação tutelar sobre estes indivíduos. Mas quais os interesses e como se dão? Um enigma começa a se apresentar.

Entretanto é necessário revelarmos a teia de relações que, de maneira oculta, sustenta esse modelo excludente, onde a pobreza é o maior e mais rico objeto de desejo, para quem se aproveita de sua permanência. Apontamos aqui a pobreza como uma categoria necessária e por isso até mesmo desejada por parte de grupos dominantes.

A partir disso, indagamos qual o sentido e como se dá a relação entre pobreza e cidadania? Seriam categorias antinômicas que ocultariam o enigma da “política social de renda” – PBF? Como isso se daria na práxis? Qual a contribuição do capitalismo globalizado na modernidade líquida neste processo? A histórica cultura brasileira, oriunda, das mais remotas raízes do processo e modo de vida do colonizador, ainda pode interferir nessa relação? Como a historicidade de um determinado lugar pode ajudar a explicar tal influência e como este lugar pode ainda representar um peso desta herança, mesmo em tempos moderno-líquidos? Qual o resultado deste conjunto de fatores sobre o atual Programa Bolsa Família – PBF? Como o PBF se posiciona frente a estes paradigmas, em que pese o polarizado debate em torno de seu método? Enfim, qual a opinião das receptoras do PBF sobre o resultado de sua ação em suas vidas?

O parágrafo acima apresenta as primeiras inquietações e indagações que estarão listadas e organizadas no transcorrer deste trabalho, como também o caminho metodológico que adotamos para respondê-las. Como dito os sujeitos históricos são os alvos principais, pois é, por meio, de suas ações, sensações e impressões que obteremos respostas. É a sociedade “*vista do abismo*”, como apresenta o sociólogo José de Souza Martins, que, além de colaborar com a análise feita por Silva Telles e Immanuel Wallerstein em torno das noções de pobreza, cidadania e política social, reforça por meio de suas concepções metodológicas nossa idéia de uma metodologia qualitativa, alicerçada, como veremos adiante, na etnometodologia. Para Martins, ao nos situarmos no fundo do abismo, o pesquisador tem mais condições de ver e interpretar, pois está junto àqueles que estão excluídos socialmente e assim pode perceber conjuntamente, as inquietações da sociedade contemporânea a partir de suas perspectivas (MARTINS, 2008). Para tanto escolhemos um lugar que, salvo suas especificidades, parece-nos representar muito deste Brasil que ainda buscamos compreender e interpretar. Esse lugar é o município de Água Branca, em Alagoas, que nos parece, ainda, carrega características da formação do território brasileiro, mas que agora convive lado a lado com a modernidade

líquida, produzindo um indivíduo inseguro e atemorizado e ao mesmo tempo subserviente e submisso prevalecendo um forte sentimento de inferioridade intrínseco a sua subjetividade.

Como já dito, antes de mergulhar no lugar, buscamos as raízes históricas da pobreza. Pauperismo e capitalismo possuem origens comuns, pois fazem parte dos acontecimentos da chamada revolução industrial, ocorrida, nos séculos XVIII e XIX na Inglaterra e Europa, berço da Modernidade Líquida. Para tanto nos utilizamos do estudo realizado por Karl Polanyi que narra os acontecimentos a partir da chamada “*Poor Law*”, lei dos pobres, instituída na Inglaterra e que teve um efeito devastador sobre a formação daquela sociedade e que, junto às mudanças provocadas pela industrialização crescente, significaram a anulação do sujeito de interesses tendo como resultado, na nossa interpretação, um processo de alijamento e aleijamento do sujeito. Para Polanyi é após este momento histórico que são criadas as bases para o que somos hoje como sociedade, caracterizado por um crescimento desmedido entre capitalismo e pauperismo, momento em que se dá o início da passagem da modernidade sólida para seu estado líquido.

Os fatos narrados, por Polanyi, fazem-nos pensar sobre a perversa ligação entre o progresso material originado pela revolução industrial e os tantos males sociais, fatos também apresentados e explicados de forma contundente pelo historiador Eric Hobsbawn. O pauperismo sempre foi contabilizado como somente de ordem material, o que pode ser explicado, pois se originou na falta dos bens necessários a subsistência humana. Entretanto, atualmente passamos a pensar a pobreza como sendo algo acima do seu caráter meramente material como comumente é conceituada, principalmente, pelos economistas. A pobreza material é um problema, pois é nutrido pelo baixo déficit do sujeito de interesse que, por sua vez, reproduz a pobreza material. Buscamos conceituar a pobreza uma forma que dê conta de seu caráter multidimensional, complexo e relacional o que se torna uma árdua tarefa, mas necessária. Certamente a maior pobreza é o que a falta de recursos materiais gera no sujeito de interesses público reduzindo a sua capacidade de atuação política desmontando a possibilidade do exercício amplo da cidadania que está além das condições materiais presentes na lógica capitalista.

A dificuldade de atuação do indivíduo como cidadão amplo, ou seja, autônomo, consciente é o que passamos a chamar de pobreza imaterial ou política. Essa é uma idéia amplamente defendida por Pedro Demo que nos alerta para sermos cautelosos não sendo “pobres” na definição e avaliação da pobreza e da ação de políticas sociais. Por isso apresenta as noções de pobreza socioeconômica e de pobreza política. A primeira é ligada ao plano material, mensurável via indicadores sociais e a segunda está ligada a compreensão do que

seja ser pobre. Para Demo as oligarquias se utilizaram e deixaram a pobreza inconsciente de seu lugar no espaço político. Daí o mais perigoso e degradante não é a pobreza material, mas a imaterial, devido à falta de consciência, uma vez que, “*o pobre mais pobre é aquele que sequer sabe e é coibido de saber que é pobre*” (DEMO, 1994). E esse pobre e sua pobreza é que ainda mantém o sistema de poder da forma adequada a satisfação do *status quo* dominante.

Diante os conceitos supracitados, qual o lugar da renda mínima no formato do PBF? Podemos considerá-la uma política social de combate a pobreza imaterial/política? Para Demo é preciso saber como o grupo dominante trabalha estas propostas, pois as mesmas devem ser pensadas de baixo para cima e não deveriam ser criadas sem a participação ativa daqueles que vivenciam o problema.

Para situarmos melhor a relação da renda mínima com o PBF, foi após Thomas Paine (segundo Bauman) que vários pensadores passaram a apoiar a idéia de uma renda básica de subsistência. Como poderemos ver no primeiro capítulo, deste trabalho, Philippe Van Parijs defende a renda mínima incondicional, como, aliás, também o faz o senador Eduardo Suplicy que propõe (inclusive tendo o projeto votado pelo congresso e sancionado pelo presidente Lula) a “*renda básica de cidadania*” inspirado pelas idéias do filósofo Belga. Suplicy, em sua defesa, parece fazer uma correlação entre a lei dos pobres e seu projeto cabendo nos perguntarmos: Quais são as semelhanças e diferenças entre a “lei dos pobres” e o projeto de “renda mínima” incondicional? No tocante a isso, Suplicy nos parece cometer um erro de interpretação em relação às ideias de Polanyi. Mesmo não sendo o nosso objetivo problematizar sobre a renda mínima, proposta por Suplicy é importante chamar a atenção para o fato uma vez que o PBF tornou-se uma etapa, uma espécie de projeto piloto deste modelo de política pública de renda, considerada social e por isso cabe apontarmos as ligações, uma vez que seu caráter é a transferência de renda – eixo central do PBF.

O pensamento de Bauman, em relação ao assunto, é de defesa, desde que, a renda mínima se torne um elemento de organização e formação política “*com P maiúsculo*” no objetivo do restabelecimento e equilíbrio do espaço público sobre o privado, ou seja, conforme nos diz diretamente Bauman: “*no fato de ser uma condição sine qua non do resurgimento da cidadania e da república plenas, ambas concebíveis apenas na companhia de pessoas confiantes, pessoas livres de medo existencial.*” (BAUMAN, 2000 p. 185). Ainda para Bauman, outros argumentos são importantes, mas o decisivo encontra-se na cidadania, no exercício da política pela consciência. Entendemos que surge a necessidade de profunda

compreensão em torno dos conceitos de pobreza política ou imaterial, pois “*provar que tal política (renda mínima) resulta em menos pobreza é exagero*” (BAUMAN, 2000).

Falar do caráter imaterial da pobreza é levar em consideração itens muito mais amplos como, por exemplo, o baixo acesso e uso da educação, o baixo acompanhamento médico e alimentar, as baixas oportunidades de acesso ao trabalho, à recreação, a participação política etc. (ARRIAGADA, 2005). Estas deficiências impedem o indivíduo de exercer adequadamente suas potencialidades. Um conceito acaba se interligando ao outro. A falta da renda acaba sendo um elemento que impede o exercício dessa capacidade de articulação, pois, sua falta, gera insegurança física e existencial no sujeito, dificultando sua capacidade de ação, entretanto, a renda, da forma posta pelo PBF acaba gerando também medo e insegurança.

Daí temos uma cidadania negada ou no mínimo incompleta, pois ora o indivíduo age com certo interesse público, mas não tem acesso aos bens e direitos (o que se torna um empecilho ao exercício de sua consciência com liberdade), ora tem acesso, embora de forma deficiente, aos bens e direitos, mas não consegue agir com interesse.

Em resumo, a pobreza imaterial ou política pode ser traduzida pela falta de uma “*consciência do direito a ter direitos*” e o seu oposto, que denotaria a existência da cidadania, é a presença desta “*consciência...*” (Lefort *apud* Telles, 2001), que se revela em consciência cidadã, consciência do que é de interesse público, da importância da construção coletiva.

Diante o exposto apresentamos duas noções tanto de pobreza como de cidadania. A pobreza apresenta-se na dimensão material e imaterial. A cidadania apresenta-se na dimensão ampla e restrita. Acreditamos ser mais preocupante a pobreza imaterial, pois essa é alimentada pela falta de uma cidadania ampla. O resultado é a antinomia das categorias. A pobreza imaterial/política nega a cidadania ampla, que por sua vez repõe a pobreza material, esta que no mínimo só permite aos sujeitos uma cidadania restrita.

Por sua vez, a cidadania para José Murilo de Carvalho possui um tripé básico composto por direitos políticos, civis e sociais. Para Carvalho não necessariamente os três elementos caminham de maneira equilibrada e talvez isso seja impossível. Compreendemos que a busca pelos direitos é imprescindível, pois tanto decorre de certa consciência do público como a constrói.

No Brasil, por exemplo, segundo Murilo de Carvalho, são 178 anos de tentativa de construção de uma cidadania, que, no entanto, para Carvalho nunca se completou. Seguindo seu tripé básico, percebemos que em todo momento histórico havia uma oscilação entre os direitos. Ora um estava à dianteira, ora estava dando um passo para traz. Como informa Carvalho na chamada Era Vargas, os direitos sociais saíram à frente com a criação das leis

trabalhistas, mas os direitos políticos sofreram um retrocesso, pois se vivia uma ditadura. Época em que se consolida o populismo. E no nosso entender as ações dos sujeitos também oscilavam. Ora reivindicavam com interesse e consciência, ora não.

Somos cautelosos ao raciocínio de Carvalho, pois não concebemos a cidadania de forma fragmentada. De fato a história do Brasil nos remete a perceber tais oscilações numa possível tentativa de construção de uma cidadania que para o autor ainda está inconclusa. Na verdade, para nós, a cidadania ampla nunca se estabeleceu de fato no Brasil e uma das provas é a manutenção e reprodução da pobreza, principalmente por sua faceta imaterial.

A pobreza parece ser a prova da iniquidade e isso nega a existência dos espaços de cidadania, e a cidadania, por sua vez, promove apenas uma ideia/conceito de igualdade impossível de ser encontrada nos espaços da pobreza. Essa negação das categorias, pobreza política e cidadania ampla, ocultam o jogo de interesses por trás do PBF. Isso acontece, pois as ações tanto no sentido de erradicar a pobreza como de fortalecer os espaços de cidadania caem em um jogo de interesses privados, individualistas que criam uma falsa idéia de inclusão pela cidadania.

Sendo assim, no nosso entendimento, o PBF pode vir a reforçar essa relação antinômica, promovendo uma espécie de exclusão na própria ação da pretensa cidadania. Isso decorre também do entendimento da cidadania somente sob a ótica do consumo que mesmo deficiente, possibilita o acesso mínimo a bens materiais necessários e imprescindíveis à sobrevivência, mas que não mudam ou ampliam a consciência política, do sujeito de interesse público, matéria prima da cidadania. Resulta disso a exclusão cidadã, pois no imaginário coletivo tudo parece conspirar para uma inclusão social via direitos, mas a sociedade individualizada acaba fortalecendo aspectos particulares e privados tendo como resultado um reforço dos processos excludentes escondido por traz do conceito de cidadania e de suas ações.

A exclusão cidadã acontece quando, em nome da inclusão dos indivíduos pela cidadania, as ações promovem o seu oposto – a exclusão. Diz-nos Wallerstein, “*a cidadania que inclui também exclui*” afirmando isso no contexto em que os indivíduos estão separados por uma evidente e necessária barreira de classes em que a cidadania neste caso somente cumpre o papel de reforçar a exclusão, que se dá de maneira velada.

A cidadania aparece como um objeto a ser consumido e por isso há que se pensar e problematizar em torno da possibilidade de convivermos com um fetiche em torno da noção de cidadania.

Isso se dá, pois as medidas de combate à pobreza parecem agir no imediatismo. Não trabalham a raiz do problema, mas somente as suas conseqüências e de uma maneira onde o sujeito não é encarado pela sua condição de, pelo menos, um pretense cidadão tornando-o assim um simples objeto. Para nós, o pior, é que isso se dá de maneira consciente por parte daqueles que estão à frente de tais programas, principalmente, os gestores locais que muitas vezes representam oligarquias políticas arcaicas.

Dando sustentação ao raciocínio a socióloga Vera da Silva Telles mostra-nos que o Estado quando trata o indivíduo somente pela “*figura do necessitado*” resultado de uma histórica relação autoritária e benevolente com aqueles considerados mais fracos não constrói a “*figura do cidadão, mas sim a figura do pobre*”. (TELLES, 2001) Podemos afirmar que o PBF ao possuir como característica principal a distribuição de renda e para isso ser necessário à comprovação mínima de renda *per capita* por parte da família candidata à Bolsa é promovida uma idéia invertida de cidadania, pois somente o olham pelo negativo, pelo fracasso, e tornam isso público como se tivessem sido aprovados para algo que simboliza ser o pior. Conforme Silva Telles, essas medidas é que criam a “*figura do necessitado*” e isso, como diz a mesma, faz da pobreza,

um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os fracassos da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. Se a esfera dos direitos sociais a questão da igualdade e da justiça é ocultada pela hierarquização na distribuição dos benefícios sociais, aqui é a própria noção de responsabilidade pública que se dissolve, como se fossem naturais os azares do destino que jogam homens, mulheres e crianças para fora da sociedade. (TELLES, 2001, p. 26)

Essas evidências, apontadas acima, ou geram a negação da cidadania, ou se transformam em medidas que não contribuem para a ampliação dos espaços de cidadania, ou, ainda, em decorrência deste último tornam-se espaços de manutenção da pobreza e de uma cidadania sempre incompleta, que contribui para manutenção das regalias das elites, que por agirem assim, estão longe, também, de exercerem uma cidadania, sendo exemplo, de não cidadãos. Como tão bem afirma-nos Wallerstein, a cidadania dar-se com a “*inclusão de alguns e a exclusão de outros*” e essa, nos parece, ser uma cidadania que somente confere privilégios a uma pequena parcela da população para satisfazer o capitalismo e acalmar as

maiorias excluídas das benesses do progresso econômico e tal quadro contribui e reforça a noção de exclusão cidadã em que a cidadania prevalece como fetiche.

Talvez, por isso, a pobreza seja para Silva Telles “*o avesso da cidadania*” e, em sendo assim, infere-se que uma categoria anula a outra e por isso também se negam mutuamente sendo assim antinômicas. Essas são questões e argumentos que norteiam os conceitos de Pobreza e Cidadania e são alvo de detalhado levantamento e debate no Capítulo I.

Porém, ainda é preciso saber como o PBF é historicamente constituído e como seria capaz de atacar o processo histórico de construção de certa territorialidade brasileira. O receio é que o PBF, a despeito de seus anunciados objetivos e metas, venha a imprimir uma forma de tutela aos indivíduos. Para isso investigamos primeiramente quais as origens do modelo de transferência de renda em questão, para depois compararmos com as origens da sociabilidade daqueles que o recebem no lugar escolhido.

O PBF nasce em 2003 dentro de um amplo projeto do governo do recém empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É criado o Programa Fome Zero como a grande e “redentora” estratégia de combate à fome. Mas é o PBF que se torna a mola propulsora das ações do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

Os primeiros passos do PBF teriam acontecido, segundo Ozanira Silva (2008), em 1991 com o Projeto de renda mínima do senador Eduardo Suplicy, seguidos pela proposta de renda a ser ofertada a famílias com crianças em idade escolar que estivessem freqüentando a escola, idealizado pelo economista da PUC José Marcio Camargo. Isso ocorre em 1993 e já em 1995 o então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, criou o Bolsa Escola. No governo FHC esses programas ganham variadas formas e nomes e se espalham pelo Brasil. Alguns municípios maiores adotam cada qual o seu programa de renda mínima, básica ou de cidadania, que, salvo suas especificidades, tinham as bases já mencionadas. Por fim, em 2003 o governo Lula unifica todos os programas federais, integrando também os regionais por meio do PBF.

Os valores pagos pelo PBF, até 2009, variavam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 e estão diretamente ligados ao número de filhos que possui a unidade familiar. Algumas controvérsias advêm destes valores e da maneira como são calculados. A possibilidade do aumento da taxa de natalidade, decorrente da possível motivação gerada a partir da necessidade de se ter o maior número de filhos possíveis para garantir a renda é um dos entraves do debate. Fato que somente impulsionaria a geração de novos núcleos de pobreza. Entretanto, para alguns economistas o fator positivo gerado pela capacidade multiplicativa da renda supera qualquer obstáculo. São milhões de reais “derramados” na economia. Esta é a geradora e mantenedora

da produção industrial e isso é o que importa. Para sociólogos, como José de Souza Martins, o PBF somente ajuda a aumentar e enriquecer “*os esquemas de concentração de riqueza*”.

O PBF, além disso, pode vir somente a reforçar essa tendência de reprodução de pobreza, por seu caráter meramente distributivo do “*mínimo vital*” para a sobrevivência. Contribuindo com o raciocínio acima, Souza Martins, falando sobre as políticas compensatórias nos diz que:

são apenas débito a fundo perdido, preço a pagar pela sustentação de uma economia cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população. Não há aí a esperança, ao menos a curto prazo, ao menos no prazo da urgência que se impõe. Há apenas a migalha que mitiga, não a privação das vítimas e sim os riscos próprios da continuidade de um sistema econômico organizado a partir de contradições agudas. (MARTINS, 2008, p. 14)

Entretanto, o PBF apresenta as condicionalidades como resposta, ao possível caráter compensatório, mas que geram muita controvérsia, pois obrigam as pessoas a acessarem serviços públicos essenciais que, naturalmente, já deveriam estar disponíveis e colocados a disposição da população de maneira adequada, fazendo-nos levantar a seguinte indagação: O que seria mais importante, obrigar a população pobre a utilizar dos sempre deficientes serviços públicos em troca da manutenção da renda ou manter esses serviços sempre disponíveis de maneira apropriada, fato que levaria naturalmente a população a usufruí-lo? Esse é um debate amplamente discutido por Ozanira que nos apresenta sua argumentação. A segunda alternativa parece ser a mais viável, então porque não é aplicada pelo Estado? Eis parte do enigma em torno do PBF. Mas antes é preciso conhecê-lo e por isso o PBF é apresentado e debatido no Capítulo II.

Como já informado o município de Água Branca, Alagoas é o lugar onde realizamos a pesquisa de campo. A cidade é criada em 1875 (data de sua emancipação política), mas as terras começam a ser descobertas desde 1700. É colonizada por boiadeiros, fato predominante de todas as regiões sertanejas do nordeste brasileiro. Água Branca não foge à regra colonizadora tendo como principal personagem no processo de criação da sede municipal a figura de Joaquim Antonio de Siqueira Torres, um ex-boiadeiro que ainda exerce forte influência, por meio, de seus descendentes uma vez que dentre outros ganhos, tornou-se um barão na época do Brasil Imperial. Tal poder simbólico é alcançado como resultado de sua ação política de caráter dominante e concentrador que se desenvolve e gera uma estrutura de poder que perpassa os séculos, onde a cidadania sempre passou distante. As características

dos territórios em questão, representados pela cidade de Água Branca, estão presentes no Capítulo III, onde a história da cidade também é apresentada em busca das características pretéritas que podem, ainda, conviver em interação com as características da modernidade líquida.

Diante o exposto, fica claro que adotamos como principal categoria de análise, correlacionando-a, naturalmente, as demais, a cidadania, cidadania esta que, ao longo do tempo tem tido o propósito de reduzir as iniquidades e as desigualdades sociais, mas é tomada como objeto de controvertidas e ambíguas ações que confundem nosso entendimento sobre os verdadeiros interesses dos Estados Nacionais no sentido da ampliação ou não da cidadania no espaço social global. O esclarecimento da forma como compreendemos a cidadania e como a mesma se relaciona com as demais categorias de análise é um exemplo que utilizaremos para responder as questões objeto deste trabalho. Por isso a necessidade de novos olhares, oriundos de outras áreas do conhecimento, possibilitando a avaliação por meio de ângulos diferentes de visão, mas em convergência com nosso norteamento teórico.

Com vistas a isso e também para melhor entendimento da metodologia que empregamos, apresentamos, ao longo deste trabalho, conceitos de cidadania e pobreza, a nosso ver, aqui presentes resumidamente, afins das observações do geógrafo Milton Santos, que parece perguntar-nos se, neste momento histórico, estão os Estados Nacionais abrindo espaços de cidadania ou de consumo, conclamando-nos a pensar o espaço sob a perspectiva de seu principal elemento: o homem. E aqui reside nosso interesse metodológico – o indivíduo em interação com e no espaço. Como este busca ou não a sua condição de cidadão, que é fruto da interação consigo próprio e com os outros elementos do espaço, ou seja, com as firmas, as instituições sociais, o meio ambiente e a infra-estrutura (Santos; 1997). Assim é questionada, diante do desequilíbrio de forças entre os elementos do espaço, se as políticas públicas estão sendo capazes de fortalecer os espaços de cidadania ou só estão criando espaços de consumo, em que a cidadania aparece também como objeto de consumo, estabelecendo um verdadeiro modelo de não cidadania. Mais uma vez surgem as noções de exclusão cidadã e da persistência de um fetiche da cidadania que de forma velada nos confunde, fazendo passar despercebida a presença da pobreza imaterial e política, mantenedora de torna forma de exclusão.

Para Santos, é preciso criar um modelo de cidadania não subordinado aos ditames do mercado capitalista, bem diferente, a nosso juízo, do que estamos assistindo - uma cidadania subordinada aos interesses do capital em que os indivíduos vivem inseguros, sendo hoje a incerteza a única certeza, como nos revelará o sociólogo Zygmunt Bauman que contribui com

a análise de Santos ao, entre outros fatores, levantar a necessidade de um renascimento da cidadania. Diz-nos o pensamento miltoniano no tocante à cidadania: “*Numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão.*” (SANTOS, 1987, p. 5). Cabe aqui perguntarmos: Qual direção, das apontadas por Santos, segue o PBF? Os dados produzidos em Água Branca dão-nos essa resposta ou, ao menos, a partir de suas territorialidades, mostram indícios da mesma?

Para alcançarmos os esclarecimentos que permitam apontar quais os resultados do PBF foi preciso, primeiro, compreendermos como se deu e ainda se dá a formação do espaço territorial em questão, que, como tal, possui especificidades e uma historicidade que, se bem levantadas e entendidas, ajudarão na análise dos significados dados por seus ocupantes.

Como é detalhado nos capítulos que seguem, com base na bibliografia específica, podemos inferir o fato de que o sertão nordestino foi historicamente fornecedor de mão de obra necessária para a construção do projeto modernizador do Sul e Sudeste do Brasil. Todavia, fomos percebendo, ao longo do trabalho, que agora o Nordeste também nos parece possuir características de modernidade, pois possui forte ligação com o global através dos avanços proporcionados pelo meio técnico-científico, ao mesmo tempo em que ainda convive com a pobreza e a desigualdade, símbolos do atraso. Entretanto o que nos parece mais problemático, e talvez enigmático, são os modos de enfrentamento a esses velhos problemas sociais, que continuam sofrendo a influência da cultura política que dominou o Brasil arcaico (mandonismo, coronelismo, clientelismo, paternalismo, etc.) e que convive de maneira paradoxal com as mudanças. O “velho” e o “novo” convivem juntos em um movimento dialético que não abandona as raízes. Isso não acontece somente no sertão nordestino, mas também nos lugares onde o projeto modernizador, no Brasil, se iniciou. Pois lá (Sul e Sudeste), como cá (sertão nordestino) convivem as forças do progresso (material e imaterial) e as forças do atraso (material e imaterial).

Para lançar luz sobre as hipóteses desta pesquisa, é necessário também debater questões específicas ligadas ao modelo de ocupação e ordenação territorial. Daí surge a necessidade de perguntar-mos: Quais as diferenças e similitudes entre os espaços territoriais em debate? Quais forças atuam sobre estas realidades socio-espaciais? Como se dá a troca de forças entre os diferentes espaços territoriais? Como agem e reagem os indivíduos membros neste processo de construção/reconstrução da realidade socio-espacial? Ainda para Milton Santos, há uma perversa globalização em curso que afeta todos os lugares e pessoas, podendo descaracterizá-los. Em contrapartida, é no local que o processo perverso pode ser invertido,

uma vez que o indivíduo, no uso das tecnologias da informação geradoras de conhecimento, adquire mais poder. Na mesma proporção que avança a globalização, avança, em parte, o poder do indivíduo no local. Entretanto, como nos mostrará Bauman o poder global vem imprimindo grande força coercitiva sobre o local e sua política, mas também, no nosso entendimento, surgem, novas possibilidades de ação. No entanto, percebemos na visão miltoniana a presença de um indivíduo atuante e consciente.

Na tentativa de trazer alguma resposta, utilizamos como método o levantamento histórico de cada categoria que forma a problemática, ou seja, a pobreza, o lugar, o programa, a cidadania e o capitalismo, juntando-se a isso a interpretação de falas de alguns atores sociais e sujeitos recebedores do PBF. Para isso, as categorias são conceituadas e correlacionadas entre si, o que possibilitou a visão do problema por seus vários ângulos. Isso nos ajudou a responder as questões de pesquisa que seguem. Estas questões foram inspiradas pelo debate teórico e pelo estudo de variados trabalhos sobre o PBF⁴, estes que ajudaram na ampliação da

⁴ Os trabalhos que versam sobre o PBF e a sua relação com a pobreza, são variados, como também os enfoques e o uso de diferentes categorias de análises e, conseqüentemente, diferentes metodologias, o que implica em avaliações e conclusões, obviamente diversas. Vemos que isso se dá tanto pelo norteamento teórico do investigador, por sua área de estudos e pelos métodos que utiliza. Para reforçar nossa metodologia, estudamos alguns destes trabalhos que direta e até indiretamente versaram sobre a nossa problemática. Visitamos a biblioteca virtual do PBF no portal MDS/PNUD, o portal Domínio Público e o periódico da CAPES. Chamou-nos a atenção ao pesquisarmos, na biblioteca virtual do PBF no portal do MDS, a quantidade de trabalhos ali publicados. Filtramos o conteúdo usando a palavra chave cidadania. Apareceram somente 3 artigos: Marta Maria Assumpção Rodrigues (USP) - “*políticas redistributivas e direitos civis e sociais no Brasil: o dilema de construir a democracia num ambiente de desigualdade*” – discute a inclusão dos atores beneficiados pelo campo dos direitos e da cidadania ampliada; Ana Maria Quiroga, Alejandra Pastorini, Joana Garcia, Rosana Morgado (PUC-RJ e UFRJ) “*Para além das estatísticas: qualificar o Programa Bolsa Família*”- discute as contradições entre os dados do programa e as demandas regulatórias versus as demandas dos beneficiários em municípios do Rio de Janeiro; Maria da Conceição Rodrigues Vieira (sem instituição) – “*programa bolsa família - PBF: acompanhamento da educação como condicionalidades para promoção de cidadania*” – discute as condicionalidades, no tocante a educação em um município da Paraíba e percebe que o isoladamente da política focada na renda não traz melhorias significativas na qualidade do ensino e na vida das famílias. No nosso entender nem sempre há nos trabalhos uma preocupação de debater o PBF como uma política de caráter emancipatório e/ou assistencialista. A cidadania nem sempre é uma categoria de análise importante. Como exemplo disso, os trabalhos sobre o PBF, apresentados na SBS 2009 (UFRJ) discutiram pouco a cidadania voltando-se mais para análises dos benefícios do consumo para as famílias. Foi dada pouca ênfase à multidimensionalidade do conceito de pobreza e de cidadania e seus significados atuais frente à reestruturação produtiva do capitalismo.

Nos portais Domínio Público e periódico CAPES encontram-se diversas dissertações e teses sobre o assunto oriundas principalmente do Serviço Social, da Sociologia, como também da Economia. Neste caso particular, trabalham com metodologias quantitativas e concluem que o impacto econômico é suficiente para justificar a transferência de renda. Em alguns casos acredita-se que esse é o caminho para um processo de autonomia dos indivíduos na situação de pobreza. Alguns destes trabalhos são oriundos de mestrados interdisciplinares, como é o caso do mestrado de políticas públicas. Já os trabalhos oriundos do Serviço Social e da Sociologia, que são a maioria, preocupam-se com a qualidade de cidadãos que se está gerando. Particularmente os trabalhos de Serviço Social debatem profundamente esta questão pela ótica dos direitos e metodologicamente levam fortemente em consideração a perspectiva daqueles que vivenciam a pobreza, ou seja, a fala dos “pobres”. Da mesma forma, os trabalhos de Sociologia debatem firmemente a influencia do capital e suas estratégias junto ao Estado no objetivo de um certo “Controle Social” sobre a pobreza. Assim algumas conclusões afirmam que as políticas públicas são desenhadas para dar suporte ao capital e vêem o ser humano como um “refugo”. Neste sentido, chama-se atenção para a dissertação de mestrado em Sociologia de Maria de Fátima Pereira (UFCE), sob o

visão sobre a problemática trazendo novas questões e reforçando as já existentes. Vejamos as principais questões de pesquisa:

- Qual o enigma existente no PBF? O enigma estaria relacionado na forma como se dá atualmente seu formato e as contradições existentes quando encara as dimensões de pobreza e cidadania que se apresentam antinômicas?

- O PBF é capaz de reduzir a pobreza extrema e as desigualdades históricas de forma emancipatória ou somente busca de forma compensatória amenizar a pobreza que é vista como risco social e não como um problema a ser encarado pelo baixo acesso aos direitos sociais? Enfim, o PBF age na forma de tutela destes sujeitos? Se sim, de maneira aberta ou velada?

- Como o PBF enfrenta as especificidades e as diferenças dos diversos territórios que compõem o estado brasileiro? Como o PBF influencia e é influenciado pelas especificidades territoriais de cada lugar?

- Como o PBF é influenciado pela manutenção de velhas práticas políticas que podem se encontrar travestidas no novo projeto de um Estado Democrático de Direito? De que formas se apresentariam os arcaísmos políticos oriundos da formação dos territórios sertanejos e sua possível convivência com a modernidade líquida?

- Há possibilidade do ator social ainda se comportar conforme o arquétipo da “cordialidade”? Quais implicações desta possibilidade na relação com o PBF e os gestores locais?

título: *As representações da pobreza sob a ótica dos “pobres” do programa bolsa família*. Ela faz uma trajetória do “ser pobre” como uma forma de representação em que a hipótese principal é a de que “os programas de distribuição de renda, oficialmente destinados aos pobres, e, como tal, encarnando uma concepção do “ser pobre”, constituem-se em espaços sociais de produção de representações da pobreza.” Ou seja, esses sujeitos “beneficiados” podem vir a teatralizar a idéia de ser pobre para se manterem no programa. A conclusão é de que, na visão dos pobres, pobreza é a “falta”, é, por exemplo, não ter o que comer. Mas, para a autora, essa representação não está em estado inconsciente e sim numa atitude de “resistência”. Os indivíduos têm buscado, para se manter no programa, se desqualificar, mostrar “que são os piores entre os piores”. Destaca-se também o trabalho (Dissertação de mestrado) de Luciana de Araújo Britto (PUC-RJ) sob o título “*Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política*”, onde Luciana ressalta o caráter da pobreza como não sendo só o da “privação material”, mas também da “privação política”. Há a necessidade de ultrapassar as barreiras da renda como única forma de superação da pobreza. Para Luciana é necessário também buscar o “empoderamento” dos indivíduos para o alcance de sua “autonomização” e essa deve ser uma ação também do Estado. A pesquisa revela que algumas mulheres possuem esse potencial político emancipatório e, por isso, buscam outras alternativas ao PBF, mas precisam de melhores oportunidades. O outro destaque é para a dissertação de Camile Sahb Mesquita (Unb – política social) sob o título “*O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social*”, em que Camile, de forma um pouco diferente dos trabalhos anteriores, percebe um potencial no PBF de autonomização das famílias, mesmo que haja pontos negativos e que a renda não seja isoladamente a única via. Para Camile é através da renda que os “beneficiados” tomam consciência de seus direitos e podem despertar para uma maior cobrança destes, trazendo assim maior autonomia.

- Há possibilidade de reificação de algumas práticas locais por parte dos atores no seu relacionamento com os chamados donos do poder? Se for o caso, é possível uma consciência desta condição e uma aceitação ou não da mesma?

- Como se explica a possibilidade do PBF ser usado como moeda de troca eleitoral? Estaria atrelada a isso a idéia de reificação destes indivíduos?

- Qual a importância do aumento do consumo proporcionado pela renda oriunda do PBF e a ampliação da cidadania pela consciência de direitos? Como o consumo pode interferir na ampliação dos espaços de cidadania ampla?

- Como as condicionalidades do PBF agem sobre os atores e vice-versa? Que implicações podem provocar tais condicionalidades no campo dos direitos e deveres?

- Os municípios estão dando condições para uma boa manutenção de infra-estrutura em educação e saúde que respaldem as cobranças feitas aos atores, ao cumprimento das condicionalidades? Enfim, como o PBF é gerido localmente?

- Se o município não oferece a infra-estrutura básica em saúde e educação é também punido ou somente os beneficiários quando não atendem as determinações legais do programa? Tais implicações são caminhos para a renda incondicional?

- Como o sujeito receptor do PBF no município de Água Branca percebe-se na contradição da maioria dos receptores residirem em um ambiente natural permeado de terras ricas e férteis? Por que continuam pobres ou se representam pobres? Por que, como já relatado por técnicos de Água Branca, algumas famílias pobres, de áreas consideradas mais “carentes”, ainda não entraram no PBF, quando presenciamos o aumento contínuo de famílias receptoras?

Após a apresentação destas várias questões obtemos a seguinte questão síntese:

O PBF é capaz de alcançar sua meta de redução da fome e da pobreza com a ampliação da cidadania enfrentando os principais dilemas internos e externos que se encontram na probabilidade de tutela dos indivíduos, no método de focalização das famílias, na adoção ou não de condicionalidades, na possibilidade de desconsiderar as diferentes características territoriais e históricas dos lugares, na perspectiva de interferência da política local nos seus critérios ou, ainda, neste conjunto de fatores?

Ainda, no caso específico do meio rural, há que se explicar o desconcerto do fato de que a existência de um ambiente propício à agricultura não esteja sendo devidamente valorizada e desta forma seja, paradoxalmente, permeado por núcleos familiares pobres e tão dependentes do PBF. Parece-nos que parte destas famílias se assistidas por programas de incentivo a produção agrícola e de redistribuição das terras, poderiam não mais precisar do

PBF, então, ainda, caberia perguntarmos sobre qual o motivo de não haver uma mobilização concreta neste sentido.

É na tentativa de encontrar respostas que partimos, então, do conceito miltoniano de que o território não é somente palco, mas também ator. Tomamos a cidade de Água Branca que, nesta pesquisa, é o *locus* onde estudaremos as representações desse conjunto de localizações ou “*feixes de forças sociais*”, na definição de Santos, que atuam nos espaços territoriais, no caso aqui, os sertanejos, mantendo e reproduzindo de forma travestida o “velho” no “novo”, dando lugar à continuidade de arcaísmos, mesmo quando o discurso político, aparentemente, indica mudanças de curso.

Sendo assim, como, a partir de Água Branca, podemos responder as hipóteses e as questões desta pesquisa? Por meio do estudo de sua territorialidade, historicidade, junto às categorias de análise, às pesquisas documental, histórica, teórico-bibliográfica e com a interpretação das falas dos sujeitos e atores envolvidos, por meio de entrevistas semi-estruturadas e da observação participante. E sobre o lugar, alerta-nos Milton Santos,

o mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com os outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão de obra, recursos diversos e ordens. Desse modo, o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos às finalidades próprias da sociedade local. (SANTOS, 1997, p. 13)

Vemos então, segundo Santos, que há uma obrigada ligação entre o local e o global e mais ainda uma dependência entre ambos, levando-nos a pensar que os centros de decisão e de poder dependem em parte da manutenção do *status quo* local para que assim seja possível alcançar a manutenção do *status quo* central, ao tempo em que deixa entrever a existência de um embate desigual dessas forças, simbolizado pelo atual divórcio entre poder e política (Bauman; 2007). Tal separação pode trazer como resultado a manutenção da pobreza (material e imaterial) produzida no bojo das ações modernizadoras reforçado pelo meio técnico-científico que acaba por acentuar as desigualdades, pois não sabemos mais quem está no comando do poder global que é dissociado da política local. Em contraposição lembramos que os lugares também se fortalecem e podem tornar-se o *locus* das mudanças (Santos; 1987). Isso depende da forma como sujeitos e atores utilizam-se do meio técnico-científico. Assim, como já dito, é imprescindível também levar em consideração a história e a historicidade do lugar. Mas é verdade que as categorias espaço e tempo estão interligadas. Como nos

demonstra Milton Santos, é preciso um esforço para “*transferir as relações de tempo dentro das relações de espaço*”.

Sem dúvida, este espaço já tinha uma história antes do primeiro impacto das forças externas elaboradas a níveis espaciais mais elevados, incluindo o nível mundial. Se desejamos, porém, ir além do caso particular, é a ação dessas influências, desde o momento em que elas atuam, em escala que ultrapassa o local, a região, o país ou ainda o continente, que devemos fixar como objetivo de análise. (SANTOS, 1997, p. 33)

Diante disso, é que sobressai a importância da historicidade e da territorialidade como elementos imprescindíveis no caminho metodológico, ainda mais quando vivemos um momento histórico onde o espaço total é um sistema estandardizado pelo modo de produção mundial, onde presenciamos uma forte contração do espaço, não havendo mais limites da ação do tempo no espaço. Fala-nos Santos sobre esta fase atual chamando atenção para o fato de que,

todos os espaços são espaços de produção e de consumo e a economia industrial (ou pós-industrial?) ocupa praticamente todo o espaço produtivo, urbano ou rural. Por outro lado, atingindo um novo patamar da divisão internacional do trabalho, todos os lugares dela participam, seja pela produção, seja pelo consumo. (SANTOS, 1997, p. 40)

Assim, em resumo, quais as características particulares/locais e ao mesmo tempo gerais/globais que interagem e influenciam a sociedade local e suas políticas públicas no tocante a redução ou não da pobreza e ampliação ou não dos espaços de cidadania?

Neste caso cabe ainda explicarmos que para Milton Santos a pobreza não pode ser explicada somente com dados estatísticos (SANTOS, 2009). Também não é resultado, como alguns teóricos já sustentaram, de razões meramente climáticas, demográficas, de relação ao crescimento econômico ou ainda ao êxodo rural. Não se pode apenas apresentar números ou linhas de pobreza, que indicam algo que, comumente, é explicado de maneira ambígua e com recursos lingüísticos que impressionam, mas não explicam o problema por dentro, ou seja, a partir da ótica do pobre e de sua relação com os seus. Para Santos a pobreza é também, e acima de tudo, uma questão política. E isso significa pensá-la para além da renda, do material, da possibilidade de consumo dos pobres, mas, sobretudo por sua capacidade de organização coletiva embasadas em idéias políticas que fundam ideais comuns. Entretanto, o pobre não pode vir a ser responsabilizado por sua condição de pobre. Nas palavras de Milton Santos

“(…) a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.” (SANTOS, 2009). Com isso queremos afirmar que deve haver um exame de contexto e o contexto político-social que nos defrontamos no sertão alagoano, mantém e repõe a exclusão disfarçada. A pobreza não é só resultado, mas construída no jogo político-social dominante. Colabora com tal raciocínio a filósofa Paulette Dieterlen em artigo publicado pelo grupo de trabalho “*Pobreza y políticas sociales*” da CLACSO. Ao discutir direitos e necessidades básicas Dieterlen afirma sobre a pobreza,

Existe en la mayoría de los países un interés en combatir la pobreza por su aspecto disfuncional, puesto que los pobres constituyen un freno para el desarrollo económico de un país. Sin embargo, es indispensable tomar en cuenta el aspecto ético del problema. Desde este punto de vista, la pobreza es un mal en sí mismo: quines la padecen carecen de lo indispensable para ejercer el más mínimo grado de autonomía y de capacidad para llevar a cabo ciertos planes de vida. (DIETERLEN, 2001, p. 14)

Sobre a Metodologia

Aqui é necessário, em um esforço de análise, apresentar o caminho metodológico, as técnicas e os procedimentos de pesquisa que utilizamos para que pudéssemos conhecer e compreender a relação da pobreza, da cidadania e do Programa Bolsa Família – PBF nas vidas dos sujeitos locais, atuantes na realidade social presente na cidade de Água Branca, sertão alagoano. Uma certeza é que, após os levantamentos e análises de historicidade e territorialidade, esta compreensão deu-se sob a luz dos conhecimentos e interpretações trazidos por meio da observação da vida cotidiana destes sujeitos e assim extraímos seus sentidos e representações expressas através da subjetividade presente nos seus atos e falas, pois são eles os protagonistas do debate e, como tal, devem e foram escutados, para que pudéssemos trazer alguma resposta ao problema que é orientado pelas três hipóteses desta pesquisa, a saber:

A política social de transferência de renda – Bolsa Família pode vir a contribuir com a reprodução e/ou manutenção da pobreza.

A política social de transferência de renda – Bolsa Família pode vir a ser um obstáculo a ampliação dos espaços de cidadania.

A política social de transferência de renda – Bolsa Família pode vir a reforçar as relações de dependência entre sujeitos sociais beneficiados e os grupos políticos presentes nas três esferas de governo, mantendo e reproduzindo privilégios particulares em vez de alcançar seu propalado e talvez intencionado objetivo de aumentar a inclusão social e despertar a consciência cidadã, negando, assim, a possibilidade de fortalecimento dos interesses públicos.

Como havíamos anunciado, para responder a essas questões e confirmar ou refutar as hipóteses, além do levantamento histórico como método adotamos, para uma maior compreensão da problemática, as metodologias qualitativas presentes nas ciências sociais, tendo como modelo teórico de interpretação a etnometodologia que avaliou os dados produzidos no campo empírico.

Em assim sendo, é imprescindível que, ao ir a campo, o observador conheça o papel de sua própria subjetividade no processo investigativo, sob pena de, desconhecendo isso, fazer um trabalho cheio de vieses pessoais que o farão apresentar um simulacro de pesquisa em lugar de uma verdadeira pesquisa com direito a ser chamada de científica.

O método é orientado por meio da interação sujeito-objeto buscando perceber e captar mais adequadamente as várias nuances das motivações que levam a agência humana a criar as

instituições sociais e a aceitação ou não dos seus pressupostos, ou seja, nós, observadores, observamos os sujeitos e atores como produtores de sua própria realidade.

Entendemos, assim, que a interpretação da realidade seja feita por meio do conhecimento presente na subjetividade humana, razão pela qual não adotamos a idéia determinista de que o ser humano é sempre coagido por um grupo dominante, apesar dela existir. O sociólogo Alain Coulon coloca-nos a seguinte questão: “*O ator social age ou é agido?*”. (COULON, 1995), ou seja, o ator social é sujeito ou objeto da ação?

Aqui se faz necessário um esforço de reflexão. A problemática reside no fato de que, mesmo cômico de sua condição, o indivíduo não possa modificar a realidade devido à força coercitiva da estrutura já criada ao longo de séculos. Assim, em certos momentos, situações e circunstâncias, entendemos que o ator social é “agido” e assim acontece por não ter alternativas, sem que com isso perca a consciência de sua situação, coisa que é preciso ser compreendida a partir de sua realidade, pois, mesmo quando “agido”, ele tem capacidade cognitiva suficiente para entender e interpretar seus limites e possibilidades. Quando indagado sobre essas questões, o indivíduo revelou muito de toda essa perversa relação.

O resultado da pesquisa empírica nos aponta para, além da possibilidade de confirmação das hipóteses, que sempre foi um dos nossos temores, a de termos nestes sujeitos a crença de que seus objetivos de vida estão submissos aos dos donos do poder local. A noção de inferioridade parece já está intrínseca a sua construção subjetiva.

Para viabilizar essa empreitada, utilizamos, seguindo os pressupostos das metodologias qualitativas, os seguintes procedimentos de pesquisa: entrevistas semi-estruturadas e observação participante, técnicas que vêm ao encontro do que nos aponta Alain Coulon, quando afirma que: “(...) *o real já se acha descrito pelas pessoas. A linguagem comum diz a realidade social, descreve-a e ao mesmo tempo a constitui*”. (COULON, 1995, p. 7-8).

Com que a etnometodologia pode contribuir com a análise da problemática em questão? Primeiro, com sua postura epistemológica, segundo, pela ligação desta postura com o conjunto de relações proporcionadas pelas categorias da problemática. No tocante à epistemologia, Garfinkel dá outro sentido à teoria da ação parsoniana, retirando seu paradigma meramente normativo e colocando no lugar uma postura interpretativa da realidade, pois para ele o indivíduo não é um “*idiota social*”, regido, somente por estímulos externos, mas um construtor dos símbolos que criam e produzem a realidade. Em relação à ligação da sua epistemologia com as categorias da problemática, a mesma pode contribuir quando usa a sua capacidade de entender os métodos que os indivíduos utilizam em seu

cotidiano para dar sentido à vida individual e coletiva, podendo, assim, captar e interpretar falas, gestos, atitudes, registrando-as para, a partir disso, explicar como as categorias de análise aqui apontadas interagem entre si por meio dos sentidos dados pelos homens.

Coulon (1995), ao conceituar a etnometodologia, afirma ser uma

(...) pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar. (...) é o estudo dessas atividades cotidianas, quer sejam triviais ou eruditas, considerando que a própria sociologia deve ser considerada como atividade prática. (...) a etnometodologia analisa as crenças e os comportamentos de senso comum como os constituintes necessários de “todo comportamento socialmente organizado”. (COULON, 1995, p.30)

Avaliamos quais os significados, os modos de julgamento de que se utilizam estes sujeitos para se posicionarem diante da pobreza, da cidadania, do PBF e do modelo econômico, político e histórico em que atuam. Dessa forma, podemos enfrentar o problema de modo a atender seu caráter complexo e multidimensional.

Como visto, a etnometodologia possui, como uma das características, principais a capacidade de encarar o ser humano (ator social) como produtor de sua realidade, e, assim, capaz de determinar o meio em que vive, pois está em constante interação com os outros membros (indivíduos), interpretando, mesmo que inconscientemente, os seus atos e é assim que o real se faz, criando uma territorialidade. A etnometodologia valoriza a linguagem presente em gestos, atitudes, falas, pois revelam como o membro julga e pensa para agir e isso pode ser captado por meio da convivência com esses membros.

Desta forma, podemos trabalhar com a etnometodologia para decifrar os significados que os membros do lugar escolhido para análise utilizam para se representarem como são ante os próprios problemas produzidos por eles no seu cotidiano. Daí compreenderemos quais os motivos que os fazem conviver de determinado modo uns com os outros aceitarem ou não sua condição de pobreza e os entendimentos de como são tratados pelos representantes legais e por suas políticas públicas. Assim, teremos, também, um método que contribua para confirmar ou não a existência de aspectos do arquétipo “homem cordial”, de que trata Sérgio Buarque de Holanda. A leitura de linguagem e atitudes ajudará nisto, uma vez que, sendo manifestada a sua identificação, teremos um empecilho ao exercício da cidadania.

Utilizamos, então, os conceitos-chaves da etnometodologia para poder entrar na vida dessas pessoas e observar seus comportamentos e atitudes. É através da “*relatabilidade*” de

cada uma dessas pessoas/membros que podemos captar as descrições que estes atores fazem do real e, assim, tentar identificar a “*indicialidade*” que está presente em suas falas, o que se dá por sua capacidade de “*reflexividade*” da prática e “*realização cotidiana*” que cada “*membro*” em sociedade usa para a construção do real. (COULON, 1995; GUESSER, 2003). Assim, os dados não serão coletados, mas produzidos junto aos atores.

Em Água Branca, a quantidade famílias receptoras do PBF era de 2.112 em 2009 e passou para 3.149 famílias em 2010 (MDS). Isso representa um aumento de 49% em um ano. Após 7 anos de atividade do programa ainda estariam faltando serem incluídas 1.037, ou estaríamos presenciando o aumentando o número de famílias pobres? Pior, poderia está havendo um cadastramento desordenado sem levar em consideração os critérios do PBF com a multiplicação de novas unidades familiares “pobres”? Estas não são perguntas novas, pois se encontram, muitas vezes indiretamente elaboradas dentro do roteiro de questões, mas quando avançamos sobre os dados tais questões ressurgem de maneira diferente. E aqui nem levamos em consideração a questão já debatida em torno da agricultura o que reforça ainda mais uma séria contradição nos números.

Entrevistamos algumas agricultoras do município de Água Branca que possuam o cartão do Programa Bolsa Família, com o mínimo de 3 anos no PBF, o que foi feito, quando possível, por meio de visitas a associações comunitárias e pela participação em reuniões organizadas na comunidade. Como não há muitas associações contamos com a ajuda de informantes representados por professores da rede municipal de ensino e agentes do Programa de Saúde da Família, que, além de ajudarem indicando os membros com o perfil definido pelo estudo, também contribuem, com suas opiniões, impressões e avaliações sobre a problemática. Algumas das entrevistas foram acompanhadas destes profissionais, que após expressaram seus sentimentos contribuindo com as avaliações de campo.

As perguntas feitas aos sujeitos foram formuladas à medida que foram sendo demandadas pelas observações. Mas, teremos um roteiro mínimo, um guia ou roteiro de entrevistas em que são levadas em consideração as categorias de análise já apresentadas. O roteiro ou guia baseia-se em perguntas aos beneficiados. Vejamos alguns tópicos abordados: Qual o significado de cidadania? O que significa ser pobre? O que é viver a pobreza e a cidadania? Qual o motivo de ter se cadastrado no PBF? O que o PBF está lhe proporcionando? Quais as perspectivas para o futuro? O PBF pode ser um meio para sair da situação de pobreza? Como? Quais suas opiniões?

A proposta não foi fazer as entrevistadas emitirem conceitos sobre os assuntos, mas proporcionar uma forma destas mulheres se expressarem sobre seus problemas, emitindo, principalmente, opiniões sobre as situações de vida.

Mas como chegamos a esse caminho? As primeiras atividades de campo deram-se mesmo antes de uma definição metodológica mais profunda. Aconteceu ainda de forma superficial, quando da confecção do projeto de pesquisa e das visitas interativas a Água Branca. Mas, foi no primeiro semestre do ano de 2009 que começamos a pensar metodologicamente. Neste processo já surgiram algumas impressões importantes. Como exemplo disso temos as festividades da emancipação política da cidade (24 de Abril de 2009), que participamos, ativamente, como observadores. Uma segunda visita deu-se na terceira semana de outubro de 2009.

Na primeira visita foram registradas as falas do prefeito, alguns vereadores e de lideranças do lugar, que nos revelam opiniões que já mostram traços das persistentes raízes, práticas pretéritas destes lugares, que continuam, de alguma maneira, camufladas no discurso e na prática modernizadora. A palavra “*assistencialismo*” é presente nas falas dos líderes comunitários, e isso, segundo relatos, acontece mais na zona rural, por ser mais afastada e constituída de pessoas mais “*frágeis e simples*”.

Na segunda visita foram priorizados os povoados/distritos alvos do contato empírico mais direto com os sujeitos em questão. Surgiram também impressões importantes que ajudaram a definição da metodologia. Entre estas impressões sobressai “*o medo*” indisfarçável que domina tanto informantes como os sujeitos sociais beneficiados pelo PBF. Há certamente um medo de perder a Bolsa, daí o receio de responder questões que possam interferir em sua continuidade no programa. O medo de perder simboliza a importância do PBF junto aos sujeitos mas, também, revela a dependência ante as elites coordenadoras. O outro fato é que os direitos sociais, que são conquistas, podem estar sendo usados na forma de obrigação. Como afirmam os agentes de saúde, alguns beneficiados se utilizam somente coagidos, pois, se denunciados, podem perder a Bolsa. Segundo um informante (ACS), “*mulheres gestantes chegam a ir fazer o pré-natal e tomar as vacinas somente por medo de serem denunciadas e perderem a Bolsa Família*”. Fomos percebendo, desde já, o caráter enigmático presente nestas relações de medo, o que justificou a continuidade da pesquisa e do método empregado.

Aqui também explanamos os motivos da adoção do setor rural como campo empírico da pesquisa, pois é o lugar onde temos a terra como elemento central e histórico gerador de conflitos e onde fica patente a permanência dos latifúndios historicamente mantenedores do pauperismo que caracterizam o Brasil desde a sua colonização e que estão visivelmente

presentes em Água Branca. Conforme demanda nossa interpretação buscamos estabelecer um debate que vem sendo construído desde a “*lei dos pobres*”, de que trata Karl Polanyi, de cuja opinião a respeito infere-se que a mesma cerceou o direito ao trabalho pelo chamado “direito à vida” quando se concederam abonos aos pobres, o que, na verdade não passava de uma forma de dádiva que alijou e aleijou o indivíduo que trabalhava na agricultura, e perdia suas terras, naquela época e contexto. E, nos momentos atuais, que pensamentos norteiam essas ações de abonos hoje representados pelas chamadas rendas mínimas? Como isso dá em lugares com forte vocação agrícola, como é o caso de Água Branca? Estaríamos reproduzindo más experiências do século XVIII?

Ainda cabe perguntarmos: A saída para os sujeitos destes lugares seriam projetos de renda mínima? Há possibilidade de reificação dos sujeitos nestes lugares? Que sinais podem ser observados que validem ou não a existência da reificação? Pode o indivíduo, mesmo reificado, ser consciente desta condição? Teríamos uma contradição com o uso da etnometodologia? No tocante a esta última pergunta cabe aqui a reflexão. O homem é o único ser vivo capaz de identificar sua condição e interpretá-la aceitando ou não como tal. Ou seja, mesmo reificado por outros grupos, o sujeito é o único capaz de se manifestar através da linguagem verbal e não-verbal, inclusive, dando sinais de insatisfação. A linguagem é aqui uma ferramenta poderosa de avaliação.

Assim, a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas, que podem ser naturalmente associadas, são as técnicas utilizadas desde o início dos trabalhos no sentido da compreensão do real na forma defendida também por Tim May

(...) se as vidas sociais das pessoas estão mudando constantemente, devemos nos tornar parte delas para entender como mudam; devemos participar delas e registrar nossas experiências dessas transformações, os seus efeitos sobre as pessoas, assim como suas interpretações. (...) as pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir de seu ambiente. Assim, os pesquisadores devem tomar parte daquele ambiente, pois somente então podem entender as ações daqueles que ocupam e produzem as culturas, definidas como os aspectos simbólicos e apreendidos do comportamento humano, os quais incluem os costumes e a linguagem. (MAY, 2004, p. 175-176)

Como visto, a metodologia foi sendo construída à medida que dialogávamos com agricultores, líderes, funcionários públicos, etc., e, por isso, ela também foi sendo produzida no meio social, histórico e teórico até a definição do melhor caminho. Entretanto, também são trazidos os dados estatísticos oficiais que serão comparados com o conhecimento empírico.

O município não possui o número exato de “beneficiados” por povoados/distritos, o que nos foi informado por membros/servidores da Secretaria de Assistência Social do município. Entretanto, devido às informações obtidas por informantes ligados ao PBF e ao Programa de Saúde da Família – PSF, o território composto pela Serra do Cavalo, sítio Ouricuri, sítio Alto da Boa Vista e Serra da Tatajuba são os que concentram o maior número de famílias receptoras do PBF. Este é um dos critérios de escolha do território, foco da investigação, aliado aos atores residentes em outros povoados como é o caso do Alto dos Coelhos localizado numa área de tabuleiro com características físicas e culturais diferenciadas. Assim a divisão se deu em dois territórios⁵ considerando que são comunidades que possuem concentração de famílias além de sua vocação agrícola. Foram realizadas entrevistas necessárias à obtenção de possíveis padrões de resposta e conduta que indiquem concordância e lancem luz sobre questões de pesquisa.

Quando da realização de entrevistas, participação de encontros e reuniões foram feitas gravações que posteriormente foram transcritas e interpretadas. Enfocamos, como indicado, a opinião e a percepção do indivíduo no tocante à cidadania, ao voto, a sua história e a do lugar, meios de vida, percepção em relação a sua condição material e imaterial, percepção sobre a relação do governo local e, principalmente, sobre o PBF. A atividade de pesquisa de campo se encerrou entre Abril e Maio de 2010. Com isso, levando em consideração os primeiros contatos que trouxeram a consistência metodológica, o processo de pesquisa de campo durou pouco mais de um ano.

A pesquisa de campo voltada às entrevistas semi-estruturadas culminou com a feitura de 17 entrevistas deste tipo com as receptoras do Programa Bolsa Família que, na maioria das vezes, estavam na presença de seus maridos e/ou filhos, entre outros membros da família. Em alguns casos os maridos participaram dividindo opiniões, confirmando ou esclarecendo informações, atividade esta prevista pela metodologia empregada, que buscou escutar a unidade familiar por meio das receptoras titulares do PBF, por isso, em metade das entrevistas tivemos a participação ativa dos esposos das receptoras. Em outros casos, além dos esposos, participaram outros familiares. Para preservar as identidades das entrevistadas passamos a chamá-las pelo pseudônimo “Maria”, seguido do número de ordem da entrevista.

⁵ Território 1 – parte mais alta de Água Branca, composta pelos sítios apontados – área geográfica com a predominância de serras, para além, principalmente, das características sociais que definem sua identidade territorial, marcado por baixa coesão social, dificuldade em reclamar por serviços públicos e isolamento, etc. Território 2 – parte mais baixa de Água Branca, com foco no povoado Alto dos Coelhos – área geográfica com a predominância de tabuleiros, *idem* o território 1, marcado por um melhor grau de organização social com a presença inclusive de uma associação comunitária, etc.

É preciso, também, explicar o porquê de decidirmos que as entrevistas acontecessem da forma que foi feita.

A vida nos territórios rurais possui características de costume muito diferentes do que estamos acostumados a vivenciar no meio urbano. Um dos costumes é deixar livre a entrada da casa para as pessoas. A porta sempre está aberta. Quando da visita de alguém, no caso o entrevistador, isso se tornou um fato que chamou muito a atenção dos familiares e vizinhos que vinham participar naturalmente do processo e nós não podíamos impedir suas entradas. Ocorreram algumas participações que não estavam previstas, mas que foram consideradas como complementares, contribuindo com o processo de observação e escuta das opiniões daqueles que fazem o cotidiano do lugar. Estas participações acabaram colaborando para os esclarecimentos necessários, entretanto, para não desorganizar as entrevistas com as receptoras do PBF pedíamos que somente as entrevistadas respondessem determinadas perguntas e somente depois perguntávamos aos demais que concordavam ou discordavam justificando as suas posições. Por isso, o processo de entrevistas transformou-se e mostrou-se muito mais rico do que esperávamos. Tivemos o cuidado de separar as opiniões e mostrar a contribuição, dos outros membros da unidade familiar. Em alguns casos o medo dificultou a entrevista com a receptora do PBF e, nestes casos, o esposo, por exemplo, participou mais com suas opiniões. O medo, como já vimos, está presente devido à possibilidade de perder a Bolsa. Parte do imaginário coletivo está impregnada com estes pensamentos e boa parte das pessoas acredita que tais visitas possuem o objetivo de investigá-las para puni-las, fato, que já representa um perverso ataque à cidadania.

Um dos sítios pertencentes ao território serrano não pôde ser visitado, como planejado, o caso do sítio Serra do Cavalo. Uma semana antes da nossa visita final a cidade de Água Branca no sentido da realização das entrevistas, foi noticiada pela televisão de Alagoas uma ação da polícia Federal que teve o objetivo de capturar um grupo de pessoas que estão envolvidas na plantação de maconha. Segundo informações, a Serra do Cavalo, por ser a mais alta, de difícil acesso e de terrenos bastante irregulares, permite que a maconha seja plantada sem despertar muita atenção, inclusive quando cultivada conjugada à mandioca que possui uma folha semelhante. Diante do fato ocorrido, os moradores estavam muito mexidos e a presença de um estranho fazendo perguntas poderia despertar desconfiança. Segundo fomos orientados por moradores de outras áreas pertencentes ao território em questão, este não seria um bom momento para realizarmos entrevistas no local. Desta forma, não empreendemos a ida ao local, deixando de realizar ao mínimo 3 entrevistas previstas para o lugar.

Dentro das atividades de campo também contamos com a participação de agentes de saúde da família, professores municipais do ensino básico, lideranças do lugar, profissionais da secretária de saúde e da secretária de assistência social, que também emitiram pareceres sobre a problemática posta. Com essas pessoas realizamos entrevistas não estruturadas que ajudaram a esclarecer e acabaram confirmando as ideias centrais contidas na maioria das falas das entrevistadas. Participaram deste processo cerca de 12 profissionais dos setores supracitados. A opinião destes está intercalada com as observações dos investigados principais, pois ajudaram bastante na composição das interpretações dos dados produzidos na pesquisa com as receptoras do PBF.

As entrevistas tiveram a duração de 30 minutos para a etapa de levantamento quantitativo e 1 hora e meia para a parte qualitativa. Em média passamos 2 horas em contato com cada unidade familiar o que levou a uma rica possibilidade de produção de dados, tempo que não sentíamos passar devido ao estabelecimento de um diálogo franco, aberto e salutar para ambas as partes.

A territorialidade da cidade de Água Branca está dividida nesta pesquisa em 2 principais territórios que possuem características físicas e socioculturais diferenciadas evidenciadas no decorrer do estudo e apresentação dos dados e informações produzidos. A interpretação das falas oriundas das entrevistas, bem como as ações, construídas com a participação nos eventos, visitas nas residências, conversas diversas e observações do cotidiano do lugar estão presentes, principalmente, no capítulo IV deste trabalho, que possui esse objetivo específico. A ênfase está na percepção e significados dados ao PBF, a pobreza e à cidadania por meio do olhar daqueles que vivenciam, ou seja, das receptoras do PBF e seus familiares. Tais significados estão presentes ao longo dos 4 capítulos, mas focados no quarto capítulo que apresenta como principal pilar que orienta as conclusões, estas, que além de trazer respostas às questões postas, levantam, outras novas questões.

De forma resumida, percebemos como itens centrais, que o nível de escolaridade entre homens e mulheres é bem diferente, sendo as mulheres detentoras de uma melhor escolaridade. Os valores pagos pelo PBF não parecem levar em consideração os critérios, do programa, pois, independentemente do número de filhos e renda *per capita*, é usada somente uma das tabelas de cálculo, como explicaremos nos capítulos II e IV. Todas as entrevistadas, em maior ou menor grau, possuem renda oriunda da agricultura, mas se vêem prejudicadas por falta de apoio e organização coletiva para a comercialização da produção, pois perdem muito com a forte baixa dos preços. A terra existente não é devidamente aproveitada, tanto naquelas que são de posse das famílias, como nas de terceiros. A maioria das famílias trabalha

na agricultura somente com o objetivo de buscar a subsistência devido às diversas dificuldades já citadas, como também, da “falta” de terras para trabalhar gerada pela forte concentração na posse de terras locais. A partir desta constatação, percebemos uma forte dependência destas pessoas em relação aos governos local e federal, o que parece ser fortalecido pela forma como é administrado o município e conduzida a política social de “renda” no local em questão. Tais fatos estão presentes na vida destas pessoas, por meios de suas atitudes, falas e gestos.

Dentre os vários, fatos percebidos, através da observação do cotidiano das famílias, estilo de vida e de posses, chamou-nos a atenção, pelo seu caráter contraditório, uma vez que “todas” as famílias possuem uma renda muito baixa, o fato de que a maioria dos núcleos familiares possui em suas residências uma diversidade de eletrodomésticos (TVs, aparelhos de som, antenas parabólicas, aparelhos celulares, etc.) podendo levar a uma interpretação de inclusão econômica e, de fato, pode ser entendida assim e possui seus aspectos positivos que simbolizam avanços. Entretanto, isso só significaria mudanças concretas se os sujeitos modificassem suas práticas no sentido de uma redução da pobreza imaterial/política o que, infelizmente, não presenciamos, como veremos e debateremos nos capítulos a seguir, que demonstram a prevalência de um coronelismo cordial travestido no moderno estado democrático de direito que, como apontamos, é líquido e, como tal dissolve as relações e laços que poderiam existir entre os sujeitos de interesse público e, assim, contribui para a (des) construção da cidadania.

CAPÍTULO I

POBREZA E CIDADANIA: CATEGORIAS ANTINÔMICAS QUE OCULTAM O ENIGMA EXISTENTE NA “POLÍTICA SOCIAL DE RENDA” – CASO DO PBF

¿Quién podría estar interesado en mantener a millones de personas en la pobreza? El sentido común suele invitarnos a pensar que la pobreza perdura por causas no intencionales, una concepción muy cómoda para quienes controlan las estructuras de poder. En última instancia, al concebir la pobreza como una ocurrencia espontánea no atribuible a ningún grupo o persona en particular, las políticas públicas pueden ser presentadas como intervenciones “neutrales” motivadas por consideraciones humanistas o técnicas. Utilizando esta fórmula para justificar sus propuestas, los gobiernos, las instituciones multilaterales o las empresas transnacionales logran presentarse como agentes altruistas cuyo interés primario es eliminar la pobreza y no producirla. Esta es la versión hegemónica de la historia de “la comunidad internacional” y sus esfuerzos por “un mundo sin pobreza”. Y así comienza la “naturalización” de la pobreza, el principio semiótico para una infinidad de fantasías.

Juan Fernando Terán. Las Quimeras y sus Caminos. CLACSO - 2007

1.1 Introdução

O trecho do livro, epígrafe deste capítulo, mostra uma trilha para o caminho que queremos seguir ao debater o tema da pobreza e sua relação com a principal política pública social do governo do presidente Lula – Programa Bolsa Família - PBF – no tocante à possibilidade de alcance ou não de uma cidadania ampliada a todos. A provocação feita por Terán faz-nos pensar como de fato seria e é cômodo encarar a pobreza como algo não intencional, natural e, assim, estaríamos livres da idéia de interesses e interessados na produção da pobreza. Mas esta, certamente, não é a realidade. Neste capítulo buscaremos esclarecer as origens da pobreza e sua relação espacial e temporal com a origem do capitalismo moderno. A pobreza e a cidadania apresentam-se como categorias multidimensionais. A cidadania passa a ser um ponto de referência no entendimento dos possíveis avanços e/ou retrocessos advindos da política social, de transferência de “renda” – PBF.

Neste contexto, a pobreza e a cidadania atualmente são elementos do enigma presente na “política social de renda”, caso do PBF, objeto deste estudo. Os direitos de cidadania

fazem parte de uma conquista histórica, mas são rotineiramente negados de uma determinada maneira fazendo prevalecer uma pobreza que é sempre tida como em declínio. Desta forma, o enigma do PBF está presente no porquê da permanência e persistência da pobreza no atual Estado democrático de direito e em uma consolidada economia, ou seja, aparece na forma e no modo como os direitos de cidadania são negados no mesmo momento em que se consolida a política social. Há, assim, uma antinomia entre pobreza e cidadania e isso confunde a aplicabilidade da política social. Percebemos a possibilidade de uma negação de ambas categorias, pois é a tutela estatal que prevalece sobre estes indivíduos “beneficiados” e não a construção de sujeitos de direito. Qual então o lugar dos direitos e o que significam no sistema capitalista moderno líquido? A pobreza nega a cidadania no momento em que estatui a iniquidade em nome da igualdade da cidadania, dentro de uma situação econômica – capitalismo moderno– onde só é possível conviver com a desigualdade.

A cidadania, que deveria ser uma conquista conjunta entre a sociedade e o governo, no caso brasileiro nunca fez parte de um articulado e organizado projeto revolucionário, antes constituindo-se numa “dádiva” oriunda de um paternalismo rural e num populismo que alijaram e alejaram o sujeito de interesse público, o que só fez aumentar a pobreza, contrariamente ao que se apregoava em torna da noção de modernidade.

1.2 Origens da Pobreza e do Capitalismo: historicidade de categorias intrínsecas

Quando e onde a pobreza, como é vista hoje, teve origem? Qual a sua relação com o surgimento do capitalismo industrial, fundador e mantenedor da era moderna que agora se encontra em seu estado líquido? Para responder estas questões baseamo-nos inicialmente no trabalho de Karl Polanyi, que nos relata fatos de um momento histórico marcado por muita contradição, destruição e desmanche em nome da renovação que simbolizava a “*Grande Transformação*” ora em curso. Podemos afirmar que desde o século XVI foram criadas as “*origens da nossa época*” como, irá apontar Polanyi. O caráter multidimensional da pobreza é paulatinamente construído a partir da “*Grande Transformação*”?

A resposta a tal questão pode ser dada partindo de diferentes momentos históricos e distintos ambientes espaciais. Consideramos a sua origem nos acontecimentos que antecederam e fizeram parte da Revolução Industrial no final do século XVIII e início do XIX, mais precisamente na Inglaterra, local em que foram dados os principais passos para a criação do modelo sólido de modernidade, modelo este que logo passaria por um processo de dissolvimento, do contrário não sobreviveria. Todavia, em nosso entender, o preço pago pela sociedade, tem sido caro demais. Os preparativos para a mudança material e principalmente para modificação da conduta e do pensamento do homem iniciaram-se nos acontecimentos do século XVI e se intensificaram neste período e podem ser consideradas o que somos hoje em sociedade – em relação à pobreza e capitalismo – como nos mostra Polanyi. E esse hoje, acreditamos, é notadamente composto por paradoxos de uma forte economia de mercado com pujante crescimento econômico, em contradição com o aumento, também pujante, da pobreza em um momento no qual a noção de cidadania parece incluir a todos em um processo social, político e produtivo onde o que prevalece é a desigualdade e a exclusão política.

A pobreza, segundo Polanyi, existe desde o século XVI, com os “*cercamentos*” que consistiram na retirada dos camponeses de suas terras e habitações, ou seja, de seu acesso e direito à vida como resultado de seu trabalho. O tecido social foi sendo destruído, transformando indivíduos decentes e trabalhadores em “*mendigos e ladrões*”. Foi uma “*revolução dos ricos contra os pobres*”. (POLANYI, 2000, p. 53). Esse êxodo forçado, conseqüência da necessidade de grandes extensões de terra para a criação, por exemplo, das fazendas de carneiros, foi a nosso ver o princípio de mudanças irreversíveis que culminaram no pauperismo. De um lado, temos o início de um processo que levaria a revolução industrial, do outro, o aumento vertiginoso do pauperismo, que, segundo alguns pensadores da época,

seria um problema facilmente reduzido com a produção ilimitada de bens materiais, proporcionada somente pela revolução industrial. Escreve Polanyi a esse respeito,

A Revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais (POLANYI, 2000, p. 58)

Encontrava-se aí a justificativa para o que até hoje se fala a cerca do capitalismo moderno. É necessário crescer e acumular para haver distribuição de riquezas. Mas a história tem-nos demonstrado o contrário. A pobreza tem crescido apesar do aumento da riqueza. A origem disso é o que queremos esclarecer, seguindo uma linha que se estende até a atualidade. O certo é que os camponeses do século XVI, ao perderem suas terras, deixaram de trabalhar e, assim, necessitavam de ajuda para garantir sua sobrevivência. Os modos desta ajuda foram a da tutela, a distribuição renda para os que não tinham trabalho em nome do “direito à vida”, como era justificado o abono dado a cada família pobre. Mas qual o resultado dessa ação? Um engessamento, na verdade, da capacidade de trabalho do sujeito de interesse público – o cidadão. Para fazer a economia de mercado funcionar foi necessário acabar com tais benefícios. Assim, o pior, após o alijamento do homem, ainda estava por vir: a utilização precária de sua força de trabalho em troca de baixos salários que só vieram reforçar o pauperismo e criar uma situação de dependência de uma minoria poderosa representada pelos donos das terras.

Desta forma, a questão central apontada por Polanyi dá-se com a criação da “Lei dos Pobres”. No *“período mais ativo da Revolução Industrial, de 1795 a 1834, impediu-se a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra através da Speenhamland Law”*. (POLANYI, 2000, p. 99). Provavelmente Polanyi não esteja, simplesmente, defendendo a criação de um mercado de trabalho como solução para o problema da pobreza. A questão é o porquê desta necessidade ter-se tornado tão indispensável. O trabalho nunca foi algo deplorável, precário, até este momento histórico, pois os indivíduos trabalhavam para si nos campos dos quais foram expulsos paulatinamente. É intrigante, que em nome do “direito de viver” daqueles que foram destituídos de seus meios de trabalho, foi criada uma alternativa escravizante e que se pode ter tornado num erro ainda maior. A *“Poor Law”* trouxe em nome do “direito de viver” uma sentença de morte. (POLANYI, 2000).

Os fatos seguem assim, conforme nos conta Polanyi. Os trabalhadores viviam presos em suas “*paróquias*” impossibilitados de se locomover. Só era possível se movimentarem dentro da própria paróquia o que facilitava o controle social impedindo deslocamentos e aumento populacional em determinada paróquia mais próspera. “*O act of Settlement (decreto de domicílio) de 1662 que estabeleceu as regras da assim chamada servidão paroquial só foi abrandada em 1795*” (POLANYI, 2000, p.100). Agora conforme Polanyi, seria possível a criação de um mercado nacional de trabalho. Entretanto, neste mesmo ano surge a Speenhamland Law, a “Lei dos Pobres” feita por um “*sistema de abonos*”. E “*assim ficaria assegurada aos pobres uma renda mínima independente de seus proventos*”. (POLANYI, 2000, p. 100).

Se a extinção do “*Decreto do Domicílio de 1662*” era uma porta aberta para a consolidação do mercado de trabalho, a “Lei dos Pobres” veio para impedir tal formação (Polanyi; 2000). Com a lei, os indivíduos ficaram de certa forma, “imobilizados”, pois sabiam que receberiam assistência/renda e, assim, foi-se criando um sistema vicioso que só acabou quando a “Lei dos Pobres” foi extinta, com o que o mercado de trabalho tão esperado consolidou-se e os indivíduos passaram a negociar sua força de trabalho, sua mão de obra como uma mercadoria. O trabalho como mercadoria é um dos pontos principais, intitulado “A Mercadoria” da crítica ao capitalismo feita por Karl Marx no primeiro capítulo de “O Capital”. No trecho denominado “*fetichismo da mercadoria*”, Marx descreve que a mercadoria – produto do trabalho – esconde o trabalho humano. Esse trabalho por sua vez é resultado de uma série de aproveitamentos que rebaixam o indivíduo a um simples objeto de troca. Analogicamente, teríamos, na noção de cidadania, elementos que fabricam um indivíduo livre, mas que concretamente não vive livremente em sua subjetividade. Daí, o que esconde a cidadania? A necessidade de manter sob controle as desigualdades de classes? Marx nos diz que “*A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a igualdade dos produtos do trabalho como valores*”. Ainda nas palavras de Marx

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, á margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 1975, p. 81)

Para Marx, foi criada uma falsa noção de igualdade que garante o equilíbrio para manutenção da produção. Semelhantemente, aparece hoje a cidadania que se tem consolidado de modo ambíguo assim como a modernidade que dá sua sustentação. Seria a cidadania um produto, fruto de uma ilusão construída ao longo da história da modernização? A pobreza é produzida de maneira velada dentro do próprio projeto modernizador?

Diante disso, o que esconde a cidadania de hoje junto à atuação da “política social de renda”, como é o caso do PBF? Qual o fetiche da cidadania atual?

Antes de responder tais questões, Bauman, que guia teoricamente nossas análises, fala-nos da questão da liberdade, elemento básico da cidadania e que ao longo deste escrito tomou uma dimensão analítica imprescindível a nossas conclusões. Para Bauman,

A distinção entre liberdade “subjéitiva” e “objéitiva” abriu uma genuína caixa de Pandora de questões embaraçosas como “fenômeno *versus* essência” – de significação filosófica variada, mas no todo considerável, e de importância política potencialmente enorme. **Uma dessas questões é a possibilidade de que o que se sente como liberdade não seja de fato liberdade; que as pessoas poderem estar satisfeitas com o que lhes cabe mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser “objétivamente” satisfatório; que, vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar, e assim percam a chance de se tornar genuinamente livres.** O corolário dessa possibilidade é a suposição de que as pessoas podem ser juizes incompetentes de sua própria situação, e devem ser forçadas ou seduzidas, mas em todo caso guiadas, para experimentar a necessidade de ser “objétivamente” livres e para reunir a coragem e a determinação para lutar por isso. (BAUMAN, 2001, p. 24, grifos nossos)

Retornando aos fatos narrados por Polanyi, vejamos como se deu a mudança com o fim da “Lei dos Pobres”, que, se por um lado pode ser considerado o início das liberdades “*objétivas*”, por outro pode ter simbolizado o começo das não liberdades “*subjétivas*”. Por um lado, os indivíduos estavam “livres” para procurar seu trabalho, mas, ao mesmo tempo, eram criados modos de conduta que o aprisionavam. Cabe perguntar: Se a lei dos pobres aprisionava os indivíduos, como estes se comportariam com o seu fim, uma vez que o projeto moderno líquido já modificava tudo e todos?

Provavelmente, um dos receios com a criação de um mercado de trabalho seria o possível descontrolo na utilização do homem como elemento produtivo. Mas as ações de contenção possibilitaram um mal bem maior. Polanyi resume que “*se Spenhandland* (1795 – lei dos pobres) *significava a decomposição da imobilidade* (fim do decreto de 1662), *agora o perigo era a morte pela exposição*”. (POLANYI, 2000, p. 106). A exposição à indústria não

calculava e nem levava em consideração a degradação pelo qual o homem passaria, anulado como coisa, objeto, mercadoria. A visão que os autores retratam da época é devastadora para o ser humano. Não importava as conseqüências. Era necessário o progresso. Conforme Polanyi,

Um mercado de trabalho competitivo só foi estabelecido na **Inglaterra após 1834**; assim, não se pode dizer que o capitalismo industrial, como sistema social, tenha existido antes desta data. Quase imediatamente, porém, autoproteção da sociedade se manifestou – surgiram leis fabris e uma legislação social, assim como a movimentação política e industrial da classe trabalhadora. Foi justamente com essa tentativa evitar os perigos totalmente novos do mecanismo de mercado que ação protetora entrou em conflito fatal com a autoregulação do sistema. (POLANYI, 2000, p. 106, grifos nossos)

Quando o sistema buscava formas de estabelecer certo equilíbrio entre os meios de produção e os trabalhadores isto ia impedindo, bloqueando uma reação organizada dos trabalhadores. De um lado, enfraquecendo o movimento e, de outro, fortalecendo o antagonismo que culminaria em conflitos inevitáveis, que tiveram seu ponto alto em 1848/49, momentos de muitas revoltas e movimentos operários na Europa, para o historiador Eric Hobsbawn, o início de uma nova Era a “*Era do Capital*”. Foi à época do lançamento do Manifesto Comunista de Marx e Engels, um divisor de águas na história mundial. No manifesto encontrava-se a célebre frase de Marx que dizia “*Tudo que era sólido se desmanchava no ar (...)*”. E qual o significado disso? A decomposição dos sólidos que se transformavam na operação industrial, mas, também, e, principalmente, a decomposição da ordem da vida em que as relações sociais começariam a ser mediadas pelo valor monetário, transformando, também o homem em mercadoria. (MARX, 2003).

Quanto à ação protetora – Lei dos Pobres –, entendemos que se ela tivesse continuado teria aumentado o peso negativo sobre o desenvolvimento da sociedade. A resposta à ação negativa da proteção escondia algo mais nebuloso ainda e, conforme Polanyi ninguém, na época sabia que futuro teria a sociedade a partir do que estava ocorrendo. O resultado foi que,

o homem foi forçado a resignar-se a perdição secular. Seu destino era limitar a procriação da sua raça ou condenar-se irremediavelmente a liquidação através da guerra e da peste, da fome e do vício. A pobreza representava a sobrevivência da natureza na sociedade. A limitação dos alimentos e a ilimitação dos homens chegaram a um impasse justamente quando surgia a promessa de um aumento ilimitado de riqueza, o que apenas tornava a ironia mais amarga. (...) **O pauperismo, a economia**

política e a descoberta da sociedade estavam estreitamente interligados. O pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. (POLANYI, 2000, p. 107, grifos nossos)

O aumento da pobreza foi paulatinamente sendo percebida pela sociedade e, em proporção inversa, as causas não eram entendidas, apesar de vários estudiosos buscarem sua origem. Uma das raízes foram muito provavelmente os fatos que antecederam e originaram e “*Lei dos Pobres*” e, após esta, o acirramento das necessidades materiais e humanas da revolução industrial e a consolidação do capitalismo global. Formatava-se aí um conjunto de fatos e

a dinâmica da Speenhandland se fundamentava, assim, nas circunstâncias da sua origem. O aumento do pauperismo rural foi o primeiro sintoma da convulsão social iminente. (...) A ligação entre a pobreza rural e o impacto do comércio mundial não era suficientemente óbvia. Os contemporâneos não tinham qualquer motivo que os levasse a ligar a quantidade de pobres nas aldeias com o desenvolvimento do comércio nos sete Mares. O aumento inexplicável do número de pobres era geralmente atribuído ao método de administração da Poor Law, e sem dúvida havia razão para isso. Na verdade, oculto sob a superfície, o crescimento ameaçador do pauperismo rural se ligava diretamente à tendência da história econômica geral. (...) **Muitos autores tentavam investigar os caminhos que levavam tantos pobres as aldeias e era surpreendente o número e a variedade de razões citadas como explicações. Mas apenas alguns autores contemporâneos focalizaram esses sintomas de desarticulação que costumamos associar a Revolução Industrial.** (POLANYI, 2000, p. 113, grifos nossos)

Para Polanyi, todo o processo da “*Grande Transformação*” passou de maneira inconsciente e não estratégico. Não houve um projeto, um plano. As mudanças foram acontecendo e demandando ações. Infelizmente, as ações contribuíram para a geração de uma sociedade pobre e, paradoxalmente, produtora de muita riqueza.

Hobsbawn ao estabelecer os anos de 1848 a 1875 como a “*Era do Capital*” remete-nos, transmite-nos com certo horror, aos acontecimentos posteriores à revolução industrial que consolidaram o capitalismo mundial, fatos que dariam início ao que Bauman passaria a chamar de Modernidade Líquida, que teve seu início na Europa, mas hoje atinge o “mundo” devido aos efeitos da globalização. Para Hobsbawn o progresso “*era um drama*”,

maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável. Quase nenhum dos homens de poder e influência, em todos os acontecimentos no mundo ocidental desejou pôr-lhe um freio. Apenas

alguns pensadores e talvez o maior número de críticos intuitivos previram que esse avanço inevitável iria produzir um mundo bem diferente daquele para o qual parecia levar: talvez exatamente o seu oposto. Nenhum deles – nem mesmo Marx, que havia imaginado uma revolução social em 1848 e para uma década depois – esperava um retrocesso imediato. Em meados de 1860, mesmo suas expectativas era para longo prazo. O “drama do progresso” é uma metáfora. Mas para duas espécies de pessoas era uma realidade literal. **Para milhões de pobres, transportados para o novo mundo frequentemente transpondo fronteiras e oceanos, ele significou uma mudança de vida cataclísmica. (...) O mundo dos últimos 25 anos do século XIX foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas, primordialmente, dos últimos.** (HOBSBAWN, 1996, p. 23, grifos nossos)

A visão desta época é como diz Hobsbawn, “*cataclísmica*” e, por isso, informa-nos, por outro lado, Polanyi “*os trabalhadores estavam fisicamente desumanizados e as classes dominantes estavam moralmente degradadas*”. Uma abundante riqueza passou a ser acompanhada por uma pobreza sem precedentes.

Podemos estabelecer alguma ligação entre essa seqüência de fatos de dois séculos atrás e o atual programa brasileiro de transferência de renda – PBF? Certamente, há uma diversidade de particularidades históricas, culturais e sociais, mas, em parte, parece-nos razoável, uma vez que por meio do PBF introduz-se uma renda mínima somente para os mais pobres. E essa ação tem se dado em nome da sobrevivência destes “*destituídos da sorte*”. É uma forma de “direito à vida” que substitui o “direito ao trabalho” que foram, paulatinamente, subtraídos dos indivíduos. No caso brasileiro, isso está intrinsecamente ligado ao modelo de colonização com a divisão das terras em capitânicas hereditárias e suas sesmarias, promovendo, desde o início, o latifúndio e impedindo o exercício do livre trabalho a maioria.

É fato também que o senador Eduardo Suplicy do PT vem trabalhando em um projeto que pode ter sido inspirado no modelo descrito. É também certo que partidos atuais ditos de esquerda e tidos como mais radicais criticam o PBF, fazendo uma ligação do mesmo com os efeitos pretéritos e negativos da “Lei dos Pobres”. Mas para o senador seu projeto tanto é inspirado na “*Lei dos Pobres*” como nas ideias do filósofo político Philippe Van Parijs, cujas propostas básicas, vale lembrar, discrepam das da “*Lei dos Pobres*”.

Gostaríamos de afirmar que não é nossa intenção polemizar sobre as propostas do senador Eduardo Suplicy, até por que as mesmas não fazem parte de nossos objetivos de pesquisa. Somente o citamos, pois ao contextualizar as bases ideológicas e filosóficas que sustentam o PBF encontramos o Senador como um dos ideólogos do PBF. Suas ideias inspiram experiências de renda mínima que, como afirma o governo federal, tem-se no PBF o

projeto piloto da renda mínima brasileira. Mas são muitas as controvérsias entre os protagonistas que fazem parte desta etapa do debate.

O que queremos afirmar a partir das conclusões de Polanyi por meio de seu estudo da “*Speenhamland Law*” é que essa experiência pode nos mostrar como é perigoso para a formação de uma sociedade desenvolvida as medidas da “dádiva” e da tutela. Mais ainda quando essa tutela encobre em nome de um suposto “direito à vida” a usurpação do trabalho como direito, trabalho que paulatinamente foi se transformando em algo pesaroso e perigoso. O perigo também é o de alijar o sujeito de direito. Em nosso tempo esse perigo é maior quando observado o histórico de subserviência que marcou a formação territorial brasileira desde a colonização que está, ainda, presente na sociabilidade do nosso povo. Há ainda que considerar os avanços econômicos de nossa época e de uma democracia em que o conceito de cidadania é amplamente difundido como “moderno”, mas, como veremos um moderno líquido.

O filósofo político Philippe Van Parijs, tem debatido e defendido uma alternativa dentro do sistema capitalista; a renda incondicional. Ela é incondicional, pois não há restrições e não estaria ligada somente ao fato de serem pessoas pobres os recebedores. Ao falar sobre a diferença de políticas ligadas ao estado do bem-estar social, Parijs defende um conceito para o que deve vir a ser uma política de renda mínima. Parijs afirma,

Em contraste, uma renda universal para todos os cidadãos não cria estigmas porque é um direito de todos os cidadãos, não é uma assistência para os indigentes, não cria armadilhas de dependência, de exclusão, de desemprego, porque esta renda básica é uma base, não é uma rede de seguridade. Uma renda básica não se perde quando uma pessoa encontra um trabalho e por esta razão é possível permitir um crescimento gradual do seu nível sem resultar em qualquer armadilha, como aconteceria com um aumento nas transferências do Estado de Bem-estar. (PARIJS, 2002, p. 79, grifos nossos)

Um pouco diferentemente de nós, Parijs vê uma grande oportunidade de redução da pobreza através de programas de renda mínima. Mas, como se daria, de fato, a renda mínima em um país desigual como o Brasil? Teria o PBF às características da renda mínima pensada e defendida por Parijs? Ainda, o modelo brasileiro defendido por Suplicy teria que ligações com o caso da “lei dos pobres” e com as propostas de Parijs? Os pressupostos da renda básica/mínima é uma real possibilidade para os indivíduos alcançarem sua liberdade e independência, a tão desejada autonomia? Para Parijs a renda deve ser incondicional e para

todos, o que não é o caso do PBF. Mas isso pode ser apenas um detalhe. Vejamos o que Parijs nos diz sobre o caso brasileiro no ano de 2001 quando o governo atual ainda não havia sido eleito:

O segundo país particularmente interessante é o Brasil. Existe um debate muito intenso desde a introdução no Senado Federal de uma proposta ambiciosa de renda mínima do tipo imposto negativo, garantida para todos os brasileiros, por parte do senador Eduardo Suplicy, eleito por São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores. Curiosamente, um dos senadores que naquele ano de 1991 votou a favor da introdução desta renda mínima se chamava Fernando Henrique Cardoso. Na década de 1990 havia muitas experiências municipais de bolsa escola, que é uma forma de renda mínima para famílias que tenham uma renda inferior a um certo montante mas com a condição de terem filhos entre sete e quatorze anos frequentando a escola, caso contrário, a família perde o direito ao benefício. Este é um traço importante num país no qual a escolarização está longe de 100%, e especialmente entre as famílias mais pobres. Mas existem muitas experiências deste tipo. As mais significativas estão no Distrito Federal de Brasília e na cidade de Campinas. Hoje existe um grande programa implantado pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. Obviamente, estamos longe de uma renda de cidadania para todos, do tipo proposto pelo senador Suplicy no seu livro *Renda de Cidadania* (SUPLICY, 2002). A viabilização de uma renda universal incondicional que evite a armadilha da dependência é um objetivo para um futuro bastante longínquo, e apesar de eu estar pessimista com relação à sua realização imediata, acredito que é também um horizonte para as propostas de curto prazo. (...) **Está claro para mim que nos países como Brasil ou Colômbia não se pode avançar no curto prazo com sistemas completamente universais, com benefícios concedidos tanto aos ricos como aos pobres, um critério que é central na ideia da renda básica, mas me parece que se deve avançar com esquemas seletivos. No entanto, o grande problema dos esquemas seletivos é que, inevitavelmente, eles tendem a criar armadilhas de dependência, de desemprego, que ameaçam em parte a viabilidade econômica desses esquemas e sua credibilidade política.** (PARIJS, 2002, p. 87-88, grifos nossos)

Parijs apesar de falar, na citação acima, em um momento histórico diferente do que vivemos hoje no Brasil, pois ainda não se havia consolidado o PBF, propõe as regras básicas do que para ele deveria nortear um programa de renda mínima como viria a ser o PBF que se inspira, ou pelo menos afirma se inspirar, nestas bases teóricas. Entretanto, no PBF atual é evidente a distância que tomou de suas bases filosóficas originais que teriam o apoio de Parijs. Arriscamos a afirmação de que Parijs avaliaria o atual modelo como algo, ainda distante de suas propostas, como também do que significou a “*Lei dos Pobres*”, tão propalada, por alguns teóricos, como um modelo a ser seguido.

O que reforça e torna-se o alicerce das noções que estamos construindo neste trabalho é a tese fornecida pelo sociólogo Zigmunt Bauman, por meio do que ele chama de era Moderna Líquida. Em seu livro intitulado “*Em Busca da Política*”, o autor utiliza os conceitos de sua principal tese, para reforçar a existência de um divórcio entre a política local e o poder global, levando os indivíduos a uma sociabilidade em que prevalece uma falsa noção de liberdade. A pobreza é produzida e as medidas da caridade e da tutela que norteiam os programas atuais, pelo menos no caso brasileiro, não são, definitivamente, a solução para tais problemáticas. Por isso, Bauman, ao se referir à renda mínima na busca de um argumento favorável tenha a seguinte opinião

O argumento decisivo a favor da garantia social incondicional de uma subsistência básica pode ser encontrado não no dever moral para com os desfavorecidos e despossuídos (por mais redentora para a saúde ética da sociedade que a satisfação desse dever indubitavelmente seja) nem nas versões filosóficas da igualdade ou da justiça (por mais importante que seja despertar e manter acordadas as consciências humanas a esse respeito) ou nos benefícios para a qualidade de vida comunitária (por mais crucial que sejam para o bem-estar geral e a sobrevivência dos laços humanos), mas na sua importância *política* ou para a sociedade politicamente organizada: seu papel crucial na restauração do espaço público/privado perdido. **Em outras palavras, no fato de ser uma condição *sine qua non* do renascimento da cidadania e da república plenas, ambas concebíveis apenas na companhia de pessoas confiantes, pessoas livres de medo existencial – pessoas seguras.** (BAUMAN, 2000, p. 185-186, grifos nossos)

Aqui Bauman é categórico, e sintetiza da melhor maneira a sua tese sobre a forma como o “mundo” percebe a pobreza e quais as formas ou possibilidades de ação que estão em curso, que na verdade fazem parte de uma agenda global. Se o “renascimento” da cidadania não for alcançado, o que nos leva a pensar que a mesma pode permanecer “morta”, nada de sentido haverá nestas ações de renda mínima. Certamente que aqui colocamos a morte de forma metafórica, pois sabemos e aceitamos, salvo as limitações, que houve e há significativos avanços proporcionados pelo mundo “moderno” no tocante a cidadania. Os sujeitos são cidadãos, no mínimo, de direito, mas como estamos argumentando, buscamos o cidadão de fato, o sujeito de interesse público, que infelizmente não é encontrado nesta sociedade líquida.

1.3 A multidimensionalidade da pobreza, sua relação com a cidadania e o capitalismo na modernidade líquida

O momento histórico atual demanda dos indivíduos e da sociedade uma atenção redobrada na interpretação dos fenômenos sociais (violência, miséria, guerras, desemprego, terrorismo, globalização econômica e tecnológica, etc.) e também uma imensa capacidade de pensar e interpretar uma diversidade gigantesca de dados e informações que sempre estão necessitando de ser “digeridos” por essa sociedade moderna e “líquida”, como nos aponta o sociólogo Zygmunt Bauman. Em *Modernidade e Tempos Líquidos*, Zygmunt Bauman apresenta a insegurança e o medo como características principais da contemporaneidade. Para ele “*a exclusão e a desintegração da solidariedade expõe o homem aos temores mais graves*”.

E quando Bauman expõe tal problema social, fala-nos de um projeto, o da “economia política da incerteza”. Essa se baseia na proposta e no velho discurso da inclusão por meio do crescimento econômico, este que já foi alcançado em várias partes do mundo, mas que em nada mudou a relação deste “mundo” com a pobreza, pois se vive a causa da igualdade de maneira deturpada, uma vez que prevalece no indivíduo o medo e a incerteza, pois,

Livre das rédeas políticas e das restrições locais, **a economia em rápida globalização e cada vez mais extraterritorial produz sabidamente diferenças sempre maiores de riqueza e de renda** entre os setores abastados e depauperados da população mundial e em cada sociedade. (...) Resumindo: a presença do vasto exército de miseráveis e a ampla notoriedade de sua situação são um fator contrapontístico de grande importância na ordem atual. (...) **Quanto mais destituídos e desumanizados se mostrarem e forem vistos os pobres do mundo e os da rua ao lado, melhor desempenharão seu papel num drama que não escreveram nem para o qual fizeram teste.** (...) Ao ver os pobres, os não-pobres se mantêm afastados. Isso perpetua a sua vida de incertezas. E os estimula a tolerar ou suportar resignadamente a interminável “flexibilização” do mundo. A visão do que se passa ao redor encarcera sua imaginação e tolhe seus braços. Não ousam imaginar um mundo diferente daquele em que vivem – são mesquinhos demais para mudá-lo. **E enquanto for essa a situação, as chances de uma sociedade autônoma e autoconstituente, as chances da república e da cidadania são, para dizer o mínimo, exíguas e obscuras.** (BAUMAN, 2000, p. 177-180 grifos nossos)

Assim, a modernidade mostra-se cada vez mais ambígua. Uma de suas características principais é o individualismo e, no tocante à pobreza isso se torna mais grave, pois os pobres

são abandonados e não vistos pela ótica dos direitos, mas como destituídos, merecedores de caridade. Como veremos mais à frente, compartilha dessas mesmas ideias a socióloga brasileira Vera da Silva Telles. Mas, ainda, para Bauman o pobre não pode ser tratado com medidas de altruísmo, mas como sujeitos destituídos de direitos. O modelo de sociedade impõe aos pobres perversas e duras metas que, se não alcançadas, a culpa recairá sobre os mesmos. Isso se dá porque o que reina é a individualização, como explica Bauman,

Resumidamente, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das conseqüências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independentemente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida). (BAUMAN, 2001, p. 40)

Basicamente o que se apresenta é uma pobreza invisível que se torna culpada pelas próprias mazelas, pois para o projeto moderno líquido, estão postas todas as condições para os sujeitos conquistarem seus objetivos. Isso implica, também, o fato, de que os indivíduos tenham mais dificuldade em separar e interpretar os fenômenos aos quais estão sendo submetidos no cotidiano – um paradoxo da modernidade.

A antiga modernidade “desacomodava” a fim de “reacomodar” Enquanto a desacomodação era o destino socialmente sancionado, a reacomodação era tarefa posta diante dos indivíduos. Uma vez rompidas as rígidas molduras dos estamentos, a tarefa de “autoidentificação” posta diante de homens e mulheres do princípio da era moderna se resumia ao desafio de viver “de acordo” (não ficar atrás dos outros), de conformar-se ativamente aos emergentes tipos sociais de classe e modelos de conduta, de imitar, seguir o padrão, “aculturar-se” não sair da linha nem se desviar da norma. Os “estamentos” enquanto lugares a que se pertencia por hereditariedade vieram a ser substituídos pelas “classes” como objetivo de pertencimento fabricado. Enquanto os estamentos eram uma questão de atribuição, o pertencimento às classes era em grande medida uma realização; diferentemente dos estamentos, o pertencimento às classes devia ser buscado, e continuamente renovado, reconfirmado e testado na conduta diária. (BAUMAN, 2001, p. 41)

Face a isso, para o indivíduo ser capaz de compreender adequadamente uma série de questões que o afetam em seu cotidiano moderno líquido, faz-se necessária à aquisição de habilidades incomuns, devido à exigência de conhecimentos específicos sobre áreas distintas do conhecimento humano e suas interconectividades que são imprescindíveis para o alcance

de uma compreensão dos inúmeros problemas sociais. Como nos parece ser quase impossível dar conta dessa enxurrada de dados e informações, o aproveitamento ideológico de um grupo de interesses sobre o outro parece-nos inevitável.

Alguns grupos de indivíduos naturalmente não têm condições de se aprofundar em todos os debates comuns à mesma, assim, faz más interpretações dos temas supracitados, conduzidos por aqueles que os formalizam. Essa, parece-nos, tem sido uma característica comum em nossos dias, tendo em vista, o pouco envolvimento político da sociedade, o que, por outro lado, é agravado pelos interesses de determinados grupos dominantes que se utilizam de tal situação para fornecer informações que passam a ser reformuladas e repassadas segundos seus interesses. A alta desigualdade socioeconômica que gera um déficit educacional e de cidadania contribui também para que, num verdadeiro processo de retroalimentação, tais desigualdades de informações sejam acentuadas.

Sendo o tema central a pobreza, a influência das características da modernidade líquida, torna a questão mais delicada por se tratar de indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, alvos de variados discursos e propostas formuladas na necessidade de manutenção do *status quo*. É como se houvesse um aproveitamento ou, poder-se-ia dizer, desaproveitamento dos conceitos e números da pobreza, suas causas e conseqüências e os modos de combatê-la. A pobreza, ao que parece, pode vir a ser utilizada como plataforma de manipulação, corrupção e manutenção de privilégios econômicos e políticos de determinada elite. Um possível aproveitamento seria a manutenção do *status quo*, tanto da pobreza, quanto dos “*donos do poder*”.

O debate teórico proposto não é novo e, com interpretações diferentes, vem sendo ampla e longamente debatido, tanto pela sociologia como pela economia. Também os governos nacionais posicionam-se e defendem seus projetos, não necessariamente idênticos, sequer semelhantes.

Em vista do exposto, a socióloga Vera da Silva Telles, que aponta novas interpretações e questões sobre as categorias da pobreza e da cidadania, terá forte participação no debate proposto por este trabalho. Obviamente, tais temas não estão sós e se faz necessário correlacioná-los, de maneira adequada, a outras categorias de análise (direitos, dádiva, clientelismo, coronelismo, etc.) que ao longo do trabalho vão-se apresentando para melhor explicar e compreender a problemática da pobreza e da política pública dita de reversão da pobreza. Além disso, o debate deve ser visto levando-se em consideração os discursos, interpretações e interconexões oriundas do prisma econômico, político, cultural, social e humano.

Silva Telles inicia sua reflexão teórica apontando uma leitura feita do texto de Roberto Schwarz, o qual revela a sensação dos dualismos, disparates e contrastes presentes na sociedade brasileira, ratificados por um forte desconcerto que se pode sentir no momento em que os indivíduos e a sociedade convivem naturalmente com a violência, o arbítrio e a iniquidade frente ao objetivo de ser uma sociedade moderna e civilizada. E neste sentido também se dá a convivência com a pobreza. Mas a questão principal pode se encontrar na forma como tais disparidades são tratadas pela sociedade. Como será tratada adiante, a pobreza incomoda a todos, entretanto, a maneira como ela é encarada e abordada pelo Estado e pela sociedade é que para Telles evoca um enigma, em face do que ela afirma: “*o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais*”. (TELLES, 1999, p. 89) Esse é um dos pontos principais no entendimento de sua tese, pois uma vez que a pobreza é encarada e tratada, como natural, pode-se tornar objeto de controle. Inúmeras possibilidades de mudança da realidade existem, mas o enigma se faz no modo como se operam os avanços sociais e econômicos.

Historicamente, o aproveitamento político e econômico da pobreza sempre existiu. Se o enigma da pobreza atual encontra-se no modo como os direitos são negados também o vemos no modo como se opera o aproveitamento econômico e político da mesma numa sociedade moderna e democrática com sustentáveis resultados econômicos.

A pobreza, apesar de incomodar e de ser prioridade dos programas e políticas públicas das três esferas do governo, perpetua-se e cresce, uma desordem social mal interpretada pela sociedade que também não consegue abrir mão de privilégios. Como aponta Silva Telles, esta sociedade lança mão dos direitos e leis que deveriam possibilitar a quebra de privilégios de classe, mas que, na verdade, servem para fomentar tais vantagens em nome da cidadania. Isso fica mais fortemente claro quando se percebem os discursos políticos em torno do necessitado, visto sempre, como um “*pobre coitado*”. Deveríamos questionar a figura do necessitado. O mais coerente não seria a figura de um pretendente a cidadão que não possui seus direitos validados e empregados corretamente? Quando o sujeito é considerado como necessitado não é visto como indivíduo de direitos, mas como quem precisa de ajuda que deverá vir na forma de caridade, o que dificulta, quando não impede, a ampliação e progressão do indivíduo como sujeito de direitos e de interesse.

Pensar seguindo esta linha de raciocínio é contribuir para a possibilidade de proporcionar mais uma linha argumentativa que ajude em um melhor esclarecimento da pobreza auxiliando no discernimento das causas e efeitos da pobreza.

A primeira hipótese diz respeito à possibilidade da reprodução da pobreza se encontrar enraizada nos próprios mecanismos voltados a sua eliminação. Para se estabelecer um caminho de verificação possível, tornou-se imprescindível a apropriação do debate em torno da cidadania. É necessário avaliar em que nível a política pública social em questão pode ou não propiciar, fortalecer, ou até não contribuir para a ampliação do exercício da cidadania. A segunda hipótese implica a possibilidade do referido programa ser um obstáculo na ampliação dos espaços de cidadania.

Se o programa em questão for uma barreira e não um facilitador no processo de ampliação dos espaços de cidadania daqueles que estão dependentes deste benefício, significará que a primeira hipótese desta pesquisa poderá vir a ser confirmada. Neste caso, o programa não poderá ser considerado um instrumento de transformação, mas de manutenção dos níveis de desigualdade e pobreza que pode desencadear na população um estado de paralisia atingindo o seu poder de mobilização política que é um dos principais, pilares da cidadania ampla. Em resumo, se o programa não estiver contribuindo para a ampliação dos espaços de cidadania, não há outra coisa a pensar a não ser concluir-se que o mesmo é um indutor de pobreza e não um redutor da mesma, como leva a pensar suas premissas. As duas hipóteses estão claramente relacionadas entre si.

Quais são os argumentos a esse respeito trazidos por Silva Telles que ajudam na compreensão destas hipóteses? Antes, é pertinente a avaliação de José Murilo de Carvalho (2008) da qual se infere que a cidadania só pode se dar pelo exercício equilibrado do que ele chama de “*santíssima trindade*” da cidadania, que é formada pelos direitos civis, políticos e sociais. Só o exercício destes três conjuntos de direitos pode forjar a cidadania e apontar para a possibilidade de uma determinada sociedade estar ou não, de fato, em um processo de implementação do exercício social e político necessário ao estabelecimento de uma cidadania ampla. Entretanto, para o próprio, Murilo de Carvalho (2008) isso possa ser um ideal “*talvez inatingível*”, pois teria que combinar “*liberdade, participação e igualdade para todos*”.

Quanto a nós, entendemos que a questão não se encontra somente no fato ou não de haver equilíbrio entre o tripé básico da cidadania. O equilíbrio pode até ser inatingível, mas a busca pelo mesmo não pode ser abandonada. Essa busca é que possivelmente cria o caminho para o exercício da cidadania e a ampliação dos seus espaços. Os indivíduos devem ser providos dos meios necessários ao exercício adequado de suas capacidades cognitivas, mesmo que disso não decorra o equilíbrio total entre a liberdade, a participação e a igualdade de todos. A busca desses meios, impulsionadora do ser humano para criar novas oportunidades de vida, demanda consciência política e de pertencimento, a base, a nosso juízo, de uma

autêntica cidadania. A educação e a formação política deveriam ser as bases para o alcance desta consciência.

Momento, oportuno, para se evocar o estudo desenvolvido por Silva Telles que debate, entre outras, a possibilidade, na interpretação deste trabalho, de os direitos e da cidadania serem um instrumento que, a despeito de seu aparente objetivo de dissolver privilégios históricos, existentes desde o projeto colonizador, estão, na verdade, promovendo, de maneira oculta, o seu oposto e dentro das bases da sociedade democrática de direitos. Para ela o Brasil avançou e se por um momento se quis moderno, ele, de fato, fez-se moderno e, ainda que tardiamente (citando a constituição de 1988), introduziu avanços importantíssimos na busca real de uma sociedade mais “*justa e igualitária*”. Entretanto, o que incomoda e gera desconcerto é a persistente pobreza que atravessa a história do país sempre acompanhada de discursos transformadores. O que ainda predomina, é a iniquidade, entretanto agora num mundo “*com nome*”, ou seja, em um mundo provido de uma constituição moderna com leis claras, mas que não desfazem o “*desconcerto*”. Daí surge uma das partes do problema que dá origem ao enigma da pobreza. É pertinente pensar que o Brasil introduziu, mas não conquistou os avanços constitucionais que dão sustentação a nossa cidadania.

A outra parte no processo de formulação do enigma surge do discurso do que foi sempre propagado no Brasil, o de que este é o “*país do futuro*”. Até quando este país encontra-se na busca de seu futuro? O futuro ao qual se refere não já teria chegado? Mas, então o que significaria tamanha pobreza neste país? Durante décadas, homens trabalharam na busca da construção de um projeto de futuro e do cumprimento da promessa de que com o alcance de um futuro moderno, do ponto de vista tecnológico, industrial e, conseqüentemente econômico, as mazelas sociais e a pobreza tornar-se-iam coisas do passado. Assim, este país teria conquistado sua posição no futuro. Os anos se passaram e a pobreza persiste. Preocupados correm os analistas para dar respostas. Tarefa difícil, pois como explicar o fato de uma nação rica, “*gigante pela própria natureza*” e que definitivamente introduzida na era do progresso, dos direitos e da industrialização encontrar-se permeada de tanta pobreza. Daí o enigma da pobreza ser tão forte e aterrador.

Nas palavras de Silva Telles,

Um país que construiu, base econômica e institucional para melhorar as condições de vida da população brasileira diminuir a escala das desigualdades sociais e viabilizar programas de erradicação da pobreza; se nos anos de crescimento econômico, as chances não foram aproveitadas, isso não se deveu à lógica cega da economia, mas a um jogo político muito

excludente, que repõe velhos privilégios cria outros tantos e exclui as maiorias. (TELLES, 2001, p. 18)

Como é sabido, o país cresceu economicamente atendendo a todos os pré-requisitos e exigências para a estabilização de um mercado capitalista moderno. No campo dos direitos, estes, foram, mesmo que tardiamente introduzidos na constituição de 1988, (Telles; 2001) simbolizando também essa modernidade. Com este cenário, aparentemente, promissor, a pobreza se faz presente e crescente, atraindo os mais diferentes interesses e formulas para exterminá-la. Com as estratégias mais diferentes, e sempre colocando a pobreza no cenário social como algo estranho e natural, o que não é, tais formulas contra a pobreza se perdem no imediatismo, do que o Programa Bolsa Família pode vir a ser um exemplo disso. É assim que a pobreza evoca uma variedade de ações individuais e coletivas, no sentido de amenizá-la sempre por meio do espírito caridoso e benevolente. A pobreza passa a ser algo inquietante, cruel, que deve ser combatido, mas de que forma? O que se verifica, na maioria dos casos, são medidas de “dádiva”, de caridade que se apresentam nas ações individuais e coletivas com a participação direta das organizações sociais, tomadas pela ânsia de “mostrar serviço”. E essas ações, imediatistas e benevolentes são amparadas pela falta de consciência política, que possivelmente seja a maior das pobrezaas.

É momento de abordarmos o conceito de pobreza. O conceito de pobreza usado atualmente por parte, seja de economistas, seja de setores do mercado e principalmente do Estado, é o tradicional, o econômico, ligado apenas à posse de uma renda muito baixa que impede o acesso aos principais bens de consumo, o acesso a uma quantidade mínima de recursos financeiros, o que impossibilita a aquisição de bens necessários para o consumo imediato. Constitui a condição denominada NBI – Necessidades Básicas Insatisfeitas. Nela, pessoas são privadas de alimentação, moradia, vestimenta, saúde, educação etc., o que enseja o surgimento das chamadas políticas sociais de renda mínima que visam, se não a eliminação, ao menos a atenuação dessa desumana condição, o que, lamentavelmente, por melhores que sejam as intenções e maiores os esforços despendidos, não foi conseguido até os dias de hoje.

O conceito utilizado aqui é o de pobreza política, imaterial ou intangível, conceito bem mais amplo e que dá sentido ao debate em torno da cidadania. Quando consideramos a pobreza como um fato político, estamos levando em consideração muito mais que a falta de bens mínimos para a sobrevivência, estamos também, e principalmente, levando em conta a importância desse fato na construção da subjetividade humana e social, visando com isto deixar claro que as implicações da pobreza de conhecimento, intelectual ou política, são muito

mais graves que a falta de renda, entre outros motivos, por tirar das pessoas o poder de reivindicar direitos civis e sociais que levam à cidadania, no que, a propósito, estamos em consonância com José de Souza Martins quando diz:

É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material. Isso é pobreza de interpretação. A pobreza nem sempre é exclusão e a pobreza de fato excludente é apenas o pólo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se a continua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fosse objeto e não mais sujeito. (MARTINS, 2008, p. 20)

Souza Martins e Pedro Demo fazem-nos pensar sobre o processo de nulificação ou reificação do sujeito, fato que está amplamente presente nas relações atuais e torna-se mais perigoso que a pobreza material. Desta forma, é para Demo pobreza política “*a mais intensa pobreza da pobreza brasileira*” que para ele significa,

A dificuldade histórica de o pobre superar a sua condição **de objeto manipulado**, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses. Manifesta-se na dimensão da qualidade, embora seja sempre condicionada pelas carências materiais também. Mas essas jamais se reduz, apontando para o **déficit de cidadania**. (DEMO, 1994, p. 20, grifos nossos)

Neste sentido, reafirmamos que apontamos para uma noção de pobreza que vai além do aspecto material. E é nestes conceitos sintetizados acima por Martins e Demo que acreditamos. Todavia, esse nosso entendimento não pode e não deve pôr no pobre a culpa por seu “destino” ou “sorte”, por ser “*objeto manipulado*” e lou “*sujeito nulificado*”. Não é somente o pobre o responsável por sua condição de pobreza. Para nós, são pobres políticos também aqueles indivíduos ou grupos de indivíduos que tomam o conhecimento como ferramenta de manutenção da pobreza, quando em sendo mais “esclarecidos”, deveriam agir exatamente ao contrário.

A pobreza política manifesta-se na incapacidade de consciência e na não capacidade do sujeito de se colocar no seu lugar no espaço social. Demo deixa entender que aqueles indivíduos que conhecem as regras e as normas públicas e as burlam para se beneficiarem das mesmas, também são pobres políticos, pois são eles que tornam o outro objeto manipulado e, assim, colocam-se na condição de manipuladores e promotores da pobreza política. Bauman

parece ser dessa opinião quando aponta como sendo um dos grandes perigos ou armadilhas da modernidade líquida a individualização que faz com que as falhas recaiam somente sobre os indivíduos, fato que se acentua quando falamos da pobreza. Ao falar do abismo que separa o indivíduo *de jure* do indivíduo *de facto*, diz-nos esse autor:

O impulso modernizante, em qualquer de suas formas, significa a crítica compulsiva da realidade. A privatização do impulso significa a compulsiva auto-crítica nascida da desafeição perpétua: ser um indivíduo *de jure* significa não ter ninguém a quem culpar pela própria miséria, significa não procurar as causas das próprias derrotas senão na própria indolência e preguiça, e não procurar outro remédio senão tentar com mais e mais determinação. (BAUMAN, 2001, p.48)

Para transpor esse abismo somente com a ação política, que, enfatiza ele, deve ser com “P” maiúsculo. Bauman está sempre em busca da política, da cidadania, do resgate do interesse pelos assuntos que são coletivos, tornando tais questões públicas. As noções que não visam a isso, mas ao seu contrário, recaem sobre o sujeito de maneira devastadora, desnortando-o e transformando-o em objeto de manipulação.

Cabe, aqui, ainda uma explicação sobre a noção de pobreza política proposta por Pedro Demo. Para Demo o termo possui o objetivo de sinalizar a condição de “*massa de manobra*” e assim provocar as pessoas a tomarem as rédeas de seus destinos, livrando-se do julgo do outro. Há uma violência e essa é promovida pelas elites e está expressa no roubo do que pertence ao espaço público, de maneira disfarçada, em nome dos interesses privados, inclusive no uso de determinadas políticas sociais. Para Demo,

Sistemas inteligentes não reprimem simplesmente possíveis rebeldes; preferem aliciá-los com artimanhas pretensamente inclusivas, mas que incluem na margem; o pobre continua marginalizado, mas percebe-se incluído porque recebe alguns benefícios residuais. **De fato o sistema não teme um pobre com fome; teme um pobre que sabe pensar.** O lado mais interessante da politicidade é este: a gestação de sujeitos críticos e criativos, capazes de construir cidadanias organizadas e influentes, de elaborar contra-ideologias efetivas, de oferecer alternativas com base na arte de bem argumentar (DEMO, 2006, p. 17, grifos nossos)

Decorre das problemáticas apontadas o fato de a pobreza não poder ser encarada isoladamente, estatisticamente. Irma Arriagada da CEPAL entende a pobreza como um problema multidimensional, complexo e relacional (ARRIAGADA, 2005), o que vem ao encontro de nosso pensamento, que sabemos afinado com o pensamento latino-americano.

Não entendemos a pobreza como somente a privação de bens tangíveis onde a renda é a fonte de tudo. A renda é, sem dúvida, necessária, pois possibilita o consumo, mesmo que deficiente, de bens indispensáveis à sobrevivência humana, mas não assegura, de modo algum, a conquista da cidadania, indispensável para a interpretação do fenômeno da pobreza, objeto de nosso estudo. Diferentes abordagens levam em consideração como referenciais de medição e comparação apenas a renda, mas, conquanto esta seja indispensável para o alcance da sobrevivência, não é condição suficiente para o alcance da categoria de cidadão, que pressupõe algo mais que só o ato de sobreviver.

Vem ao caso o conceito de Irma Arriagada que, permitindo contemplar adequadamente todo o sentido de multidimensionalidade, complexidade e conectividade, parece corroborar a nossa tese:

Se ha llegado a cierto consenso en que la pobreza es la privación de activos y oportunidades esenciales a los que tienen derecho todos los seres humanos. La pobreza está relacionada con el acceso desigual y limitado a los recursos productivos y con la escasa participación en las instituciones sociales y políticas. Deriva de un acceso restrictivo a la propiedad, de bajos ingreso y consumo, de limitadas oportunidades sociales, políticas y laborales, de insuficientes logros educativos, en salud, en nutrición, en acceso, uso y control en materia de recursos naturales, y en otras áreas del desarrollo. (ARRIAGADA, 2005, p. 102)

Pobreza não deve, pois, ser entendida apenas como privação de bens materiais, mas também como o não acesso a bens imateriais. Quanto a isso, Arriagada chama a atenção para o fato de que “*o modo como a define (a pobreza) determina tanto a forma de medi-la quanto às políticas para superá-las*”. No que diz respeito à pobreza, as políticas são pautadas e formuladas nos termos de como a mesma é entendida e os termos atuais de sua compreensão são o de que se trata de uma questão de renda. Mesmo quando o Programa Bolsa Família insiste que as condicionalidades complementam o projeto, temos que avaliar se há de fato condições adequadas para que tais condicionalidades, que deveriam regulamentar o acesso à renda, estejam de fato ocorrendo.

Como afirma Arriagada, a pobreza tem origem não somente no acesso restrito a rendimentos que proporcionem consumo, mas sobretudo nas baixas oportunidades sociais, laborais, educacionais, nutricionais, higiênicas e políticas. Pela natureza do PBF é dispensado dizer que o governo brasileiro utiliza como principal critério de pobreza a renda.

O que questionamos é o efeito negativo da renda mínima como único caminho possível para eliminar ou minimizar a pobreza. Já falamos que a cidadania é um parâmetro de verificação do PBF, o mais importante, pois demonstra até que ponto há mudanças qualitativas nas vidas das pessoas pelo mesmo alcançadas.

1.4 Entre o espaço público e o privado – a prevalência da “cordialidade” e da “individualização” nas relações atuais

A tomada de consciência da necessidade do debate no espaço público é um caminho para que os direitos sejam cada vez mais representativos resultando em mudanças de hábitos sociais e atitudes individuais que propiciam que os interesses do Estado se fixem acima dos interesses familiares e/ou individuais. E sobre a cidadania, Sérgio Buarque de Holanda nos mostra: “*O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo*” (1995, p. 141). Regra aparentemente simples, mas que hoje é comumente violada, principalmente pelo “homem público”, eleito pelo voto direto do povo, e esse quando se aproveita da vulnerabilidade deste povo também não está sendo cidadão, o que representa baixa consciência do público, do comum, ou seja, é também pobre político, o que ocorre há séculos, desde nossos colonizadores, vem do surgimento do “*homem cordial*” na conceituação de Sérgio Buarque de Holanda que em seu clássico “*Raízes do Brasil*”, segundo Antônio Cândido, assim se expressa:

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorram da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários. (...) Ao que se poderia chamar de “mentalidade cordial” estão ligados vários traços importantes, como a sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva. **Decorre deste fato o individualismo**, que aparece aqui focalizado de outro ângulo e se manifesta como relutância em face da lei que o contrarie. Ligada a ele, a falta da capacidade para aplicar-se a um objetivo exterior. (CÂNDIDO. In: Holanda, 1995, p. 17, grifos nossos)

Hoje esse fenômeno mistura-se com as características da modernidade líquida e tanto conduz como reforça a individualização. O não entendimento – ou o não querer entender – a distinção entre os limites do público e do privado por parte de determinados grupos da sociedade, faz com que o exercício da cidadania seja impedido ou limitado. Ainda sobre a cidadania diz-nos Holanda: “*pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e*

responsável, ante as leis da Cidade” (HOLANDA, 1995, p. 141). Encontra-se talvez aqui uma das chaves para se decifrar o enigma existente na relação pobreza-cidadania. A transgressão da ordem doméstica em nosso Estado democrático de direitos é, possivelmente, incompleta. Assim qual o espaço para a cidadania? Os interesses domésticos das elites políticas prevalecem, historicamente, sobre os da população. A sociedade, ou parte dela, pode estar aceitando que essa transgressão não aconteça a contento, pois, para que isso aconteça, significa, em parte, abrir mão de alguns privilégios históricos. Como ficariam as classes políticas e seus familiares sem tais vantagens? Apesar de parte do discurso político sempre afirmar veementemente ser contra a apropriação do espaço público pelo privado, a práxis, neste caso, é claramente inversa. A persistência da pobreza também pode ser um reflexo desta não transgressão e parte das ações políticas oriundas desta não transgressão reforça a pobreza, tornando a luta contra a pobreza uma falácia. Desta maneira o que comumente se presencia é o aproveitamento de determinado grupo sobre os outros politicamente e socialmente mais frágeis o que é feito em nome do público, do coletivo, ou melhor, do que se tornou lugar comum no discurso político – tudo é feito em nome e para o povo. Mais um exemplo da não cidadania e da pobreza política por parte dos governantes que agem no interesse privado em nome do público.

Não é mais verdade que o “público” tente colonizar o “privado”. O que se dá é o contrário: é o privado que coloniza o espaço público, espremendo e expulsando o que quer que não possa ser expresso inteiramente, sem deixar resíduos, no vernáculo dos cuidados, angústias e iniciativas privadas. Repetidamente informado de que é o senhor de seu próprio destino, o indivíduo não tem razão de atribuir “relevância tópica” (o termo é de Alfred Schütz) ao que quer que resista a ser engolfado no eu e trabalhado com os recursos do eu; mas ter essa razão e agir sobre ela é precisamente a marca registrada do cidadão. (BAUMAN, 2001, p.49, grifos nossos)

É o que a geógrafa Iná Elias de Castro também defende em sua pesquisa, quando afirma que a “*permanência das condições estruturais da região nordeste, apesar da modernização de alguns setores econômicos, decorre da preservação da estrutura de poder das suas elites*”. (CASTRO, 1992, p. 20). Junto a isso se encontram os interesses de um mercado que não mede esforços para se reestruturar. E para isso também realiza as ditas “ações sociais” que, por meio da caridade institucional, formam o grande grupo da benevolência.

É por essas e outras que Silva Telles nos convoca a pensar melhor as ações e seus significados em torno da pobreza. Ações benevolentes de um Estado que historicamente foi um implementador de políticas benevolentes trazem de volta à vida – antes mesmo de serem enterradas – características de um Estado em que o mando e a subserviência eram as bases sólidas da política e formatavam as relações sociais, principalmente, no pobre e esquecido ambiente rural. De lá para cá houve e há a possibilidade de interesses e interessados na pobreza? A pobreza tem sido também apresentada como o resultado de um progresso que não se completou, representando, assim, somente o atraso e talvez por isso as medidas de combate conforme apresentam os teóricos até aqui estudados possuem o objetivo de tão somente promover a limpeza e a higienização e assim colocam a pobreza distante, escondendo o mal. Qual varrer o lixo para debaixo do tapete. Dessa forma a cidadania independentemente de que dimensão seja adotada não pode ser levada a sério.

Nos termos de Silva Telles,

Sempre no centro da dinâmica política do país, a pobreza nunca foi, no entanto, enfrentada no horizonte da cidadania. Não há muita novidade nisso: sabemos o quanto pesa na história brasileira a tradição tutelar que transfigurou direitos no registro da proteção de um Estado benevolente. Porém, dizer que a questão da pobreza nunca foi formulada no horizonte da cidadania é ficar a meio caminho. (...) **No entanto, ao apresentar a pobreza como espelho invertido de uma modernidade pretendida como projeto, perde-se de vista os termos pelos quais essa pobreza comparece no cenário público brasileiro. E são esses termos que talvez nos forneçam uma chave para elucidar o enigma da persistência da pobreza** (...) (TELLES, 2001, p. 19, grifos nossos)

E essa é, por certo, a questão principal: quais os termos, quais os interesses e interessados na pobreza? Como tais interesses agem? A chave para o enigma encontra-se na resposta a estes termos e questões. Para maior esclarecimento reproduzimos, mais uma vez, o trecho em que Telles: “*o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais*”. E é por traz do problema pobreza que existe um enigma. O enigma da pobreza não se encontra na negação dos direitos ou na negação do progresso econômico, mas sim no modo, na forma como estes direitos e ganhos materiais são negados no jogo político-social (TELLES, 1999).

Resta-nos, então esclarecer o enigma. Mas que enigma se a pobreza é produzida no espírito da modernidade líquida e no âmago do capitalismo? O enigma, na verdade, encontra-se oculto na antinomia pobreza-cidadania, pois pobreza não é só material, mas, sobretudo

imaterial e política e cidadania não é somente acesso a direitos restritos, mas, sobretudo consciência política, autonomia o que leva o sujeito a uma cidadania ampla. Por isso, o enigma está oculto, não sendo debatido pela sociedade, pois a, no nosso ver, encontra-se na “política social de renda” que encobre as mazelas. Enfim, a que serve o PBF frente às dimensões de pobreza e cidadania aqui apresentadas? É possível ultrapassar tais dimensões se elas, no mínimo, não são levadas em consideração? Enfatizamos a importância de pensar para além da renda adquirida para o consumo imediato, por isso propomos o enigma como forma de refletir para além de suas possibilidades mais visíveis.

Bauman nos ajuda a pensar, tais questões, quando afirma sobre a principal característica da modernidade líquida o seguinte,

Em suma: o outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania. (...) Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público. O “público” é colonizado pelo “privado”; o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). As “questões públicas” que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis. (BAUMAN, 2001, p.46, grifos nossos)

A pobreza certamente não é o espelho invertido da modernidade como nos instiga Telles. A pobreza é produzida, é resultado do próprio projeto de modernidade e mantida por elementos do presente e do passado. A resposta ao enigma de Silva Telles está no fato de ser a pobreza algo forjado pela própria modernidade em que prevalece a individualização e a manutenção travestida de cordialidade como descrita por Buarque de Holanda, que por sua vez torna-se um obstáculo à ampliação da cidadania no espaço social, não realizando no indivíduo a total tomada de consciência de que pode estar sendo usado como objeto. Todavia, este indivíduo muitas vezes está consciente, mas a barreira invisível promovida pela modernidade líquida o impede de agir conforme sua consciência.

Da mesma forma aparece o PBF que, possivelmente, não muda a pobreza, mas a mantém em um nível de equilíbrio, expandindo constantemente o número de recebedores. Qual o enigma do PBF? Possivelmente, uma das respostas esteja na necessidade manter a continuidade do projeto moderno.

Os discursos de parte de políticos e de elites da sociedade trazem a resposta ao enigma. Isso pode acontecer, quando, por exemplo, tais elites afirmam que o projeto principal de seu governo é o de “*olhar mais pelos mais pobres*”. Discurso que se tornou lugar-comum. O que então significa esse olhar? Em parte cuidar. Cuidar do povo. O povo como é visto sinônimo de coitado, desvalido, destituído, obediente ou também como diz José Murilo de Carvalho, “*bestializado*”, ou seja, aqueles que atônitos vêm e de maneira bestificada, sem participação e ação, tudo passar. Isso é em parte justificado em nome de uma dívida social sempre crescente e de uma justiça social que não se realiza ou em parte não se quer realizar. E assim estar-se cometendo novas e gigantescas barbáries. Do lado do povo, o risco, é aceitar a *dádiva e a tutela* como solução imediata, parte por ignorância, parte por falta de oportunidades, parte por necessidade. Daí se gera e consolida uma figura do pobre que, para uns é a do coitado, desvalido que necessitada da caridade, seja ela particular ou agora Estatal, e para outros são as do vagabundo e preguiçoso que necessitam de lições empreendedoras para que possam acordar do “sono eterno”. Qual é, então, o lugar da pobreza? Para Telles (2001, p. 26), “*esse é o lugar dos não-direitos e da não-cidadania. É o lugar no qual a pobreza vira “carência”, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído*”. Assim, qual o significado, da constituição, dos direitos sociais e da cidadania ampla e restrita diante o quadro da pobreza material e imaterial?

Não saberíamos responder, a questão acima, de tão intrincado que se tornam tais conceitos quando estão em relação com a *práxis* social. Ainda mais desconcertante é que os mesmos direitos que são negados aos indivíduos em situação de pobreza, se tornam prerrogativas, alvos de mais vantagens, imunidades uma regalia a mais para os abastados e donos do poder que operam o direito dentro dos interesses particulares. Estes ainda se utilizam da falta de noção de direitos dos “*destituídos da sorte*” para se apropriar destes como então donos dos seus direitos, muitas vezes são representantes legais, mas que operam em causa própria. Não há uma ideia de nossos direitos, mas de “meu” direito. Isso se explica também diante as características presentes na modernidade líquida.

É importante buscarmos, quais são, também, os termos que fazem com que a constituição e a cidadania não se apliquem a pobreza? Quais são as regras informais por traz das regras formais que cimentam tais desigualdades?

Como problema que inquieta e choca a sociedade, a pobreza aparece sempre como sinal do atraso, pesado tributo que o passado legou ao

presente e que envergonha um país que se acostumou a pensar ser o “país do futuro”. Tal como um jogo de espelhos invertidos, a pobreza incomoda ao encenar o avesso do Brasil que se quer moderno e que se espelha na imagem – ou miragem – projetada das luzes do Primeiro Mundo. (...) Entre as imagens do atraso e do progresso, a pobreza desaparece como atualidade, como problema que diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais e às regras da reciprocidade através das quais a sociabilidade se efetiva. (TELLES, 2001, p. 19)

A pobreza é tida sempre como incompletude do projeto de progresso, mas que em parte se concretizou. Isso esconde as razões reais pela qual a pobreza se mantém no cenário social brasileiro até os dias atuais. Os olhares se voltam para o lado negativo e não para a raiz e os significados de sua persistência no projeto dito incompleto. Esconde as necessidades de sua manutenção, transformando-a em natureza em algo comum e normal. Todavia, as medidas do combate são a dádiva e a tutela estatal como pode vir a ser o caso do Programa Bolsa Família - PBF.

Mais uma vez afirma-se que a pobreza inquieta a todos e todas, mas de maneira diferente reage cada grupo. Como dito e redito a caridade tem sido uma alternativa. Na verdade, como sabemos o dar não transforma, mas naturaliza o problema, apresentando-o como paisagem. E conforme Telles (2001, p. 32) “*Como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada.*”. E é isso que deve ser muito bem pensado. Pensamento difícil, pois mexe profundamente com o modo de vida que esta sociedade moderna líquida adotou.

1.5 A exclusão cidadã e o fetiche da cidadania

É imprescindível pensar esse objeto de pesquisa levando em consideração a influência direta da lógica capitalista em seu estágio de reestruturação produtiva. Para o sociólogo americano Immanuel Wallerstein, o sistema capitalista cria uma barreira invisível que impede e regulamenta a ascensão de pessoas pertencentes a classes sociais e econômicas pobres para as classes econômicas mais altas. Para isso ele se vale do processo histórico em que o capitalismo se mantém e se estrutura. A necessidade constante de acumulação de capital faz com que haja a necessidade de redução de custos nas atividades produtivas e isso resulta, dentre outras coisas, em redução de salários, ao tempo em que faz necessária a manutenção de um mínimo de renda fragmentada, pois, do contrário, não há possibilidade de consumo e, assim, o processo de acumulação não se realiza em sua plenitude. Daí a renda mínima ser tão necessária e isso não implica a necessidade de ampliação de espaços de cidadania. A desigualdade é inerente ao sistema capitalista e a cidadania como se concebe não se realiza plenamente dentro deste “*sistema-mundo capitalista*”, pois é incompatível. Conforme Wallerstein,

A cidadania foi inventada como um conceito de inclusão do povo nos processos políticos. Mas aquilo que inclui também exclui. A cidadania confere privilégios, e os privilégios são protegidos quando não incluem todos. O que a cidadania fez foi transferir a exclusão de uma pessoa através de uma evidente barreira de classe, e excluí-la através de uma barreira nacional e oculta. **Essa dupla característica do nacionalismo – inclusão e exclusão – é crucial para o objetivo liberal de gerenciar a mudança social, de oferecer concessões que acalmam, mas que não desfazem o sistema capitalista básico.** A inclusão de todos, verdadeiramente de todos, teria impossibilitado manter a acumulação permanente de capital, porque espelharia a mais-valia entre muitos, com o pouco de cada um. (WALLERSTEIN, 2003, p. 33, grifos nossos)

A cidadania que inclui também exclui? Quais os objetivos de tais criações? Qual o sentido real da palavra cidadania? Como Wallerstein irá nos provocar, há por parte dos defensores do sistema dois argumentos importantes: os pobres do mundo são menos numerosos em termos relativos e há um fenômeno de expansão das instituições educacionais, o que leva à possibilidade de rompimento de barreiras de classe. É importante frisar que, ao menos no caso brasileiro, esse avanço é mais quantitativo do que qualitativo, pois nosso sistema educacional cresceu. Mas estaria formando cidadãos no sentido amplo? Ainda, se a

pobreza diminuiu em números relativos, estaria sendo reduzida também em números absolutos? Parece-nos que não.

Há, certamente, uma correlação, de tais argumentações acima, com o Programa Bolsa Família, pois uma das hipóteses, como já falamos, é a de que a reprodução da pobreza esteja presente nos próprios mecanismos ditos de reversão. A transferência de renda pode realizar o papel de ser um instrumento de reprodução da pobreza, também quando necessita da manutenção da pobreza para a sustentação do “*sistema-mundo*” capitalista. Neste caso, da renda mínima aos pobres favorece mais o sistema de consumo, atendendo a necessidade de acumulação de capital, mas sem libertar material e existencialmente os pobres.

Para isso vejamos ainda a explicação de Wallerstein sobre a cidadania.

O caminho intermediário da cidadania – inclusão de alguns e a exclusão de outros – serviu precisamente para acalmar as camadas mais perigosas dos países das zonas mais importantes, as classes trabalhadoras, e ao mesmo tempo, ainda excluir da divisão da mais-valia e dos processos decisórios políticos a vasta maioria das populações mundiais. (WALLERSTEIN, 2003, p. 34)

Essa vasta maioria a ser excluída são os pobres. Nesta perspectiva, a noção de cidadania pode estar sendo utilizada para cimentar mais privilégios, o que vem ao encontro da crítica que faz Silva Telles ao modo como a cidadania é aproveitada de maneira velada pela sociedade atual. Mas, como se sabe, a própria concessão já é entendida pelo PBF como o ato de “dar” cidadania. Wallerstein, quando problematiza colocando a cidadania como a inclusão de uns e exclusão de outros, afirma que a própria cidadania é excludente. Entendemos que quando o Programa Bolsa Família, em certo sentido, confere o grau de cidadão pela renda concedida pode estar, na verdade, promovendo a exclusão cidadã. Vem ao encontro dessa ideia o pensamento do sociólogo José de Souza Martins, quando diz:

Em nossa atualidade, para parafrasear George Orwell, todos são iguais, mas alguns são mais iguais. (...). Aliás, entre nós, uma consciência reacionária da pobreza fala dos pobres como “desprivilegiados”, o que proclama uma forma antidemocrática de inclusão, por meio de privilégios e não de direitos sociais e políticos. Uma consciência que, no fundo, não nega nem questiona criticamente os fundamentos estamentais da desigualdade social e da exclusão. (MARTINS, 2008, p.16)

Por isso, a exclusão cidadã age ou se dá em nome da inclusão de todos por meio da noção de cidadania amplamente divulgada, mas o resultado é o oposto, ou seja, a reposição da exclusão de maneira velada. Uma vez que o PBF pode agir reproduzindo a pobreza e essa nega a cidadania pela sua incompatibilidade com o capitalismo gerador e mantenedor das desigualdades, o mesmo também pode vir a desempenhar o papel de negação da cidadania.

Silva Telles (2001; p. 51), no tocante à negação ou não da cidadania, afirma que “*Sob o risco do exagero, diria que a pobreza e cidadania são categorias antinômicas*”. Ou seja, cada categoria opõe-se a outra, nega a outra. E assim, sob a ótica da cidadania, a pobreza não existiria, do mesmo modo que, sob a ótica da pobreza, a cidadania é que não existiria. Em que circunstâncias podemos aceitar essa possibilidade? No caso em questão, estamos apostando na existência desta antinomia. O sociólogo alagoano Ciro Bezerra assegura que convivemos no capitalismo moderno com uma razão hipostasiada da cidadania e por isto,

Estado-governo, indivíduo-cidadão e sociedade-democracia estão imbricados na racionalidade hipostasiada. Racionalidade que penetra ideologizando, no sentido de representar uma realidade que nivela todos os indivíduos à esfera da lei enquanto permite imperar a mais brutal desigualdade econômica naquelas esferas onde a valorização do capital domina, segrega, desqualifica, empobrece, escraviza. (BEZERRA, 2009, p.73. mimeo)

Daí nossa preocupação se volta a que tipo de cidadão estamos gerando no contexto da modernidade líquida. Não estamos dizendo que o PBF não seja importante e necessário, pois de fato é. Referimo-nos ao fato de o contexto econômico e político em que o mesmo está inserido ser um contexto excludente e gerador de dependência, tanto financeira como existencial.

Neste momento é necessário debater a terceira hipótese, que agora ficará mais clara. Se de fato os caminhos da cidadania podem ser os apontados nesta avaliação, “*tortuosos caminhos*”, a pobreza se torna importante para o sistema-mundo capitalista e para o sistema político dentro dele. E é por essa linha de raciocínio que se torna forte a ideia do PBF vir a reforçar as relações de dependência entre sujeitos sociais beneficiados e os grupos políticos presentes nas três esferas de governo, mantendo e reproduzindo privilégios particulares e não o fortalecimento dos interesses públicos.

Daí pode ficar claro que não há redução de pobreza e muito menos ampliação da cidadania, ainda mais considerando as suas dimensões. Entretanto só um aprofundamento radical no entendimento e medição das correlações de forças políticas e econômicas e de suas

necessidades podem, aproximar de uma, possível, explicação do enigma. O enigma está muito fortemente ligado à terceira hipótese, pois se a persistência da pobreza não está na negação dos direitos, mas sim na forma como eles são negados, estes, certamente se dão na forma como a política se aproveita de tais mecanismos de combate à pobreza. O modo como o Estado age ao tutelar os indivíduos é uma possível resposta e esclarecimento.

Por que, afinal, a questão do enigma é o carro-chefe? Quando se propõe um enigma estamos indo além de fazer mais uma nova interpretação. Estamos propondo que algo deve ser pensado a partir da sua história, da forma, mesmo como vem sendo utilizada e mantida. E nestas formas e termos existe algo que precisa de muito esforço e desprendimento ético para o alcance de uma compreensão. O que pode nos revelar o enigma pobreza? A busca por respostas, independentemente da possibilidade de encontrá-las, pode revelar uma série de novas possibilidades de avaliá-la.

É possível que o PBF possua um caráter de moeda de troca, o que representaria um retrocesso para tais populações que precisam desenvolver a capacidade de reivindicação e participação. Isso acontece, pois os pobres estão fora do contrato social e, sendo essa a referência, tais políticas só pretendem em nome da igualdade social dar acesso a um “*mínimo vital para a sobrevivência*”. Dessa forma a “*definição de igualdade e justiça social não constrói a figura do cidadão. Mas sim a figura do pobre: figura desenhada em negativo, pela sua própria carência*” (TELLES, 1999, p. 190). Agindo desta forma a sociedade não estabelece uma relação construtiva no combate à pobreza, aquilo que devendo ser feito pelo caminho da exigência ao cumprimento de direitos, segue a direção oposta, a via da dependência, do agir para, por meio da caridade, atender necessidades básicas e, em assim fazendo, reafirma sua negatividade e dá lugar a uma perigosa naturalização. Quando olhamos o pobre somente pela figura do necessitado estamos, principalmente, negando e anulando o sujeito de direitos.

Em relação à renda proporcionada pelo PBF é quase unânime entre os diversos pesquisadores que não está nela o principal mecanismo de mudança: o de levar o indivíduo ao exercício da cidadania. Os ganhos financeiros, auferidos pela transferência de renda são importantes para a unidade familiar, desprovida de quase tudo, mas não possibilita que o indivíduo alcance o exercício da cidadania. Provavelmente, seja como afirma respectivamente os sociólogos José de Souza Martins e Francisco de Oliveira. O programa bolsa família se “*rende ao consumismo favorecendo somente os esquemas de concentração de riqueza*” (MARTINS, 2008) por meio do obscuro setor informal que “*funciona como satélite das populações nucleadas nos subúrbios (...) e reforçam a acumulação nas unidades centrais do*

sistema” (OLIVEIRA, 2003 p. 68). Talvez seja interessante e importante para o Capital a imensa fragmentação de renda propiciada pelo PBF. Por isso essa é uma estratégia que possui forte apoio de determinados setores industriais brasileiros.

A interpretação ainda deve levar em consideração o debate em torno das raízes da “*cultura da dádiva*” expressa pela desigualdade social, como sugere a socióloga Tereza Sales. A autora afirma que as raízes se dão pela “*relação de mando/subserviência cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação*” (SALES, 1994, p. 26). Importante essa leitura de Teresa Sales que complementa o que vem sendo dito até aqui, no sentido em que debate a cidadania pela ótica da dádiva presente na sociabilidade brasileira desde a sua colonização, dádiva que pode estar presente na atualidade de maneira metamorfoseada, travestida em direitos sociais, em políticas ditas de caráter transformador, como é o caso do PBF. Pode-se avaliar na forma como se dá o discurso político baseado não só na necessidade, mas também na necessidade de manter necessidades. Assim, a cidadania tão aclamada por todos não pode ser exercida nem sentida, o que alimenta ainda mais o discurso político em torno de uma “justiça social” inalcançável.

Teresa Sales ao falar das “*raízes da desigualdade na cultura política brasileira*” o faz com base nos textos clássicos de Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil) e de Gilberto Freyre (Casa Grande e Senzala). Longe de querermos cometer uma leviandade na interpretação de textos tão caros à compreensão do Brasil, este trabalho de pesquisa, somente se utiliza da leitura feita por Teresa Sales com o objetivo de complementar esta análise posta por Silva Telles.

Parte-se, então, da idéia central apontada por Teresa Sales denominada de “*Fetichismo da Igualdade Social*”. O que esconde tal fetichismo? Para responder essa pergunta ela apresenta o “*homem cordial*” de Sérgio Buarque de Holanda e a “*democracia racial*” de Gilberto Freyre. Nesta leitura Teresa Sales traz uma possível nova interpretação destes clássicos, como bem comenta Francisco de Oliveira em seu artigo, na mesma revista, intitulado: “*da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania*” (1994).

Em primeiro lugar temos uma espécie de privatização dos espaços públicos, presentes quando não há limites claros entre o público e o privado, o “*homem cordial*”. Essa cordialidade, longe de ser positiva é na verdade prejudicial, pois materializada, por exemplo, no horror às distâncias formais, possui um traço intimista, que distorce ainda hoje as relações sociais formais, quando se sobrepõe às regras formais pondo a cidadania em xeque. A cordialidade que aproxima homens simples de poderosos pela força íntima do tratamento e

pela possibilidade de pedir ajuda e ser ajudado, no fundo, cumpre o seu papel de cimentar privilégios e manter o *status quo* de ambos. Como haver a transgressão da ordem familiar e assim se consolidar a cidadania a que se refere Buarque de Holanda com a presença, ainda, do “*homem cordial*”? Em segundo, lugar temos a miscigenação como fator de aproximação racial, pena que sob a condição da superioridade racial do homem branco sobre mulher negra. Hoje a exploração se dá pela condição econômica independentemente de raça. Podemos encontrar a exploração do homem branco ou negro pobre pelo homem branco ou negro pobre. Tais arquétipos (homem cordial e democracia racial) podem ser avaliados no intuito de entender em que momentos estão ainda presentes na sociabilidade do brasileiro, principalmente, no sertanejo. Se tais características permanecem, como se acredita que sim, essa é a outra chave para decifrar o enigma da política social em questão.

A contemporaneidade certamente é diferente do passado escravista, pois é aparentemente formado por um homem social livre e mais consciente de suas possibilidades e direitos. Mas, isso também traz a limitação de suas próprias possibilidades, pois a maior distância não é material e sim a de suas condições imateriais. Abandonados à própria sorte estão dependentes da transferência de renda? O medo de perder esta possibilita que fiquem reféns daqueles que se encontra em posição de poder no Estado? A transferência de renda pode está carregando algo desse velho clientelismo, mandonismo, que transforma a pobreza como algo natural e imutável? Se este é o caso, temos o poder público contra o próprio público. Temos o discurso da cidadania contra a própria cidadania. Temos, assim, os germes do “velho” dentro do “novo” e, em parte, é o que o fetiche da igualdade esconde.

Diante desse quadro levantamos a probabilidade de que o poder dado aos governantes por meio do voto, “livre”, “democrático” por uma maioria pobre se converte em ações de manutenção e sustentação de pobreza, e, portanto, também ter-se-ia hoje o poder da pobreza contra a própria pobreza.

O PBF precisa ser compreendido por seus principais mecanismos e como eles se relacionam com essa sociedade que se diz democrática de direitos, mas que cultiva a pobreza não levando em conta a hipótese desta mazela ser um produto social. Daí a importância de investigar escutando os discursos dos “beneficiários” na tentativa de criar novas chaves que ajudem a decifrar o enigma desta “política social de renda”.

A reflexão anterior é reforçada pela tese de Iná Elias de Castro em “*O Mito da Necessidade. Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino*”. Castro aborda o “*aproveitamento político da pobreza*” através dos discursos políticos de necessidade uma vez que “*o problema pesquisado refere-se às estratégias da elite nordestina para preservar o*

status quo politicamente favorável a sua posição na sociedade local” (1992, p.17). Isso é em parte confirmado quando percebemos comumente que as elites políticas dos territórios mais pobres é que possuem mais peso político a nível nacional, questão essa colocada e desenvolvida por Castro em sua tese. Fatos também apreendidos quando se mergulha no mundo dos pequenos municípios nordestinos. Quanto mais nos dirigimos para o sertão, mais estão presentes discursos e práticas clientelistas que se tornam mais perigosos quando, mesmo percebidos, são apoiados pelo povo que, sem opção, resta-lhe aceitar a “esmola” política negociando o seu voto.

Seguindo esta linha de raciocínio, Marco Antonio Villa ao narrar e avaliar as sucessivas secas entre os anos de 1825 e 1943, entende que para além da questão climática faltava o que chamamos hoje de vontade política dos diversos governantes dos vários estados nordestinos da época. Por mais que avanços e alternativas fossem encontrados nunca houve uma resolução para o problema, denotando certo interesse na perpetuação do problema. Desta forma Marco Villa conclui que,

O latifúndio improdutivo e o monopólio da água pelos poderosos da região impediram qualquer transformação socioeconômica. (...) A permanência dos poderosos – os *lanllords* denunciados por Joaquim Nabuco ainda no século XIX – levou à perpetuação da miséria e à repetição a cada seca de um macabro espetáculo, com milhares e milhares de mortos. (VILLA, 2001, p. 254)

Os contos do romance *Vidas Secas* de Graciliano Ramos ainda se encontram presentes a despeito da modernização e industrialização no nordeste. O aproveitamento da pobreza existiu, existe e provavelmente existirá e essa é parte da realidade trazida pelo “Velho Graça”. O que faz tais dilemas (pobreza, seca, fome, miséria, baixíssima educação e cultura, etc.) vividos pelos personagens de Graciliano ainda existirem e persistirem nos dias atuais, ditos modernos? Provavelmente é o que estamos tentando acusar e explicar, por meio dos estudos de Silva Telles, principalmente. Graciliano convoca-nos a pensar. Ao revelar os sentimentos da cachorra Baleia e ao trazer pensamentos de dúvida a Fabiano sobre sua condição de homem ou animal, Graciliano os iguala. Ao igualá-los, Graciliano aponta-nos a coisificação pela qual passa o homem, paradoxo, presente em nossa modernidade. Entretanto, essa reificação não anula a consciência do Fabiano, do contrário, não indagaria a problemática vivida, pois viu a realidade e se questionou, mas, sem alternativas, continua a viver do mesmo modo que a cachorra.

O que seria de Fabiano sem a cachorra Baleia e vice-versa? Há um cidadão Fabiano e uma cidadã Baleia? Que sentimentos de Fabiano influenciam sua vida e a formação de seus filhos? Qual a influência de Baleia sobre a formação desta família? A relação de Fabiano e Baleia traz muito do enigma, pois uma vez que se confundem materializam a figura do não cidadão. Neste momento criam uma relação de dependência que perpassa a história contribuindo para a formação política de um povo que não consegue dar uma resposta política e estabelecer uma relação de cobrança por direitos, mas sempre de submissão. Entretanto, são tidos como “*fortes apesar de tudo*”, do contrário a moderna indústria brasileira concentrada na região sudeste não teria crescido tanto.

Os resultados dos fatos acima mencionados encontram-se na subjetividade do pobre que se perpetua junto a sua cultura. Estes arquétipos muito contribuíram e contribuem para a manutenção do *status quo* da pobreza mesmo que a sociedade e a economia venham passando por uma magnitude de mudanças estruturais. Pouco é feito para o homem ser visto como tal – como um homem, sujeito de inteligência capaz de apreender e repassar conhecimento. Ao igualá-los (o homem-bicho – Fabiano e o bicho-homem – Baleia) Graciliano nos chama a atenção para pensar a condição humana que impõe esse mesmo jogo aos demais homens. Àqueles que não são cidadãos? Fica a questão, pois hoje,

Na ponta da corda que sofre as pressões individualizantes, os indivíduos estão sendo, gradual, mas consistentemente, despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses de cidadãos. (...) O indivíduo *de jure* não pode se tornar indivíduo *de facto* sem antes tornar-se *cidadão*. (BAUMAN, 2001, p.50)

Se o enigma está no modo como os direitos são negados, isto pode ter, consentimento dos não cidadãos como pode ser o caso de Fabiano. Mesmo sem consciência, e aí é que reside o maior dos problemas, Fabiano colabora com o aproveitamento político da pobreza. Restou-nos saber o que pensam os Fabianos de hoje sobre o assunto, se é que não há também por parte destes o interesse de se manterem na pobreza, desde que suas necessidades básicas e imediatas sejam sanadas.

A inferioridade e o medo são as marcas dominantes da era atual que domina o sujeito pelo que passamos a chamar de coronelismo cordial moderno líquido. O coronelismo de antes se encontra vivo, mas está revestido com a característica da “*cordialidade*” do brasileiro, quase imutável, por sua vez dissolvida na individualização da modernidade líquida, que faz do sujeito, aparentemente, um mero objeto de consumo. Este último aspecto gera um efeito de

invisibilidade à pobreza e uma sensação na sociedade de que tudo está na mais perfeita ordem. Com isso, insistimos, o que prevalece é uma cidadania antinômica em relação à pobreza do que decorre a maior das mazelas sociais de nossos tempos – a colonização do sujeito.

O sujeito que se torna objeto manipulado do outro manipula sem perceber a possibilidade de alcançarmos o ideal de cidadania que, no caso do sertão, visto ainda hoje, pelo olhar de Graciliano tornam os territórios ainda mais afetados. Mesmo que a “modernidade” seja capaz de penetrar, de deslizar aos confins do mundo rural, o sujeito histórico luta entre a subserviência existente no modelo “velho” como no “novo” que se fundem em uma síntese que reforça a ideia do fracasso do progresso material.

CAPÍTULO II

DO “FOME ZERO” AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF: FORMAÇÃO E AÇÕES DA POLÍTICA SOCIAL DE “RENDA MÍNIMA” NO BRASIL

"Todas as crianças precisam ter a mesma chance. Elas não podem ser discriminadas só porque nasceram em uma cidade muito pequena ou porque os pais são pobres e vivem em uma área de periferia. Elas devem ter a chance de estudar em escolas que são iguais às melhores escolas do país. Todas as escolas devem ter o mesmo padrão. Todos os professores e professoras devem ser formados(as) em universidades e cursos com a mesma qualidade. Isso é possível. Se você vai em uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, em qualquer cidade do Brasil, o padrão de atendimento e de serviço é o mesmo; são instituições que mostram que o Estado brasileiro tem capacidade de gerar organizações que funcionam. Assim deveria ser também com as escolas. Professores e professoras bem remunerados(as), com meios de trabalho e ambiente adequados. Livros, currículo, computadores, tudo para ajudar a ter o mesmo padrão e a formar as crianças oferecendo-lhes a mesma chance. Os(as) professores(as) devem ter seus salários pagos pelo governo federal, seguindo um plano nacional de educação de qualidade e a escola gerenciada pela prefeitura e pela comunidade, aberta à participação dos pais, das mães e de toda a comunidade." Cristovam Buarque, em debate no plenário do Senado Federal, 10/8/2007

2.1 Introdução

O trecho do discurso proferido pelo senador Cristovam Buarque chama-nos a atenção para pensar melhor sobre qual o papel e objetivos devem ter uma política de redistribuição de renda, sua relação com a cidadania e a principal saída apontada – a educação básica. Hoje, há um forte debate, quase maniqueísta, entre um Bolsa Família tido como meramente de caráter compensatório, que fortalece o clientelismo, favorecendo, simplesmente, o aproveitamento político por parte de oligarquias locais e outro que afirma seu caráter revolucionário, e até mesmo transformador, uma vez que distribui renda a uma parcela da população desprovida de tudo e que “sobrevive” um pouco melhor agora. De cara podemos afirmar que o PBF não é uma coisa nem outra. A sua análise requer uma visão complexa. Precisamos compreender as bases que o sustenta e certamente ele é um diferencial para a vida dos sujeitos que o recebem, o que não quer dizer que seja a solução para o problema da pobreza, pois a pobreza como acabamos de esclarecer é forjada no próprio projeto “moderno”. Assim, ao debatermos o PBF

é preciso ter em mente que o mesmo cumpre uma agenda global e, talvez por isso, como veremos, amenize o sofrimento, mas não o elimine.

Neste capítulo buscamos explicar as origens, raízes dessa “política social de renda” no Brasil, como também a sua prática junto aos sujeitos e atores que se “beneficiam” com suas ações. Ao pesquisarmos encontramos que entre 1991 e 1993 o economista José Márcio Camargo da PUC – Rio propôs a transferência de renda às famílias pobres que mantivessem seus filhos nas escolas públicas como uma saída plausível. Em 1995 o então Governador do Distrito Federal Cristovam Buarque criou o Bolsa Escola, acrescentando, assim, junto às idéias de Camargo, as suas como professor e pesquisador da Universidade de Brasília – Unb. Este projeto demarca, salvo suas especificidades, o início deste modelo de transferência de renda no Brasil.

2.2 Entendendo o Programa Bolsa Família – PBF

Segundo nos informa o MDS (2008) o Programa Bolsa Família (PBF) é,

um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS o PBF integra, ainda, a estratégia “FOME ZERO”, que visa segundo o Governo Federal assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O que buscamos entender é justamente a possibilidade ou não de “*conquista da cidadania*”, sendo nesta perspectiva que temos tentado avaliar o Programa. Conforme vivenciado quando da implantação do Fome Zero, houve grande euforia no Governo Federal e em parte da sociedade em torno da possibilidade de erradicar a fome, o que depois foi se mostrando mais complexo, restando apenas o PBF como a maior “política social” do Governo Federal, o que aconteceu somente após a unificação dos programas já existentes e com a integração dos demais programas estaduais e municipais. No início houve forte campanha publicitária e o Governo recebia doações até de artistas e grandes empresas. Decorre disso, que o governo conseguiu trazer o debate da fome como temática principal para a sociedade que no nosso entendimento ficou, em parte, mobilizada.

Atualmente a estrutura do FOME ZERO é composta de quatro eixos a saber:

Eixo 1 – Acesso a Alimentação – PBF e outros programas de alimentação e nutrição;

Eixo 2 – Geração de Renda – Microcrédito (urbano e rural), economia solidária e qualificação, etc;

Eixo 3 – Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, garantia safra, programa de aquisição de alimentos – PAA.

Eixo 4 – Articulação, Mobilização e Controle Social – Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, mobilização social e educação cidadã.

Fonte: Portal Fome Zero/2009.

Da forma como se encontra estruturado, o Programa parece possuir um formato completo, mobilizador desde ações mais imediatas até as ações mais de longo prazo. O Fome Zero foi capaz de reunir ações diversas, já existentes, desde outros governos, como também previu a integração de ações de ministérios diversos na consolidação de um projeto anti-fome e anti-pobreza. Entretanto, na prática o que se vê, a partir das observações, foi a não possibilidade de integração de todas estas políticas. Disso resulta o fato de percebermos ações fragmentadas e que não estão presentes em todas as regiões do Brasil, como é o exemplo do microcrédito, pois nem todas as ações impactam diretamente sobre ou mais pobres.

O Eixo 1 do Fome Zero, é o local onde encontra-se o Programa Bolsa Família – PBF. É evidente a importância do PBF no contexto do Fome Zero por proporcionar dinamismo trazendo ao debate o paradoxo de uma renda mínima como alternativa a pobreza e construção da cidadania; frente aos largos avanços econômicos e tecnológicos, pois oferta-se tão somente a distribuição de pequenos valores à famílias pobres, então “beneficiadas”, e não medidas redistributivas que nos parece seriam o bojo das prioridades de um Programa com ampla gama de objetivos como é a proposta do Fome Zero. Por isso, restou ao PBF assumir a liderança como a principal ou quase “única” política social de “renda” por seu caráter imediato em atender financeiramente grandes quantidades de famílias e em pouco tempo.

Portanto, os 4 eixos do Fome Zero se desarticularam e se mantêm assim, pois quando apontamos para a pobreza extrema resta somente o PBF. A estratégia Fome Zero atualmente não acontece da forma planejada e assim, o PBF tem tido maior visibilidade e nos últimos anos tornou-se tão importante que o Fome Zero praticamente deixou de ser comentado.

Após toda a euforia de 2003 o Programa que realmente se fixou foi o PBF, que como visto se origina da unificação de outros programas sociais já existentes. Contudo, ainda segundo o MDS, o PBF pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. São elas:

- promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares:

programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos.

A partir do governo Lula (2003) e após a criação do Fome Zero como ação macro estratégica, é que o Bolsa Família passa a unificar os programas já existentes desde o governo FHC, como também integrar os já existentes de iniciativa de municípios e estados da federação. Percebemos pela estrutura do Fome Zero e dos objetivos propostos uma ação bem focalizada e articulada a nível de pobreza que se quer atingir. Mas, infelizmente, isso não aconteceu a contento restando apenas o PBF. No nosso entendimento, o Fome Zero, hoje, se resume praticamente ao PBF. Mas o próprio PBF também apresenta uma estrutura e objetivos mais amplos, como os apontados acima, que possibilitariam mudanças se fossem adequadamente implementados, entretanto é a “transferência de renda” que se tornou o carro chefe do PBF.

Abaixo segue quadro demonstrativo de estratégia de focalização a partir da renda e a alteração sofrida nos primeiros três anos do Programa.

QUADRO I - Comparação da classificação das famílias pelos valores iniciais *per capita* do programa (2003) e a modificação feita em 2007⁶

Famílias	Valores do início - 2003	Valores atualizados – 2007
Extremamente pobres	Renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 50,00	Renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 60,00
Pobres	Renda mensal <i>per capita</i> entre R\$ 50,01 e R\$ 100,00	Renda mensal <i>per capita</i> entre R\$ 60,01 e R\$ 120,00

Fonte: MDS/bolsafamilia

Avaliando o quadro acima, acreditamos que no tocante a importância desta mudança na faixa de valores *per capita* que focaliza as famílias como pobres ou extremamente pobres, o que se vê são mudanças pouco significativas. Esse aumento nos valores não muda concretamente o quadro e continua a manter de fora muitas outras famílias. Mas este não é o maior problema. A forma de cadastramento das famílias que informam os valores de renda de forma autodeclarada e sem necessidade de comprovação está gerando um grande gargalo e é um exemplo de alguns desvios de focalização do PBF.

Abaixo segue o quadro do cálculo dos valores pagos pelo PBF com base na divisão da pobreza apontada acima.

⁶ Em 2010 esses valores de renda *per capita* passaram a ser respectivamente de até R\$ 70,00 para situação de extrema pobreza e de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 para situação pobreza.

QUADRO II - Resumo com o método de cálculo dos valores pagos – 2007

Critério de Elegibilidade		Ocorrência de crianças / adolescentes 0-15 anos, gestantes e nutrizes	Quantidade e Tipo de Benefícios	Valores do Benefício (R\$)
Situação das Famílias	Renda Mensal <i>per capita</i>			
Situação de Pobreza	De R\$ 60,01 a R\$ 120,00	1 Membro	(1) Variável	18,00
		2 Membros	(2) Variável	36,00
		3 ou + Membros	(3) Variável	54,00
Situação de Extrema Pobreza	Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Básico	58,00
		1 Membro	Básico + (1) Variável	76,00
		2 Membros	Básico + (2) Variável	94,00
		3 ou + Membros	Básico + (3) Variável	112,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Percebemos o aumento no valor da Bolsa e também mudanças na maneira como é calculada com a introdução do valor básico como uma variável. Com a mudança em 2006 houve uma modificação com relação à renda *per capita* que definia quem era pobre e que estava em pobreza extrema. O cálculo passou a ser feito da maneira acima. Mesmo assim isso não representa mudança significativa na possibilidade de agora haver uma maneira de transformar as vidas destas famílias, nem de apontar quem, de fato, mais precisa.

Uma outra questão, a saber, é como estes valores são gastos pelas famílias, uma vez que há um debate sobre a importância da compra somente de alimentos *versus* a compra de bens duráveis, apesar da liberdade de escolha ser um item positivo. Todavia, quais são as suas prioridades e porque definiram determinado item como prioridade. Por fim, o que representa de mudança nas vidas destas pessoas e em suas subjetividades os bens adquiridos com os valores pagos pelo PBF?

De acordo com o levantamento feito nos documentos do MDS, descobrimos que após novas modificações o programa passou a ser calculado levando em consideração uma nova variável. Houve aumento dos valores como também a inserção dos jovens de 16 a 17 anos, respondendo assim as críticas de que estes jovens passariam por uma necessidade de retorno imediato ao mercado de trabalho e deixariam os estudos, numa idade crucial. Questionamos: e após os 18 anos algo muda? Segundo o manual de gestão dos benefícios o cálculo do valor é feito da seguinte maneira:

TABELA 1 – CALCULO DE VALORES PARA O PBF

Renda Mensal per capita	Composição familiar com membros de:		Valor do benefício
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$ 60,00 a R\$ 120,00	1 membro	Sem ocorrência	R\$ 20,00
	2 membros	Sem ocorrência	R\$ 40,00
	3 ou + membros	Sem ocorrência	R\$ 60,00
Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	Sem ocorrência	R\$ 62,00
	1 membro	Sem ocorrência	R\$ 82,00
	2 membros	Sem ocorrência	R\$ 102,00
	3 ou + membros	Sem ocorrência	R\$ 122,00

Fonte: MDS/SENARC

TABELA 2 – CALCULO DE VALORES PARA O PBF

Renda Mensal per capita	Composição familiar com membros de:		Valor do benefício
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$ 60,00 a R\$ 120,00	Sem ocorrência	1 membro	R\$ 30,00
	1 membro	1 membro	R\$ 50,00
	2 membros	1 membro	R\$ 70,00
	3 ou + membros	1 membro	R\$ 90,00
Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	1 membro	R\$ 92,00
	1 membro	1 membro	R\$ 112,00
	2 membros	1 membro	R\$ 132,00
	3 ou + membros	1 membro	R\$ 152,00

Fonte: MDS/SENARC

TABELA 3 – CALCULO DE VALORES PARA O PBF

Renda Mensal per capita	Composição familiar com membros de:		Valor do benefício
	0 a 15 anos	16 e 17 anos	
De R\$ 60,00 a R\$ 120,00	Sem ocorrência	2 ou mais membros	R\$ 60,00
	1 membro	2 ou mais membros	R\$ 80,00
	2 membros	2 ou mais membros	R\$ 100,00
	3 ou + membros	2 ou mais membros	R\$ 120,00
Até R\$ 60,00	Sem ocorrência	2 ou mais membros	R\$ 122,00
	1 membro	2 ou mais membros	R\$ 142,00
	2 membros	2 ou mais membros	R\$ 162,00
	3 ou + membros	2 ou mais membros	R\$ 182,00

Fonte: MDS/SENAR

Os dados produzidos pela pesquisa empírica nos dizem muito sobre a relação de influência do poder local na condução do programa no município em contraposição as exigências solicitadas e pensadas pelo Governo Federal. Colocamos aqui as tabelas para que possamos entender como funciona o cálculo dos valores pagos, o que só passou a ter maior significado quando confrontamos tal planejamento realizado pelo MDS com a realidade percebida no cotidiano do município de Água Branca no que diz respeito à forma como este conduz o cadastramento e recadastramento, não incluindo todos os mais pobres.

Um dos significados, iniciais destas tabelas é que há uma latente progressividade na forma de pagamento do “benefício” em relação ao número de filhos das famílias o que pode gerar desvios, entre outros, o do aumento da taxa de natalidade motivada por este condição.

Cada unidade familiar disputa uma maior quantidade de filhos para alcançar valores mais altos conforme a tabela acima indica e presenciamos alguns casos que nos levam a crer na possibilidade disto ser um fato real. O chamado “salário maternidade” junto com o PBF criam incentivos para que tais ações se coloquem.

Agrava a problema, em questão, o fato de que a prefeitura não vem cumprindo adequadamente as regras do PBF. Como pode ser visto no capítulo IV, os valores pagos pelo PBF em Água Branca estão concentrados na tabela 2, supracitada. Tal fato pode ser um indício de desvios em suas regras para beneficiar famílias próximas e partidárias da gestão municipal. Tais desvios têm início no método como os dados são levantados o que naturalmente leva os indivíduos a omitirem e modificarem suas realidades no sentido de auferirem maiores ganhos no PBF. Há desvios de focalização das famílias, pois o fato da família encontrar-se um pouco acima dos limites *per capita*, não significa que não necessite do PBF. A questão é saber realmente quem são os pobres para incluí-los.

Após a pesquisa empírica uma certeza: nem todos os recebedores do PBF se enquadram nas regras de cálculo que determinam os valores que devem ser pagos. Isso se dá, pois além de existirem “proveitadores” recebedores há também “proveitadores” cadastradores e gestores do PBF local. Mas, a impressão geral que as famílias passam, nas entrevistas, é a de ter que, “*submeter-se a humilhação de ter que provar que são mais pobres e necessitados do que os outros*”. Parece-nos que as noções de inferioridade, já presente em parte desta população, refina-se e em alguns casos imprimem ao sujeito uma forte contradição entre o ser e o ter, ou pior, entre, o não ter e não ser.

Todavia, para entendermos detalhadamente a concepção do PBF, e aí apresentarmos as críticas, destacamos para dar suporte aos comentários, observações e análises as seguintes questões elencadas, inicialmente, a partir do portal MDS/PBF:

I - CADASTRAMENTO:

- **Como é possível cadastrar-se no Programa Bolsa Família?**

A inclusão de famílias no Cadastro Único é uma atividade permanente de responsabilidade do município. Se a família se inclui nos critérios de seleção do Programa Bolsa Família, procura o setor responsável pelo Programa Bolsa Família no município, munido dos documentos necessários para fazer o cadastramento.

- **Onde é feito o cadastro no Programa Bolsa Família?**

O Gestor Municipal do Programa Bolsa Família é o responsável pela execução das atividades de cadastramento e atualização cadastral no município. Procura-se o setor responsável pelo cadastramento no município, munido dos documentos necessários para fazer o cadastramento.

Fonte: MDS

O que temos visto na prática, por meio de observações *in loco*, no município de Água Branca - AL e também do acesso à literatura, específica deste capítulo, é o grande desvio da focalização feito pelo caráter tendencioso e particular do cadastramento. Os candidatos

informam os valores de suas rendas e ficam a vontade para omitirem rendimentos para assim se enquadrarem nas faixas, devido a renda ser auto declarável. Este é o aspecto mobilizador que vemos percebendo. E na nossa leitura, uma mobilização às avessas, pois no lugar da busca da melhoria e da reivindicação política dos direitos os atores envolvidos buscam constantemente formas de burlarem as regras do Programa. Abre-se espaço para todo tipo de aproveitamento: os cadastradores que são contratados pelo município e em alguns casos diretamente pelo prefeito acabam por ajudar amigos, famílias e conhecidos, bem como os “agraciados” diretamente do prefeito, o que foi relatado pelos moradores dos territórios pesquisados, como veremos no capítulo IV.

II - CONDICIONALIDADES:

Para o MDS, as condicionalidades “*são compromissos que devem ser cumpridos pela família, nas áreas de educação e saúde, para que possa permanecer recebendo o benefício*”.

- **Quais as condicionalidades da área de saúde?**

Para gestantes e nutrízes:

1. inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima da residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo do Ministério da Saúde;
2. participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos:

1. levar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde;
2. levar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde.

- **condicionalidades da área de educação?**

1. Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino;
2. Garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa;
3. Informar de imediato ao setor responsável pela gestão do PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.

Fonte: MDS

Estávamos vendo as condicionalidades como um grande diferencial. Entretanto, é interessante refletir sobre as possibilidades de estarmos forçando e obrigando que as famílias transformem seus direitos sociais em deveres. Os direitos podem ser coagidos? Dessa forma Ozanira Silva traz uma contribuição ao afirmar sobre a importância ou não das condicionalidades.

A questão que coloco é que o debate sobre condicionalidades nos programas de transferência de renda deve ser orientado em duas direções. De um lado, tem-se o dever do estado, nos seus três níveis, de expandir e

democratizar os serviços sociais básicos de boa qualidade, disponibilizando-os a toda a população. **Entendo que uma vez disponíveis, esses serviços seriam utilizados por todos, sem imposição e obrigatoriedade. O trabalho do Estado e da sociedade, nesse aspecto, poderia voltar-se para o desenvolvimento de ações educativas, de orientação, de circulação de informações, de encaminhamento e acompanhamento das famílias para que estas pudessem buscar ter acesso e fazer uso adequado dos serviços disponíveis.** Assim concebidas, as condicionalidades, ao contrário de restrições, imposições ou obrigatoriedades, significariam a ampliação de direitos sociais (Silva, 1997), isto é, se situariam mais no campo da educação do que da punição, (...) (SILVA, 2008, p. 48, grifos nossos)

Percebemos que uma das diferenças entre o PBF e o programa piloto de Brasília, o Bolsa Escola, é o fato de o primeiro ter a renda como focalizador das famílias que devem receber ou não o benefício enquanto o segundo está na obrigação de haver filhos em idade escolar e que estejam matriculados em uma escola pública. Isso nos implica a pensar sobre qual o sentido de se focalizar na “renda”, se é que o caminho é esse. A alternativa deveria ser o fato de as escolas existirem e funcionarem adequadamente e possuírem uma política local de incentivo. Isso, por se só, não já bastaria, levar a criança à escola? Além de tornar os direitos uma obrigação e fator de punição (corte da renda) como resposta ao não cumprimento da condicionalidade, isto não significa que as escolas estarão preparadas para receber e repassar conhecimentos. A medida possivelmente esteja nesta questão. O foco poderia ser na criança e na escola de qualidade.

Já para Camargo, ao falar das políticas com foco nos idosos (previdência) e das famílias mais ricas quando do acesso dos filhos destes a educação superior ele chama a atenção para a necessidade da prioridade das políticas educacionais do ensino fundamental. E afirma, que essa estrutura de gastos desigual (políticas pró-adultos e idosos e anti-crianças) terá como resultado a criação de um “*mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo*”. (Camargo; 2004; p. 76).

Para Camargo a diferença não é dada somente pela baixa renda. Não é a baixa renda isolada que determina que vão ou não acontecer benfeitorias ou que resultados positivos possam ser alcançados. Desta forma,

O resultado desta estrutura de gastos sociais criou um mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo. Uma parcela substancial das crianças brasileiras vive em famílias pobres (50%). Destas crianças, mais de 80% não completam o ensino fundamental, ou seja, não possuem oito anos de estudos, ou porque não têm condições de fazê-lo por precisar entrar no mercado de trabalho muito cedo, ou porque as escolas públicas a que têm

acesso são de tão baixa qualidade que são incapazes de mantê-las. Como consequência, 40% das crianças brasileiras, ao se tornarem adultas, terão menos de oito anos de estudos. Dificilmente conseguirão um trabalho decente. Serão os pobres do futuro. A proposta do programa bolsa-escola tem por objetivo exatamente criar os incentivos corretos para quebrar este círculo de reprodução da pobreza. (CAMARGO, 2004, p. 76-77)

O consenso é que o foco deve ser na criança e na escola de qualidade. A política neste caso defende Camargo deve possuir o modelo como semelhante ao Programa Bolsa Escola. As medidas econômicas são importantes, mas não é a única alternativa. Mesmo assim Camargo afirma que,

Os programas de renda mínima, sem contrapartidas, partem do pressuposto de que é uma obrigação da sociedade e do Estado prover um nível mínimo de subsistência para todo o cidadão. Já os programas que exigem contrapartida partem do pressuposto segundo o qual a sociedade e o cidadão devem compartilhar obrigações e deveres e, portanto, para que o Estado possa garantir um mínimo de subsistência ao cidadão, este deverá prover alguma contrapartida para a sociedade. É exatamente por essa razão que os programas tendem a gerar comportamentos totalmente diferentes por parte dos beneficiados. Finalmente, se o programa é focalizado, devemos nos perguntar qual critério de focalização deve ser adotado. Na proposta inicial do Programa Bolsa-Escola, o critério adotado era manter os filhos matriculados em escolas públicas. Na proposta do programa de renda mínima e nas experiências concretas do Programa Bolsa-Escola, o critério é ter um nível de renda igual ou menor do que um certo limite. (CAMARGO, 2003, p. 120)

Percebemos que as opiniões são um pouco conflitantes. O dissenso está na necessidade ou não de condicionalidades. E temos, ainda, os seguintes fatores e questões:

Quem acompanha as condicionalidades é o município. Como de fato o município acompanha tais ações? Estas pessoas são capacitadas para a função? Como ocorre a seleção? Quem faz e como é avaliado? Quais são as orientações e como é formado esse comitê gestor do programa? Quais são os possíveis vícios dessas avaliações? Como o município se prepara para realizar a avaliação dessas condicionalidades? Mas, o município tem condições de trazer qualidade a estes serviços? Os cargos são políticos ou técnicos?

III – CONTROLE SOCIAL:

O controle social conforme o MDS (2009):

É a participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização da implementação e execução do Programa Bolsa Família no município, para garantir que as famílias mais necessitadas do município, que tenham perfil

para receber o benefício, sejam realmente atendidas. O controle social também pode contribuir para uma maior transparência das ações de gestão do PBF.

Desta forma,

- ***Quem faz o Controle Social?***

A Instância de Controle Social – que pode ser criada na forma de Conselho ou Comitê – é a responsável por esse acompanhamento. Todo município que aderiu formalmente ao Programa Bolsa Família tem uma Instância de Controle Social constituída.

- ***Quais são as atividades realizadas pela Instância de Controle Social?***

A Instância de Controle Social (ICS) tem o papel de auxiliar o gestor no acompanhamento, monitoramento e fiscalização da gestão de políticas públicas e programas implementados no município.

Fonte: MDS

Outro diferencial, aparentemente, muito interessante. Entretanto, quem pode participar da Instância de Controle Social? Ela é formada por membros da sociedade civil e do governo local. Como se dá os encontros? Na realidade de cada município ela é composta assim? Há vícios? Quais?

Todas essas idéias são imprescindíveis na avaliação da política social – Bolsa Família, e assim devem ser inúmeros os questionamentos para que ocorra uma avaliação mais completa. Ozanira Silva, ainda, nos chama a atenção de que políticas como o PBF,

Podem ser capazes até de incluir pessoas nos processos econômicos de produção e de consumo, porém de uma forma marginal e precária, podendo produzir um segmento de indigentes ou pobres “integrados”, mantidos na sua situação de mera reprodução. Tem-se uma pobreza regulada ou controlada, mas não superada, servindo para atenuar o caráter “perigoso” que é atribuído aos pobres, para permitir o funcionamento da ordem com o controle social assumido por estas políticas sociais. (SILVA, 2008, p. 52)

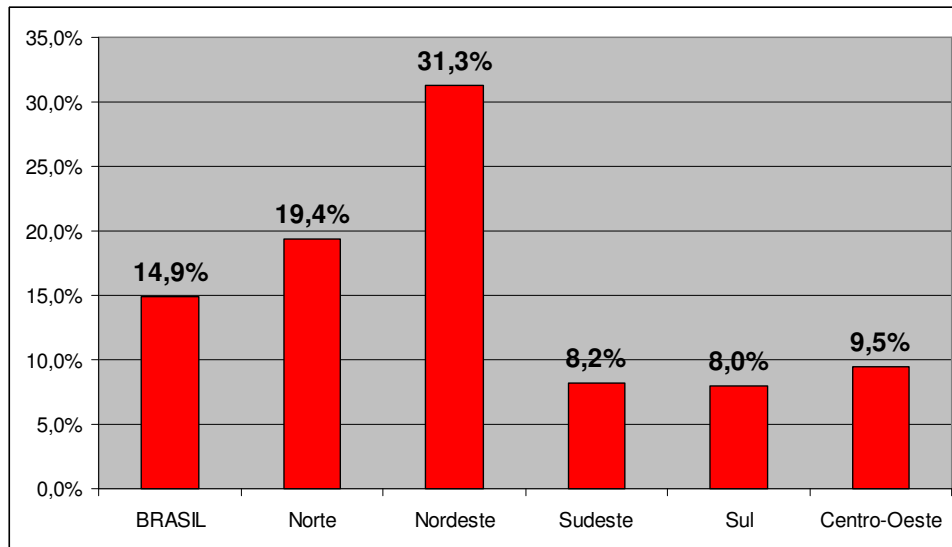
A preocupação torna-se mais forte diante os fatos supracitados quando nos deparamos com o quadro histórico de aproveitamento e reprodução da pobreza. As falhas na ação dos cadastros, das condicionalidades e da instância de controle social geram sucessivos erros na aplicação do PBF e reforçam a idéia de um programa não estruturante. Avaliar essas possíveis falhas e como elas acontecem e reforçam a dependência ao PBF, é objetivo da pesquisa de campo. E a pesquisa nos revela muitas contradições. Não podemos negar o aspecto positivo e inclusivo do programa para algumas famílias. Mas nos parece que suas falhas são maiores que os acertos. Também nossa preocupação central é com o tipo de sujeito que será produzido e não somente com o resultado dado pelo aumento do consumo imediato. Como exemplo disso citamos as principais falhas identificadas pela Controladoria Geral da União – CGU sobre a aplicação do PBF. Vejamos os itens listados a seguir:

- *Falhas no processo de cadastramento: falta de formulários do Cadastro Único, preenchimento incompleto, erros de digitação ou divergências de informações; cadastro desatualizado, o que, em geral, impede a localização dos beneficiários, assim como o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades e o monitoramento da evolução da renda per capita das famílias ao longo do tempo;*
- *Imposição de condições para o saque do benefício ou retenção de cartões em estabelecimentos comerciais;*
- *Famílias beneficiárias com renda per capita superior ao estipulado pelo programa;*
- *Multiplicidade de pagamento de benefícios do Bolsa Família;*
- *Beneficiário recebendo valor diferente do devido;*
- *Beneficiário sem receber o benefício;*
- *Pagamento de benefícios a famílias residentes em outro município;*
- *Beneficiários com duplicidade de Número de Identificação Social (NIS);*
- *Cartões magnéticos para saque pendentes de entrega pela CAIXA aos beneficiários;*
- *Ausência de divulgação, pela Prefeitura, da relação de beneficiários do Programa;*
- *Morosidade, da Prefeitura e do MDS, na implementação dos procedimentos de bloqueio das multiplicidades;*
- *Inexistência de responsáveis técnicos nos Municípios pelo acompanhamento das condicionalidades do programa;*
- *Falhas no controle de frequência escolar realizado pelas escolas;*
- *Ausência de atualização/inclusão do código INEP das escolas no cadastro dos alunos beneficiários;*
- *Ausência de cumprimento, por parte das famílias beneficiárias, das condicionalidades do programa;*
- *Ausência de atuação do conselho de acompanhamento e controle social.*

De forma geral parte dos itens acima, são apontados como falhas e problemas, por parte dos entrevistados em Água Branca, como também percebidos pela observação e diálogo com técnicos e lideranças locais.

Começamos como estas informações, fornecidas pela pesquisa da CGU, a ter uma noção das falhas encontradas no processo metodológico do PBF. Os itens apontados pela CGU tornaram-se alguns dos parâmetros para a avaliação empírica do PBF no município de Água Branca.

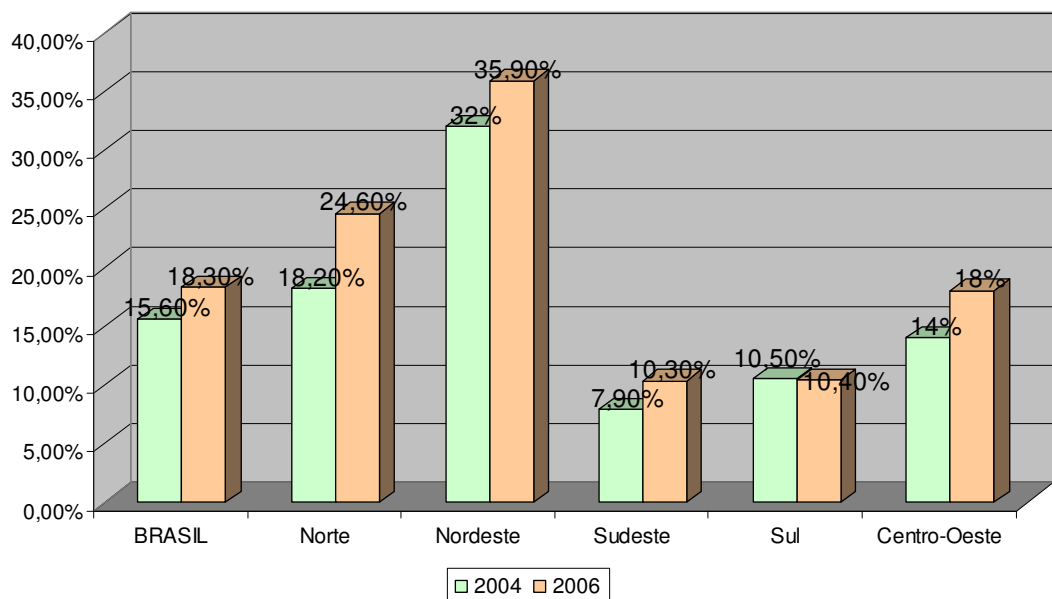
Gráfico 1. Percentual de domicílios que receberam dinheiro do Programa Social Bolsa-Família, no mês de referência, por Grandes Regiões - 2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Gráfico 2

Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões - 2004/2006.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Nota-se o crescimento das políticas de transferência de renda – PBF com foco na renda mínima. Como visto o PBF é mais presente na região Nordeste do Brasil. Os números ajudam a confirmar as avaliações até aqui expostas.

Ainda segundo informações contidas no site do MDS (www.mds.gov.br) em Alagoas a transferência de renda por mês do Bolsa Família é de: 375 mil famílias e R\$ 32,9 milhões. A

projeção anualizada de pessoas beneficiadas: 1,4 milhão de pessoas. Os recursos transferidos por ano: R\$ 394,8 milhões. Benefício variável adolescente (15 a 17 anos): 49,3 mil de benefícios.

Fonte: MDS/Relatório Gestão 2009.

**TABELA 4 - ÁGUA BRANCA: PROGRAMAS SOCIAIS –
Bolsa Família – 2008.**

	FAMÍLIAS
FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO	4.234
FAMÍLIAS POBRES	2.471
Bolsa Família	2.112
Outros programas	1.142
VALOR ANUAL R\$	2.945.767,00

Fonte: IBGE e Portal da transparência

**TABELA 5 - NÚMEROS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA NOS 8 MUNICIPIOS
DO ALTO SERTÃO ALAGOANO – 2008.**

Nº	Município	Nº de Famílias no Município	Nº de Famílias Pobres	Valor Anual do bolsa família – R\$
1º	Delmiro Gouveia	11.331	5.630	4.813.689,00
2º	Mata Grande	5.644	3.881	3.583.068,00
3º	Inhapi	3.951	2.837	2.748.540,00
4º	Canapi	4.031	2.943	2.605.028,00
5º	Água Branca	4.234	2.471	2.589.981,00
6º	Piranhas	4.590	2.864	2.266.833,00
7º	Olho d'água do casado	1.691	1.153	1.184.243,00
8º	Pariconha	2.477	1.634	1.570.016,00
				21.361.398,00

Fonte: IBGE e Portal da Transparência

Não há como negar o poder econômico e “político” do PBF nos municípios mais pobres. Os valores geram disputas de interesses pelas diversas possibilidades provocadas por este modelo de distribuição de “renda”. Daí o interesse das oligarquias em manter sob seu controle o poder nestes lugares.

2.3 Sistema de proteção social, renda mínima e o PBF no Brasil

O sistema de proteção social brasileiro parece ser o ponto de partida para entendermos a caminhada até a transferência de renda no formato do PBF. Como nos mostra Maria Ozanira da Silva e Silva a formação deste sistema teve suas bases após a revolução de 1930. Um fato marcante foi à criação das leis trabalhistas e previdenciária durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1943 foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Isso se deu, pois o país necessitava da criação de um proletariado, pois se iniciava mesmo lento e tardio um processo de industrialização no Brasil e era necessário o mínimo de organização e contrapartida – mão-de-obra consumidora. Para José Murilo Carvalho (2008) “*o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país*”, pois, houve uma série de mudanças sociais mesmo que após a revolução a sociedade viesse a passar por um período ditatorial, período este, contraditoriamente marcado por – mesmo lentos – avanços no campo social, tendo como exemplo a concepção da CLT.

Mas, o grande problema ou perigo se encontrou na forma como essas novas leis e benefícios sociais chegavam ao povo. Não havia muita participação social e luta pelos direitos. Isso se dava mais fortemente nos confins da região rural e sertaneja do nordeste, onde reinava na época a figura do coronel, período marcado pelo fenômeno do coronelismo. O governo através de manobras políticas desestimulava o conflito social. A sociedade e parte dos trabalhadores urbanos recebiam de maneira passiva os benefícios, com a exceção de alguns grupos de trabalhadores de indústrias, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro que marcaram o período com fortes revoltas solidificando o movimento operário que marcou o período até 1930. (CARVALHO, 2008)

O movimento operário que acontece antes da revolução de 1930 é um acontecimento marcante e importante para consolidação das mudanças no campo social. Também demonstra a iniciativa, reivindicação e participação política, mesmo que só de uma parte da sociedade na busca por mudanças. Esse exercício político é uma base na construção da cidadania. Suas reivindicações inspiram os líderes da chamada revolução de 1930, que passam a usar tais reclamações como uma de suas bandeiras política. A influência dos imigrantes foi enorme, como informa Carvalho (2008). O anarquismo europeu forma um movimento que tenta tomar o poder, já no final da primeira grande guerra. Mas, é em 1917, que o movimento operário chega ao auge realizando uma grande greve geral. (CARVALHO, 2008, p. 59).

Assim, acreditamos que o período após a revolução de 1930, é marcado por um paradoxo entre os avanços no campo dos direitos sociais que saem à frente com a criação das

leis trabalhistas e previdenciárias e os direitos políticos que dão um passo atrás com o golpe de Vargas em 1937 culminando numa ditadura que durou até 1945. O regime de Vargas passou a ter forte identificação popular pelas mudanças concretas que foram realizadas, principalmente, com a CLT que permanece até hoje com quase a mesma estrutura. A estratégia política levou Vargas a ter forte aproximação ideológica com a classe trabalhadora, trazendo para ele a imagem de um líder do povo – um populista. Assim passou a ser conhecido popularmente como o “pai dos pobres” o que o levou facilmente de volta ao poder na eleição de 1950, fortalecendo o populismo. (CARVALHO, 2008, p. 124).

Faoro explica as razões e raízes destas estratégias quando nos esclarece sobre a forma como se deu e como se dá o domínio estatal,

O rei, o imperador, o presidente não desempenham apenas o papel do primeiro magistrado, comandante do estado-maior de domínio. O chefe governa o estamento e a máquina que regula as relações sociais, a ela vinculadas (...) o chefe provê, tutela aos interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção as normas objetivas e impessoais. (...) O súdito quer a proteção, não participar da vontade coletiva, proteção aos desvalidos e aos produtores de riqueza, na ambigüidade essencial ao tipo de domínio. (...) **Ele fala ao povo, não aos intermediários por este criados, do palácio a sociedade, em dois planos separados. Ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas o bom príncipe – dom João I, dom Pedro II ou Getúlio Vargas –, empreendendo em certas circunstâncias, uma política de bem-estar, para assegurar a adesão das massas.** (FAORO, 2001, p. 827, grifos nossos)

Passado e presente se fundem. Diante disso, entendemos que no tocante a cidadania, Vargas apesar de ter ampliado bastante os direitos sociais atrofiou os direitos políticos. Com sua ditadura impediu a participação popular e usou os direitos sociais concedidos como “moeda de troca”. Essas ações contribuíram para a formação do que passamos a chamar de pobreza política do povo brasileiro. Entendemos que a cidadania quando “dada” (uma vez que isso seja possível) se revela de maneira negativa, pois não há construção política, sendo assim inativa. Isso implica a geração de um povo pobre politicamente, sem ação, participação, e mesmo sem cidadania.

Independentemente das respostas é perceptível que a partir deste momento foi plantada a semente do que seria o modelo de transferência de renda como é visto hoje. As décadas que se seguiram à era Vargas podem ser os delimitadores das novas políticas sociais. Algumas formas de transferência de renda foram desenvolvidas como, por exemplo, é o caso

do PIS/PASEP; Bolsa Renda; Garantia Safra; Renda Mensal Vitalícia, Seguro Desemprego, etc. (Silva; 2008), todos com o objetivo de dar mais estabilidade e segurança a classe trabalhadora.

Os programas de transferência de renda direta com foco na “renda” destinada a famílias ou indivíduos no âmbito do sistema de proteção social, ocorreu, segundo Ozanira Silva a partir de 1995, com a implantação de experiências inovadoras, por meio de programas municipais do tipo de *renda mínima* para a pobreza. Primeiramente registram-se os casos dos municípios paulistas de Campinas, Ribeirão Preto e Santos e paralelamente ao Programa Bolsa Escola de Brasília (Silva; 2008). Experiências estas que juntamente ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e ao Benefício de Prestação Continuada - BPC (1999) desenharam o quadro para que em 2003 ocorresse a unificação dos programas com a criação do Programa Bolsa Família – PBF. Segundo o economista José Márcio Camargo,

A questão do desenho dos programas sociais ganhou relevância no Brasil a partir da discussão em torno da proposta de Programa de Garantia de Renda Mínima, apresentada pelo senador Eduardo Suplicy. A partir da análise dos incentivos gerados por um programa como esse, desenvolvemos uma proposta alternativa, que veio a ser denominada posteriormente de Programa Bolsa-Escola, cujo objetivo seria criar incentivos para que as famílias mantivessem seus filhos na escola. Pela proposta, o governo pagaria uma certa renda para que as famílias pobres mantivessem seus filhos matriculados em escolas públicas. (CAMARGO, 2003, p. 119)

Para organizar cronologicamente o processo desenvolvido na formação da transferência de renda até o PBF Ozanira Silva, divide a caminhada em 5 momentos, que ajudam no entendimento do percurso o que nos dará suporte para realizarmos as considerações sobre suas possibilidades: Assim conforme Ozanira Silva (2008),

- O primeiro momento acontece em 1991 com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quando apresentou o projeto de lei n. 80/1991 que instituía o Programa de Renda Mínima para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade;
- O segundo momento acontece entre 1991 e 1993 quando José Márcio Camargo propõe uma transferência monetária as famílias que tivessem crianças de 5 a 16 anos na escola pública;
- O terceiro momento acontece em 1995 com a implantação de programas de transferência de renda em São Paulo (Campinas) e com o Bolsa Escola no Distrito Federal (Brasília) com o governador Cristovam Buarque;

- O quarto momento acontece em 2001 e no decorrer do mandato de FHC (1999-2002) com a expansão dos programas federais, BPC, Peti, e outros específicos do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Vale Gás, entre outros);
- O quinto momento acontece a partir de 2003 com o governo do presidente Lula que estabelece o Fome Zero como a grande estratégia de combate a pobreza, tendo o Bolsa Família como o unificador das políticas de transferência de renda até então elaboradas.
Fonte: Ozanira Silva (2008)

Com isso uma série de mudanças começam a ser implementadas pelo, então, novo, Governo. É criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS e suas secretarias. Os programas da Era FHC se unificam. O governo consegue atingir com o PBF 100% dos municípios brasileiros e também integra os já existentes programas estaduais e municipais, formando um único programa amparado pela estratégia do Fome Zero.

O que aconteceu no início do governo Lula foi uma estratégia de envolvimento da sociedade junto ao governo federal em torno da proposta de erradicação da fome. O discurso proferido pelo presidente Lula em sua posse afirmando ter o seu mandato como prioridade combater a fome, causou grande euforia na sociedade e nos movimentos sociais, por meio da militância petista. O presidente Lula afirmou que se ao final de seu mandato cada brasileiro pudesse se alimentar três vezes ao dia teria realizado a missão de sua vida. E é neste cenário que começa o processo de estruturação do Fome Zero. Já as bases históricas do Fome Zero estariam segundo Aldenôr Gomes (2006) datadas de 1991 conforme projeto elaborado, pelo engenheiro agrônomo José Gomes da Silva no Instituto da Cidadania, que dava amparo empregatício a Luiz Inácio Lula da Silva, antes de se tornar Presidente da República do Brasil. Segundo Gomes,

Quando da transformação do Projeto Fome Zero do Instituto da Cidadania, de 1991, em política do Governo Federal em 2003, o PFZ passou a ser operacionalizado a partir de três eixos básicos: I – Construção participativa de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional; II – Implantação de Políticas Públicas e III – Mutirão contra a fome. (GOMES, 2006, p. 41)

Como visto o programa se estruturou, ainda mais, tendo hoje quatro eixos de ação, que integram políticas já existentes de diversos ministérios, mas é o PBF que se tornou o eixo principal.

Desta forma a transferência de renda passa de maneira geral a ser entendida como o repasse periódico a famílias em situação de pobreza de valores fixos ou variáveis de recursos

monetários vinculados ou não a alguma condição, ou seja, contrapartida dos beneficiários. Para isso é necessário estabelecer onde se encontra a pobreza e os critérios de elegibilidade ao programa, formando uma metodologia. Todos os programas citados acima possuem a característica comum de transferência de valores monetários, entretanto as diferenças residem no método de focalização destas pessoas ou famílias e nas condicionalidades, como serão detalhadamente debatidas e comparadas mais a frente.

A questão é saber como definir a pobreza. Como visto no capítulo anterior à pobreza é um tema multidimensional, complexo e relacional o que dificulta um alcance ampliado das transferências no tocante a atingir as variadas dimensões do problema. A pobreza para o PBF é tida como somente a insuficiência de renda e na nossa concepção isso não ocorre somente desta forma. O impacto negativo da falta da renda é visível e palpável, entretanto, as conseqüências desta ação podem desencadear outras deformações no tecido social como é o caso de contribuir para a baixa ou nula participação política. (SILVA, 2008). O que queremos também avaliar é a capacidade do PBF de ser uma política de cunho estruturante, ou seja, que possibilite a ampliação dos espaços e do exercício da cidadania, para além de distribuir “renda”.

No caso, da transferência de renda, no formato do PBF devemos estar atentos e avaliar a sua capacidade de mobilização social e as possibilidades de permitir transformações sociais pelo acesso aos serviços sociais básicos como nos aponta Ozanira dando o exemplo da educação, saúde e do trabalho. Estes são itens a serem avaliados dentro do município – campo empírico da pesquisa – para podermos estabelecer qual a possibilidade concreta do PBF atuar nestas questões já que o mesmo propõe condicionalidades nestas áreas (saúde e educação). Um outro ponto de dissenso é o fato de termos as condicionalidades que são direitos sociais, saúde e educação, como obrigação. Tais direitos não estariam passando de direitos para se transformarem em obrigações e deveres? Também é importante analisar que tais serviços nem sempre estão disponíveis e quando estão deixam muito a desejar. A prestação dos serviços é obrigação do Estado. O tópico relacionado às condicionalidades terá um forte esforço de explicação e interpretação, todavia sem querer aqui vencer o assunto, trazemos uma reflexão inicial de Ozanira Silva sobre a questão do acesso a esses direitos básicos. Ter acesso,

Significa não só a criança ser vacinada e a mulher ter acesso ao pré-natal, nem apenas a criança ser matriculada e freqüentar a escola e o adulto fazer cursos de qualificação profissional e de alfabetização. Demanda, sobretudo, a expansão quantitativa e qualitativa dos Sistemas de Saúde, de Educação, e de trabalho, ainda muito precários no Brasil e insuficientes inclusive para

que as condicionalidades do Bolsa Família sejam cumpridas. (OZANIRA, 2008, p. 25)

Assim fica aberta a nossa preocupação com o sentido que se quer dar as condicionalidades como também as suas possibilidades de serem levadas a cabo dentro das realidades municipais. Realidades estas que não condizem com os objetivos do programa, e que afastam a população do exercício da cidadania.

A pobreza provavelmente, não deve ser somente enfrentada com a distribuição de valores monetários (mesmo que articulada a saúde, educação, trabalho, etc.) de caráter compensatório, mas, sobretudo deve levar a igualdade de oportunidades presentes no conceito de cidadania. Neste contexto, Ozanira Silva questiona sobre o caráter verdadeiramente transformador do PBF, e sim fruto de interesses de mercado tendo função regulatória e neste sentido pode ou não redistribuir renda dependendo da opção política que adote (SILVA, 2008). Conforme Ozanira Silva (2008, p. 25),

Essas opções são pelo menos de duas naturezas: **opção liberal**, que transfere renda só para manter a sobrevivência de uma dada população, tendo, por conseguinte, um caráter residual e compensatório, servindo, tão-somente, para o alívio imediato da pobreza, sem sua superação, ou seja, a pobreza é mantida em certo patamar, representado um mecanismo inclusive de controle social; **opção redistributiva**, que consiste numa transferência de renda com vistas a diminuir as desigualdades, implicando em redistribuição de renda, com conseqüente diminuição da pobreza e das desigualdades econômicas e sociais. (Grifos da autora)

A opção liberal parece se identificar mais com as observações que fazemos ao longo deste trabalho, ouvindo indivíduos e observando as experiências. É perceptível o efeito de cooptação junto aos atores sociais, por parte da política local como também a desorganização e multiplicidade de cadastros. O que nos apresenta em um rápido olhar observador é que a superação da pobreza é algo distante para o PBF. E este fato não fica perceptível à sociedade diante o impacto econômico presenciado nas pequenas localidades através do poder multiplicativo proporcionado pelas rendas junto ao comércio local. Nossa preocupação reside também no fato de termos um programa mobilizador no campo econômico, mas pouco mobilizador no campo social e humano, uma vez que somente a renda da forma precária como é concedida tem dificuldade de estabelecer o alcance da cidadania mesmo com a existência das condicionalidades.

A importância da renda é enorme frente às também enormes desigualdades de acesso aos bens de consumo. Todavia, como nos aponta Arriagada

En la actualidad se está tratando de incorporar em las mediciones aspectos no materiales de la pobreza, relacionados con la ampliación y fortalecimiento del capital social de la población pobre por medio de su participación en las redes sociales de intercambio: educación, trabajo, información, **poder político**. (ARRIAGADA, 2005; p. 103, grifos nossos)

E essas são as principais características a serem buscadas e oportunizadas por políticas públicas como deveria ser o caso do PBF. Procurando atender as exigências dos parâmetros de avanços no campo dos direitos humanos e sociais e complementando os conceitos acima expostos, é interessante observar, como forma também de mensuração, por parte de políticas públicas sociais seis fontes de bem-estar para as pessoas/famílias e suas residências/moradias apontadas por Arriagada (2005). São elas:

i) el ingreso; ii) los derechos de acceso a servicios o bienes gubernamentales gratuitos o subsidiados; iii) la propiedad o derechos sobre activos para uso o consumo básico (patrimonio básico acumulado); iv) los niveles educativos, con las habilidades y destrezas como expresiones de la capacidad de hacer y entender; v) **el tiempo disponible para la educación, el ocio y la recreación**, y vi) las dimensiones que e conjunto fortalecen la **autonomía** de las personas.

Os itens acima são usados também como parâmetros que nortearam o processo de avaliação do PBF. Com esse conjunto de itens estar-se-ia atendendo os direitos de cidadania, que é negado a estas populações, e agindo no sentido de uma transformação social reduzindo a desigualdade, a exclusão e principalmente a vulnerabilidade. Certamente que o alcance de tais condições, daria um salto muito positivo a ampliação da cidadania.

Sem os itens mencionados corre-se o risco, e em parte é o que já está acontecendo de, somente, se atender uma necessidade básica, mas a vulnerabilidade social e humana permanecerá forte e presente o que atingirá intensamente a capacidade de articulação política dos indivíduos. De acordo com Katzman a vulnerabilidade social é a incapacidade de uma pessoa ou domicílio familiar de aproveitar as oportunidades que estão sendo disponibilizadas no sentido de melhorar sua situação de bem-estar social (KATZMAN, 2000, p. 281) Complementa,

El enfoque de la vulnerabilidad se plantea como una de esas alternativas. La idea más general de vulnerabilidad (para simplificar la exposición nos referiremos solamente a los hogares) remite a un estado de los hogares que varía en relación inversa a su capacidad para controlar las fuerzas que modelan su propio destino, o para contrarrestar sus efectos sobre el bienestar. (KATZMAN, 2000, p. 278)

Obviamente que tais medidas são diferentes de sociedade para sociedade, de território para território e isso também deve ser levado em consideração no sentido de enriquecer as análises e conclusões acerca da pobreza e também dos programas sociais que buscam reverter tal condição social desfavorável. Outro grande desafio é o de medir a vulnerabilidade social, pois “*las fuerzas que afectan el bienestar pueden ser exógenas o endógenas a los hogares*”, (KATZMAN, 2000) e isso está ligado também aos ativos, sejam eles, tangíveis ou intangíveis. Esse conjunto de análises vem muito a reforçar o que até agora estar-se expõe e defendendo. A vulnerabilidade comprova como o problema não pode e não deve ser enfrentado somente por uma ótica. Comumente é encarado por diferentes áreas do conhecimento humano.

Com a vulnerabilidade fica claro que quanto maior é a pobreza política maior é a dificuldade destes atores de aproveitarem as oportunidades. Quanto maior a vulnerabilidade maior é o impedimento ao desenvolvimento social. Antes as políticas sociais devem prever e saber agir sobre as vulnerabilidades, ou seja, as diferentes incapacidades de lidar com as oportunidades de mudança. Este é outro dos aspectos ou dimensões ao qual está submetido esse tema. Como se amplia a cidadania em um grupo de atores sociais tão vulneráveis?

A questão acima, ao mesmo tempo em que reforça a existência do enigma pobreza, pois a vulnerabilidade nunca é levada em consideração quando se trata de políticas de erradicação da pobreza como o PBF, nos lembra a questão da cidadania. Todavia, uma coisa é certa a pobreza não é um problema simples como propõe os grupos hegemônicos ao naturalizá-la. A caridade além de anular o sujeito de direitos, não ataca a vulnerabilidade e muito menos pode criar condições para o exercício da cidadania, na forma como estamos pensando, apoiada na “*santíssima trindade*” de Murilo de Carvalho, vista no capítulo anterior. Se for possível que a pobreza venha a negar a existência da cidadania para quem vive nela e se a transferência de renda PBF pode reproduzir a pobreza por não ser capaz de levar ou ampliar os espaços de cidadania, então o PBF também pode vir a negar a cidadania, reproduzindo a pobreza. Por isso foi necessário envolver e ouvir os chamados beneficiários para entender tais possibilidades, perante suas experiências de vida.

2.4 Programa Bolsa Família - PBF: O debate

Como dito, o objetivo principal do Programa Bolsa Família é o de combater e erradicar a fome, a miséria e a pobreza. Nas publicações do Governo Federal isso é confirmado como também que o objetivo vem sendo paulatinamente e plenamente alcançado. Um aspecto de destaque que vem sendo explorado pelo Governo Federal são as condicionalidades. Estas, como vimos, são compromissos assumidos pelas famílias nas áreas de saúde e educação, de seus filhos, para continuarem a receber o auxílio em dinheiro liberado pelo programa. Existem publicamente fortes críticas ao programa acusado de ser meramente assistencialista e clientelista. Assim, tais diferenciais poderiam significar peças fundamentais na completude deste programa. Entretanto, a precariedade dos serviços ligados a tais condicionalidades e que são de responsabilidade dos municípios com o apoio financeiro da federação, mostra que tais mecanismos a despeito de serem grandes diferenciais são, na verdade enormes gargalos.

Inúmeras barreiras impedem a adequada utilização destes serviços. Por exemplo, o funcionamento de uma escola municipal escondida nas áreas mais longínquas do semi-árido brasileiro. São escolas, em sua maioria, sem condições físicas e humanas de funcionamento. Em visita ao município de Água Branca foi possível constatar tais fatos tanto *in loco*, quanto pela fala dos moradores. Hoje, é fato, o número de crianças matriculadas aumentou e não há quase repetência, mas o analfabetismo funcional é imenso. Há um dissenso entre os especialistas sobre a validade ou não das condicionalidades. O consenso é que deve haver políticas sociais para as crianças, mas antes as escolas devem ter infraestrutura e professores “em qualidade”.

O outro mecanismo é o controle social simbolizado por uma comissão formada por “membros” da sociedade civil e do governo local. Mas, a maioria destes conselhos é composta por nomes de fachada, sem compromisso e atuam de maneira meramente a atender a burocracia do programa, uma vez que há uma imposição por parte da União.

No tocante a gestão cabe informar que ela é compartimentalizada com os municípios, pois a prefeitura é responsável pelo cadastramento dos candidatos ao benefício. E neste caso os prefeitos têm bastante poder de barganha junto a estas populações. A pobreza nesta, constatação passa a se tornar aparentemente importante dentro do contexto de manutenção de privilégios, pois há uma espécie de manipulação junto aos atores sociais beneficiados por parte dos governos locais.

As contradições sobre o PBF são muitas. O debate é preenchido de divergências como é o caso das opiniões de alguns especialistas no assunto. E no tocante a isso, o jornal *O Estado de São Paulo* em uma edição de domingo dia 09 de março 2008, traz uma matéria baseada em uma pesquisa em 200 municípios, onde afirma que a “*evasão escolar crescer entre os filhos de dependentes do Bolsa Família (...) Depois que a criança completa 15 anos, família deixa de receber parcela (...) Pressão pela sobrevivência acelera abandono, meninos deixam bancos escolares para buscar salário e ajudar famílias*”.

De acordo com o estudo, há um aumento da evasão escolar, a partir de 15 anos, provocado pela necessidade de renda que facilita a busca por trabalho informal e favorece a evasão o que depõe contra a idéia do governo de que a renda transferida é um meio para elevar o grau de escolaridade (mantendo essas crianças na escola) e o acesso às políticas de saúde aos mais pobres. Daí o governo já ter respondido ampliando a faixa de cobertura para os 16 e 17 anos em 2008.

Para o sociólogo José de Souza Martins o programa se desviou de seu objetivo de inclusão social. Em artigo publicado também no jornal *O Estado de São Paulo* do dia 09 de março de 2008, ele afirma que o “*programa se rende ao consumismo e desvirtua sua proposta de inclusão social*”. Há através desta análise um profundo questionamento sobre a validade das condicionalidades propostas pelo governo. Martins relata em seu artigo a compra a crédito de geladeiras e lavadoras, por parte de beneficiários do programa, e interroga sobre qual o objetivo real da bolsa: Combater a fome ou aumentar o faturamento dos “*esquemas de concentração de riqueza*”? Esses dados segundo ele são divulgados pelo próprio governo que comemora o crescimento nos pontos de venda de eletrodomésticos no nordeste. Ainda para Martins (2008)

Esse programa, na verdade, barateia o trabalho de um não desprezível contingente da força de trabalho. Subsídios, portanto, quem não precisa de subsídio. É um programa necessário, mas que promove exclusão social, porque confina no conformismo da subvenção, e não promove senão a inclusão temporária e ilusória. Os casos da lavadora e da geladeira são anomalias só aparentes a contrariar o programa.

Diferentemente pensa o economista alagoano Cícero Péricles de Carvalho, para quem o que mais importa são os R\$ 394,8 milhões de reais (2008) desembolsados, anualmente, na economia popular, principalmente para um Estado rico, mas contraditoriamente repleto de muita pobreza e miséria como é o caso de Alagoas. Essa economia popular por sua vez fica

mais forte e dinâmica com o apoio do microcrédito também defendido pelo economista. Para Péricles de Carvalho “*não podemos discutir Alagoas atual sem analisar seus problemas estruturais. A razão primeira das dificuldades da economia alagoana é a combinação da sua pobreza com os frágeis indicadores sociais*”. (CARVALHO, 2005, p. 09). Há, conforme o economista, um entrelaçamento entre os dois programas, pois, como também afirma o próprio governo, um ajuda o outro, uma vez que os milhões anualmente desembolsados nos municípios pobres possibilitam uma dinâmica no mercado informal gerando emprego/trabalho e renda para famílias pobres e o Bolsa Família contribui com esse ciclo, pois possibilita a capacidade mínima de consumo por parte destes. Ainda, segundo Carvalho (2005, p. s/n)

Há um fato na economia de Alagoas: um terço do Produto Interno Bruto local decorre da presença das políticas sociais permanentes e das transferências de recursos federais. É a *federalização* do Estado (...) e ela está permitindo a ampliação do mercado interno e a articulação da economia nos bairros populares e nos municípios do interior. Esse fato novo na economia alagoana abre as janelas para superar o atraso de um modelo de crescimento desigual e excludente.

As opiniões são conflitantes, divergentes e sem dúvida Péricles de Carvalho tem razão. Todavia, uma das questões é saber quem fica com os ganhos reais oriundos das transações comerciais por meio destas rendas: os pobres ou o sistema empresarial de produção industrial centralizado no Sul e Sudeste do Brasil? Seguindo nesta mesma linha de raciocínio, uma matéria divulgada pelo jornal britânico “The Economist” em fevereiro de 2008 fala sobre o Programa Bolsa Família em Alagoas onde é feita a seguinte observação

Além de providenciar ajuda imediata aos pobres, o Bolsa Família tem como objetivo de longo prazo quebrar a cultura de dependência, ao garantir que as crianças tenham uma educação melhor do que os pais. Há alguns sinais encorajadores. O comparecimento escolar aumentou em Alagoas da mesma forma que em outras partes do país, graças ao Bolsa Família e a um programa anterior, o Bolsa Escola. (tradução nossa)

Essa reportagem mostra uma realidade diferente da mostrada pelo jornal *O Estado de São Paulo* que inclusive coloca na lista o município alagoano de Olho d’água do Casado como um dos que mais contribuem com relação ao aumento da evasão escolar. O artigo do “The Economist” continua:

(...) Procure bem e também é possível encontrar negócios que surgiram por causa do consumo dos pobres. Pedro dos Santos e sua mulher Dayse montaram uma fábrica de sabonetes com 20 reais em uma vizinhança pobre da periferia de Maceió, a capital do estado. Com a ajuda de um banco de microcrédito, eles aumentaram a produção diária para 2.000 barras de sabonete cor de mostarda Dijon. Por perto, outro beneficiário do microcrédito abriu um bar para vender cerveja, batata frita e doces.

As opiniões são diferentes e alimentam o debate. Ainda afirma José de Souza Martins na matéria de *O Estado de São Paulo* (2008):

Ora, segundo a ideologia do principal aliado rural do governo, o MST, esses bilhões deveriam estimular o mercado dos produtos da pequena agricultura familiar, saciar a fome de quem produz e de quem consome, criar fluxos locais e regionais de renda e emprego e promover um círculo virtuoso de tipo keynesiano (...)

A política somente parece incentivar o consumo, por meio, da transferência de renda e pelo crédito como instrumento de mobilização da economia a pretexto da economia popular, local que encontramos altos índices de trabalhadores precarizados. No tocante aos pobres existem também outras maneiras de integrá-los. A política empresarial é outra saída. Incentivá-los também a serem “empresários” mesmo que na informalidade. Entretanto, Francisco de Oliveira nos chama a atenção para um processo histórico que vem moldando o chamado desenvolvimentismo no Brasil e responde quem ganha neste contexto.

O complexo de relações que moldou a expansão industrial, estabelecendo desde o início um fosso abismal na distribuição dos ganhos de produtividade entre os lucros e salários, pôs em movimento um outro acelerador do crescimento dos serviços, tanto o de produção como o de consumo pessoal. Criou-se, para atender as demandas nascidas na própria expansão industrial, vista do lado das populações engajadas nela, isto é, urbanizadas uma vasta gama de serviços espalhados pelas cidades, destinados ao abastecimento das populações dispersas: pequenas mercearias, bazares, lojas, oficinas de reparos e ateliês de serviços pessoais. Esses são fatores que funcionam como satélites das populações nucleadas nos subúrbios e, portanto, atendem a populações de baixo poder aquisitivo: por esta forma, os baixos salários dessas populações determinam o nível de ganho desses pseudo-pequenos proprietários (o que parecia uma operação de criação de “bolsões de subsistência” no nível das populações de baixo poder aquisitivo); na verdade, o baixo nível desses ganhos representa custos de comercialização dos produtos industrializados e de produtos agropecuários que são postos fora dos custos internos de produção e reforçam a acumulação nas unidades centrais do sistema. (OLIVEIRA, 2003, p. 68)

Vejamos ainda essa complementação de José de Souza Martins (2008) que colabora com o raciocínio de Francisco de Oliveira:

Iniciativas de empreendedorismo familiar vêm do capital social representado pelas tradições e conhecimentos desses setores da população, encurralada pela vitalidade da economia de grande escala no meio da historicamente plácida sociedade de trabalhadores de ofícios. (...) preferiu o governo a forma social e politicamente retrograda do neoclientelismo e a economicamente atrasada da esmola certa. Vacila entre o potencial de inovação econômica dos ardidos pretendentes a reforma agrária e a passividade doméstica dos dóceis clientes do Bolsa Família.

Na certeza de que a desigualdade é provocada e/ou incentivada pelo modo de produção capitalista como poderá se incluir através do mesmo modelo de exclusão? Como citado por Francisco de Oliveira estes pseudo-empresários estão conquistando uma liberdade fictícia e contribuindo para o funcionamento ainda mais desigual do sistema. E a cidadania não pode ser ampliada neste cenário. Trabalhadores precarizados como é o caso daqueles que fazem parte da economia informal não estão nem perto de serem beneficiados dos direitos conquistados. A negação da cidadania a estes é a única e certa consequência.

Essas questões nos impulsionam a pensar tendo como referência um ambiente particular – sertão alagoano. Como é sabido a região do sertão está localizada no centro do Nordeste brasileiro e é estruturalmente afetada por fortes períodos de secas, os quais historicamente alimentam e reforçam a situação endêmica de miséria e pobreza regional.

Estaríamos vivenciando com novas roupagens a Era Vargas onde os direitos sociais tiveram certa desenvoltura, mas houve pouco amadurecimento nos direitos políticos e civis? Isso depõe contra a consolidação da cidadania. Vargas considerado o “pai dos pobres” mesmo tendo sido um ditador conseguiu imprimir sua marca até os dias atuais. É certo que isto fez parte de uma época diferente desta. Mas, a história nos tem mostrado como são fortes e resistentes suas raízes, como veremos no próximo capítulo que versa sobre a historicidade do lugar – Água Branca –AL.

Isso vai se verificar com o debate, em torno, da terceira hipótese que propõe: A política social de transferência de renda – Bolsa Família pode vir a reforçar as relações de dependência entre atores sociais beneficiados e os grupos políticos presentes nas três esferas de governo, mantendo e reproduzindo privilégios particulares e não o fortalecimento dos interesses públicos.

Se para Silva Telles o modo como os direitos são negados evoca um enigma em torno da questão da pobreza, então, neste novo contexto, qual seria o papel do PBF, que possui na renda sua proposta central de cidadania: Reverter, atenuar ou reproduzir a pobreza? A permanência da pobreza denota além da negação da cidadania a possibilidade dela ser construída dentro da estrutura de poder, capitaneada pelo capitalismo moderno que reforça e põe sobre a pobreza a responsabilidade por suas próprias mazelas.

Nas páginas acima vários especialistas se colocam, mas não há unanimidade. Mas este não é o grande problema do PBF. Como visto anteriormente Ozanira Silva debate o PBF a partir de pesquisa histórica e empírica e conclui que há uma importância do PBF frente ao quadro de pobreza existente, mas é cautelosa com a possibilidade de uma mudança desta realidade. O que se apresenta para Ozanira Silva é mais uma ação compensatória do que redistributiva que possa trazer possibilidades emancipatórias as famílias. Ozanira Silva conduz suas pesquisas estudando municípios dos estados do Maranhão e Piauí por meio de metodologia qualitativa com o uso da técnica de grupo focal. Para Ozanira Silva parece ser necessário pensar o programa como instrumento a ser melhorado e correlacionado a outras políticas sociais mais importantes e estruturais como é o caso da educação e da saúde. A questão é que tais políticas não avançam pois, todas essas ações estão de uma forma ou de outra ligadas ao modelo de modernidade líquida.

Bem diferente é a análise da economista Sonia Rocha que, apesar de não versar diretamente sobre o PBF, traz à tona uma série de questões que devem nortear a gestão de políticas públicas chamadas por eles de políticas “*antipobreza*”. Para isso, a mesma, utiliza-se de uma enorme quantidade de dados estatísticos oriundos do PNAD/IBGE. A pobreza, segundo sua concepção, deve ser dividida em absoluta e relativa. Os critérios das necessidades básicas, da linha de pobreza e da renda são determinantes bem como a adoção de medidas de incentivo ao consumo como alternativas para reversão e/ou controle da pobreza. Ainda para Sonia Rocha, há um processo consistente de redução da pobreza, principalmente no meio rural, devido aos diversos benefícios previdenciários e assistenciais que atendem as necessidades básicas. A questão que colocamos vai além destes resultados materiais apresentados. É na construção da cidadania, da consciência política e da atuação e participação cidadã que buscamos respostas. E isso é dificultado devido a desigualdade de oportunidades marcada pela pobreza. Mas sabemos que mudanças não cabem somente aos pobres.

E por isso, também na tentativa de estabelecer um fechamento às polêmicas e divergências, algo que sabemos não ser possível alcançar, ao menos neste trabalho, esperamos

determinar um caminho e é assim que agregamos ao debate as avaliações do sociólogo Jessé de Souza, ao debater a questão da pobreza e da cidadania que, aliás, são muito instigantes, quando colocadas pelo mesmo. Baseamo-nos somente, neste trabalho, em um artigo, escrito, pelo mesmo, no Jornal o Estado de São Paulo, de julho de 2008, em que já no título, Souza nos provoca a pensar: “*A ralé eternizada – o erro histórico da sociedade brasileira é achar natural ter “gente” de um lado e “subgente” de outro*”.

Aqui Jessé de Souza nos aponta o erro das políticas que se baseiam somente no viés economicista e buscam uma solução onde a mesma não se encontra. Afirma “*é falsa a impressão tecnocrática de que só o que falta é gerência eficiente*”. Para Souza a ralé é estrutural, pois foi produzida historicamente e ainda hoje continua sendo negada, a mesma, uma possibilidade de mudança, pois isso só pode acontecer se quebrados os laços históricos que dividem a sociedade brasileira em pessoas de classe, (econômica, social e cultural), e pessoas sem classe, que aparecem sempre, precarizadas e inferiorizadas. A ralé é estrutural uma vez que as ações de combate somente reafirmam a inferioridade destas pessoas. São pobres, pois são tratados como tal e acabam somente se reproduzindo e tornando a “política social” uma espécie de política que só serve para reforçar a barbárie e acalmar as diferenças. Analise esta que parece reforçar o que até aqui já expomos. Por isso, tentamos fortalecer nossa argumentação final com essa interpretação de Souza na esperança de que em futuros trabalhos, possamos ser norteados por seus estudos.

A pergunta subjacente, a avaliação da política social de “renda”, em questão é o porquê da existência e da permanência da pobreza, nos dias atuais, amparados por um progresso econômico sem precedentes? Com isso apontamos a estrutura social, como responsável e interessada. Cabe, ainda aqui, mais uma contribuição de Pedro Demo, quando diz-nos,

O pobre como simples beneficiário, tal qual ocorre em programas como o Bolsa Família, é um pobre domesticado, incluído a margem, aliciado. Sana-se, em certa medida, a necessidade de assistência, mas não se toca no desafio da auto-sustentação e autogestão. Quer dizer a pobreza política não é atingida. (DEMO, 2006, p. 36)

Entretanto, insistimos que não culpamos os pobres por sua condição, e sim a estrutura de poder que se perpetua a despeito das mudanças e avanços alcançados. Daí os pobres não serem somente objeto, mas também sujeitos, como todos, e a sua existência afirma que há algo de errado na condução dos resultados materiais do mundo “moderno” atual.

CAPÍTULO III

ÁGUA BRANCA – HISTORICIDADE DO LUGAR E SUAS RAÍZES: RIQUEZA TERRITORIAL *VERSUS* UMA PERSISTENTE POBREZA IMATERIAL

O mundo idílico voltado para o pobre homem filho da miséria, primeiro capítulo da invenção da América, durou pouco e desapareceu como um sonho. Ele desempenharia seu papel mensagem cifrada das camadas dominantes aos desamparados na hora da colonização. A América não seria nenhum exílio, nem o degredo: seria o reino da aventura, do salto da fome a ostentação senhorial. Ainda aí, nessa mágica transformação, há, subterraneamente, o fio da rede mercantil que devora o mundo. O império da utopia não nega combate ou se opõe a realidade: ele a substitui, colocando, em lugar do ouro e da prata, a fantasia, para chegar onde o ouro e a prata levam.

Raymundo Faoro em “Os Donos do Poder.” 2001.

3.1 Introdução

O jurista Raymundo Faoro brinda-nos com sua importante obra que traz elementos que nos ajudam à interpretação do Brasil de hoje. Como nosso objetivo, neste capítulo, é o de compreender o lugar do município de Água Branca – sua pobreza, a formação de uma identidade e cidadania – no contexto brasileiro valemo-nos inicialmente das palavras de Faoro que denuncia o verdadeiro interesse português no Brasil. Ação que até hoje influencia o nosso cotidiano, pois possuímos, ainda, em nossa sociabilidade o espírito português, que empreendeu uma empresa colonial sob a égide do patrimonialismo e do estamento em que sempre prevaleceu o mando de poucos e a obediência de muitos. Assim, o mérito português em sua relação com o Brasil foi de caráter fortemente mercantil sendo sua relação com a terra recém encontrada unicamente predatória. O Brasil de hoje, 510 anos após o “descobrimento” ainda sofre as conseqüências desse tipo de colonização.

Tendo em vista o que Faoro nos diz percebemos que na corrente sanguínea da sociabilidade brasileira, ainda, circula os genes de práticas políticas, econômicas e sociais oriundas da cultura do colonizador. O pequeno município de Água Branca torna-se um exemplo, um modelo, neste contexto histórico. Neste capítulo iremos discutir a historicidade da ocupação do território alagoano e aguabranquense; e uma reflexão a respeito da exclusão, miséria e pobreza presentes, hoje, nestes lugares que contraditoriamente foram colonizados com foco na sua riqueza ambiental – encontradas nas áreas serranas, com abundância de água,

apesar de serem conhecidos pelas características de caatinga. O município possui hoje um pouco mais de 50% da população “beneficiada” pela transferência de renda do PBF, que não leva em consideração as características históricas e culturais dos territórios e de uma pobreza rural diferenciada. Assim, o PBF além de poder vir a limitar o exercício da cidadania por somente considerar a baixa renda como demarcação de pobreza, pode vir também, a reforçar a pobreza nestes lugares, por não levar em consideração as especificidades territoriais de cada lugar.

3.2 A influência histórica do modelo de sesmarias portuguesa na formação do território brasileiro, alagoano e de seus municípios e o modo de reprodução na contemporaneidade

Todo lugar possui sua história e uma riqueza cultural e ambiental. Todos aqueles que fazem parte do lugar também fazem parte dessa história, pois foram ao longo do tempo responsáveis por essa construção histórica que nos influenciam, como também ao lugar, até os dias atuais. Braudel nos explica que:

Esses acontecimentos de ontem explicam e não explicam, por si sós, o universo atual. De fato, em graus diversos a atualidade prolonga outras experiências muito mais afastadas no tempo. Ela se nutre de séculos transcorridos, e mesmo de toda “a evolução histórica vivida pela humanidade até os nossos dias”. (...) muito embora todos nós tendamos espontaneamente a considerar o mundo que nos circunda apenas na brevíssima duração de nossa própria existência (...) Tais realidades têm uma vida muito mais longa que a nossa e nem sempre teremos, no curso de nossa existência, o tempo necessário para vê-las mudar completamente. (BRAUDEL, 1985, p. 18)

O que Braudel quer nos explicitar e é o que acreditamos, é que toda a problemática vivida no agora é decorrente, de uma forma ou de outra, do nosso pretérito, que influencia e encontra-se presente em nosso cotidiano atual, muitas vezes interferindo, sem que saibamos conscientemente, em nossas decisões e posturas frente às diversas proposições desta realidade do hoje. Milton Santos corroborando com essa idéia também nos explica que:

(...) em consideração ao espaço geográfico se define como a união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas (M. Santos, 1996), que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê. Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. **A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia.** (SANTOS, 2005, p. 11, grifos nossos)

Entendemos, então, que o território é algo vivo e pulsante, não podendo ser somente palco, mas também ator, (SANTOS, 2005). Aqueles que estão no território o definem, mas

também são definidos pelas suas características e pela forma como antes este território foi constituído, de acordo com as forças políticas, religiosas, econômicas que o influenciaram, e que muitas vezes são as mesmas de hoje. Então, qual o conceito de território? Vejamos o que nos diz a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SDT/MDA. Para a SDT/MDA território é:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Neste sentido o território não significa, apenas, um espaço de terra, mas um conjunto de ações coletivas, um organismo vivo, que é definido pelos indivíduos que o compõe, ao mesmo tempo em que o território define os indivíduos. Desta forma, podemos afirmar que cada território possui sua subjetividade. Isso é o que nos ensina o geógrafo Milton Santos. Assim, o que significa a história da formação territorial de Água Branca e de seus povoados a partir do grande espaço inicial (capitanias e sesmarias) e os seus sucessivos desmembramentos, sobre a formação de uma cultura e identidade local e também territorial? Inicialmente assinalamos que a finalidade mais preponderante nas diversas emancipações territoriais que originaram os municípios atuais, não foi o interesse do povo, mas sim o dos seus “coronéis” no intuito de manter o status e poder econômico para suas futuras gerações. A história deste lugar (Água Branca) é parte da história do território brasileiro e principalmente dos territórios sertanejos do nordeste brasileiro, compreendendo neste caso o estado de Alagoas.

Entendemos que a colonização foi uma obra de poucos, executada por muitos escravos negros e índios. Dessa relação desigual é que resulta o aprofundamento do atrofamento do tecido social tal qual concebemos atualmente com a presença da pobreza. Portanto nossa sociedade se formou desigual desde a sua descoberta. Tal conjuntura desigual está presente no agora e influencia a formulação das políticas públicas deste Estado. Assim tais características pretéritas devem ser pensadas no momento que políticas, como o PBF são criadas. Isto significa que o problema não passa somente pela renda, mas, sobretudo por uma cultura de vida onde o que sempre prevaleceu foi o mando de poucos sobre a obediência de muitos. A mudança nos parece, não pode simplesmente chegar pelo imediato baseado no pressuposto de

que a “fome tem pressa”. A mudança é algo que só acontece trabalhando as raízes culturais calcadas, em nosso caso, na subserviência, onde o conceito de cidadania passava, e ainda passa bem distante. A origem, as raízes explicam a forma como se dá a sociabilidade do brasileiro e devem ser levadas em consideração. O que não é possível e aceitável é que tais razões justifiquem a continuidade de desmandos incompreensíveis na utilização da coisa pública inspirados na ação deste passado contraditório em que em nome do público se legislava em causa própria e em benefício familiar.

Por isso buscamos agora a compreensão histórica do território do alto sertão alagoano, especificamente o município de Água Branca. Atualmente o território do alto sertão alagoano é composto por 8 municípios: Piranhas, Olho D’água do Casado, Delmiro Gouvêa, Água Branca, Pariconha, Inhapi, Canapi e Mata Grande. Água Branca está situada a 300 km da capital Maceió. A formação de todos estes 8 municípios está interligada e podem representar um resultado da reprodução do modelo de poder e mando vigente desde o início da colonização, através do controle da terra, por parte inicialmente, dos seus colonizadores latifundiários que adquiriram terras das divisões das grandes sesmarias. Todos esses municípios do alto sertão formaram um único espaço territorial da administração do capitão donatário de Pernambuco que foi paulatinamente sendo desmembrado a partir do pólo de povoamento de Penedo constituindo assim a “*sociedade do pastoreio*” como denomina o historiador alagoano Dirceu Lindoso.

A ocupação territorial levada a cabo pela coroa portuguesa possuindo seu alicerce na divisão das terras por decisão e definição de Portugal em Capitânicas Hereditárias inicia a colonização. E assim a Capitania de Duarte Coelho Pereira dá início ao processo de formação do espaço Alagoano. Na descrição de Fernandes Lima,

A partir de 1534, com a divisão da Colônia em Capitânicas Hereditárias definiu-se, pelo menos teoricamente o território pernambucano, no qual se achava a parte sul, que passou a se chamar: **das Alagoas**, isso com relação as duas lagoas maiores (Mundaú e Manguaba) e outras encontradas ao longo do litoral, entre Maceió e o Pontal do Coruripe. (LIMA, 1992, p. 29)

As capitânicas como o próprio nome informava, eram hereditárias. Sabe-se que o desafio português de evitar o roubo de pau Brasil por parte dos franceses, e o combate contra as populações indígenas foram os grandes motivadores de tal formato de colonização para dar maior suporte a “*dominação e exploração territorial*”. (LIMA, 1992, p. 44). Assim se deu a doação de sesmarias formato que passou a ser largamente adotado no Brasil.

Esse que já era um método de divisão de terras desenvolvido em Portugal com o objetivo de acelerar a ocupação territorial e aumentar a produção agropecuária sem perder o domínio sobre as terras e pessoas. Para um sesmeiro continuar na terra era necessário mostrar resultados positivos na produção, além de, certamente, manter subserviência ao seu dono. Decorrem disso o latifúndio, a monocultura e a escravidão. Raymundo Faoro nos esclarece que,

A obra política e comercial da colonização tinha como ponto de apoio a distribuição das terras. Aí se fixava o centro da empresa, calcada sobre a agricultura, capaz de condensar as populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação. A monarquia lusitana, nessa tarefa de povoar o território imenso, encontrou nas arcas de sua tradição, um modelo legislado: as sesmarias. “A historia territorial do Brasil” – disserta o mais profundo pesquisador do assunto – começa em Portugal. (FAORO, 2000, p. 146)

Especificamente sobre o povoamento de Água Branca os primeiros sinais podem ser datados a partir do ano de 1725, com a criação da sesmaria de Paulo de Viveiros Afonso como aponta Ivan Fernandes Lima. Essa sesmaria era uma faixa de terra de *“uma légua de largura e três de comprimento, correndo pela Serra Branca e incluindo a margem esquerda do Sumidouro do São Francisco (Cachoeira de Paulo Afonso e sua jusante-cañón)”*. (Lima; 1992; p. 69). Esta área de terra citada por Fernandes Lima é o que mais ou menos compreendem o que são hoje os municípios de Água Branca, Pariconha, Mata Grande, Piranhas e Delmiro Gouveia. Como veremos Água Branca possui sua origem pelo pólo de colonização de Penedo, com acesso pelo rio São Francisco.

Como sabemos a ocupação espacial no Brasil se dá com um perverso tripé baseado primeiro na divisão das capitânicas em sesmarias, estas que são consideradas a origem do modelo latifundiário. Segundo pela escravidão do negro africano e em terceiro pela monocultura da cana de açúcar. Presenciamos, ainda, a cultura latifundiária atuante nas práticas políticas e econômicas dominantes que são levadas a cabo pelos proprietários destas terras. Percebemos como a história está viva. Tais modelos concentradores de poder e renda depõem fortemente contra a cidadania. Excluem parte dos indivíduos da possibilidade de criarem modos de vida mais saudáveis e que tragam de maneira autônoma o que está simbolizado nos direitos sociais. E em Alagoas e Água Branca isso não é diferente. Para isso basta acompanhar a diversidade de conflitos agrários existentes em Alagoas e a força de mando dos ainda “coronéis” nos interiores.

A interiorização das sesmarias, na parte sul de Alagoas (Penedo), teve como principal atividade a criação de gado e cavalos. Como nos aponta Ivan Fernandes Lima “*o resultado das penetrações foi assegurado pela concessão de sesmarias, em que o gado seria o grande auxiliar do colonizador*” (1992; p. 46). E essa é a atividade que fixa o “capitão” considerado o colonizador que se tornou conhecido pelo título de Barão de Água Branca, e assim considerado o criador ou o “dono” do município.

Dirceu Lindoso, que aqui utilizamos, simplesmente, devido ao fato de contribuir com as elucidações de questões históricas, no tocante a formação do lugar em questão, nos explica que houve dois principais pólos de colonização em Alagoas. O pólo de Penedo datado de 1570 e o de Porto Calvo de 1590. No primeiro presencia-se o “*o boi sendo um elemento de democracia pastoril*”, no segundo tem-se “*a cana de açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário*”. (LINDOSO, 2000, p. 43). No tocante ao pólo penedense que é a raiz da colonização sertaneja Dirceu Lindoso faz uma observação importante no entendimento de uma identidade e/ou características deste povo.

A economia do pastoreio são-franciscana nasceu ali ou pelo menos se consolidou. E do pólo penedense expandiu sob forma de fazendas e currais de gado, sendo a atividade nos amplos campos de sertão a dos vaqueiros-pastores e vaqueiros-proprietários, reduzindo os índios a uma servidão mansa, e criando uma sociedade mais democrática. A sociedade de pastoreio é esparsa, e não carece de uma estruturação violenta como as sociedades escravocratas. (...) O índio-vaqueiro virou parte do projeto colonial e ocupação das savanas sertanejas do vale do rio São Francisco. Em vez só da opressão, passou a ter também a convivência. E a servidão indígena acabou por se diluir na miscigenação. **Foram os mamelucos da primeira leva, e não os brancos reinóis, que conquistaram e povoaram o Grande Sertão são-franciscano, carregando na alma em vez das crenças puramente tribais o catolicismo missionário dos padres franceses.** (LINDOSO, 2000, p. 39-40, grifos nossos)

Mas estes também paulatinamente adotaram as práticas mais específicas do modelo da cana de açúcar. O Barão de Água Branca é a prova disto. Escravos, engenhos, casa grande, senzala e uma imponente igreja. O poder e a renda concentrados. Semelhante seria a política na primeira república que necessita da figura dos “coronéis” para que junto ao povo rural, pobre, “inculto” e esquecido, pudessem por meio do sufrágio confirmar o poder junto ao seu povo. Os filhos do Barão teriam papel decisivo nisto. Semelhante de como foi a chegada do fidalgo português e a nobreza as terras recém descobertas. Estes que chegam querem também ser nobres. Adotam as mesmas práticas daqueles que antes os subjugarão.

O modelo de colonização que Lindoso chama de “autoritarismo agrário” também invadiria as savanas sertanejas. E aqueles que estivessem melhor posicionados e articulados com o império fariam com que o município se tornasse o seu “curral” em nome do melhor para o “seu povo”. Na verdade o objetivo foi sempre o da opressão e da subjugação. Isso acontece independente de qual modelo de colonização tenha sido preponderante. A posse de terras é imprescindível. A sesmaria daria início e força ao objetivo. Mas não somente ela. Assim,

Entra-se com o desvirtuamento do sentido do sistema sesmarial, no reino do açúcar, com a monocultura e o escravo africano. A casa-grande conquista a paisagem, projetando a sombra da senzala, gravitando, ambas, sobre o dinheiro, fator não raro esquecido em favor da falsa arrogância do plantador e senhor de engenho. (...) O SISTEMA DE COLONIZAÇÃO DO BRASIL teria lançado, no mundo rural, as raízes do feudalismo indígena. Feudalismo nascido neste lado do atlântico, gerado espontaneamente pela conjugação das mesmas circunstâncias que produziram o europeu. Feudalismo renascido na América, renovo da velha árvore multissecular portuguesa. Feudalismo, no século XVI ainda vivo na Península Ibérica, que se prolongou no Brasil. (...) O quadro teórico daria consistência, conteúdo e inteligência ao mundo nostálgico de colonos e senhores de engenho, opulentos, arbitrários, desdenhosos da burocracia, com a palavra desafiadora à flor dos lábios, rodeados de vassalos prontos a obedecer-lhes ao grito da rebeldia. Senhores de terras e senhores de homens, altivos, independentes, atrevidos – redivivas imagens dos barões antigos. (FAORO, 2001, p. 151-152)

Esse é o espírito hegemônico que invade o Brasil. E está presente na sociabilidade do brasileiro atual. O coronelismo reproduziu tal força. Neste mesmo momento histórico o mundo vivia conforme nos narra Karl Polanyi uma revolução – a grande transformação – na Europa. Surgiam o capitalismo e o pauperismo. O Brasil vivia sob uma monarquia e o modelo de sesmaria já teria determinado a continuação do modelo feudal nas longínquas terras sertanejas, onde a seca seria utilizada como plataforma política para manutenção dos mandatos legislativos e executivos dos latifundiários apoiado pela figura do “coronel”. O pauperismo rural no Brasil possuía características e semelhanças com a origem do pauperismo na Inglaterra – o latifúndio.

A questão primordial agora é a de entender a relação deste lugar (Água Branca) sua riqueza cultural e ambiental e a sua atual pobreza. O processo da colonização é implacável contra as minorias e vai criando um rastro de pobreza e miséria. Entretanto, há características do espaço e do tipo de homem que a ocupa que se distinguem e formam categorias de sociedade diferentes umas das outras. No caso do sertão temos um histórico de ocupação

baseado na criação de gado que vai estabelecendo valores e crenças. Valores cristãos de aceitação de sua condição, de paz, de um homem forte que vence desafios a qualquer custo. É também contraditório. O Barão de Água Branca, filho de boiadeiro, após “vencer” iria adotar as mesmas práticas predatórias por meio do latifúndio.

A pobreza não pode ser tratada da mesma forma em todos os espaços. Aqui temos características que definiram o Brasil atual. Temos a terra (grande riqueza do povo) mal distribuída. O PBF de certa forma pode vir a reforçar a pobreza não valorizando as características locais de uma pobreza rural que foi e ainda pode ser indispensável a permanência de privilégios de grupos descendentes de velhas oligarquias políticas oriundas do modelo colonizador e que se fixaram na primeira república, momento que reinou um fenômeno que nos persegue até os dias atuais que foi o coronelismo. Hoje apontamos para uma versão moderna líquida do mesmo como explicado anteriormente.

3.3 A formação do município de Água Branca: Os colonizadores

Na história de Água Branca encontram-se, atores que representam as tais “*resistentes raízes*” que perpassam o tempo e são eles: Capitão Faustino Vieira Sandes (colonizador - fazendeiro); O Major Francisco Casado de Melo (fazendeiro); Joaquim Antônio de Siqueira Torres de 1808 – 1888, (Barão de Água Branca). Como se deu o processo histórico entre eles favorecendo a formação do tecido social que constituiu Água Branca? Quais as influências e decisões deste pretérito aparentemente remoto se encontram nos dias atuais? Vamos tentar entender um pouco destes fatos e suas possíveis permanências nos dias de hoje.

Água Branca tem, hoje (2010), segundo a bibliografia pesquisada 135 anos de história a partir da data de emancipação política. Para autores como Marroquim (1922) a emancipação deu-se em 1910, portanto há 99 anos. O município adota data de 1875, por isso comemora os 134 anos de emancipação. A população liderada pelo poder público local celebra anualmente a emancipação. Mas essa população tem consciência do seu significado? Vejamos um resumo, de como se dá tais festejos na atualidade.

Em visita interativa ao município de Água Branca, presenciamos o de 24 de Abril de 2009, data da emancipação e observamos a reprodução dos velhos discursos em torno da pobreza. Na solenidade de abertura das comemorações o prefeito José Rodrigues Gomes, como de praxe deu ênfase em seu discurso na proteção dos mais pobres. Vejamos um trecho de seu discurso,

Com esforço de cada um de vocês com a boa vontade que eu tenho e com certeza iremos conduzir esta terra, iremos melhor professor e iremos olhar muito mais para aquelas pessoas humildes aquelas pessoas mais pobres aqueles que mais precisa pra ser ajudado na nossa terra. (Prefeito “Zé de Dorinha” em 24 de abril de 2009)

Fica manifestado o objetivo de reprodução histórica do discurso e inferimos a isso a necessidade de manutenção deste *status quo*. No dia ainda foram inauguradas obras como, por exemplo: uma calçada na via pública e um muro de contenção. Entretanto o ponto alto foi à inauguração de uma nova sede do CRAS que realiza a Assistência Social inclusive aos indivíduos que recebem o PBF, os quais praticamente não se faziam presentes a inauguração.

Mas como se deu a formação até chegarmos ao que é hoje? Neste sentido, a criação do município é registrada na bibliografia pesquisada no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. Marroquim relata que:

O território do município de Água Branca, antigamente Matta ou Matinha de Água Branca, pertencia a Paulo Affonso, também conhecido pela denominação de Matta Grande, do qual constituiu por muito tempo um districto judiciário. A Resolução Provincial nº 681, de 24 de abril de 1875 desmembrou o citado districto do município de Paulo Affonso e elevou a povoação de Água Branca a categoria de villa, com os limites dados a circunscrição judiciária. Assim o reclamava o desenvolvimento do lugarejo, cuja fundação data provavelmente da metade do XVIII século, pois que já em 1864, a lei n. 413, de 1º de junho, allí creava uma freguesia sob o padroado de N.S. da Conceição. Administrativamente independente, continua, entretanto o município sujeito á justiça de Paulo Affonso, da qual veio a emancipar-se em virtude da Lei n. 603, de 7 de julho de 1910, que proveu o município de Juiz de direito, dando-lhe mais o termo de Piranhas. (MARROQUIM, 1922, p. 69)

Já a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros assinada por Jurandyr Pires Ferreira, em 1959, em um trabalho realizado a frente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE informa que:

A vila de Água Braça foi criada pela resolução número 681, de 24 de abril de 1875, que se desmembrou de Mata Grande, então denominada Paulo Afonso. Pela lei número 733, de 3 de julho de 1876, foi confirmada a criação da vila e efetuada a sua instalação em 20 de setembro do mesmo ano. Com a criação da Vila de Capiá, na povoação Várzea do Pico, pela Lei número 35, de 30 de maio de 1893, foi transferida para a nova vila a sede do município, sendo porém, em 1895 pela Lei número 74, de 1º de junho restaurada a vila de Água Branca e para aí voltou a sede do município. Em 1919, pela Lei nº 805, de 2 de junho a vila foi elevada a categoria de cidade. (FERREIRA, 1959, p. 19)

As datas são aparentemente as mesmas a questão pode ser, somente a interpretação, entretanto, o que não está, devidamente, evidenciado é qual o verdadeiro interesse e interessado nesta emancipação.

O Capitão Faustino Vieira Sandes, (avô do Barão) tinha estas terras por arrendamento as quais mais tarde arrematou num leilão em Recife em meados do século XVIII. Aqui, instalou suas fazendas de gado sendo, então considerado, o primeiro desbravador da região. (FERREIRA, 1959). Sendo assim, o território em questão, possui mais de 300 anos de história após estas evidências de colonização.

Parte do território de Água Branca apesar de estar localizada no chamado polígono das secas, possui clima e vegetação distintos. Este provavelmente foi um grande fator de atração as terras, bastantes férteis devido à existência de água subterrânea (considerada o ouro do sertão). Isso não é somente pertinente ao município de Água Branca, mas a quase todos os

municípios que hoje compõe o território em questão. Marroquim descreve o município da seguinte maneira:

Água Branca, cidade situada nos flancos da serra do mesmo nome, a 450 metros acima do nível do mar, pittoresca e muito saudável; com boas aguadas e conhecida por seu irrepreensível asseio (...) (MARROQUIM, 1922, p. 70)

Descrição de Jurandyr Ferreira na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em 1959 se dá de forma semelhante:

Atraído não só pelas boas pastagens que podia oferecer a zona da caatinga, mas, principalmente pela riqueza da região serrana, onde a fertilidade e exuberância do solo permitiam o desenvolvimento de lavouras, como a mandioca, a cana-de-açúcar, e os cereias, foi esse capitão Faustino – segundo tudo indica – o primeiro desbravador do município. (...) (FERREIRA, 1959, p. 19)

Para ambos os autores são ricas as paisagens e terras ali encontradas e exuberantes as serras, vales e montanhas. E, provavelmente, para demarcar fazendas, nesta faixa de terra que por volta do ano de 1770 (não há registro formal dessa data nem do fato) o Major e agricultor Francisco Casado de Melo, ofereceu a Nossa Senhora da Conceição um terreno que formava um marco entre os três povoados: Boqueirão, Várzea do Pico e Olaria, e ali construiu uma igreja que na qual foi por durante um século a igreja de Nossa Senhora da Conceição (hoje de Nossa Senhora do Rosário) até a construção da Matriz de Água Branca pelo Barão de Água Branca em 1871. Segundo os relatos o Major seguiu a frente e se instalou definitivamente onde é hoje o município de Olho D'Água do Casado⁷.

No Registro de Jurandyr Ferreira da enciclopédia do IBGE não há ligação com datas e nomes na construção da primeira Igreja que defina a atual área urbana de Água Branca sede do município.

Mais tarde, em data que não se pode precisar, foi erguida a primeira Capela da povoação, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, mais ou menos defronte ao local onde se ergue, atualmente, a imponente matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída em meados do século passado. (FERREIRA, 1959, p. 19).

⁷ Caderno de notas pessoal de registro de memórias do professor José Gomes Lima.

Do casamento realizado entre Teotônio Vitoriano Torres (natural do estado de Pernambuco, cidade/vila de Cimbres) e de Gertrudes Maria Trindade Vieira (natural de Alagoas - Água Branca Povoado Boqueirão – filha de Faustino Vieira Sandes.) surgiram 10 filhos, entre eles Joaquim Antônio de Siqueira Torres – o Barão de Água Branca. A surpresa foi perceber que o pai da genitora do Barão era o capitão Faustino considerado o colonizador daquelas terras. Até então a história oficial não havia ligado tais fatos. Isso significa que todos possuem a mesma origem e as famílias vão se formando a partir de um único núcleo.

Diante o Arquivo de documentos do IHGAL (Caixa 83; Pacote 01; Doc. 33) foi possível construir uma parte da genealogia da família do Barão, que confirma que o núcleo de povoamento é o mesmo.

Joaquim Antônio de Siqueira Torres foi Capitão, Tenente-Coronel, Comendador da Ordem de São Gregório Magno pelo Papa Leão XIII (título concedido como resultado da construção da Igreja Matriz de Água Branca) e finalmente Barão de Água Branca, título conferido (ou comprado por ele?) pelo Imperador D. Pedro II. Nasceu oficialmente em Água Branca no dia 08 de dezembro de 1808 e faleceu em 29 de Janeiro de 1888.

Sobre a data do seu nascimento há também algumas controvérsias, pois como é historicamente certo é que a sede do município já havia sido dada a N. Senhora da Conceição (de acordo com a construção da primeira igreja) assim quando o Barão “construiu” a igreja matriz essa passou a ser a sede da paróquia. Desta forma a padroeira continuava a ser N. S da Conceição que tem seus festejos comemorados dia 8 de Dezembro. A data oficial do seu nascimento é 8/12/1808. Uma hipótese já que essa construção lhe renderia um título dado pelo Papa Leão XIII é que a data de seu nascimento (Barão) fosse ajustada à mesma data em que se comemora o dia de N. S. Conceição dando-lhe, possivelmente, mais prestígio junto a família e ao lugar. Prestígio que a família colhe frutos até hoje, graças ao seu nome e de seus familiares políticos influentes na região.

Essa até agora é uma questão sem resposta e não devidamente registrado e objeto de muitas discussões entre as pessoas e documentos consultados. Examinando documentos do IHGAL encontra-se no Diário de Pernambuco de domingo 25/12/1966, nas notas Pernambucanas escrito pelo jornalista Orlando Cavalcanti uma outra data para o fato. Segundo Orlando Cavalcanti o Barão nasceu em 8 de setembro 1808. Se essa é a data verdadeira pode ter havido uma aproximação proposital? Sendo ele o homem mais influente da região e que construiu com “recursos próprios”⁸ a igreja matriz de N.S. da Conceição,

⁸ Conta-se um relato “romantizado” de que o futuro Barão que antes era boiadeiro perdeu uma novilha, pelas terras onde hoje é a cidade de Água Branca. Após um tempo em uma de suas viagens conheceu um fazendeiro

possuir além disso, a data de seu nascimento como a mesma data da padroeira que dá o nome a Igreja, traria a ele e principalmente a seus descendentes muito mais prestígio. Tanto que parte do inconsciente coletivo do lugar o considera um ser “divino”.

O Barão de Água Branca era sinônimo de homem rico, conceituado, dono de muitas fazendas e avultado rebanho de gado, conforme informa seus contemporâneos numa narração de seu neto Antonio Barroso de Siqueira Torres. (dados complementares Caixa 83; Pacote 01; DOC 33 – IHGAL). A vida de homem de negócios lhe proporcionou muitas realizações e benfeitorias para a região, como a criação da Paróquia, a construção da Igreja Matriz de Água Branca feita totalmente as suas expensas (na expressão de Jurandyr Ferreira – IBGE). Este Templo é uma construção notável feita de pedra, com piso de mármore e mosaico. Suas torres medem 24,8 metros de altura, sua arquitetura foi projetada para que ao entrar na igreja os fiéis tivessem a sensação de estar entrando no céu. Uma questão também não encontrada na bibliografia pesquisada é o boato de ter havido a possibilidade da igreja ter sido construída com trabalho escravo⁹.

As fotos, a seguir, demonstram o estilo grandioso do Barão que fazia do que no futuro seria o município de Água Branca uma espécie do modelo de uma casa grande, sendo a senzala a, então vila de Água Branca. A sua fazenda, a sua casa grande, entendemos, passava a ser todo o município. O Barão construiu, certamente, mais que uma igreja, ele construiu a sede a matriz de nossa senhora. Aliando o poder econômico adquirido deu um salto em busca de poder sociopolítico que simbolicamente teria um efeito com o reconhecimento da sociedade local. Podemos afirmar que nasce aqui um poderoso capital simbólico que perpassaria o século e se manteria presente reproduzindo os modelos de mando e respostas subservientes comumente encontradas nestes locais.

que surpreso lhe mostrou um pequeno rebanho. Este lhe disse que o tal rebanho o pertencia, pois havia ele tomado conta da novilha que reproduziu formando o novo rebanho. O fazendeiro que cuidou devolveu o rebanho e o Barão com o dinheiro do retorno das vendas construiu a igreja matriz, que lhe custou quatrocentos contos de réis. Fez isso em “agradecimento” pelo acontecido. O seu filho padre celebrou a primeira missa. Esse, com certeza, é um fato questionável, pois o interesse tanto do Barão como da Igreja Católica foram preponderantes devido a importância simbólica proporcionada a cada um com essa troca de “favores”.

Fonte: IHGAL; narrado pelo neto Antonio Barroso de Siqueira Torres.

⁹ Só há registros formais de poucos escravos (11), ligados a trabalhos domésticos. Fonte: IHGAL.



Foto 1 - Casa do Barão de Água Branca:
Construída em 1860



Foto 2 - Igreja Matriz (vista frontal)



Foto 3 - Praça principal do centro urbano

1ª Igreja N.S.
da Conceição,
hoje N.S. do
Rosário.

O Barão de Água Branca influenciou diretamente a formação social, política, econômica e religiosa do município. Para consolidar tal projeto os filhos seguiram o mesmo caminho, obviamente com apoio irrestrito do pai. Destacam-se por suas formações profissionais e atuações no município: Miguel Arcanjo de Siqueira Torres, professor e Juiz de Direito da comarca; Antônio de Siqueira Torres, engenheiro agrônomo e coletor Federal do município; Luiz de Siqueira Torres, engenheiro, destacou-se politicamente como Deputado Estadual, Senador Federal e Vice-Governador de Alagoas; e Padre Cícero Joaquim de Siqueira Torres que foi vigário colado da paróquia de Água Branca. (Jurandyr Ferreira, 1959) Todos eles assumiram posições importantes e de poder e não só colaboraram como se perpetuaram, naturalmente, reproduzindo e mantendo a história baseada no latifúndio concentrador de poder. Em todas as literaturas são tratados como figuras ilustres e simbolizam a elite mandante do lugar.

O Barão foi casado duas vezes e teve 12 filhos, sua primeira esposa foi Joaquina Vieira Sandes e teve com esse matrimônio três filhos. Quando Viúvo teve um filho: Joaquim Antônio de Siqueira Torres, que se ordenou padre. A segunda esposa foi Joana Vieira Sandes irmã da primeira esposa e desse matrimônio nasceram oito filhos: Misseno de Siqueira Torres, Pe. Cícero Joaquim de Siqueira Torres, Dr. Miguel Arcanjo de Siqueira Torres, Dr. Antônio

Vieira de Siqueira Torres, Dr. Manoel Vieira de Siqueira Torres, Alexandre Vieira de Siqueira Torres, Dr. Luiz Vieira de Siqueira Torres, Elandina Vieira de Siqueira Torres.

D. Joana Vieira Sandes (a Baronesa, segunda esposa do Barão de Água Branca) que passou a assinar Joana Vieira de Siqueira Torres, nasceu em 30 de dezembro de 1830 e faleceu em 27 de dezembro de 1923. Com a sua morte deixou profunda falta, pois, era muito estimada por todos e era chamada de “*benfeitora dos pobres*”.

Percebemos como a questão do tempo é importante para compreendermos o hoje. Os antepassados estão mais vivos em nós do que a sociedade realmente imagina. Tanto fisicamente quando da existência de membros; familiares destes antepassados, como em nosso inconsciente quando reproduzimos, sem perceber, por meio de nossa ação as práticas destes tempos pretéritos.

Não só o passado permanece hoje por meio de seus familiares e por meio de suas ações diárias, como os projetos do Barão continuam sendo cultivados no tecido social, agora, por outras mãos. A subserviência do povo continua nas atitudes para com seus descendentes. Mas tudo foi de certa forma decidida pelas gerações passadas.

Possivelmente o Barão como vimos anteriormente, não teve sua origem – é o que demonstra a sua genealogia – nas oligarquias. Elas ainda estavam por se estruturar na região. Filho de boiadeiro herdou a atividade do pai. Atividade principal destas áreas da colonização que possuem como ponto de referência à cidade de Penedo banhada pelo Rio São Francisco. Também não viveu na época de “ouro” do coronelismo, mas deixou a semente plantada para que seus descendentes pudessem dar continuidade ao seu projeto de “progresso”, posteriormente dominado em poder, riqueza particular e muito prestígio pelos feitos do pai. Para isso seus descendentes se utilizam do capital material e simbólico que ele deixou e assim dão continuidade a um projeto que possui forte influência sobre a sociedade atual do município e região, dividindo a população local, a qual fica mais refém do que atuante nestas disputas pelo poder local. O clientelismo e o assistencialismo reinam absolutos nestas relações, empobrecidas pelo debate particularista do conceito de política.

BOX 1 – Folclore de Água Branca

Manifestações culturais de Água Branca:

- **Dança de São Gonçalo.**
- **Reisado “Frei Damião”.**
- **Danças Indígenas (Praiá e Toré) -**
Índios Kalankó - Seus rituais:
 - Dança do Praiá
 - Dança do Toré
 - **Atividades de Subsistência:** Cultivo de feijão, milho, mandioca e outros produtos básicos. Desenvolvem pequenos criatórios de aves, caprinos e também vivem da caça e da pesca.
 - **Produtos artesanais:** Confecção de borduna, lança, arco e flexa, colar e pulseira.

Artesanato Local - Existe uma variedade de produtos que caracteriza a arte popular de Água Branca. O artesanato poder ser classificado em:

- ✓ Madeira
- ✓ Tecido
- ✓ Pintura em Tela
- ✓ Couro
- ✓ Porcelana Fria
- ✓ Bijuterias
- ✓ Palha de Ouricurizeiro e Bananeiro
- ✓ Cipó
- ✓ Barro

Fonte: Edvaldo de Araújo Feitosa

BOX 2 – Curiosidades históricas de Água Branca

Algumas datas e fatos curiosos foram registrados na história de Água Branca pelo professor José Gomes Lima. De acordo com suas memórias registradas informalmente, colocamos os, principais, acontecimentos e alguns fatos curiosos:

Ano/Período.	Fato histórico
1829	Criação do primeiro cartório.
1850 a 1875	A iluminação era feita através de azeite de mamona com a lamparina.
1864	Criação da Paróquia de Água Branca.
1896	Joaquim Minervino implantou o primeiro engenho de cana de açúcar para produção de rapadura e mel de cana.
1875 a 1929	A iluminação era feita através de carbureto com lampiões. O acendedor dos lampiões era o senhor Manoel conhecido por Manoel Ligeiro.
1910	É criada a comarca de Água Branca.
1918	É plantada na praça Fernandes Lima a Árvore central.
1920	É fundada a banda Santa Cecília, que existe até hoje.
1929	A iluminação passou a ser feita através de um motor a óleo
1929	Construção do prédio da Prefeitura Municipal
1939	Construção do Grupo escolar Domingos Moeda
1959	Fundação do Colégio Cenecista Barão de Água Branca
1954	O povoado Pedra, hoje Delmiro Gouveia foi desmembrado da cidade de Água Branca.
1960	É montado em uma das torres da igreja Matriz o relógio da cidade.
1977	Foi inaugurado o hospital Geral de Água Branca.
1978	É implantada uma agência bancária do Bradesco
1982	É asfaltada a rodovia que liga Água Branca a Delmiro Gouveia.

3.4 Economia e Indicadores Sociais de Água Branca e Alto Sertão Alagoano

Segundo o IBGE Água Branca possui uma população de 19.316 pessoas, sendo 9.260 homens e 9.400 mulheres. O clima é considerado quente sub-úmido, a área atual é de 455 km². Vejamos no quadro abaixo a população e suas principais características numa comparação com os 8 municípios que compõe o alto sertão alagoano:

TABELA 6 - POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO.

Nº	Município	População	Urbana	Rural	Densidade demográfica (%)
1º	Delmiro Gouveia	46.599	33.563	9.432	77,02
2º	Mata Grande	24.599	4.731	20.301	27,09
3º	Piranhas	23.910	1.340	18.667	58,60
4º	Água Branca	19.316	4.496	14.164	42,45
5º	Canapi	17.793	4.112	13.222	31,10
6º	Inhapi	17.637	5.937	11.831	47,15
7º	Pariconha	10.209	2.404	7.682	39,11
8º	Olho d'água do casado	8.139	3.887	3.172	25,19

Fonte: IBGE - 2007

Água Branca tem uma característica diferente com relação ao clima e vegetação encontrado, predominantemente, em cidades sertanejas serranas, mesmo localizadas no chamado polígono das secas. É uma região serrana de temperaturas quentes no verão, com médias de 24,7°C. Já no inverno as temperaturas médias chegam a 19,5°C, podendo atingir 13°C nos dias mais frios. Todo o trecho de serras é bastante acidentado e com serras que chegam a 788 metros de altitude. Segundo Jurandyr Ferreira,

O clima de Água Branca é o típico da zona sertaneja; quente no verão e frio e seco no inverno. A proporção que se avança para a caatinga, vai se tornando mais saudável. A sede municipal, pela sua altitude e influencia da será possui clima salutar, considerado um dos melhores do Estado. (FERREIRA, 1959, p. 20)

Na descrição de Marroquim,

(...) muito fértil e abundante de água, até seus pontos mais altos, que não ultrapassam os 700 metros acima do nível do mar. O clima é agradabilíssimo. Frio no inverno e quente no verão é relativamente seco e saudável. (MARROQUIM, 1922; p. 69)

Este mapa foi publicado em 2 edições da revista – *Água Branca em Revista* que é uma divulgação da Prefeitura de Água Branca na gestão do Prefeito Reinaldo Falcão. O mapa retrata as divisões internas do município formado por inúmeros povoados e com a uma agricultura bastante básica, como vem sendo mostrada na distribuição através da legenda.



Fonte:
Água Branca em Revista

Dentre os aspectos econômicos do município de Água Branca destacamos, ainda:

- ◆ Exploração do subsolo para a extração de rochas calcárias utilizadas na fabricação da cal virgem;
- ◆ Exploração do subsolo para a retirada de areia utilizada na construção civil;
- ◆ Extração da palha de ouricurizeiro, para a produção artesanal de chapéus, bolsas e outros;
- ◆ Extração de cipó, para a produção artesanal de cestas, caçuás e outros produtos;
- ◆ Plantio de culturas de subsistência como: milho, feijão, mandioca e outras;
- ◆ Fruticultura: bananeira, mangueira, laranjeira, etc;
- ◆ Plantio de cana de açúcar para a agroindústria;
- ◆ Pequenos criatórios: bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura e avicultura.

Vejamos agora a comparação de Água Branca com os outros municípios do território do alto sertão alagoano em relação à área destinada à cultura de seus principais itens agrícolas.

TABELA 7 – PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALTO SERTÃO ALAGOANO

Município	Cultura Agrícola (hectares plantados)				
	Cana-de-açúcar	Feijão	Milho	Mandioca	Banana
1. Água Branca	31	4.400	2.100	500	20
2. Canapi	-	3.800	2.600	150	-
3. Delmiro Gouveia	-	2.900	2.100	-	30
4. Inhapi	-	3.700	2.500	210	-
5. Mata Grande	43	4.500	3.000	600	28
6. Olho d'Água do Casado	-	2.900	1.600	100	-
7. Pariconha	10	4.100	2.600	800	4
8. Piranhas	-	3.200	2.200	-	-
TOTAL	84	29.500	18.700	2.360	82

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Chamamos a atenção para os engenhos de produção de rapadura de mel através da cana de açúcar chegaram ao auge entre 30 e 40 unidades e hoje como podemos facilmente perceber no mapa acima são apenas 6 unidades.

No quadro acima se percebe a importância da agricultura familiar que conta hoje com 4.691 estabelecimentos rurais de pequeno porte (1 a 10 hectares).

Curiosidade histórica: Os Engenhos e os Rendeiros:

O município já possuiu cerca de trinta engenhos que eram movidos a tração animal. Hoje,



Água Branca: Engenhoca de Rapadura
Fotografia do arquivo: **Correio da Pedra** 1918.

passou-se a utilizar motores elétricos. Até os anos de 1960 os produtos da cana-de-açúcar era a principal fonte de renda da região, gerando empregos diretos no mercado informal. Os grandes latifundiários do município, que também eram senhores de engenhos, possuíam grandes canaviais. A mão-de-obra utilizada era a dos rendeiros, hoje denominados, “sem terras”. Essas

*peessoas como não tinham terra para trabalhar, recebiam dos senhores de engenho, uma pequena área de terra para plantar: milho, feijão e mandioca, (produtos de subsistência), e pagavam com um dia de serviço em seus canaviais e engenhos, a cada quinze dias. Era o famoso “dia de renda”. O não cumprimento desse acordo pelos rendeiros inviabilizava o uso da terra, ou seja, a renda era tomada. Os Senhores de engenho que mais se destacaram desde a fundação desta cidade foram: **Dr Luiz de Siqueira Torres, Abel de Siqueira Torres, Misseno de Siqueira Torres, Possidônio Vieira Sandes, Lourenço Bezerra de Mello, José Alexandre, Enoque Rodrigues, Antônio Bezerra da Silva** entre outros, todos oriundo da linha do Barão.*

Hoje existe um número bastante reduzido de engenhos. Encontramos em atividades:

- ◆ ***Engenho Modelo***
- ◆ ***Engenho Cristo Rei***
- ◆ ***Engenho São Lorenço***
- ◆ ***Engenho Alto da Boa Vista***
- ◆ ***Engenho Padre Cicero***

OBS: *Atualmente os pequenos agricultores estão sendo incentivados para a retomada do cultivo da cana de açúcar para o abastecimento da agroindústria canavieira.*

Fonte: Edvaldo de Araújo Feitosa (Água Branca).

Os engenhos de hoje – os dois mais importantes:



Foto 4 - Engenho Planalto – Alto da Boa Vista – 2009.
(Produção nossa).



Foto 5 - Engenho São Lourenço – 2009
(Produção nossa).

As fotos acima possuem o objetivo de simplesmente ilustrar e facilitar a visualização destes empreendimentos nos dias atuais. Como dito são poucos os engenhos sendo o mais estruturado o engenho do Alto da Boa Vista mantido pela experiência do Sr. José Rufino dos Santos. Seu Rufino, como é conhecido, é um dos mais experientes na região sendo a favor de melhores condições de trabalho para o exercício da agricultura. O engenho modelo que foi planejado e montado com recursos de projeto, federal-municipal, para implementação de novas práticas não resultou nos benefícios planejados. Como indica o nome, seria um modelo para a produção e distribuição de rapadura, mel e açúcar mascavo, mas hoje está inativo. O mais “equipado” e que está funcionando é o engenho São Lourenço que não atende as expectativas da coletividade, pois é particular.

Diante disso, estão sendo apresentados, também, alguns quadros referenciais de indicadores financeiros, programas sociais, de crédito e etc., os quais demonstram a importância do município de Água Branca e dos demais que formam o território do alto sertão, devido à quantidade de recursos federais repassados. Com estes números entendemos a importância política e econômica que possui tais municípios que são atualmente disputados por elites políticas de diversos lugares e que tem ali suas plataformas para manutenção de seus cargos legislativos e executivos.

TABELA 8 - IDH – AGUA BRANCA

IDH	Município		ALAGOAS
	1990	2000	2000
Total	0,483	0,597	0,633
Renda	0,401	0,482	0,597
Longevidade	0,576	0,675	0,597
Educação	0,473	0,633	0,703
Rank no Brasil	-	4721 ^o	26 ^o
Rank no Estado	-	39 ^o	-

Fonte: IBGE

TABELA 9 - IDH DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO

Nº	Município	IDH	Rank Estado	IDH Alagoas
1º	Delmiro Gouveia	0,645	9º	0,633
2º	Piranhas	0,607	28º	0,633
3º	Água Branca	0,597	39º	0,633
4º	Mata Grande	0,562	70º	0,633
5º	Pariconha	0,551	79º	0,633
6º	Olho d'água do casado	0,542	86º	0,633
7º	Inhapi	0,515	95º	0,633
8º	Canapi	0,597	97º	0,633

Fonte: IBGE

**TABELA 10 - PRINCIPAIS ITENS DAS FINANÇAS MUNICIPAIS
- AGUA BRANCA**

Categorias	R\$ 2007
Previdência (2006)	16.971.799,05
Receita Tributária (2005)	197.304,51
FPM (2007)	5.679.196,20

Fonte: Portal da transparência

TABELA 11 - PREVIDÊNCIA DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO

Nº	Município	Valor Anual da Previdência – R\$
1º	Delmiro Gouveia	38.953.958,76
2º	Mata Grande	17.352.870,21
3º	Água Branca	16.971.799,05
4º	Canapi	11.705.713,53
5º	Piranhas	6.465.677,91
6º	Inhapi	5.264.169,20
7º	Olho d'água do casado	2.729.706,23
8º	Pariconha	2.181.079,81

Fonte: Portal da transparência

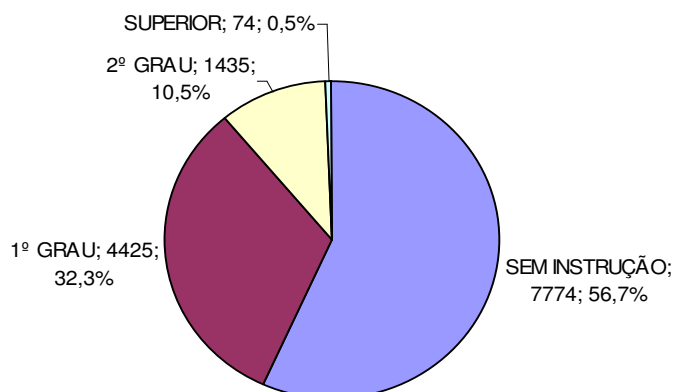
TABELA 12 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM – DOS 8 MUNICÍPIOS DO ALTO SERTÃO ALAGOANO -2007

Nº	Município	Valor Anual do FPM – R\$
1º	Delmiro Gouveia	9.942.921,56
2º	Piranhas	6.960.084,26
3º	Mata Grande	6.559.415,07
4º	Inhapi	5.966.102,00
5º	Água Branca	5.679.196,20
6º	Canapi	5.093.794,10
7º	Pariconha	3.977.401,51
8º	Olho d'água do casado	2.983.051,28

Fonte: Portal da transparência

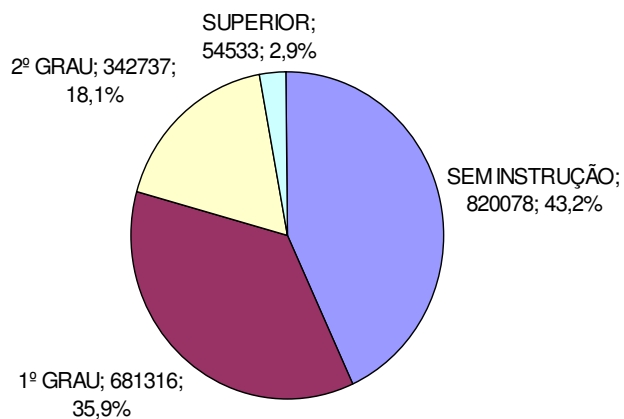
Fica evidente pelo volume de recursos federais transferidos para estes municípios, que formam os inúmeros territórios sertanejos, a incidência, como já dito, de grupos “políticos” interessados em governá-los, talvez motivados parte pelo que representa estes números. Apesar disto não ser novidade é falaciosa a ação interessada das políticas sociais quando os interesses econômicos e políticos são maiores e focados em bases economicistas e de manutenção de *status quo* dominante sobre estes territórios. Daí a necessidade de repensarmos alguns dos caminhos propostos pelo PBF, levando em conta as particularidades territoriais.

GRÁFICO 3 – PERFIL EDUCACIONAL DO ELEITORADO DE AGUA BRANCA – 2007.



Fonte: TRE - AL

GRÁFICO 4 - PERFIL EDUCACIONAL DO ELEITORADO - ALAGOAS



Fonte: TRE-AL

Os dados acima demonstrados nos mostram uma cruel realidade. Pouco mudou neste perfil educacional do eleitorado com relação ao período imperial no Brasil. Observando os dados trazidos por Murilo de Carvalho é espantosa a comparação. Segundo Carvalho (2008) “em 1872, meio século após a independência, apenas 16% da população era alfabetizada”. Assim deduz-se que 84% eram analfabetos. E o que vemos nos dados de 2007? Em Alagoas

43,2% não tem instrução, leiam-se analfabetos e em Água Branca esse dado é de 56,7%. Se quisermos fazer uma comparação com os dados trazidos por Murilo de Carvalho, basta olharmos o percentual de quem possui o 2. grau e o curso superior que em Alagoas ultrapassa pouco mais dos 20%, pois os que possuem o 1. grau também perante as condições podem ser apontados como “analfabetos funcionais”. O impacto desse dado sobre a qualidade do voto é o que sempre chamou a atenção, sendo motivo de grande debate, uma vez que simboliza a base do direito político, um dos pilares da cidadania e pressupõe que haja ampla liberdade, participação e consciência política.

O voto nunca foi exercido com liberdade. O período imperial em que era possível exercer o voto, até pelos analfabetos, (Constituição de 1824) foi um período conturbado, sendo a eleição dos parlamentares algo muito confuso em que a compra de voto era aberta e a eleição se tornava um grande mercado, sendo o eleitor uma mercadoria. (Carvalho 2008). Não havia espaço para a cidadania em tais condições. Hoje ainda há algo disso e o tema principal é a compra de votos, principalmente o dos pobres e analfabetos. Em 1881, antes ainda da República, os analfabetos foram proibidos de votar, só tendo o direito novamente na redemocratização, por meio da Constituição de 1989. Com isso se levanta um interessante debate. Para Murilo de Carvalho o fato ocorrido em 1881 foi um retrocesso, na construção da cidadania.

A grande maioria dos indivíduos, cerca de 80% foram impedidos de votar, tendo grande redução, no número de eleitores. E quase nada mudou em relação à compra de votos e da eleição decida “*a bico de pena*”. Não se pode afirmar que a retirada dos analfabetos foi um avanço no processo de melhoria do sistema representativo. No nosso entendimento a bagunça do período imperial se manteve mais agravada na primeira república, tendo agora um forte aliado – o fenômeno do coronelismo. A pergunta que fazemos, concordando com as inquietações de Murilo de Carvalho é: Quem era menos cidadão o analfabeto que vendia o voto ou as elites que compravam e consentiam que o sistema funcionasse sem punição? Pergunta que permanece nos dias atuais, onde impera a tecnologia e paradoxalmente cada vez mais aparecem casos de compra de votos. Quem hoje é o não cidadão ou o pobre político/imaterial? Os pobres materiais somente ou também os que se aproveitam destes como objeto?

3.5 O “velho” e o “novo” no sertão alagoano: A reprodução dos arcaísmos estamental, coronelista e cordial travestido e sua interação com a modernidade líquida local

O espírito coronelista permanece nos dias atuais e pior de maneira velada, para isso rapidamente basta avaliarmos as ações dos chamados políticos tradicionais no cenário político brasileiro. Certo, mas esta ainda não é nossa questão principal. Mesmo assim para chegarmos no cerne vejamos que em Água Branca isso é latente, direto, quando vemos o poder e influência dos bisnetos do Barão sobre a cidade. A força do coronelismo é presente hoje, também, quando comparamos uma descrição da época feita por Murilo de Carvalho e os dias atuais que salvo as suas especificidades ainda contém tais práticas.

O coronelismo não era apenas um obstáculo ao livre exercício dos direitos políticos. Ou melhor, ele impedia a participação política, porque antes negava os direitos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro eram súditos dele. Quando o Estado se aproximava, ele fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, (...) a professora primária. (...). Frutos dessa situação eram a figura do “juiz nosso” e do “delegado nosso”, expressões de uma justiça e de uma polícia postas a serviço do poder privado. (CARVALHO, 2008, p. 56)

O prefeito atual de Água Branca possui este comportamento. Um exemplo no início deste capítulo foi o seu discurso e as inaugurações no dia da “emancipação”. O loteamento de cargos no serviço público é algo ainda presente não só em pequenos municípios. A política do “toma lá, dá cá”, das “negociatas” de hoje é um pouco disso. No caso do PBF os relatos dos recebedores quanto a manipulação dos dados e informes de renda para adequação ou não das famílias ao programa, são também provas cabais de tais práticas. Barbosa Lima Sobrinho ao prefaciar o clássico, “coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal nos diz que,

o fenômeno do coronelismo persiste até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do coronelismo, arvorado protetor ou defensor natural de um homem sem direitos. (SOBRINHO. In: Leal, 1975; p. XVI)

Como já vínhamos afirmando todo esse conjunto histórico deve ser levado em consideração na formulação de uma política pública como o PBF. Essas características do nosso passado não deixaram de existir na conduta dos sujeitos de hoje e isso por certo atrapalha a construção de uma cidadania ampliada.

As condições históricas do processo colonizador estão mais presentes do que antes. E as influências sobre a realidade pobre em que a cidadania passa distante podem vir a ser devastadora. E isso é mais latente no sertão, que como visto foi colonizado através da criação de gado. De um lado não possuía as mesmas características do modelo do engenho, entretanto, a característica de dominação permanecia e com um complicador que era o isolamento maior destas regiões. Assim o poder privado passou a exercer um forte poder também sobre as pessoas. E é esta região sertaneja que passou a ser a maior “fornecedora de gente” para a região sudeste do Brasil, como narra Graciliano Ramos em *Vidas Secas*. Independentemente da colonização de Alagoas ter tido os dois pólos como nos explica Dirceu Lindoso, ambos adotaram características similares quando a questão era delimitar poder e concentração de terras. E com isso dominar pessoas. O fenômeno do coronelismo que ocorreria alguns anos mais a frente teria uma forte ação sobre todas as terras alagoanas.

Nos capítulos anteriores foram apresentados elementos do debate que alicerçam e marcam o tema do estudo com várias opiniões divergentes. Também está sendo desenhado o método com base nos conceitos de pobreza. Quando abordamos a história estamos levando em consideração uma das várias dimensões deste problema. Este terceiro capítulo teve também por objetivo iniciar a apresentação do lugar que foi investigado de forma empírica. Assim, neste momento buscamos subsídios históricos e teóricos que possam apoiar uma interpretação do lugar. A formação e as possíveis influências trazidas até os dias de hoje são imprescindíveis. Os aspectos predominantes no território e as suas ligações com a historicidade da territorialização também deve ser evidenciado. É possível considerar Água Branca como sendo uma porta da história da formação dos municípios do território do alto sertão alagoano, consequentemente possui características do estado de Alagoas e da região Nordeste do Brasil.

A análise feita nos mostra a força das elites do passado atuantes no presente, levando a frente à herança de mando, de concentração de terras, renda e poder advindas, desde o período colonial e imperial do Brasil. Isso implica saber que a pobreza de hoje é histórica e assim necessária à manutenção das elites, pois,

De DOM João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O Capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político ou pré-capitalismo –, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. (FAORO, 2001, p. 819)

Corroborar Faoro quando em seu capítulo intitulado “*A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento*”, explica que como o modelo político social resistiu a tantas mudanças. Mesmo com a entrada do país no capitalismo moderno, não muda algumas formas de conduta política que mesmo com novas roupagens são perceptíveis suas velhas nuances e propósitos que estão enraizados nas práticas dos sujeitos históricos.

A historicidade e a problemática de Água Branca representam e têm fortes similitudes com outras regiões sertanejas, que contemplam o Nordeste Brasileiro. Pode-se exemplificar isso mostrando problemas que são comuns à Água Branca, Alagoas e a toda região Nordeste. Nas palavras de Iná Elias de Castro escrevendo sobre o Nordeste que, para ela é “*uma questão regional*”, mas que politicamente é também uma “*questão nacional*” (Castro, 1992). Para Iná Elias de Castro:

Como elementares subjacentes a percepção dessa “*questão*” encontram-se a pobreza da massa trabalhadora, os baixos rendimentos da atividade agrícola, o baixo nível de industrialização, o domínio político da burguesia agrário-mercantil, a falência dos municípios (especialmente os das capitais, receptores de forte migração em função da desorganização da economia regional e dos problemas agrários) e dos estados, ambos subjugados a uma legislação, que os torna cada vez mais dependentes dos favores da União. (CASTRO, 1992, p. 57-58)

Água Branca, o alto sertão alagoano e o estado de Alagoas não diferem ao exposto acima e o pior são as respostas e ações e práticas assistencialistas e clientelistas adotadas pelo Estado e pelos políticos representantes das elites dominantes de ontem e de hoje. Água Branca é um exemplo disso. O programa Bolsa Família pode vir a estar reforçando de maneira dissimulada tais práticas. Irregularidades sempre foram cometidas na gestão da coisa pública e na conduta do atendimento as necessidades básicas da população e tudo isso em nome do bem e da defesa por melhorias nas condições de vida desta mesma população que tem o agravante de ser muito pobre. De um lado, o povo, este que são os descendentes dos escravos e/ou

empregados/trabalhadores do Barão e de outros fazendeiros. De outro lado, políticos e empresários descendentes do Barão e dos fazendeiros locais.

Hoje alguma mudança aconteceu? Possivelmente que sim. Não estamos afirmando que a estrutura de mando prevalece até hoje da mesma forma. Também o poder da elite dominante metamorfoseia-se. No tocante a Alagoas quais os sinais neste povo que insinuam o sentimento de pertencimento que origina a cidadania? Alguns poucos.

Água Branca é “criada” em um momento histórico em que o Brasil de 1875 estava dando os primeiros passos na tentativa de consolidação de sua cidadania que como vimos é para Murilo de Carvalho “*um longo caminho*” ainda incompleto de 178 anos. Ainda não havia acontecido a libertação dos escravos. Assim estamos agora iniciando o pensar sobre a participação deste lugar na concretização da cidadania. O PBF pode vir a reforçar a pobreza e a não cidadania ao inserir a renda permitindo que práticas pretéritas ainda possam agir, travestidas em conquistas.

A presença ainda do “*homem cordial*” de Buarque de Holanda é um empecilho a ampliação da cidadania. Os governantes “*cordiais*” não agem como cidadãos e impedem o exercício da cidadania por parte do povo. Acreditamos que não temos mais o coronelismo da forma que foi, mas o temos presente por meio de uma cultura coronelista. E esta cultura não vem somente do tempo do coronelismo, mas sim das mais remotas formas de organização humana portuguesas.

A ação oriunda dos mais longínquos antepassados permanecem vivas e atuantes e é importante entender isso para não ficarmos olhando somente o presente e tentando tão somente apontar os erros e os defeitos da nossa forma de organização social atual. Quando olhamos o passado percebemos que os fatos de ontem tem muito a nos dizer para entender o hoje, um hoje permeado pelas características da Modernidade Líquida, proposta por Bauman, e que se encontra presente nos mais longínquos territórios sertanejos.

Pode ser que não seja mais necessário decifrar o enigma da pobreza atual, pois a mesma já está decifrada quando relembramos, reacendemos e religamos os fatos, entendemos que a pobreza faz parte do projeto do progresso. Aí se encontra nossas raízes. Aí se encontra os genes do que somos hoje. Somos afinal um país “moderno” politicamente e economicamente, mas que ainda, carrega em sua sociabilidade a estrutura sócio-cultural e política de nossos antepassados e as reproduzimos mesmo que inconscientemente. Melhor, a modernidade, como já afirmamos, forja a pobreza e o PBF pode cumprir o papel de mantê-la, levado a cabo pelo arquétipo do coronelismo cordial moderno líquido, representando aqui a presença das características pretéritas e arcaicas, pertencentes a formação dos territórios em

questão, que passamos a identificar como o “velho”; junto as características da Modernidade Líquida apresentada por Bauman no tocante ao que afeta as categorias pobreza e cidadania, que passamos a identificar como o “novo”, esse, que é urdido desde a “*Grande Transformação*” de que trata Polanyi. Em sendo assim, presenciamos o “velho” e o “novo” no sertão alagoano, uma síntese dessa atualidade territorial.

Quando colocamos nestes termos estamos lançando um novo conceito baseado na leitura bibliográfica, na vivência e na observação empírica. Daí a expressão coronelismo cordial moderno líquido essa síntese contemporânea que cria um “novo perverso”, pois une o pior dos dois modelos, ou seja, o arcaísmo da ruralidade sertaneja e a modernidade em seu estado líquido. De um lado, o sujeito reificado pela força coercitiva do mando, do outro, o sujeito reificado pela forma coercitiva do mercado que criam um sujeito em conflito com os demais e consigo mesmo, que atrapalha parte da sua atuação e, mesmo não a impedindo por completo, cria enormes obstáculos à consolidação da verdadeira democracia.

BOX 4 – PREFEITOS DE ÁGUA BRANCA

Ordem	Nome	Período		
1º	Miguel Torres Filho	01-01-1926	à	31-12-1929
2º	José Correia de Figueiredo	01-01-1930	à	31-12-1933
3º	Linduarte Batista Vilar	01-01-1934	à	31-12-1937
4º	Miguel Torres Filho (interventor)	01-01-1938	à	31-12-1945
5º	Mario Fernandes Torres (substituto)	01-01-1946	à	31-12-1947
6º	Mario Fernandes Torres (eleito)	01-01-1948	à	31-12-1950
7º	Antenor Correia Cerpa	01-01-1951	à	31-12-1954
8º	Linduarte Batista Vilar	01-01-1955	à	28-02-1955
9º	Hercílio Gomes Correia (Assassinado)	01-03-1955	à	31-12-1955
10º	Gilberto Batista Vilar (Assassinado)	01-01-1956	à	11-05-1956
11º	André F.de Barros (Pres. da Câmara Municipal)	01-06-1956	à	07-12-1956
12º	Cícero de Siqueira Torres	08-12-1956	à	02-03-1959
13º	Pedro José dos Santos	03-03-1959	à	31-01-1961
14º	Roberto Vilar Torres	31-01-1961	à	30-01-1966
15º	América Fernandes Torres	31-01-1966	à	31-01-1970
16º	Luiz Xavier de Sá	31-01-1970	à	30-01-1973
17º	Roberto Vilar Torres	31-01-1973	à	30-01-1977
18º	José Pereira de Sá	31-01-1977	à	31-01-1983
19º	Antônio Batista de Oliveira	01-02-1983	à	31-01-1988
20º	Wilson Vilar Torres	01-01-1989	à	31-12-1992
21º	Luiz Xavier de Sá	01-01-1993	à	31-12-1996
22º	José Rodrigues Gomes	01-01-1997	à	31-12-2000
23º	José Rodrigues Gomes	01-01-2001	à	31-12-2004
24º	Reinaldo Falcão	01-01-2005		31-12-2008
25º	José Rodrigues Gomes	01-01-2009		

Fonte: Edvaldo de Araújo Feitosa.

CAPÍTULO IV

O PBF E SUA RELAÇÃO COM A POBREZA E A CIDADANIA ATRAVÉS DOS SIGNIFICADOS DADOS PELOS SUJEITOS QUE O VIVENCIAM: *DESAFIOS E (IM) POSSIBILIDADES*

O prefeito é o dono da cidade (...) ele é a pessoa mais importante, pois nos ajuda, principalmente, os mais pobres (...)
Além da Bolsa ele (prefeito) dá as cestas básicas (...)
O Bolsa Família também ajuda muito.
O que seria de nós sem ele (PBF)?(...)
Com o PBF agora nós pode mais (...)
Nós não temos voz ativa (...) e nem força (...)
Depois que Lula entrou mudou muito (para melhor) (...)
Deus o livre de eu perder meu Bolsa Família (...) Agente só fica contente quando passa o cartão e abre a gavetinha (loteria) e sai o dinheiro (...).
As várias “MARIAS” entrevistadas – 2010.

4.1 Introdução

O que nos revela esta pesquisa de campo? O que descobrimos sobre o PBF, através da observação e das entrevistas realizadas junto às receptoras do mesmo, na cidade de Água Branca? Perguntas que nos fazem refletir sobre o que escutamos e percebemos no desejo de apontar alguma possível resposta que traduza os sentimentos destas pessoas e nos ajude a responder as questões da pesquisa.

A epígrafe deste capítulo é formada por alguns trechos de falas das entrevistadas. Tais trechos contêm os indícios de quais sejam as respostas dadas às perguntas feitas neste trabalho. O percurso teórico nos apresentou certa ambigüidade na concepção da política pública social de “renda” – Programa Bolsa Família, em relação as suas possibilidades junto aos recebedores. Um dos nossos maiores receios sempre foi a possibilidade de tutela destes sujeitos por parte do Estado o que só reproduziria e manteria a pobreza como objeto de aproveitamento de grupos dominantes locais, criando uma dependência que em nada contribuiria para a ampliação da cidadania e a autonomia do sujeito, algo que historicamente fez parte da formação do povo brasileiro e que também é urdido no próprio capitalismo moderno. As falas nos apontam para este obscuro caminho, mas não somente isso é revelado, pois existem muitas faces no discurso. Então, é isso que queremos explorar e entender, pois se temos uma carga histórica negativa presentes nestas relações atuais, elas não podem mais de forma isolada responder ao que hoje são estas pessoas, pois também, de alguma forma,

vivemos numa “modernidade” e tais condições são forjadas neste contexto em que prevalece um forte individualismo.

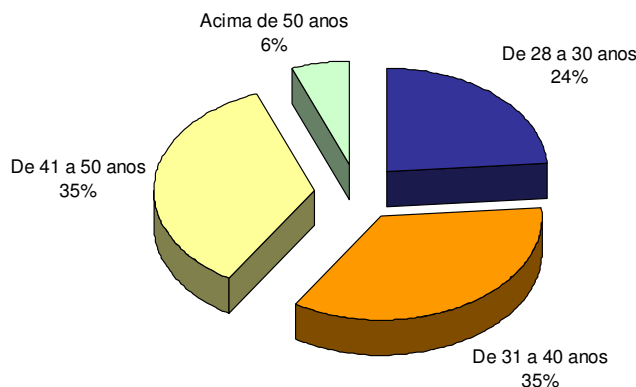
Recuperamos aqui, em parte, algumas das questões iniciais: O sujeito, de fato, reproduz o “velho” no “novo”? Se sim, possui consciência disso? Se a tutela estatal for o resultado central do PBF, como o sujeito reage a mesma? Assim, confirmando as hipóteses, o que sempre receamos ocorresse, surge outro temor, o de que o sujeito venha a acreditar nesta perversa relação como sendo algo comum, e assim, aceitasse a tutela, anulando-se subjetivamente, ou, o que seria pior, aceitasse porque já possui essa ideia de inferioridade construída e condicionada em sua subjetividade, ou seja, o sujeito passaria a agir dentro de limites impostos pela cultura dominante percebendo-se sempre como inferior à mesma, condição que só reforçaria a pobreza imaterial e política sem levar à tão almejada cidadania ampla.

Gostaríamos de complementar afirmando que, no nosso entendimento, esses fatos não anulariam a capacidade reflexiva do sujeito, somente o impediria de exercer com mais liberdade o seu pensamento. Gostaríamos de reforçar, que os grupos que se aproveitam, de tais condições históricas destes sujeitos, praticam ou reforçam com mais intensidade a pobreza política.

Então, resta-nos analisar o que estas pessoas nos dizem para apontarmos nas conclusões possíveis respostas que ajudem no esclarecimento das questões postas o que certamente se reverterá em novas demandas de investigação.

4.2 Perfil das Famílias Entrevistadas

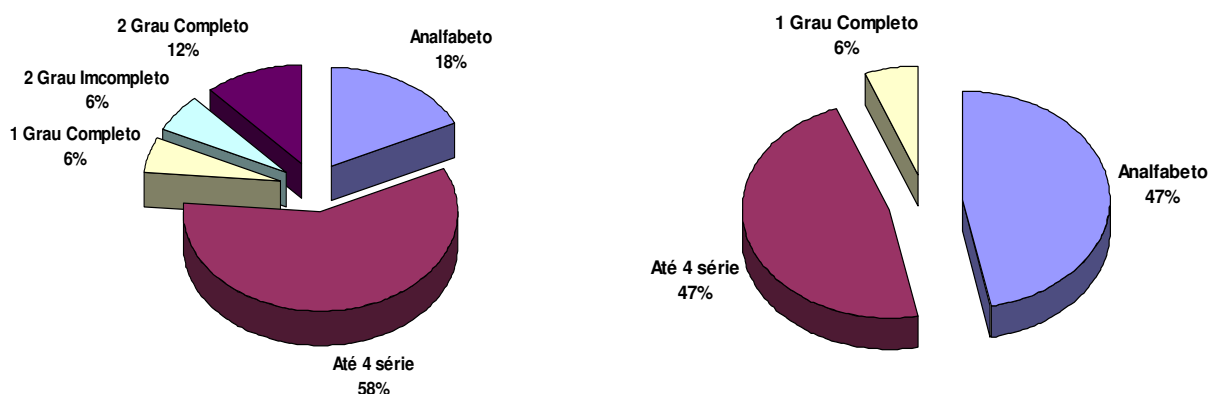
Gráfico – 5
IDADE DAS ENTREVISTADAS



A maioria das entrevistadas, como percebemos, é jovem. 70% dos entrevistados estão na faixa de 30 a 50 anos. Isso não significa que não existam em Água Branca casais mais jovens recebedores do PBF, entre 18 e 25 anos, que não apareceram na pesquisa pela metodologia só permitir entrevistar recebedoras com pelo menos 3 anos no programa.

No tocante a questão de jovens casais, complementamos, com base nas observações e nos relatos de técnicos locais, o indício de um crescente número de casais que se desvinculam “forçadamente” de suas unidades familiares para a formação de outras no intuito de se cadastrarem no PBF. Tal fato explica, em parte, o alto crescimento de novas famílias recebedoras do PBF na cidade, sem comprovação de suas reais possibilidades.

Gráfico – 6 e 7
ESCOLARIDADE DAS ENTREVISTADAS E DE SEUS ESPOSOS



Aqui percebemos a diferença de escolaridade em relação ao gênero. Não foi nosso objetivo debater e trazer explicações sobre as origens dessa diferença, mas somente explicitar o perfil destes casais, neste quesito, o que aparentemente indica que as mulheres têm-se dedicado um pouco mais ao estudo do que os homens, o que se tornou uma das justificativas

para que “políticas sociais”, como é o caso do PBF, tenham como foco as mulheres. No caso do município em questão e ainda sendo as entrevistadas residentes de territórios rurais nos quais sabemos que cabe ao homem a tarefa de cuidar da roça, podemos entender o porquê da distorção na escolaridade que é reforçada ainda pela idade em que começam a trabalhar. Todas as entrevistadas relataram que iniciaram a trabalhar na roça desde criança, sendo que as idades variam de 6 a 12 anos, o que vem sendo reproduzido em seus filhos.

Neste sentido, abordaremos a educação, que é uma condicionalidade do programa, a sua importância e como a mesma se dá no município, na opinião e vivência destas famílias receptoras do PBF. Em nossa opinião, é falha essa noção. A ideia é que se os filhos estão numa escola, tudo está resolvido. As escolas do lugar possuem diversas falhas estruturais e humanas, não sendo, em nosso entender, um caso isolado. Salvo raras exceções, as escolas são “abrigos” para as crianças passarem um tempo em que, com muita dificuldade, aprendem a ler, escrever e fazer alguma operação matemática. Isso acontece, principalmente, nas escolas dos sítios mais distantes. Não que não estejam sendo reformadas e construídas mais unidades escolares; estão, só que com as mesmas deficiências.

Gráfico – 8
NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE FILHOS DO CASAL

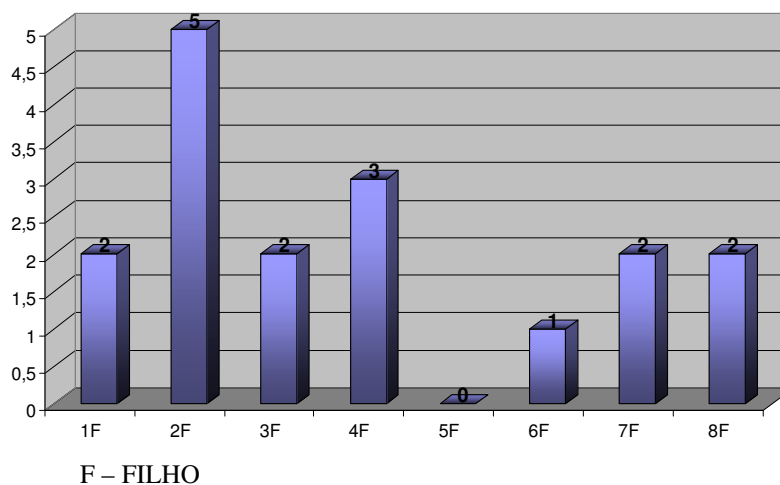
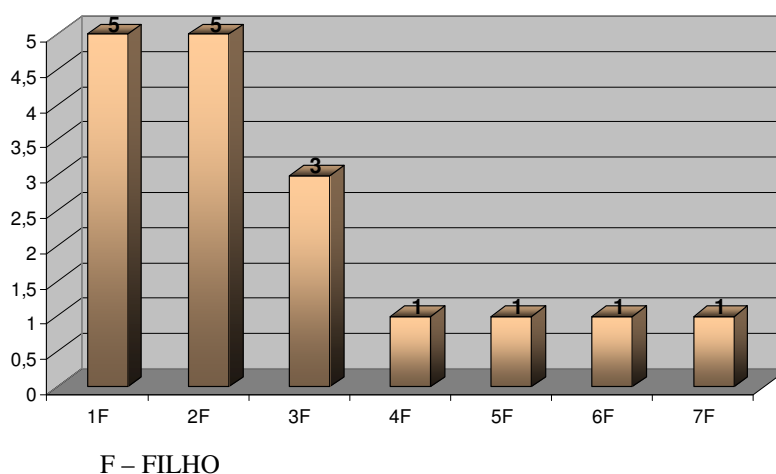


Gráfico – 9
NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE FILHOS DO CASAL EM IDADE ESCOLAR



Percebemos nos gráficos acima como é alto o número de filhos por casal, chegando, em alguns casos, a marca de 8 filhos. A maioria ainda possui filhos pequenos, pois são casais jovens que alimentam o desejo de ter no mínimo 4 filhos, isso para aqueles que fazem algum planejamento familiar. A maior parte dos casais não pensa muito neste assunto, pois, como nos dizem, “(...) é o desejo de Deus (...)”. Junto aos casais mais jovens e mais pobres isso se tornou mais problemático, pois devido ao estímulo do governo para as famílias criarem seus recém-nascidos, alguns casais acabam distorcendo tal objetivo, tornando-o uma oportunidade de negócio. Nem todos os entrevistados afirmaram, mas quando indagados sobre a possibilidade de o programa incentivar que os casais tenham mais filhos motivados pelo aumento na renda oriunda do PBF, eles foram incisivos: “Mas isso não acontece com o PBF e

sim com o salário maternidade". Este "salário", segundo nos relataram algumas das entrevistadas, varia de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00, por filho nascido. O assunto pareceu muito delicado, pois algumas entrevistadas ficaram receosas em denunciar, mas confirmaram que já presenciaram casais mais jovens que haviam planejado a compra de uma casa e toda mobília com o recurso oriundo do salário maternidade e para isso já "*fizeram dois meninos*", afirmam.

Como nosso objetivo não era a investigação de tal programa, não avançamos em busca dos que foram apontados para fazer uma averiguação. Falamos desse assunto por sua recorrência sempre que falávamos da alta taxa de natalidade nos territórios investigados.

Isso nos fez refletir, sobre a condicionalidade da saúde. O PBF afirma estar elaborando esforços de planejamento familiar e de saúde familiar. A realidade tem-se apresentado, também neste aspecto, duvidosa. O atendimento médico em Água Branca pode ser um exemplo da deturpação das reais necessidades das pessoas, como também da falta de ética de alguns médicos. Mas o problema principal não está no profissional médico, mas na cadeia de elementos que impulsionam e reforçam atitudes individualistas. O resultado é uma má relação do médico com a comunidade, permeada por conflitos, receios e a utilização da condição de médico, feita por algum médico, para coagir os sujeitos a reivindicarem seus direitos junto à prefeitura, não no sentido de um melhor atendimento, mas com o propósito de auferir maiores proventos. Por que a situação chegou a este ponto? Veremos mais à frente.

Com isso não estamos querendo afirmar que a classe médica é a responsável pelas mazelas que geram o sofrimento nestas pessoas no tocante à saúde ou que todos os profissionais agem em interesse próprio, mas que a atitude de alguns profissionais revela a falta de atenção a este bem público, negligenciado, pelo governo local que atinge uma população pobre politicamente, e por isso incapaz de reclamar de tal comportamento.

Gráfico – 10
 PERCENTUAL DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR QUE
 FREQUENTAM A ESCOLA

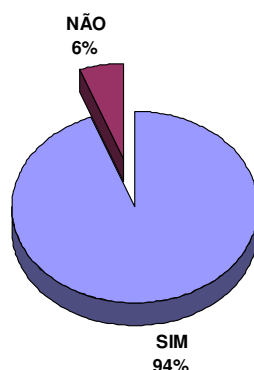
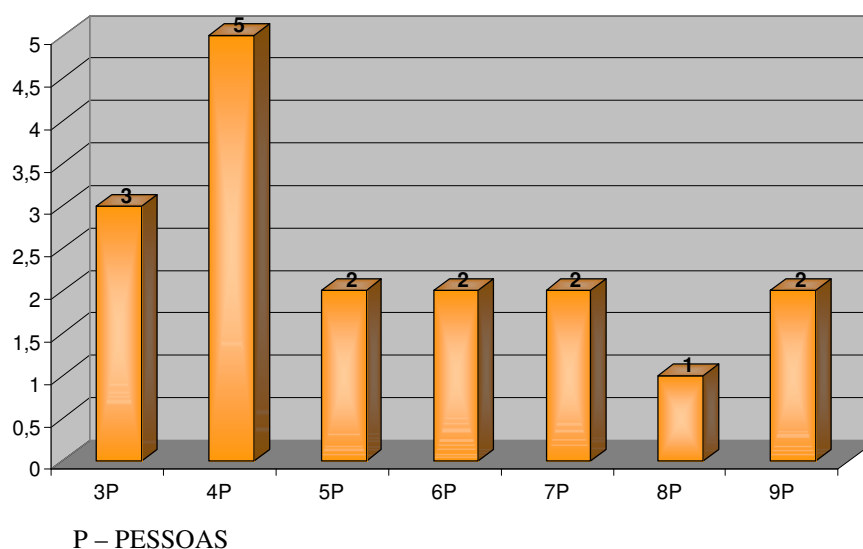
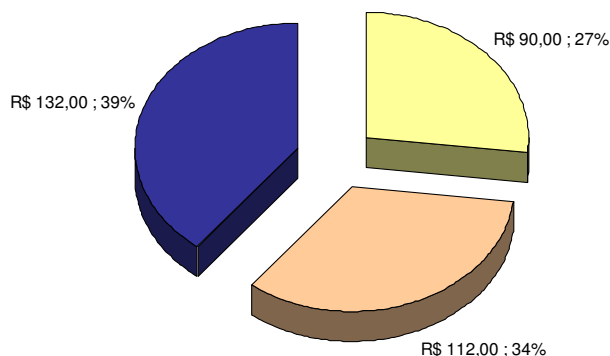


Gráfico – 11
 NÚMERO DE ENTREVISTADOS E A QUANTIDADE DE PESSOAS POR
 RESIDÊNCIA



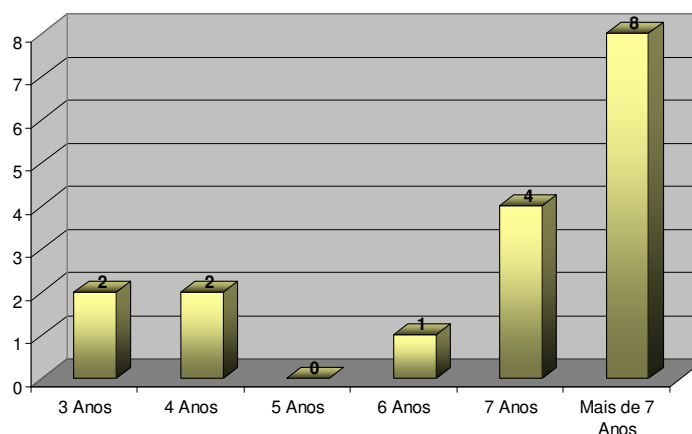
As residências visitadas abrigam um grande número de pessoas. Das visitadas, 5 casas possuem 4 pessoas e a maioria (6) está na faixa de 5 a 7 pessoas. Isso é fruto da alta taxa de natalidade que apesar de ter sido reduzida ainda se mantém. O mais intrigante é que, devido ao rápido interesse pelo “benefício” oferecido pelo PBF, esteja havendo uma fragmentação familiar que gera instantaneamente a formação de novos núcleos familiares, com casais muito jovens que, no entanto, por não possuírem condições de auto-sustentação continuando a morar com os pais fazendo com que, ultimamente, tenha crescido o número de núcleos familiares com 2 a 3 pessoas e, por isso, o aumento de famílias aguardando o cadastro no PBF. Como priorizamos núcleos familiares que estavam a mais tempo no PBF, o número de filhos é mais alto entre os entrevistados.

Gráfico – 12
VALORES PAGOS PELO PBF EM ÁGUA BRANCA



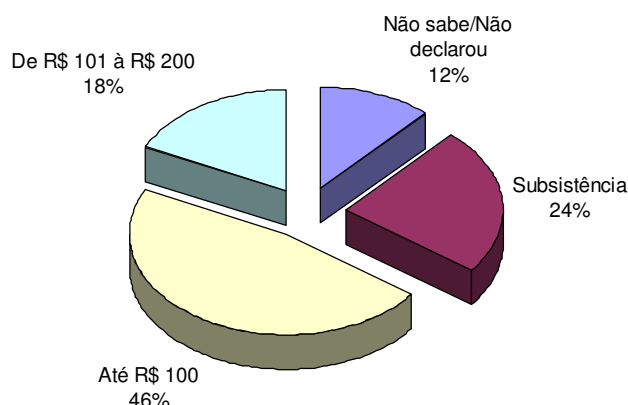
O gráfico acima demonstra que a maioria dos entrevistados encontra-se nestas faixas de valores. Podemos afirmar, tendo como base os vários comentários dos técnicos, que estes são os valores predominantes no município. Entretanto, de acordo com os critérios para o cálculo dos valores a serem pagos pelo PBF, são estabelecidas regras que não estão sendo cumpridas¹⁰, pois nestas tabelas é perceptível que são inúmeras as possibilidades de valores, o que nos fez questionarmos sobre quais sejam os procedimentos adotados para que o cálculo fique fechado em tais valores. Como veremos na página 155, algumas famílias nem podiam estar recebendo o PBF, e para outras os valores seriam outros, segundo os critérios aqui reproduzidos. Abaixo, conforme dito na metodologia, segue o tempo em que estas pessoas recebem o PBF. A maioria é oriunda de programas implementados pelo governo FHC, que, como relatado, foram incorporados ao PBF.

Gráfico – 13
NÚMERO DE ENTREVISTADOS E O TEMPO DE RECEBIMENTO DO PBF



¹⁰ Essas informações estão sintetizadas nas tabelas apresentadas no capítulo II que versa sobre as particularidades do PBF.

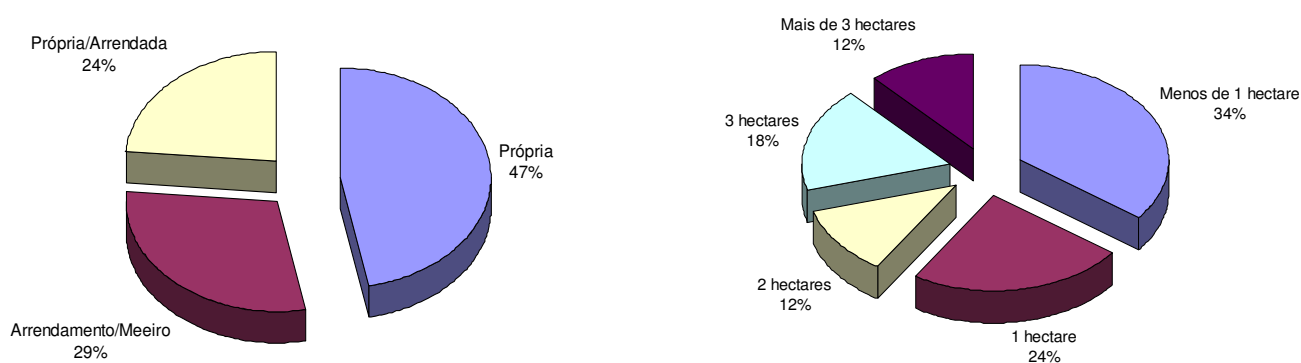
Gráfico – 14
RENDA DA AGRICULTURA



Essa renda é proveniente da agricultura que está diretamente relacionada ao plantio de mandioca, feijão e milho e, em alguns casos, de cana de açúcar. Essas são características que estão mais presentes no território serrano, pois no território do tabuleiro é mais comum a palma, que apresenta características distintas e tem como alvo dar sustentação ao gado bovino durante a época de seca. Também há a criação de animais como galinhas, porcos, cabras, que na maioria dos casos são para consumo próprio, só poucas pessoas criando animais para comercialização.

Apresentamos abaixo algumas fotos destas culturas e das terras nos referidos territórios. As fotos são postas, não como instrumentos de análise definidos já na metodologia da pesquisa, mas como um resultado do processo de observação para ajudar a ilustrar o território e colaborar com o encaminhamento dos esclarecimentos.

Gráfico – 15 e 16
POSSE E TAMANHO DA TERRA EM QUE TRABALHAM



Como visto, a maioria dos entrevistados possui pequenas quantidades de terra que complementam a renda, seja pela comercialização ou pelo consumo dos produtos da colheita.



Foto 6 - Sítio Alto da Boa Vista
(Produção nossa)

A foto acima mostra-nos em um dos ângulos a quantidade disponível de terras, mas que, infelizmente, não são de propriedade dos moradores. Os donos de grande parte destas terras não residem em Água Branca, moram em Maceió.

Os filhos, de diferentes idades e que, em geral, começam a trabalhar já aos 10 anos, quando não aos 6, ajudam os pais na roça um modelo que se repete nas sucessivas gerações.



Foto 7 – Plantio de Mandioca
(Produção nossa)

Vemos acima uma tradicional plantação de mandioca, matéria prima da farinha que é a base da alimentação de seus cultivadores e tida como a “poupança do sertanejo”, pois uma vez plantada, ali fica até ser retirada para satisfazer as necessidades básicas da famílias.



Foto 8 – Plantio de Palma
(Produção nossa)

O plantio de palma possui as mesmas características e objetivos do da mandioca e é feito nos territórios de tabuleiro, diferente do da mandioca que se faz nos territórios serranos.

As falas em geral nos levam a crer que a solução se encontra em um verdadeiro apoio à agricultura familiar de pequeno porte. As pessoas querem mais do que a mera assistência dos governos, elas gostariam mesmo era de ter as condições de construir uma meio de vida digno, mesmo que diferente do padrão posto pela “modernidade”, sendo reconhecidas como tal. Aqui elas são bastante reflexivas e indignadas, pois parecem ter a noção exata do que deveria ser feito, mas não dispõem dos meios para fazer.

QUADRO III - RESUMO PANORÂMICO DO PERFIL E PRINCIPAIS INFORMAÇÕES DAS RECEBEDORAS DO PBF

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Filhos	Filhos até 15 anos	Filhos Maiores	No. de Residentes	Renda Informada	Renda <i>Per Capita</i>	Valor PBF	Tempo no PBF
1	30	Até 4ª série	4	4	-	6	200,00	33,34	132,00	3 anos.
2	49	Analfabeta	7	3	4	7	Não Inf.	-	132,00	7 anos.
3	33	2º. Grau	2	2	-	4	600,00	150,00	112,00	3anos.
4	38	Analfabeta	2	2	-	4	250,00	62,50	112,00	7 anos.
5	28	Até 2ª série	1	1	-	3	150,00	50,00	90,00	6 anos.
6	33	Até 3ª série	6	5	1	8	200,00	25,00	132,00	8 anos.
7	30	Analfabeta	3	3	-	5	100,00	20,00	132,00	7 anos.
8	29	2º. Grau	2	2	-	4	Não Inf.	-	112,00	4 anos.
9	42	Analfabeta	3	3	-	5	100,00	20,00	90,00	8 anos.
10	33	Até 4ª. série	2	2	-	4	500,00	125,00	112,00	4 anos.
11	39	2º. Grau	4	4	-	7	350,00	50,00	112,00	7 anos.
12	47	Até 4ª série	7	6	1	9	700,00	77,70	132,00	8 anos.
13	37	Até 4ª série	2	2	-	4	510,00	127,50	112,00	8 anos.
14	41	Até 4ª. série	8	7	1	9	Não Inf.	-	132,00	8 anos.
15	41	Analfabeta	1	1	-	3	450,00	150,00	90,00	8 anos.
16	41	Analfabeta	4	4	-	6	580,00	96,66	132,00	8 anos.
17	56	Até 4ª série	8	1	7	3	250,00	83,33	90,00	8 anos.

O quadro acima, relacionado à problemática, dá-nos um panorama da situação das famílias entrevistadas em Água Branca e pode dar uma noção dos perfis das famílias envolvidas e comparar com os critérios adotados pelo PBF para a entrada no programa. Os resultados parecem desastrosos. Algumas famílias fogem aos critérios do PBF, pois há uma dificuldade de avaliação e explicação do cálculo do PBF diante da realidade local, uma vez que não dispomos, e tampouco a prefeitura, dos valores corretos de renda *per capita* destas famílias. Aliás, é notório que as famílias receptoras não informam corretamente os valores de suas rendas e, quando o fazem, informam bem abaixo da realidade para que possam se enquadrar no perfil mais baixo e, assim, ter a possibilidade de recebimento de maiores valores. Naturalmente, quem recebia não quer deixar de receber e se durante o período no PBF houve qualquer mudança na sua estrutura familiar, como, por exemplo, um filho que se casou e formou outra unidade familiar, ou entrada de novos rendimentos, isto não é informado à prefeitura.

O fato supracitado é comum e as famílias confirmaram isso durante a pesquisa. Tornando a coisa mais complexa, algumas famílias nos falaram de outros ganhos que possuem e que não entram no cadastro do PBF, feito pela prefeitura, e que se fossem levados em consideração elas estariam fora do programa. Essa atitude revela a não visão coletiva do projeto e a reprodução do que se tornou lugar-comum, o conhecido “jeitinho brasileiro”, reforçado na característica moderna líquida do individualismo. Atrelado a isso, como veremos adiante, está a noção de inferioridade, ligado às posturas submissas ao mandante local, não presente em todas as famílias, mas em uma boa parte das em que prevalece a “cordialidade”.

A prefeitura, por sua vez, não realiza uma profunda aferição das realidades de cada família, não as acompanha adequadamente, pois fazem destas brechas nas regras do programa um meio de negociação de valores junto aos recebedores. O objetivo parece ser o de enquadrar todas as famílias abaixo dos R\$ 60,00 *per capita*, pois assim os valores pagos pelo Governo Federal são maiores, como visto na tabela 2 do capítulo II, página 87.

Entrevistamos uma família que na composição de seu patrimônio possui um automóvel e salário fixo pagos pela prefeitura, onde trabalha, mas afirma que não informa isso à prefeitura, como se isso fosse possível. Informantes disseram-nos não ser este o único caso e que isso é feito por motivos políticos.

Essa família confidenciou-nos que não informa à prefeitura o que de fato ganha para não deixar de receber o dinheiro. O marido disse: “*quem é doido ou besta de perder o PBF, todo mundo encontra um jeito de entrar (...)*”, justificando que, ao mesmo tempo em que o PBF é bom para a sua família, faz bem também aos outros que são “*mais pobres*” e que, com

o Programa, houve uma redução no número de mendigos que se tornavam um incômodo a todos os moradores do local. Tudo isso foi relatado sem o menor sinal da existência do desejo de que haja, a bem da coletividade, uma solução para essa desonesta situação, e ainda foi acrescentado que ele, o informante, sabe que existem pessoas não tão pobres que estão no Programa, mas que isso não é problema, pois “*o Governo Federal tem como pagar a todos*”.

Para muitos entrevistados, entre os quais, Maria 11, deveria haver outras políticas sérias de apoio à agricultura familiar, o que seria uma solução mais inteligente, mas como não há, as pessoas têm de se submeter à Bolsa.

O caso é muito delicado, pois não se trata, ainda, da noção de inferioridade que perpassa a atitude da maioria dos entrevistados e que os colocam em uma situação de submissão. Aqui reside a esperteza que faz parte da cultura local que tem como principal exemplo os próprios gestores públicos locais.

Tudo isso é intrigante, pois convivem lado a lado uma família que trabalha na prefeitura e possui condições financeiras que não permitiriam que estivessem no PBF e outra de características contrárias. Essa dualidade de situação ocorre até entre famílias vizinhas. Um exemplo disso é o que verificamos com a entrevistada Maria 1, que indagada da possibilidade de existir essa situação ela simplesmente respondeu: “*não tenho nada a ver com a vida dos outros (...)*”. Há várias interpretações para essa atitude. A mais direta é a falta de sentido coletivo e de justiça, etc. A outra é a ignorância sobre o que seja o PBF. Mas acreditamos que a entrevistada Maria 1 está bem consciente, no entanto o medo de perder a bolsa e o medo também de ter um vizinho “influyente” como um inimigo a desagradar, daí resta-lhe o silêncio.

A Voz do Silêncio:

O silêncio tornou-se uma forte característica nas relações entre as pessoas de Água Branca. A disputa política dos grupos que tentam a cada eleição manter-se no poder ou retornar ao mesmo divide a população. As ameaças aos que estão no lado oposto e as “punições” aos “perdedores” fazem a população se calar e manter laços individualistas e oportunistas uns com os outros. Poucos se atrevem a reclamar, pois o medo impera, não importando o grupo que esteja no comando do município. A família de Maria 1 reclama: “*quem é louco de falar dos outros aqui só arruma confusão (...)* Deveria haver uma pessoa responsável para fazer isso, (...)” e completa: “*deveríamos caçar nossos direitos, para nos orientar, mas nós não sabe (...)*”. Perguntamos: mas quem seria o responsável? Resposta: “*não sabemos*”.

Dentro deste contexto do silêncio e do medo de reclamar em público, retomamos relatos, de um fato muito relevante e que foi apontado por todos os entrevistados, que é a forma como se dá o atendimento médico em Água Branca. Os relatos são desastrosos em relação a forma como a prefeitura e os médicos tratam as pessoas. A desorientação é total. Percebemos que alguns profissionais médicos, chegam a usar os pacientes como instrumento de chantagem junto à prefeitura, para que a mesma aumente seus salários entre outras vantagens. Estamos reforçando o assunto e dando mais destaque aqui, pois foi uma reclamação de 100% das entrevistadas e dos próprios profissionais envolvidos no setor da saúde. Nas entrevistas foi falado, o que não conseguem fazer no lugar, devido ao medo da represália ou por serem os resultados da reclamação praticamente nulos.

Lembramos que o acesso das famílias ao atendimento médico de qualidade é uma das condicionalidades que o PBF introduz para manutenção destas pessoas no Programa, mas infelizmente a realidade é deplorável em relação à qualidade e à regularidade do atendimento. O que ameniza a situação no tocante à saúde é o trabalho dos agentes de saúde do Programa de Saúde da Família – PSF, que, sozinhos, não dão conta das demandas, que deveriam estar voltadas a ações preventivas e não somente de emergência, como presenciamos. Mesmo as de emergência são muito mal conduzidas, tanto do ponto de vista da infra-estrutura hospitalar, como, e principalmente, do atendimento do profissional médico. Os relatos reveladores da dependência são muitos e lamentáveis. Não cabe aqui contarmos cada caso, mas somente apontar a unanimidade de reclamações dirigidas aos médicos, à prefeitura e à rede de saúde. Sentimos como se as entrevistadas nos estivessem usando como um meio, um canal pelo qual denunciarem a precariedade e, em consequência, algo fosse feito no sentido de uma real mudança da cruel e dura forma como são todos tratados, parecendo que nos consideravam “autoridades”, por sermos da Universidade Federal de Alagoas.

4.3 O que pensam e como agem os sujeitos recebedores do PBF que vivenciam a problemática: a fala das “Marias” e seus familiares

O período total de observações culminou com as atividades de feitura das 17 entrevistas, ações que duraram pouco mais de 1 ano e nos revelaram muitos aspectos importantes, tanto de como se dá o cotidiano das famílias recebedoras do PBF, como de sua relação com o governo local do município de Água Branca e como este empreende sua política tendo o PBF como principal ferramenta de mediação com o povo. O Programa, como já apontado, atende uma agenda global na forma de tratamento da pobreza, mas é também influenciado pelas características históricas dos territórios, entre as quais, o clientelismo.

Conforme descrito na metodologia, as perguntas expostas no roteiro de entrevistas serviram-nos de guia e foram feitas de acordo com as necessidades e andamento da conversação que tínhamos com os entrevistados. Desta mesma forma, apresentamos os resultados enfatizando as falas que mais nos chamaram a atenção no sentido de revelar aspectos importantes do debate posto. Não queremos e não podemos identificar os entrevistados, pois muitos confidenciaram situações muito delicadas da forma como se dá o jogo político local e não podemos prejudicá-los ou criar-lhes dificuldades de qualquer natureza e, por isso, é compreensível não deixarmos qualquer indício que possa revelar certas situações, nomes de pessoas e de lugares reconhecíveis.

Isso posto, passamos a apresentar avaliações do PBF sob a ótica das famílias recebedoras da Bolsa, contextualizando com os aspectos presentes nos territórios da cidade de Água Branca.

PBF: Uso dos recursos e a condicionalidade da educação

Iniciamos indagando as recebedoras sobre o que de mais importante trouxe o PBF a suas vidas. Obtivemos variados tipos de respostas. A maioria respondeu afirmando que a importância está ligada à satisfação das necessidades básicas, como a aquisição de alimentos e materiais escolares. Mas é em relação à educação que nos chamaram a atenção algumas das falas. Por exemplo, a entrevistada “Maria 10”, quando indagada, é direta e afirma: “*Quando antigamente não tinha o Bolsa Família, a gente mal conseguia botar os filhos na escola (...) A coisa mais importante que eu acho que ele mudou na minha vida foi eu colocar meus filhos na escola, porque só com o dinheiro do meu marido não dá (...)*”.

Sobre este mesmo assunto relata Maria 01: “*Os pais obrigam os filhos a trabalhar na roça e com o PBF isso diminuiu (...) a gente pode dar mais condições aos filhos (...)*”, embora achando que a situação é difícil por as crianças não terem motivação para estudar, já que faltam outros tipos de apoio.

São muitas as dificuldades a enfrentar. A questão não está em somente pagar a Bolsa e obrigar os pais a manterem seus filhos na escola. Trata-se de algo muito mais amplo. É necessário que pais, crianças e professores tenham noção da importância da educação. A escola precisa estar equipada com adequado material físico e, principalmente, humano, o que é o mínimo e deveria ser o principal problema a ser resolvido, mas, infelizmente, não é o que ocorre e o que vemos é que nem o governo local, a quem cabe a maior responsabilidade a respeito desse assunto, faz vista grossa e deixa de fazer o básico indispensável quando não constrói escolas e não capacita e não contrata professores qualificados.

Há casos mais graves. Para Maria 11 algumas famílias se aproveitam destes valores e chegam a fazer “*uma escada de filhos*” para garantir o recebimento da bolsa. Ela reclama de que há casais que planejam um determinado número de filhos pensando na *Bolsa*, o que ela acha que não é a solução, por estarmos lidando com seres que precisam de muito mais coisas que somente o dinheiro do PBF, mesmo sabendo que sua própria família se beneficia com a proximidade que tem com o governo local.

Essas falas e observações foram de extrema importância no tocante a uma das condicionantes do PBF – a Educação. Percebemos quão pouca importância é dada pelo governo local a essa tão significativa condicionante. Aqui e acolá percebemos pais interessados em manter suas crianças na escola, mas, ou a escola não oferece condições, ou as crianças desconhecem o valor de se instruírem, embora vimos que se não fosse esse o caso, o problema educacional mesmo assim estaria presente, já que não há escolas adequadas, daí a nossa ênfase sobre a necessidade de o município buscar condições físicas e humanas para atender com qualidade essa demanda

Observamos que o município vem realizando várias reformas em escolas e algumas, mesmo em sítios mais afastados, possuem uma melhor infra-estrutura, mas são questionáveis a qualidade do ensino e os meios utilizados para manter as crianças na sala de aula. Há, por outro lado, escolas muito precárias, como é o caso deste prédio a seguir, um antigo bar que serve de sala para ensino fundamental dos alunos, todos, frisemos, filhos de receptoras do PBF.



Foto 9 – Escola Infantil
(Produção nossa)

A foto acima foi tirada na parte da tarde, horário em que não há aulas. É uma casa alugada pela prefeitura e que, com 29 crianças com idades de 4 a 6 anos, funciona como extensão da escola principal deste sítio. Este é somente um dos vários exemplos negativos que retratam como são tratadas as crianças em idade escolar. Existem prédios mais adequados? A resposta é sim, mas em número muito menor que o desejado e localizadas mais no centro comercial da cidade. As escolas dos sítios, a maioria, são muito carentes e fazem pais, crianças, professores, gestores e técnicos sofrerem bastante com os pífios resultados obtidos.

O problema da educação é semelhante ao da saúde, já abordado. A diferença fundamental está no fato de ser a educação algo que necessita ser construída subjetivamente, situação em que não só basta a existência de escolas e professores, mas onde são vitais a motivação e o interesse pela aprendizagem. Daí as falas dos sujeitos divergirem, pois ora as crianças possuem interesse, ora não, e quando possuem, a prefeitura falta com a necessária infra-estrutura. Muitas entrevistadas informaram que com a chegada do PBF a maioria dos pais leva seus filhos para a escola à força.

PBF: O Medo – entre a segurança e a insegurança

As entrevistadas, em sua maioria, quando indagadas sobre o que o PBF trouxe as suas vidas, afirmam que foi a possibilidade de comprar mais alimentos e remédios. Maria 1 disse: “trouxe mais sossego e mais segurança”, resposta que, com ligeiras diferenças, ouvimos em todas as entrevistas. O foco está na aquisição de alimentos e, com isso, o PBF parece cumprir com parte de seu papel ao estabelecer melhores condições para as famílias se alimentarem e ficarem menos preocupadas em relação a esse item indispensável que, quando falta, torna-se gerador de muita insegurança, de muito sofrimento.

Sem dúvida o PBF ajuda muito, ao ponto de as pessoas “ficarem com o coração na mão” no dia e hora de receber o dinheiro, principalmente porque há a possibilidade de o pagamento deixar de ocorrer, o que não sabemos se já se deu, podendo o suspense ser fruto de terrorismo por parte de pessoas de má índole. Mas segundo relatos há mensalmente casos de pessoas que na hora do recebimento encontram problemas e não podem receber a Bolsa, tendo que procurar a assistência social. Seja como for, esse medo, essa insegurança é a prova inequívoca da dependência que as pessoas beneficiadas têm da Bolsa, que estando nas mãos dos gestores locais, em particular o prefeito e a primeira dama, pode facilmente ser utilizada como moeda de troca, de manipulação, de domínio, ferindo frontalmente os direitos do cidadão numa civilização que se diz moderna, principalmente por aqueles que não a deixam ser.

PBF e os Sujeitos: onde e como consomem – avanços

No tocante ao tema das compras, surgem aspectos intrigantes. Em relação aos mercadinhos foram relatados diversos fatos, no mínimo, curiosos, como é o caso de donos de mercadinhos que ficam com os cartões das receptoras para assim garantir a troca por produtos alimentícios em seus estabelecimentos comerciais. Apesar de algumas entrevistadas entenderem de forma negativa o episódio, outra parcela afirma que isso só é feito com aqueles “maus pagadores”, tendo o mercadinho o direito de garantir o recebimento do que lhe é devido. Segundo Maria 5, “(...) assim é se você não tiver a responsabilidade de ir pagar naquele tempo, aí ele toma o cartão para pegar o dinheiro naquele dia (...)”.

Todo o dinheiro do PBF movimenta a economia local, um aspecto positivo, sem dúvida A alimentação melhorou para as famílias receptoras. Mesmo que algumas famílias sejam reféns dos comerciantes locais, elas agora podem se alimentar melhor, fato relatado pela maioria das entrevistadas.

Uma outra fala revela-nos algo muito interessante. Chamou-nos muito a atenção quando a Maria 3 nos revelou que o Bolsa Família trouxe a possibilidade de fazer com que ela possa participar mais da sociedade. Vejamos o seu relato: “*Eu acho que assim uma vantagem muito boa que agente tá participando de alguma coisa da sociedade não é excluída né, sempre tão lembrando da gente*”. Ela já havia relatado que com o PBF não precisava mais pedir dinheiro ao marido. Continua Maria 3: “*é uma vantagem muito boa (...) assim por exemplo comigo e com outras colegas (...) o marido tem um trabalho mas a mulher queria pegar alguma coisa e não tinha como (...) em vez de tá pedindo ao marido já não pede mais (...)*”.

Um benefício importante que se revela também em relação ao trabalho destas mulheres é o fato de não se submeterem mais a qualquer tipo de atividade remunerada. Nas palavras de Maria 4: *“não vou trabalhar por besteira, agora tem que me pagar mais, (...) hoje mudou muita coisa como eu já falei pra você porque tem o bolsa família (...) antigamente as pessoas pedia hoje é menos (...) pois a bolsa família ajuda mesmo muito, muito, muito mesmo (...)*.

Os aspectos positivos são inúmeros e, sem dúvida, importantes para a população local. Entretanto trabalhamos aqui com outras demandas como foram explanadas nos capítulos anteriores, como a autonomia e a autodeterminação sinônimos da cidadania ampla, mas quem sabe estes possam ser os primeiros passos.

PBF: cadastro do início até hoje

Houve muitas distorções na forma como o Programa deu seus primeiros passos. Estes fatos não são perceptíveis facilmente e se perdem no tempo e na memória dos recebedores. Resgatamos algumas situações, inclusive vexatórias, pelas quais passaram os primeiros recebedores do PBF nos momentos iniciais e de consolidação do Programa, fatos que duraram, segundo os relatos, de um a dois anos.

Maria 17 nos relata o seguinte: *“olha meu filho era humilhante o que nós passava no início, eita sufoco! (...) para fazer o cadastro ninguém sabia, era um mutirão (...) era capaz de um matar o outro na fila, pois dizia que agente ia receber o dinheiro (...) quando foi o dia do pagamento do Fome Zero e Bolsa Escola a coisa era pior, agente ficava na fila, voltava doente (...) teve gente que desmaiou e foi acudida, pois o povo ia pisotear (...) se você não se segurasse na fila era jogado fora (...)*”.

Ao final, perguntamos onde estava a cidadania. Tivemos o silêncio por resposta.

Hoje, no tocante a este item do PBF, ou seja, o cadastro e recadastramento das famílias e a liberação do recurso, houve, sem dúvida, muitas mudanças importantes que facilitam a vida dos que recebem do Programa. Um exemplo disso é o uso do cartão magnético para o saque nas casas lotéricas. Há ainda muita confusão, mas é bem diferente. Como afirma uma entrevistada: *“agora tamos no céu”*. Entretanto, insistimos que a nossa questão reside na forma como os sujeitos absorvem e percebem junto ao poder público local tais mudanças e também como algumas mudanças só ganharam, na verdade, uma nova roupagem, o que é percebido a seguir no caso do tratamento dado pela prefeitura do município ao PBF e seus “beneficiários” como são chamados.

Muitas vezes cadastra-se a família, mas não vai para Brasília, queixa-se Maria 10, segundo a qual essas são estratégias da prefeitura para que algumas pessoas fiquem dependentes das ações daqueles responsáveis.

A utilização privada do PBF, pelos representantes legais – poder público

Quase todas as famílias entrevistadas de forma mais direta ou indireta tocaram no assunto da manipulação feita pela prefeitura em relação aos novos cadastramentos e os recadastramentos do PBF.

Para Maria 8, “*A mulher do prefeito faz política com a bolsa família porque sabe o que acontece de vez em quando corta (...) ajeita e depois ela cobra (...) para a pessoa se rebaixar a ela a mulher do prefeito para ela ajeitar a assistência que é da mulher do prefeito (...)*”.

Maria 9 relata que chegou a procurar a juíza de Água Branca quando perdeu o PBF, fato que deixou a esposa do prefeito muito chateada, uma vez que, segundo a entrevistada, há uma forte manipulação dos critérios. Para essa entrevistada, a prefeitura, no caso, o prefeito e em particular a primeira dama, escolhe quem tem de receber e quanto vai receber, independentemente de avaliação do Programa. Ela desabafa que a saúde é o maior problema do município, o que foi apontado por 100% das entrevistadas e, pior, eles (o prefeito e sua família) “*(...) só ajuda a quem já tem (...) só ajuda quem trabalha junto com eles (...)*”.

A entrevistada Maria 5 relata que por seu marido ter conseguido um trabalho temporário de cortador de cana em Coruripe, ela foi ameaçada de ser cortada do PBF. Ela foi logo procurar a primeira dama e esta prometeu que iria fazer o melhor. A entrevistada pediu à primeira dama: “*mulher não corta meu bolsa família*”.

Maria 6, quando indagada quem é o responsável pelo cadastramento do PBF, é direta: “*é o prefeito – Zé de Dorinha*” (...) e deve ser ele né (prefeito), porque sem ele ninguém faz o cadastro, mas tem de falar com ele pois sem a ordem dele ninguém faz (...) tem que falar com ele e com a secretaria que é a mulher dele, que se não for ele ninguém não consegue”. E a denúncia continua, pois ela enfatiza que existe muita “*adulação*” e “*a mendicância*” é muito grande na Secretaria de Assistência Social.

A entrevistada Maria 5, perguntada porque vota, diz “*se não votar é preso*”. Ela não soube explicar ao certo de onde se originou tal noção, mas fala com medo, pois as ameaças são muitas, feitas inclusive por candidatos. Perguntamos: Quem disse isso? Ela responde: “*o povo*”. Indagada: Que povo? Ela silenciou. A senhora acredita nisso?, perguntamos. Novo silêncio.

Colocamos essa informação para outros entrevistados, obviamente sem citar nomes e localidades e estes acharam engraçado saber que há quem pense assim. Ao final disseram que há candidato que faz ameaças, o que poderia explicar o pensamento da entrevistada.

Maria 7, ao perceber tais fatos sobre a gestão local do PBF, desabafa: “ (...) *é um povo perseguidor* (políticos locais atuais) (...) *eles podem cortar meu bolsa família* (...). Por isso ela afirma que não cabe a ela fiscalizar, pois pode ser penalizada e completa: “(...) *não é que eu seja contra pois são boas pessoas* (...)” Ainda no tocante ao assunto da perseguição, Maria 7 exemplifica: “*eu ganhei essa casa da prefeitura, mas se ele (prefeito) passasse aqui e pedisse para eu colocar um cartaz dele e eu não deixasse e ele ganhasse na próxima eleição e se eu precisasse de algo da prefeitura ele não daria nada, não atende a pessoa e trata mal* (...) *Se agente for contra não ganha nada* (...) *Corta os projetos que é da cidade.*”

Nesta entrevista ficou claro o que muitos já haviam revelado. É como se houvesse uma fiscalização para saber quem está apoiando quem. Se o prefeito vencedor souber que fulano não o apoiou pode puní-lo. Daí, cada sujeito atua dentro da lógica, ou seja, fica atento para estar sempre ao lado de quem se encontra no poder local.

Para Maria 7 há distorções nos cadastros. Muita gente ainda não tem o PBF. Ela relata que quando trabalhou em campanhas visitou muitas casas onde viu muita pobreza. Segundo afirma: “*Eu vi cada situação dentro das caatinga que vi que sou rica*”. E essas são as que mais precisam e ainda não possuem o PBF.

Quando indagamos sobre a questão da possibilidade do PBF gerar acomodação entre os recebedores, as opiniões foram conflitantes e delicadas. Mas o que chama a atenção são as falas que afirmam a existência de preconceito por parte dos “empregadores” que pagavam pouco e agora se sentem prejudicados, pois não encontram nas pessoas receptoras mão de obra barata. Por sua vez, alguns dos recebedores entrevistados informam que só trabalham se receberem mais pelo serviço e por isso é que são acusados de se terem tornado preguiçosos. Isso se dá principalmente no trabalho da roça e no doméstico. Esse é certamente um avanço inaugurado pelo PBF. Há certa autonomia destes agora em relação a escolha de trabalho. São dependentes da manipulação dos governos locais e seus vereadores que fazem o papel de fiscais de “suas comunidades”, mas possuem mais liberdade de escolha de trabalho e de negociação de valores, mesmo que tais valores sejam pífios.

A influência da política local – a tradição

Por vários caminhos falávamos de como os políticos da cidade tratam a população. Como vimos, quando indagados sobre quem é responsável pelo PBF, surgiram várias opiniões, prevalecendo as que atribuíam tal papel ao prefeito e à primeira dama.

Chamou-nos em particular a atenção o que ouvimos quando nos debruçamos sobre a história do lugar e seus personagens. Quando perguntamos que personagem da história de Água Branca mais teria contribuído para Água Branca, independente do tipo de trabalho desenvolvido, obtivemos respostas variadas, mas 3 entrevistadas apontaram a família Torres (descendentes do Barão de Água Branca), por ter sido, em suas opiniões, quem mais benefícios trouxe para o município, principalmente no que diz respeito à saúde e ao tratamento para com os mais pobres.

Percebemos melhor a noção dada por estas pessoas à tradição da política local. Quando perguntamos qual o nome de uma pessoa considerada importante em Água Branca, surgiram nomes diversos como o do Monsenhor Sebastião (2) Doutora Quitéria (4), professor Zé Gomes (2), Luiz Xavier (1), Zé de Dorinha – prefeito atual (4) e a família Torres (3) e Nenhum deles (1). No caso da família Torres ninguém se referiu a um membro específico, mas a família como um todo. A Doutora Quitéria é uma médica da cidade e talvez tenha sido a mais citada, pelo trabalho voluntário que realiza, há décadas, em relação ao atendimento médico.

A população ainda está muito dividida e passa um sentimento de amor e ódio em relação à família Torres. Uma das entrevistadas, ao citar o ex-prefeito Luiz Xavier, colocou-se fortemente contra a postura dos “Torres” que governaram o município em tempos atrás. Ela afirma: *“eles eram truculentos e avaros”*. Já para 3 das entrevistadas, eles são maravilhosos e até divindades.

Sobre essa questão, quando perguntada, Maria 9 é enfática: *“na minha opinião mesmo quem mais ajudou a comunidade, foi a família Torres, quando eram os donos aqui de Água Branca (...) eles sempre ajudavam (...)”*. Indagados sobre sua truculência com o povo ela afirma: *“No tempo que os Torres tomava de conta aí os pobres passavam bem (...) Eles eram ruim com quem era contra eles, com quem tava errado (...) Mas com os pobres era diferente, pois atendiam com carinho (...)”*. Neste caso toda a família venera os “Torres”.

Quando indagamos Maria 10 sobre a mesma questão ela dispara é *“Seu Roberto Torres”*. E segue *“é meu candidato e dessa vez ele perdeu (...) para mim é seu Roberto Torres (...) ele é tudo e até hoje (...)”*. Depois a entrevistada explica que o pai trabalhava para a família Torres *“e seu Roberto já tirou até dinheiro do bolso para nos ajudar.”* Para Maria 10,

a riqueza destes senhores é de origem divina. A questão para ela é que todos são iguais, pois os atuais também acabam cometendo desmandos.

Contrariando estas afirmações das entrevistadas acima, surgem as opiniões de 2 principais entrevistadas que possuem uma visão bem diferente deste grupo que foi, e de certa forma ainda é, uma oligarquia política em Água Branca.

Ao final percebemos que ambos (grupo atual e anterior) adotam posturas semelhantes, como cita a entrevistada Maria 7 que revela como se dá a forma de perseguição “velha” e a “nova”, na condução das políticas e ações da gestão municipal.

Para Maria 7, quando indagada sobre a influência da gestão municipal atual, revelou-nos que é um “*povo perseguidor*”, mas seu maior medo é a “*volta dos Torres ao poder*”. Estes para ela simbolizaram uma época muito negra para o município. A truculência e a perseguição eram suas marcas, superando em muito as atuais.

Maria 6 nos chama a atenção para algo imprescindível dentro deste debate e contexto. Para ela e seu marido, “*(...) os Torres prometeram e não cumpriram nada... Eles (Torres) eram perigosos, mas os novos que fizeram o discurso contrário ao carranquismo dos Torres, dizendo que ninguém é gado deles (Torres) e hoje repetem muita coisa dos anteriores. Os de hoje não tem a mesma postura carranquista, mas mantém o povo ali nas rédeas de outra forma (...) A forma de administrar tapeando o povo não mudou (...)*”.

Esse é o elemento importante o entendimento da territorialidade local no tocante ao coronelismo cordial de antes e de hoje que possui semelhanças e diferenças muito fortes. Mesmo sendo segundo parte dos entrevistados a gestão atual perseguidora e manipuladora, para este grupo de entrevistados a família Torres (alguns nomes em especial) sempre foram muito mais difíceis de lhe dar, pois eram e são mais “perigosos”.

Como visto a família Torres ainda possui forte influência sobre os territórios água-branquenses. Alguns entrevistados chegaram a demonstrar veneração por eles e certo saudosismo do tempo em estes eram os mandantes locais. Havia certo zelo por aqueles que o seguiam, característica marcante do coronelismo, que por um lado possuía ações truculentas, mas por outro eram bem cordiais, para “amansar” e manter as populações sob seu controle.

Interessante que algumas comparações, dos entrevistados, igualam o modelo dos “Torres” com o da atual gestão municipal. Ambos agem como perseguidores, mas que sabem retribuir bem aqueles que os cercam e apóiam. A diferença de agora são as ferramentas, como visto no caso da utilização do PBF como forma de negociação de apoio político – clientelismo. Em outras épocas as trocas de favores eram outras, realizadas diretamente com o eleitor, no caso de presentes, ajuda na saúde, alimentação, cestas básicas e até a contratação

para o serviço público estadual. Esse tipo de coisa continua e tem o PBF como um grande aliado.

A grande problemática que vemos é que estamos diante uma política social instituída pelo Governo Federal, mas que a nível local sofre forte influência político-partidária. E isso pode estar negando, no local, em questão, os aspectos positivos do PBF e até geradores de certa autonomia. Junto a isso aparecem as características modernas líquidas que tornam os sujeitos, de hoje, mesmo vivendo nos confins do Brasil rural, cada vez mais individualistas.

A percepção dos sujeitos recebedores: entre a consciência e a não consciência dos fatos – dos retrocessos aos avanços

Encerramos aqui este capítulo na certeza de que não foi possível dar conta de tudo que nos foi falado e contado por meio das inúmeras conversas, formais e informais, que tivemos com os sujeitos recebedores do PBF, seus familiares bem como com os técnicos envolvidos no programa – atores sociais importantes na condução e debate das problemáticas, pois interferem diariamente, na conduta das pessoas estudadas. Assim, seria importante saber como agem e como pensam estes atores, pois são fortes formadores de opinião. Mas essa já é tarefa para outra pesquisa. Todavia conseguimos extrair algumas coisas essenciais para o entendimento das questões que permeiam a aplicabilidade do PBF no local, questão central desta pesquisa, o município de Água Branca – AL, que, ao menos em parte, parece representar um pouco do que ainda prevalece, no campo da política, nos territórios sertanejos.

Não é novidade a utilização eleitoral do PBF pelos políticos locais e seus aliados, mas como é isso avaliado pelos sujeitos, pelos técnicos, etc.? O que sabemos é que mesmo os recebedores que têm consciência dos desmandos, dos abusos, estão, de uma forma ou de outra, dependentes, pois não são capazes de tomar as rédeas do jogo político local. Alguns técnicos, ainda que dentro de suas possibilidades até reclamem, também estão imobilizados, por estar em jogo a sobrevivência de suas famílias que dependem destes salários, sempre utilizado como bem entendem os mandantes locais.

Aqui percebemos, de maneira cabal, como se confirmam e se entrelaçam nossas três hipóteses. A dependência dos sujeitos aos mandantes locais recria o coronelismo cordial nos tempos modernos líquidos em que prevalece a lei do “cada um por si”. Não há unidade que vença a unidade dos interesses particulares e individualistas. A cidadania é desfigurada no momento em que o discurso político é dissociado da prática, tanto pior quando se apregoa que tudo é feito em nome da cidadania.

As várias falas dos entrevistados nos dizem isso, não só as falas, mas também os gestos, os sentimentos por nós captados, como o medo, a angústia e a insegurança que são características da modernidade líquida. Entretanto no espaço sertanejo, era para existir elementos como apoio mútuo, unidade, reciprocidade, etc. que poderiam tornar-se bloqueadores das características globais da modernidade, mas tais elementos estão sendo engolidos pela indústria do consumo que atinge os territórios mais distantes possíveis, impondo, sem pedir licença, sua ordem, que acaba desordenando a vida pública e privada de muitas pessoas às quais só resta a esperança no mandante cordial que, travestido, não parece mais o de outrora, embora aja com uma intenção que difere de sua concreta ação.

Há aspectos positivos, existem avanços? A resposta é sim. Não queremos e não foi nosso objetivo, mesmo percebendo que as hipóteses foram confirmadas, afirmar que isso cabe a todas as situações. O PBF reinaugura, no local, o debate público sobre a pobreza e traz ao pobre um *status* que poderá levá-lo a se auto-avaliar cada vez mais, possibilitando quem sabe, por meio das próximas gerações, mudanças importantes de comportamento que simbolizem a tão falada e desejada autonomia, uma autonomia *de facto* e não somente *de jure* e para isto precisamos da cidadania da forma como nos propõe Bauman. E é neste ponto que reside o aspecto mais delicado que foi alvo ao longo deste trabalho de severas críticas. Mesmo assim, acreditamos que houve e há avanços e que os sujeitos estão atentos, cientes de seus limites, preparando-se para que possam fazer valer em algum momento a sua cidadania.

Há sempre uma luz e se o PBF possibilita algo de importante é lançar alguma luz, dando intensidade ao debate sobre a pobreza, revelando as intenções do mundo sobre a mesma e como a estão tratando atualmente, ou seja, como natural, o que aponta para uma modernidade que produz e reproduz pobreza de maneira velada.

Principais itens positivos e avanços, percebidos com base nas entrevistas com as receptoras do PBF em Água Branca

- Os mais jovens transmitem um sentimento de maior insatisfação com a realidade local e dão alguns sinais de ação;
- Melhores condições para aquisição de alimentos, bens duráveis, remédios e material escolar;
- Em alguns casos, maior autonomia para negociar preço da mão-de-obra;

- Desejo de trabalhar por conta própria na agricultura, pois para a maioria essa seria a alternativa mais inteligente de geração de renda;
- As mulheres são as responsáveis e é quem cuidam e zelam pelo recurso recebido;
- Envolvimento, em alguns casos e territórios, de outros atores de programas como o PSF e de alguns professores da rede municipal de ensino;
- Possibilidade de despertar nos membros das famílias atendidas um maior desejo de participação política e social;
- Sentimento, em algumas receptoras, de inclusão nos processos sociais e políticos, por meio do PBF;
- Fortalecimento do precário orçamento familiar da maioria das famílias receptoras do PBF;
- Inclusão bancária, por meio de cartão magnético;

Principais itens negativos e retrocessos, percebidos com base nas entrevistas com as receptoras do PBF em Água Branca

- O não investimento adequado, por parte dos governos, nas três esferas, na agricultura familiar;
- Falta de terras para as receptoras do PBF trabalharem por conta própria devido à predominância do latifúndio;
- Uso privado do PBF, por parte de vereadores, secretários municipais e do prefeito em troca de apoio político, criando dependência – clientelismo;
- Não atendimento aos critérios para o cálculo do valor da transferência de “renda” a ser paga;
- Sentimento de insegurança, por não terem certeza da regularidade do pagamento mensal da Bolsa;
- Algumas receptoras ficam reféns dos comerciantes locais;
- Baixa qualidade no atendimento médico devido a pouca infra-estrutura do hospital e a desmotivação de alguns profissionais médicos;
- Baixa qualidade na educação devido a pouca infra-estrutura de algumas escolas e a desmotivação de professores, como também a falta de consciência política dos atores envolvidos na educação no tocante a sua real importância;

- Baixa qualidade no atendimento na Secretaria de Assistência Social;
- Não cumprimento das condicionalidades, tanto por parte do município que não oferece os serviços adequados, como de algumas receptoras que não cumprem e não dão importância aos serviços;
- Dificuldade de fazer o PBF chegar aos mais pobres e distantes da região central de Água Branca como é o caso das “caatingas”;
- Falta de pessoal para atender e acompanhar as famílias mais de perto e com mais frequência;

CONCLUSÕES

*Da forma posta, a cidadania não é mais conquistada, e/ou construída socialmente. A cidadania é objeto a ser comprado por indivíduos. O que estamos construindo é o seu avesso, ou seja, a não-cidadania ou uma espécie de cidadania de classes. Já a pobreza é socialmente produzida e não percebida como instrumento de manutenção do status quo dominante. O resultado não podia ser pior: a reprodução da pobreza como algo comum, onde as medidas de ação são as da ajuda e da dádiva que anulam o **sujeito de interesse público** o que só reforça a pobreza imaterial.*
O Autor. Inverno de 2010.

Afinal, a que conclusões chegamos? Certamente não podemos aqui apontar uma única conclusão. E as hipóteses? Infelizmente foram confirmadas. Mas é necessário explicarmos detalhadamente como as confirmamos e o que isso significa para todos os atores envolvidos no debate. Certamente que isso se deu guiado pela luz do caminho teórico, metodológico e empírico já exposto, o que pretendemos deixar ainda mais claro nesta exposição final. Primeiramente, como já havíamos dito desde o início, a confirmação das hipóteses era o nosso maior receio, devido a seu perverso significado para os sujeitos em questão e, conseqüentemente, ao espaço social em que vivem, mas mesmo diante disso, há muitos avanços, até porque Água Branca é um espaço social rico e repleto de muita vida, o que reduz, mas não elimina os efeitos negativos da pobreza. Por isso é preciso fazer algumas considerações sobre tais resultados, na tentativa de dirimir contradições no discurso e apontar as novas questões que naturalmente surgiram durante a feitura desta pesquisa. Ao final temos uma certeza – a de que ainda há incertezas.

As conclusões levam em conta o caráter multidimensional, da mesma forma como buscamos avaliar e analisar a problemática. Não podemos afirmar que o PBF é totalmente negativo ou pretensiosamente positivo a ponto de ser o maior programa, a redenção da pobreza e, muito menos, o contrário disso, como querem e se colocam muitos técnicos e especialistas no assunto. O PBF não é bom ou ruim para os recebedores e para a sociedade, ele simplesmente é. Mas é o que? É o resultado de tudo que apontamos dentro dos limites da complexidade, se é que esses existem. Assim, o PBF é parte do resultado do processo de formação histórica da sociedade brasileira, contraditória tal qual o programa e igual ao modelo global que o impulsiona – o mercado e a democracia liberal. É também o resultado das características dos territórios estudados e dos sujeitos históricos que ali habitam, pois juntos dão sentido e transformam o lugar em algo único e vivo que, como tal, necessita de

avaliações particulares, pois também é um ator, conforme nos demonstra Milton Santos. O território é ator na medida em que possui características físicas que interferem na conduta do homem formando o local com toda uma cultura diferenciada que irá tanto sofrer influências externas como irá influenciar. Resulta disso uma territorialidade que, em parte, tem determinado o PBF, mesmo que este contenha regras claras e previamente definidas, gerando particularidades territoriais ao PBF, que por sua vez acabam por modificar essa territorialidade anteriormente já existente.

Gostaríamos de esclarecer que inicialmente apontamos o PBF dessa forma mediado entre o bem e o mal, pois majoritariamente, tanto no senso comum como no discurso qualificado, as análises tendem a ser guiadas por certa razão maniqueísta, ou diferentes posições ideológicas, que acabam por esconder uma série de outros interesses que estão em jogo. Tentamos não tratar estas conclusões de forma maniqueísta. Assim, o que apresentamos é a realidade percebida e interpretada por meio da observação, da convivência e da leitura que se mostraram multidimensional e é desta forma que esperamos contribuir com algo elucidativo.

O programa é preenchido por fortes contradições que são urdidas por uma estrutura altamente contraditória e pela própria noção de modernidade que está alicerçada em um terreno instável determinado pela liberdade, mas uma liberdade que mantém aprisionados os libertados aos ditos “libertadores”, numa relação de dependência em que nenhum dos dois parece querer perder o seu posto e, por isso, transformam a liberdade numa grande prisão, prisão esta que aparece para a sociedade de maneira velada. E é desta forma que os pobres, cercados e preenchidos por uma pobreza material e imaterial, são atingidos pela assistência. A primeira questão foi saber como estão sendo assistidos, se como destituídos da sorte, mercedores da caridade, ou como destituídos de direitos aos quais não foram incorporados. A segunda questão é a do método em relação ao tamanho e a diversidade do Brasil. A pobreza não só precisa como quer ser assistida, mas a questão central são o modo e os termos de como essa assistência se dá. Todavia, sendo o individualismo o *modus operandi* atual, temos percebido, que o modo e os termos são no sentido de mantê-la da forma como está, ou seja, com uma aparência de perfeição, de simetria, mas que, na verdade, é preenchida pela imperfeição, materializada por uma pobreza palpável aos olhos de todos, todos os dias, mas que nada causa, pelo menos um remorso político. As características da modernidade líquida impõem um peso perverso sobre a possibilidade de construção de um novo projeto que necessitaria ser coletivo e, para tal deveria conter demandas coletivas, mas estas parecem que desapareceram uma vez que,

A tarefa de construir uma ordem nova e melhor para substituir a velha ordem defeituosa não está hoje na agenda - pelo menos não na agenda daquele domínio em que se supõe que a ação política resida. O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas (...) (BAUMAN, 2000, p.13)

A perda do sentido político, do poder político do indivíduo, do local onde vive e do desejo de participação tem sido um grande obstáculo para a construção de uma ordem social mais equitativa. Apesar de existir territorialidades, vivemos um momento líquido onde tudo é descartável, até as relações humanas, como também a relação entre a política local e o poder global, onde a primeira cede lugar às determinações do segundo. Tais características são fortalecidas por uma forte contração do espaço em relação ao tempo, resultando em um espaço aniquilado pelo tempo.

Mas quando olhamos a pobreza, tanto de ponto de vista mundial, brasileiro, como em Água Branca, percebemos que a mesma é atingida pela liquidez, pois também se torna objeto manipulável onde prevalece o individualismo. Entretanto, essa mesma pobreza é sólida enquanto pobreza. O que muda são os modelos de combate que, de tão líquidos, trazem um sentimento de alívio imediato, mas que não muda, não avança junto a essas características da modernidade. A pobreza é atingida pelo que a modernidade líquida oferece de pior que é a reificação das relações humanas e destas com as instituições sociais. Assim, a mobilidade só atinge poucos, que também já não sabem o que fazer com ela. Já para a pobreza resta somente a imobilidade em contraposição à mobilidade dos programas que se dizem de erradicação, mas que se perdem no cumprimento da agenda mundial que dita as regras do jogo político local.

Por isso, a noção de cidadania tornou-se a categoria principal da nossa análise. Qual é a nossa noção de cidadania? A de uma cidadania plena que precisa ser construída na subjetividade dos indivíduos e, assim, despertar a sua vontade em torno de ideais coletivos, não só na revolta de alguns, mas em ações organizadas e embasadas no concreto entendimento do lugar que cada um possui no espaço social. Se assim fosse, tais indivíduos tomariam para si o que sempre foi de todos e não ficariam somente à espera da ação dos Donos do Poder e/ou de um “Salvador da Pátria”. Daí construiriam paulatinamente sua cidadania e não buscariam somente sanar necessidades básicas, imprescindíveis à

sobrevivência humana, mas que pouco ou nada mudam de concreto na construção do projeto de um espaço social. Durante a história da formação social brasileira tivemos exemplos neste sentido, em que a cidadania tentava ser construída embasada no tripé direitos sociais, políticos e civis, como relata Murilo de Carvalho, mas o projeto modernizador impede, atualmente, qualquer possibilidade de manutenção de uma cidadania de todos, tornando-se assim uma cidadania somente restrita, pois é incompatível com a noção de liberdade presente na atual sociedade civil líquida. Bauman, ao falar da sociedade civil, como um pilar de sustentação das liberdades individuais em contraposição à construção da cidadania, nos diz que “*A indiferença e apatia política dos cidadãos e a renúncia do Estado a sua obrigação de promover o bem comum são filhos desagradáveis, mas legítimos da sociedade civil*”. (BAUMAN, 2000, p. 159). Podemos perceber que tais problemáticas em torno das questões da manutenção e utilização da pobreza, da negação da cidadania e dos modos de ação das políticas sociais são urdidas de forma velada, dentro do projeto dito e tido como moderno.

Aqui mesmo em Alagoas abordamos essa questão por meio do exemplo de Graciliano Ramos que através da cachorra Baleia, personagem central, de seu romance *Vidas Secas* faz-nos pensar a condição humana em comparação com um animal. Teria essa cachorra uma subjetividade, e mais, esta poderia ser semelhante à de seu dono Fabiano? Apontamos, no primeiro capítulo, algumas alternativas que ajudaram a pensar essa problemática. O Fabiano parece com o sujeito histórico que estudamos, mas este possui muitas características novas que, em parte, o liberta do aprisionamento material e existencial dos tempos de Fabiano, embora agora apareça aprisionado na liquidez da era moderna. E é esse “novo” Fabiano que sabe onde não pode chegar, mas vive numa constante luta para chegar e se, não chegar, a culpa, dada a natureza da modernidade líquida, recairá unicamente sobre si.

Ao avaliar a trajetória do autor de *Vidas Secas*, que vale lembrar, foi prefeito de um município alagoano, sentimos, por meio de seus relatos, como a cidadania política atingiu seu ponto mais alto em uma administração municipal, principalmente, em um momento histórico regido pelo coronelismo, essa força anti-cidadã que certamente contribuiu para que o criador dos personagens Fabiano e Baleia renunciasse ao cargo, devido a tomada de consciência da impossibilidade de governar com liberdade política, um dos elementos da cidadania da qual Graciliano tornou-se um exemplo. Assim, Graciliano nos deu várias pistas do que seja a cidadania a partir de sua atuação como prefeito e, principalmente, como escritor. O resultado é que não encontramos nos homens públicos atuais atitudes de cidadania como as encontradas em Graciliano e isso se tornou o grande empecilho para que os sujeitos históricos vivenciem a sua condição de cidadãos. A negação da cidadania está presente, também, na relação de

dependência política junto ao poder global à qual os sujeitos e as instituições estão submetidos. E esta é uma questão central apoiada pela sociedade atual que vê o pobre sempre com piedade, solidariedade e compaixão, mas não pelo fato de serem expropriados da sua condição de cidadãos. (BAUMAN; 2000).

O economista alagoano Cícero Péricles, possui toda razão ao defender a “*federalização de Alagoas*”, como uma dependência necessária para a manutenção e sobrevivência do Estado e de sua população, mas pode não estar levando em consideração que disso decorre o fato da desconstrução da figura do cidadão pela “*consciência do direito a ter direitos*” (Lefort *apud* Telles, 2001). O que percebemos é a construção da “*figura do necessitado*”, que nega a cidadania no contexto político atual, forjado bem antes da experiência de Graciliano, pois desde lá o projeto global já se impunha, tecendo o homem modulado e sua política individualista mantenedora da dependência econômica e política. Perguntamo-nos: no caso sertanejo estes pobres antes dependiam dos “favores” dos coronéis e hoje dependem dos “favores” do Estado? Por um lado distribuimos a riqueza gerada no país, junto aos “menos favorecidos”, mas, por outro, nos arriscamos em travestir práticas pretéritas com roupagens novas em um modelo social que fabrica e constrói a figura do pobre.

Por isso, a pobreza de hoje não é só material, mas principalmente imaterial, o que, no caso particular, significa a baixa consciência do que seja a cidadania e do exercício da mesma no cotidiano – cidadania ampla. A falta desse conhecimento pode ajudar na repetição das velhas práticas denunciadas pela conduta de Graciliano. Passado e presente se fundem, como também se fundem o global e o local, mediados pela contração/fusão do espaço em relação ao tempo. A pobreza atual é o resultado deste contexto, assim as ações buscam somente “apagar incêndios” e, deste modo, nunca criaremos nossa cidadania. Infelizmente o PBF aponta para somente cumprir a agenda global e, assim, age no imediatismo.

Todas as críticas apontadas ao PBF, ao longo de todo este trabalho, não significam que não existam avanços. O PBF, no mínimo, renovou o debate público em torno da questão da pobreza, mesmo que esta renovação esteja, em parte, comprometida pelas características da sociedade moderna líquida, que já vê no próprio PBF, devido à renda ofertada, uma solução ao problema, pois não importa a mesma que tipo de sujeitos as gerações produzirão. Cabe somente criar as condições para que os sujeitos possam consumir, o que também é um avanço, pois melhora um pouco mais a qualidade de vida destas pessoas e dinamiza a frágil economia local como visto em Água Branca. Todavia, perde-se, com isso, o sentido pela busca das causas e efeitos do problema social, isso, se o PBF focar somente no consumo imediato, além de que, como tão bem nos esclareceu Silva Telles, esta é uma sociedade permeada por

discursos e práticas políticas que olham o pobre pelo ponto de vista do *necessitado* em que cabe somente a caridade como resposta. Mas, a sociedade deveria olhar a pobreza como resultado de pessoas que vivem destituídas do direito a ter direitos fato que lhe é comumente e banalmente negado na trama das relações sociais atuais o que ficou evidenciado em nossa pesquisa empírica em torno do PBF.

Desta forma o que buscamos é interpretar o problema á luz de uma visão de mundo que certamente é muito importante para delimitar as ações que serão tomadas por quem pode fazê-las. A construção de nossa sociabilidade social é falha e interessada, além, de ser individualizada. Todavia não é somente isto que prevalece. O homem tem buscado sair da própria armadilha criada por ele? Não sabemos ao certo. Mas existem sinais de insatisfação. O próprio PBF pode ter inaugurado nestes sujeitos a possibilidade de pensarem sobre suas próprias realidades o que tem se mostrado ser outro avanço. Alguns sujeitos se colocam de forma muito lúcida entendendo o jogo e os limites impostos e buscam agir criticamente rejeitando formas pejorativas de aproveitamento ideológico, principalmente por parte dos mais jovens. Todavia a maior parte possui como única alternativa fazer o jogo ou se deixar levar e aí prevalece a inferioridade e a cordialidade, mas também a esperteza em burlar as regras, estas que são aprendidas com os próprios representantes legais.

A socióloga Vera da Silva Telles, que norteou teoricamente as noções de pobreza e cidadania neste trabalho, mesmo que analisando o problema pela ótica dos grandes centros urbanos, apresenta-nos uma decisiva contribuição. Para ficar ainda mais clara as ideias centrais desta conclusão e como a mesma contribui para esse fechamento, trazemos um trecho em que Silva Telles fala da relação do passado com o presente na busca de uma explicação para a manutenção da pobreza:

Seria um equívoco creditar tudo isso a persistência de tradicionalismo de tempos passados, resíduos de um Brasil arcaico. Pois são esses termos que constroem a peculiaridade do Brasil moderno. É certo que a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país com passado escravagista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam a figura do inferior que tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais os direitos. No entanto, se tradições persistem, isso não independe do modo como, aqui, a cidadania foi formulada e institucionalizada. E é nisso que se aloja todo o paradoxo da sociedade brasileira. Paradoxo de um projeto de modernidade que desfez as regras da República oligárquica, que desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, mas que repôs a incivilidade nas relações sociais. Pois, nos anos 30, a concessão de direitos trabalhistas e a montagem de um

formidável sistema de proteção social tiraram a população trabalhadora do arbítrio, até então sem limites, do poder patronal, para jogá-la por inteiro sob a tutela estatal. Trata-se de um peculiar modelo de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras da equivalência jurídica, tendo sido definida estritamente nos termos de um igual direito à proteção do Estado, através dos direitos sociais, como recompensa ao cumprimento com o dever do trabalho. (TELLES, 1993, p. 03)

Por isso, não podemos explicar tudo com a ideia da presença do “velho” de forma travestida no “novo”. Isso já não pode mais isoladamente responder todas as questões, pois é o “novo” que contém também os elementos centrais da persistência e da produção de pobreza. Diante disso, o que queremos afirmar e reforçar é que o consumo, sendo um dos símbolos da modernidade líquida, tornou-se o elemento central de reivindicação. O produto do consumo quando não atende o solicitado pelo sujeito na condição de consumidor é sempre alvo de severas queixas, o que não acontece quando estes mesmos sujeitos passam a avaliar as ações de políticas públicas. O não cumprimento satisfatório destas ações os atinge fortemente, mas os sujeitos não se vêem tão prejudicados da forma como acontece numa relação de consumo. Aparentemente alheios ao processo, perguntamo-nos onde estaria a postura cidadã destes indivíduos. Mas a falta de cidadania não se encontra somente na atitude destes sujeitos demandantes das políticas sociais, mas também na atitude dos responsáveis, representantes legais e gestores destas políticas.

As diversas questões que foram surgindo e delimitando a problemática têm-nos provocado um pensar que é orientado pelo pensamento de diversos autores da sociologia que nos encaminharam a algumas conclusões. A visão de Bauman mostrou-se bastante elucidativa. As questões postas aqui sofrem forte influência de interpretação através da visão da modernidade baumaniana, que se encontra com a visão trazida pelo geógrafo Milton Santos. Ambos nos apontam as diferenças territoriais que influenciam a política local. Mas como os sujeitos se percebem neste caldeirão de (im)possibilidades travestidas dentro da modernidade líquida?

Aqui chegamos a algo capital. Os sujeitos da pobreza, em particular os residentes nos territórios sertanejos de Água Branca em Alagoas, também se vêem nesta situação de liquidez. Uma vez que, impotentes, são atingidos pelos desejos da presente mercantilização de tudo exacerbando desejos de consumo que, como se sabe, estão distantes de se realizarem facilmente para estas pessoas. E é por estes caminhos que se entregam ao mais cômodo e fácil, ou seja, quem sabe, a “*esmola certa*”, do PBF que chega permeada por uma falsa noção de inclusão pelo consumo, o que só reforça a individualização nas relações entre os membros

destes grupos de indivíduos. Estes, também, passam a consumir os direitos básicos como a saúde e a educação, de forma obrigatória, pois, do contrário, perdem o PBF. Desenvolvem nestas experiências um forte sentimento de inferioridade e incapacidade em mudar a sua realidade e reproduzem seus desejos de reivindicação pública e coletiva nos produtos privados do consumo fácil. Com isso não aprendem sobre seus direitos que deveriam ser uma parte constituinte dos mesmos, transformando-os em cidadãos de fato e de direito. Esse modelo de cidadão amplo não foi encontrado nas famílias receptoras do PBF, nem na sociedade local de Água Branca e muito menos nos gestores do lugar e do PBF local.

Não queremos afirmar que seja o pobre o responsável por sua pobreza devido a uma pobreza imaterial que o mantém como tal, pois, no nosso entendimento é também pobre político aquele que vê na persistência da pobreza uma forma de manutenção do *status quo* dominante. Aqui nos aproximamos da visão de Pedro Demo em torno da pobreza política. Gostaríamos de esclarecer que Demo provoca a idéia de serem também pobres políticos, indivíduos, instituições e grupos políticos que tiram vantagens dos pobres. Assim, reiteramos ser, para nós, também, pobre político aquele que se beneficia da manutenção da pobreza.

Resta aos sujeitos receptores do PBF a resposta imediata, pois se por um lado, para alguns, o programa mata a fome imediata que não cessa em reclamar e anular o sujeito de interesse público, por outro pode torná-lo cada vez mais alijado da consciência do público e da sua cidadania. E aqui os sujeitos em parte são determinados, ou melhor, são produtos da estrutura dominante, mas também são determinantes e produtores da estrutura na medida em que reflexivamente percebem que a única possibilidade de sobrevivência é adotar uma postura de inferioridade e servidão. Fatos que lembram como a cordialidade, que tanto alimentou o coronelismo, pode estar sendo apresentada numa nova roupagem.

Para avançar mais a política social em questão deverá se preocupar menos com a distribuição de renda e voltar seus esforços para políticas redistributivas como comprovado no caso de Água Branca, por meio das entrevistas, ficando patente a necessidade de investir maciçamente na agricultura familiar, que inclusive faz parte constantemente do discurso do governo federal, mas na prática os investimentos não aparecem. Se isto fosse feito poder-se-ia paulatinamente reduzir a distribuição via bolsa e aumentar os investimentos na formação de professores e no atendimento médico de qualidade que reverteriam imediatamente em melhores possibilidades locais para estes indivíduos, questões apontadas, repetidas vezes, pelos próprios sujeitos receptores do PBF.

Água Branca nos ajudou muito a pensar sobre a problemática. Como visto, durante o trabalho, o município é forjado em um contexto que representa ainda muito do Brasil de hoje.

E em relação às práticas políticas, estas têm sido levadas a cabo de maneira a se aproveitar da situação posta, ou seja, da pobreza. Tal fato perverte, no local, as intencionalidades básicas do PBF e acabam reforçando o clientelismo político e a manutenção da pobreza, chegando ao extremo de tornar o programa uma moeda eleitoral. Muitos exemplos apontam para isso como vimos expostos no capítulo IV. A “*cordialidade*” da maioria dos sujeitos recebedores do PBF para com os governantes e a forma também “cordial” como são tratados pelo governo local, torna-se, comprovadamente, um empecilho à construção de uma cidadania ampla, calcada nos seus pressupostos mais caros – liberdade e igualdade canalizadora de autonomia e autodeterminação. A nossa convivência provou que na interação entre esses membros em Água Branca prevalece o arquétipo da “*cordialidade*” junto ao individualismo que amalgama as relações do lugar, uma negação explícita a cidadania ampla, prevalecendo somente, e de forma ainda falha, à cidadania restrita.

Se o programa em tela é considerado de renda ele deveria colocar seus esforços para a criação de oportunidades de renda, que no caso dos territórios estudados encontra-se na agricultura de pequeno porte e como consequência na formação de cooperativas. As condicionalidades não deveriam existir. No lugar das condicionantes para o recebimento da Bolsa, deveria haver o investimento adequado nos serviços públicos essenciais. Acreditamos que, a partir das observações e falas dos entrevistados, se tais serviços fossem oferecidos adequadamente, às populações recebedoras utilizariam naturalmente de tais serviços, não havendo a necessidade de obrigatoriedade, pois o problema encontra-se na qualidade e regularidade na oferta destes serviços.

Propomos o caminho oposto ao adotado, hoje, pelo PBF, ou seja, os investimentos devem ser voltados para viabilizar o que já é de direito destas pessoas e somente para os grupos mais vulneráveis ter-se-ia o pagamento em dinheiro para a manutenção imediata das necessidades básicas. Isso reduziria muito o aproveitamento do poder local com o programa. E há espaço para isso, pois é gritante a quantidade de pessoas que estão fora dos critérios adotados pelo próprio PBF e que recebem o recurso mensalmente, pois há desvios de focalização. Não nos cabe aqui mensurar tais valores e número de pessoas, pois não foi esse o nosso objetivo. O que objetivamos é, sem dúvida, apontar que, de fato, existem discrepâncias enormes e que poderiam ser sanadas na medida em que fossem invertidos os caminhos de ação.

Por isso, a resposta ao enigma existente no PBF, uma das perguntas de pesquisa intrincada nas nossas hipóteses está ligada à impossibilidade da “política social de renda” que, na verdade cumpre uma agenda global, de despertar nos sujeitos envolvidos o real sentido da

cidadania, conceito que nos foi tão caro, pois a isto está atrelada a noção de pobreza dos organismos internacionais baseado somente no parco acesso à renda. Insistimos, tal conceito de pobreza é evidentemente importante, mas não é o bastante para, de fato, superarmos a pobreza em todos os seus sentidos. A cidadania e a pobreza aparecem-nos numa relação antinômica. E por tais categorias se mostrarem antinômicas elas se anulam mutuamente e, assim, a cidadania ampla aparece como algo quase irrealizável. Entretanto, o sentimento geral é de que nunca antes a cidadania esteve tão presente. Essa sensação trazida pela modernidade líquida de que a cidadania é algo fortemente enraizado nas práticas cotidianas serve para manter sob controle as disparidades entre os diversos grupos sociais, disparidades estas que são resultado das extremas desigualdades de acesso. Daí a existência do enigma em torno da “política social de renda”. A que serve a mesma? Possivelmente a resposta esteja na necessidade de manter esse equilíbrio de classes que é feito de forma velada, na prevalência da tutela no lugar dos direitos gerando no sujeito dependência material e imaterial. Esse é um dos itens que não apresentamos certezas. Afinal, o PBF é canalizador de liberdades e/ou mantenedor de dependência Material e Existencial? Eis a questão!

Diante disso, podemos estar construindo é o coronelismo cordial moderno líquido, conceito formulado e apresentado por nós neste trabalho. É como nos diz Pedro Demo “*A promessa de uma sociedade igual geralmente provém do grupo dominante para amansar os dominados*”. Corroborar com tal raciocínio Bauman, quando indaga se é livre o homem livre no contexto da modernidade líquida afirmando que “*A expropriação foi disfarçada de doação, o arrombamento se faz sob a máscara da emancipação.*” Ainda complementa que nem toda “*falta de liberdade é sentida e vivida como opressiva (...)*”, devido à força “*do autoritarismo do poder pastoral*” (BAUMAN, 2000, p. 71-85).

Finalizando, gostaríamos de dizer que o fato de não respondermos a tudo e de não termos todas as certezas não invalida, de forma alguma, nosso trabalho, pois é satisfatório contribuir com o debate, uma vez que muitos outros trabalhos contribuíram com o nosso e, mesmo não concordando com todos, não os invalidamos. Os novos olhares devem possibilitar o amadurecimento da política social em questão e, assim, fazê-la agir melhor no que lhe foi designado e para isso não deve haver lutas de verdades, pois não há verdades. Encerramos o trabalho com a consciência de termos cumprido o nosso compromisso esperando possamos avançar ainda mais neste debate, uma vez que ele é decisivo, pois o ator central é o homem e, como tal, precisa, verdadeiramente, ser cidadão.

**Resumo das Conclusões - Aspectos Positivos e Negativos do
PBF, através de Água Branca – AL**

Positivos	Negativos
Tentativa de redução da pobreza material e ampliação da cidadania restrita;	Manutenção da pobreza imaterial e política negando cidadania ampla;
Possibilidade de reativar, renovar e lançar luzes sobre o debate da pobreza;	Desvios de focalização no atendimento das famílias mais pobres;
Melhoria na alimentação das famílias;	Pobreza mantida como forma de manutenção do <i>status quo</i> dominante;
Capacidade de consumo de bens duráveis e autonomia para o consumo;	Autonomia baseada na individualização e no consumo fácil e imediato;
Maior liberdade para negociar o valor da sua força de trabalho;	Não capacidade dos municípios de darem respaldo as condicionalidades;
Fortalecimento e dinamismo da economia local;	Não implementação adequada de programas de apoio à agricultura familiar;
Debate sobre a qualidade dos serviços e direitos sociais ligados a Saúde e a Educação no município;	Multiplicação rápida e forçada de novos núcleos familiares para obtenção do PBF;
Possibilidade de fortalecimento do poder local, por meio do uso das tecnologias da informação mais acessíveis;	Possibilidade de baixa capacidade de uso e absorção do conteúdo ofertado pelas tecnologias informacionais;
Abertura para o debate sobre o trabalho e importância da agricultura familiar;	Aumento da taxa de natalidade motivada pelos critérios de acesso ao PBF;
Abertura para o debate sobre a importância das especificidades locais, por meio de suas territorialidades;	Não levar em consideração as especificidades de cada município e suas territorialidades;
Possibilidade de formação de uma melhor e maior consciência de direitos;	Dependência das famílias receptoras aos membros do poder público local - clientelismo;

Positivos	Negativos
Abertura para o debate sobre as condicionalidades: direito ou obrigação?	Não cumprimento pelos “beneficiários” das condicionalidades, em parte, feita por obrigação;
Possibilidade de criação de um desejo de maior participação social e política, por parte da sociedade local.	Instância de controle social formada por membros indicados pelos “mandantes” do poder público local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRIAGADA, Irma. “Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género”; Santiago de Chile. In: Revista de la CEPAL No. 85, 2005. (págs. 101- 113).

ALTAVILLA, Jayme de, (Anfilóbio Jayme de Altavila Melo). *História da Civilização das Alagoas*. 6 ed. Maceió: Serviços Gráficos de Alagoas, 1976.

BALSA, Casimiro.; BONETI, Wessler L.; SOULET, Marc-Henry. (Orgs). *Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: Uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. (Coleção método e teorias).

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

_____. *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

_____. *Globalização: as Conseqüências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

BEZERRA, Ciro. *A Racionalidade Hipostasiada da Cidadania: Reflexão sobre as Razões que Libertam e Oprimem*. Maceió: GEPSTUFAL, 2009. (mimeo).

BOYLE, David. *O Manifesto Comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas. 3 ed*. Arapiraca: EDUFAL, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a história).

BRASIL. *MANUAL DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2008.

_____. *MANUAL DE GESTÃO DAS CONDICIONALIDADES*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2006.

BRITTO, Luciana de Araújo. *Bolsa Família e as múltiplas faces da pobreza: econômica, social e política* / orientadora: Ilda Lopes Rodrigues da Silva. – 2007. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** – Pontifícia Universidade Católica – PUC - Rio.

CASTRO, Iná Elias. *O Mito da Necessidade. Discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAMARGO, José Márcio. *POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: prioridades erradas, incentivos perversos*. In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(2): 68-77, 2004.

_____. *Gastos Sociais: Focalizar Versus Universalizar*. Políticas sociais – acompanhamento e análise. In: IPEA. 2003.

CARVALHO, Cícero Pércles. *Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho. 11 ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas*. Maceió. Sergasa. (Reimpressão) 1983.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1995

DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: Papius, 1994.

_____. *Política social do conhecimento: sobre os futuros do combate a pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas; SP: Armazém do Apê (Autores Associados), 2006.

DIETERLEN, Paulette. *Derechos, necesidades básicas y obligación institucional*. In: Pobreza, Desigualdad Social y Ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina. Alicia Ziccardi (Compiladora). CLACSO. 2001. (Grupo de trabajo en pobreza e políticas sociales).

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. *Geografia Alagoana ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas*. Maceió: Edições Catavento, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FERREIRA, Jurandy. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FERES, Juan; MANCERO, Xavier.: *Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

GIDDENS, Antony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.

_____. *GARFINKEL, ETNOMETODOLOGIA E HERMENEUTICA*. In: Política, Sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GOMES, Aldenôr. *A gestão participativa nas políticas públicas: a experiência do Programa Fome Zero no semi-árido nordestino*. In: CRONOS: Revista do Programa de Pós-graduação em ciências sociais da UFRN, V.1 n.1 (jan./jun. 2000) – Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2006.

GORDON, Sara R. *Ciudadanía y derechos sociales: critérios distributivos?*. In: Pobreza, Desigualdad Social y Ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina. Alicia Ziccardi (Compiladora). CLACSO. 2001. (Grupo de trabajo en pobreza e políticas sociales).

GUTIÉRREZ, Alicia B. *Pobre, como siempre. Estrategias de reproducción social en la pobreza*. Córdoba: Ferreyra Editor. 2007.

GUESSER, Adalto H. *A etnometodologia e a análise da conversação e da fala*. In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 149-168.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 2 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. *A ERA DO CAPITAL 1848-1875*. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. (compilador) *Pobreza: Um tema Impostergable*. México. Clad, FCE, PNUD, 1993.

KAZTMAN, Rubén. *Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social*. Montevideo, Universidad Católica del Uruguay, Documento de Trabajo del IPES – Aportes Conceptuales No. 2, CEPAL, 2000.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LIMA, Ivan Fernandes. *Ocupação Espacial do Estado de Alagoas*. Maceió, 1992.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió, Catavento, 2000.

LOPES, Marcus. Graciliano Ramos, *O GESTOR*. In.: GESTOR – Revista do Administrador Público. São Paulo: Nova Griffon, 2009. (p. 28-34).

MAY, Tim. *Pesquisa Social: questões, métodos e processos*. Trad. Carlos Alberto Silvera Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 1999.

MARX, Karl. *O Capital, livro 1*, volume I: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*: São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

_____. *Manifesto do Partido Comunista - Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra-prima de cada autor).

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. *O Bolsa-Família e o crediário de geladeiras e lavadoras*. In: *Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo. 09/03/2008 p. J3.

MESQUITA, Camile Sahb. *O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e alcance social*. (**Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais**) Orientadora: Profa. Dra. Potyara Amazoneida Pereira Pereira – 2007. Universidade de Brasília – Unb.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários a Educação do Futuro*. São Paulo: Cotez: Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MURILLO, Suzana. *Produção de pobreza e construção de subjetividade*. In: *Produção de Pobreza e Desigualdade na América Latina*. Alberto D. Cimadomoro (organizador). Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Da Dádiva aos Direitos: A Dialética da Cidadania*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 25, ano 9. 1994.

PARIJS, Philippe Van. *A renda básica: Por que, como e quando nos países dos hemisférios norte e sul?*. *Econômica*, v. 4, n. 1, p. 75-93, junho 2002 - Impressa em outubro 2003. (Palestra proferida na Escuela Nacional Sindical, outubro de 2002, em Medellín - Colômbia).

PEREIRA, Maria de Fátima. *As representações da pobreza sob a ótica dos “pobres” do programa bolsa família* (**Dissertação de Mestrado em Sociologia**). Orientador: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho. – 2007. Universidade Federal do Ceará – UFCE.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

Portal do Programa Fome Zero, 2008. Disponível em: <[http:// www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)> . Acesso em maio/2009.

Portal do Ministério do Desenvolvimento Social - Programa Bolsa Família, 2008. Disponível em: <[http:// www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia)>. Acesso em junho/2009 e outubro/2010.

Portal da Secretaria da Agricultura Familiar, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/>> . Acesso em fev/2009.

Portal da Secretaria do Programa Territórios da Cidadania, 2008. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>> . Acesso em maio e junho/2009.

Portal do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> . Acesso em junho/2009.

Portal da Fundação Getulio Vargas, 2008. Disponível em: <[http:// www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps)>. Acesso em março/2008.

Portal da Transparência. Disponível em: <[http:// www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)>. Acesso em junho 2009.

Prefeitura Municipal de Água Branca. Mapa de Água Branca. In: *Água Branca em Revista*. ANO III – nº 03 Julho de 2007.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?*- 3 ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 108 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SACHS, Ignacy. *Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALES, Teresa. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, ano 9. 1994.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção espaços).

_____. *Espaço e Método*. 4. ed. - São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção espaços).

_____. *Pobreza Urbana*. São Paulo: EDUSP, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). *O Bolsa Família no enfrentamento á pobreza no Maranhão e Piauí*. São Paulo: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2008.

_____. YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. *A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda*. 4 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SANDOVAL CASILIMAS, Carlos A. (Módulo 4) *Investigación Cualitativa*. INER Universidad de Antioquia, 2002.

SAUTU, Ruth; BONIOLO, Paula; DALLE, Pablo; ELBERT, Rodolfo. La construcción del marco teórico en la investigación social. Capítulo I. Colección Campus Virtual de CLACSO, 2007. Biblioteca Virtual CLACSO.

SOUZA, Jessé de. *A ralé eternizada – o erro histórico da sociedade brasileira é achar natural ter “gente” de um lado e “subgente” de outro*. In: *Jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo. 12/07/2008, p. J1.

TERÁM, Juan Fernando. *Las quimeras y sus caminos: la gobernanza del agua y sus dispositivos para la producción de pobreza rural en los Andes ecuatorianos*. [coordinador]. CLACSO, 2007.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: Afinal do que se Trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP: Ed. 34, 2001.

_____. *Cultura da Dívida, Averso da Cidadania*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 25, ano 9. 1994.

_____. *Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo*. In: Caderno CRH 19, Salvador, 1993.

TOLEDO, Caio Navarro de. (org). *Ensaio sobre o Manifesto Comunista: a atualidade de um texto de 150 anos*: São Paulo: Xamã, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto. 2001.

_____. *Utopística, ou, as decisões históricas do século vinte e um*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 2003.

APÊNDICES

**PESQUISA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE POBREZA, CIDADANIA E O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF.**

PARTE – I.

PERFIL BÁSICO DO ENTREVISTADO, DADOS GERAIS E LEVANTAMENTO PRELIMINAR.

1. NOME: _____ . Celular: _____
2. IDADE: _____
3. ESTADO CIVIL: _____
4. ESCOLARIDADE: _____ 4.1 ESCOLARIDADE DO ESPOSO: _____
5. NÚMERO DE FILHOS: _____ 5.1 NÚMERO DE FILHOS EM IDADE ESCOLAR:

6. TODOS OS FILHOS EM IDADE ESCOLAR FREQUENTAM A ESCOLA (S ou N)? _____ 6.1 SE,
NÃO POR QUÊ? _____
7. QUANTIDADE DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA: _____
8. **VALOR** QUE RECEBE MENSALMENTE DO **PBF**: _____
9. QUANTIDADE DE TEMPO QUE RECEBE O PBF: _____
10. QUANTIDADE DE TEMPO QUE MORA EM AGUA BRANCA: _____
11. QUANTIDADE DE TEMPO QUE TRABALHA NA ROÇA (agricultura e/ou criação de animais):

12. O QUE PLANTA NA ROÇA? _____
- 12.1. QUE ANIMAIS CRIA NO CAMPO? _____
13. **RENDA** MENSAL PROVENIENTE DA **ROÇA**? _____
14. A TERRA ONDE TRABALHA É: PRÓPRIA, ARRENDADA, OU É EMPREGADO:
_____ 14.1 OUTRAS FORMAS: _____.
15. TAMANHO DA TERRA ONDE TRABALHA (em hectares): _____.
16. OS FILHOS AJUDAM NA ROÇA (S ou N)? ____ 16.1 SE, SIM QUANTOS? ____ 16.2. IDADES:

17. OUTRAS RENDAS FORA O **PBF** E A **ROÇA** (S ou N)? ____ 17.1. SE, SIM QUANTO
RECEBE? ____ . 17.2 ORIGEM? _____.
18. QUAIS OS PIORES MESES DO ANO PARA TRABALHAR E OBTER
RENDA? _____.

PARTE – II.

GUIA DE ENTREVISTA (semi-estruturada)

O PBF e a POBREZA:

1. Qual a sua opinião sobre o PBF? Qual o significado do PBF para a senhora?
2. O que o PBF trouxe para a senhora e sua família? O que mudou na sua vida?

3. Em que a senhora emprega o dinheiro do PBF? Em que locais realiza as compras?
4. Existe um responsável pelo PBF na cidade? Quem é a pessoa e/ou órgão público responsável? Como é o funcionamento para cadastro e recadastramento?
5. Por que se cadastrou no PBF? Como ficou sabendo e como foi feito seu primeiro cadastro? *Descreva como tudo aconteceu: Foi fácil, difícil, contou com a ajuda de alguém, etc.?*
6. Em sua opinião, o PBF traz algo mais de benefício além da renda mensal?
7. O governo afirma que o PBF possui o objetivo de ajudar a acabar com a pobreza e levar cidadania para as pessoas. Qual a sua opinião sobre isso? O governo está certo?
8. O PBF faz algo por sua família em relação a Educação e a Saúde? O que precisamente faz e como o PBF age, nestes setores?
9. Alguns especialistas, políticos, professores e membros da própria comunidade, dizem que os pais só levam (obrigam) os filhos à escola com medo de perder o PBF? Qual a sua opinião sobre isso? É Verdade ou Mentira? *(Obs. avisar que existem prós e contras, há muito debate sobre isso. Assim qual a sua opinião?).*
10. Alguns especialistas, políticos, professores e membros da própria comunidade, dizem que os casais de agora estão fazendo mais filhos só para ganhar mais dinheiro do PBF? Qual a sua opinião sobre isso? É Verdade ou Mentira? *(Obs. avisar que existem prós e contras, há muito debate sobre isso. Assim qual a sua opinião?).*
11. Alguns especialistas, políticos, professores e membros da própria comunidade, dizem que o PBF está gerando “preguiça e comodismo” junto às famílias que recebem o “benefício”. Qual a sua opinião sobre isso? É Verdade ou Mentira? *(Obs. avisar que existem prós e contras, há muito debate sobre isso. Assim qual a sua opinião?).*
12. Existe a visita de alguma pessoa do PBF (*profissional*) para aconselhar/orientar e ajudar a família nos problemas? Se, sim quem são as pessoas? O que fazem e com qual frequência visitam a residência?
13. É possível que muitas pessoas de Água Branca tenham votado em Lula para presidente com medo de perder o PBF? Qual sua opinião sobre isso?
14. A senhora pensa algum dia, em deixar o PBF? Se, sim quando e como isso aconteceria?
15. Qual a sua opinião sobre a pobreza e/ou que significa ser pobre? A senhora se considera pobre?
16. Na sua opinião o que precisaria ser feito para que sua família saia da condição de pobreza?
17. O que, hoje, deixa à senhora e sua família mais insegura?

18. Com o PBF as pessoas podem sair da pobreza? O que falta ao PBF para ajudar mais a sua família? Na sua opinião alguma coisa precisa ser melhorada?
19. Dizem que existem famílias que não precisam do PBF, mas estão recebendo o benefício. Isso é verdade? Conhece algum caso que pode nos contar?
20. Para entrar no PBF é preciso provar que a família possui uma renda muito baixa, ou seja, que é muito pobre? Qual o seu sentimento sobre isso?

O PBF E A CIDADANIA (POLÍTICA, VOTO E PARTICIPAÇÃO):

21. Qual a sua opinião sobre a cidadania e/ou que significa ser cidadão? A senhora é uma cidadã?
22. Na sua opinião o que precisaria ser feito para que sua família tenha mais acesso a cidadania?
23. Como a senhora exerce a sua cidadania? É importante? Por quê?
24. Na sua opinião quais são seus maiores direitos e deveres?
25. O que o voto e a cidadania possuem em comum?
26. Qual a sua opinião sobre a importância de votar? Por que vota?
27. Como a senhora e sua família decidem votar em um determinado candidato? Quais as características dos candidatos e/ou motivações para a decisão do voto?
28. Como a senhora e sua família se relacionam com os políticos da cidade? O que eles prometem, cumprem?
29. Na sua opinião, o que significa ser um bom político? Qual a importância e significado da política?
30. Qual a sua opinião sobre a compra e venda de votos?
31. É comum na comunidade o recebimento de visitas de políticos da cidade ou de outros lugares? Se, sim qual a frequência? Quem são e o que fazem, nas visitas?
32. É natural as pessoas dizerem que a maioria dos políticos são “*ladrões ou corruptos*”. Qual sua opinião sobre isso? Como fazer para mudar isso?
33. Existem aqui neste lugar (serra X) trabalhos realizados coletivamente? É normal vocês se unirem para resolver problemas que atingem a todos os moradores? Cite exemplos, casos:
34. Existem associações aqui? Se, sim quais são e o que fazem? Cite alguns trabalhos e se você participa:

O PBF, O COTIDIANO, HISTÓRIAS DE VIDA E OPINIÕES SOBRE AB:

35. Como é o seu cotidiano aqui na serra (sítio) e em Água Branca? (Casa, Igreja, trabalho na roça, cuidar dos filhos, escola, etc).
36. Qual a origem da sua família? Como foi formada desde seus avós e como vieram morar neste lugar?
37. Qual a sua opinião sobre o fato da maioria das famílias que moram aqui na serra (sítio) serem tão pobres, uma vez que existem tantas riquezas naturais (terras)?
38. O que falta à senhora e sua família que lhe geram dificuldades para viver melhor?
39. O que a senhora e sua família possuem de mais valioso?
40. Como avalia a agricultura? Qual a importância da agricultura para a senhora e sua família? *Existe apoio do Governo (Pronaf, Agro amigo, outros).*
41. Na sua opinião, quais os problemas do município de Água Branca?
42. Na sua opinião, quais as boas ações do governo de Água Branca hoje?
43. Como a senhora avalia a escola de seus filhos? O que falta para serem melhores?
44. Como funciona o atendimento médico na comunidade? A senhora está satisfeita? *Descreva:*
45. Com que frequência à senhora visita a Secretaria de Assistência Social? Qual o objetivo? *Descreva como funciona:*
46. Quem é a família ou pessoa mais importante de Água Branca? Qual a sua história e por que se tornou tão importante?
47. A senhora considera que a vida de sua família melhorou ou piorou nos últimos anos após o PBF? Quais os motivos disso ter acontecido?
48. Como a senhora pensa que será o futuro dos seus filhos e de sua cidade?
49. No seu entender, qual a responsabilidade da senhora e de sua família no alcance ou não de mudanças no lugar onde moram e nas suas vidas?
50. Suponhamos que a senhora fosse a prefeita de Água Branca, quais seriam suas prioridades no seu governo? Conte-nos como governaria a cidade: